



**Universidade
de Aveiro**
2015

Departamento de Economia, Gestão e
Engenharia Industrial

**Fábio Rodrigues
Magalhães**

**Divulgação *Online* da Informação Financeira
nos Governos Locais do MERCOSUL**

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]



**Universidade
de Aveiro**
2015

Departamento de Economia, Gestão e
Engenharia Industrial

**Fábio Rodrigues
Magalhães**

**Divulgação *Online* da Informação Financeira
nos Governos Locais do MERCOSUL**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Contabilidade, realizada sob a orientação científica da Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira, Professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Universidade de Aveiro e a coorientação do Doutor Carlos Alberto Lourenço dos Santos, Professor coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Universidade de Aveiro.

Apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação do Governo do Brasil (Processo nº 1039/12-1).

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

o júri

Presidente

Prof. Doutor Carlos Alberto Diogo Soares Borrego
professor catedrático da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Lúcia Maria Portela Lima Rodrigues
professora associada com agregação da Escola de Economia e Gestão da
Universidade do Minho

Prof. Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho
professor associado com agregação da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Susana Margarida Faustino Jorge
professora auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

**Prof. Doutor Manuel Emílio Mota de Almeida Delgado
Castelo Branco**
professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Prof.^a Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira
professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração
da Universidade de Aveiro (Orientadora)

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

Dedico este trabalho aos meus pais, pela base necessária ao meu crescimento intelectual, e à minha esposa, pelo apoio incondicional.

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

Agradecimentos

À minha orientadora e ao meu coorientador, que estiveram sempre presentes, prestando auxílio constante e incentivo para fazer sempre o melhor. Aos colegas de doutoramento, que compartilharam dos momentos árduos de estudo intenso e colaboraram da melhor forma. Aos colegas do Ministério Público de Pernambuco, pelo apoio e incentivo. Aos colegas da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Petrolina, pelo entusiasmo. Aos meus pais, irmãos e amigos, pelas palavras e gestos de carinho e amparo. Um agradecimento especial à minha irmã Rosie Dayse Magalhães Aquino, pela inspiração para enveredar pelo ramo das ciências contábilísticas. A todos vocês, o meu MUITO OBRIGADO!

Um agradecimento muito especial à minha esposa Beatriz Magalhães, pelo incansável apoio e incentivo em todos os momentos.

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

palavras-chave

divulgação da informação financeira, MERCOSUL, governos locais, Internet.

resumo

O objetivo desta investigação comparativa transnacional é analisar se a prática de divulgação da informação financeira através da Internet por parte dos governos locais dos países do MERCOSUL tem sido levada em consideração para aumentar a transparência financeira da gestão pública.

Para atingir este objetivo, avaliamos a taxa de adoção e a extensão dessa prática de divulgação, exploramos, através da realização de um conjunto de entrevistas semiestruturadas, as eventuais razões relacionadas com o envolvimento dos gestores públicos locais com essa prática, bem como analisamos os potenciais fatores determinantes de tal prática.

A investigação examina uma amostra aleatória estratificada composta por 374 governos locais dos cinco países membros do bloco económico MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e assenta nos pressupostos das teorias da agência, da legitimidade, da sinalização e da difusão da inovação.

Os resultados obtidos indicam um número extremamente limitado de governos locais que adotam a prática de divulgação da informação financeira através da Internet no MERCOSUL. Os resultados do estudo qualitativo apontam as principais razões para que isso ocorra, que incluem a falta de vontade política, a carência de recursos humanos e a falta de exigência por parte dos cidadãos.

Em decorrência da quase inexistente adoção dessa prática de divulgação na Argentina, no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela, o estudo da extensão e dos fatores determinantes de tal prática restringiu-se ao ambiente dos governos locais do Brasil. Os resultados apontam que a extensão dessa prática nos governos locais brasileiros é bastante reduzida e discrepante. Os resultados também permitem identificar como fatores determinantes dessa prática de divulgação no Brasil a visibilidade do *website* na Internet e a percentagem de domicílios com acesso à Internet.

Tais resultados evidenciam que os governos locais dos países do MERCOSUL ainda não despertaram para as potencialidades da Internet para promover um incremento na transparência e na *accountability* da gestão pública.

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

keywords

disclosure of financial information, MERCOSUR, local governments, public sector, Internet.

abstract

The purpose of this transnational comparative research is to analyze if the practice of disclosure of financial information over the Internet by local governments of MERCOSUR countries has been taken into account to increase the financial transparency of public management.

To achieve this objective, we evaluate the adoption rate and the extent of the practice of disclosure, we explore, by conducting a set of semi-structured interviews, any reasons related to the involvement of local public managers with this practice and analyze the potential determinants of the practice.

The research examines a stratified random sample of 374 local governments of the five member countries of the economic bloc Mercosur (Argentina, Brazil, Paraguay, Uruguay and Venezuela) and is based on agency theory, legitimacy theory, signaling theory and diffusion of innovation theory.

The results indicate a very limited number of local governments that adopt the practice of disclosure of financial information over the Internet in MERCOSUR. The results of the qualitative study indicate the main reasons for this to occur, including the lack of political will, lack of human resources and the lack of demand from citizens.

Due to the almost nonexistent adoption of this disclosure practice in Argentina, Paraguay, Uruguay and Venezuela, the study of the extent and determinants of this practice was restricted to the environment of local governments in Brazil. The results show that the extent of this practice in Brazilian local governments is very small and disparate. The results will also identify as key factors of this disclosure practice in Brazil the visibility of the website on the Internet and the percentage of households with Internet access.

These results show that local governments of MERCOSUR countries have not yet woken up to the potential of the Internet to promote increased transparency and accountability of public management.

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	CONTEXTO DA PRÁTICA DE IFR.....	1
1.2	OBJETO E DOMÍNIO DESTA ESTUDO	4
1.3	OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO.....	6
1.4	METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	7
1.5	ESTRUTURA DA TESE	8
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	11
2.1.1	<i>Utilização das TIC no contexto da reforma do setor público.....</i>	<i>12</i>
2.1.2	<i>Vantagens da utilização das TIC no setor público</i>	<i>15</i>
2.1.3	<i>Conceito e evolução do governo eletrônico</i>	<i>17</i>
2.1.4	<i>Democracia digital e participação cidadã através do governo eletrônico</i>	<i>19</i>
2.1.5	<i>Governança eletrônica e redes sociais</i>	<i>22</i>
2.2	DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA ATRAVÉS DA INTERNET	24
2.2.1	<i>Evolução da divulgação da informação financeira por meios eletrônicos</i>	<i>29</i>
2.2.2	<i>Tecnologias associadas à divulgação eletrônica da informação financeira.....</i>	<i>32</i>
2.2.3	<i>Potenciais benefícios da divulgação eletrônica da informação financeira.....</i>	<i>36</i>
2.2.4	<i>Desafios à prática de Internet Financial Reporting</i>	<i>39</i>
2.2.5	<i>Perspetivas sobre o futuro da prática de IFR</i>	<i>44</i>
2.2.5.1	<i>Papel da auditoria na prática de IFR</i>	<i>44</i>
2.2.5.2	<i>Futuro desenvolvimento de um código de conduta para IFR</i>	<i>46</i>
2.2.6	<i>Estudos empíricos sobre a divulgação eletrônica da informação financeira.....</i>	<i>47</i>
2.2.6.1	<i>Estudos empíricos sobre IFR no setor público</i>	<i>47</i>
2.2.6.2	<i>Estudos empíricos sobre IFR no setor privado.....</i>	<i>55</i>
2.2.7	<i>Incentivos à divulgação da informação financeira no setor público.....</i>	<i>63</i>
2.3	TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA DOS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL	67
2.3.1	<i>Enquadramento legal e normativo da informação financeira no MERCOSUL</i>	<i>70</i>
2.3.1.1	<i>Argentina.....</i>	<i>70</i>
2.3.1.2	<i>Brasil.....</i>	<i>73</i>
2.3.1.3	<i>Paraguai.....</i>	<i>76</i>
2.3.1.4	<i>Uruguai</i>	<i>78</i>
2.3.1.5	<i>Venezuela</i>	<i>80</i>
2.3.1.6	<i>Análise comparativa do enquadramento legal e normativo no MERCOSUL.....</i>	<i>83</i>
3	PROBLEMA E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	87
3.1	PROBLEMA E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO	89
3.2	ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	92
3.2.1	<i>Teorias baseadas na economia política.....</i>	<i>92</i>
3.2.1.1	<i>Teoria da agência</i>	<i>93</i>
3.2.1.2	<i>Teoria da legitimidade</i>	<i>95</i>
3.2.1.3	<i>Teoria da sinalização</i>	<i>98</i>
3.2.2	<i>Teoria da difusão da inovação.....</i>	<i>100</i>
3.2.3	<i>Formação de um quadro teórico integrado</i>	<i>101</i>
4	METODOLOGIA.....	105
4.1	DESCRIÇÃO DOS DADOS	106
4.2	POPULAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA.....	108
4.3	FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES.....	110

4.3.1	<i>Tamanho</i>	111
4.3.2	<i>Endividamento</i>	112
4.3.3	<i>Riqueza</i>	114
4.3.4	<i>Competição política</i>	115
4.3.5	<i>Habilitações literárias dos gestores públicos locais</i>	116
4.3.6	<i>Visibilidade na Internet</i>	117
4.3.7	<i>Acesso à Internet nos domicílios</i>	119
4.4	DESCRIÇÃO E CÁLCULO DAS VARIÁVEIS.....	119
4.4.1	<i>Índice de divulgação</i>	120
4.4.2	<i>Tamanho</i>	127
4.4.3	<i>Endividamento</i>	127
4.4.4	<i>Riqueza</i>	128
4.4.5	<i>Competição política</i>	128
4.4.6	<i>Habilitações literárias dos gestores públicos locais</i>	129
4.4.7	<i>Visibilidade na Internet</i>	129
4.4.8	<i>Acesso à Internet nos domicílios</i>	129
4.4.9	<i>Resumo das variáveis utilizadas no estudo</i>	130
4.5	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	132
4.5.1	<i>Modelos de regressão linear múltipla</i>	133
5	ESTUDO EMPÍRICO	137
5.1	PRÁTICA DE IFR NOS GOVERNOS LOCAIS DOS PAÍSES DO MERCOSUL.....	137
5.1.1	<i>Estudo qualitativo sobre a adoção da prática de IFR no MERCOSUL</i>	139
5.1.1.1	<i>Discussão dos resultados do estudo qualitativo</i>	143
5.2	EXTENSÃO DA PRÁTICA DE IFR NOS GOVERNOS LOCAIS DO BRASIL.....	154
5.3	DETERMINANTES DA PRÁTICA DE IFR NOS GOVERNOS LOCAIS DO BRASIL.....	162
5.3.1	<i>Estatísticas descritivas das variáveis independentes</i>	163
5.3.2	<i>Análises univariadas e diagnósticos de multicolinearidade</i>	164
5.3.3	<i>Diagnósticos dos pressupostos e análises multivariadas</i>	166
5.3.4	<i>Testes de robustez</i>	174
5.3.4.1	<i>Inserção individualizada de cada variável independente</i>	175
5.3.4.2	<i>Remoção dos outliers</i>	177
5.3.4.3	<i>Amostra alternativa</i>	182
5.3.4.4	<i>Análise alternativa de regressão logística</i>	187
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
6.1	CONCLUSÕES.....	193
6.2	LIMITAÇÕES DO ESTUDO EMPÍRICO.....	199
6.3	PROPOSTAS DE TRABALHO FUTURO.....	200
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
	ANEXO A – LISTA DE VARIÁVEIS UTILIZADAS	221
	ANEXO B – GOVERNOS LOCAIS INCLUÍDOS NO ESTUDO	227
	ANEXO C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	231

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - PRINCÍPIOS DA DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO	27
TABELA 2 - RELAÇÃO DOS ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE IFR NO SETOR PÚBLICO	48
TABELA 3 - RELAÇÃO DOS ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE IFR NO SETOR PRIVADO	56
TABELA 4 - PERÍODOS DE DITADURA MILITAR NOS PAÍSES DO MERCOSUL	68
TABELA 5 - ENQUADRAMENTO LEGAL E NORMATIVO DOS GOVERNOS LOCAIS DOS PAÍSES DO MERCOSUL... ..	84
TABELA 6 - POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	109
TABELA 7 - ÍNDICES DE DIVULGAÇÃO UTILIZADOS EM ESTUDOS SOBRE IFR NO SETOR PÚBLICO.....	121
TABELA 8 - ITENS QUE CONSTITUEM O ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO	126
TABELA 9 - PREDIÇÕES, ESCALAS E ESPECIFICAÇÕES FUNCIONAIS DAS VARIÁVEIS	130
TABELA 10 - ADOÇÃO DA PRÁTICA DE IFR NOS GOVERNOS LOCAIS DOS PAÍSES DO MERCOSUL.....	138
TABELA 11 - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	140
TABELA 12 - PALAVRAS MAIS FREQUENTES NAS ENTREVISTAS	141
TABELA 13 - MATRIZ DE FONTES DAS ENTREVISTAS	142
TABELA 14 - MATRIZ DE REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS	142
TABELA 15 - EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS RELACIONADAS COM O PERFIL DO ENTREVISTADO.....	144
TABELA 16 - MATRIZ DE REFERÊNCIAS DOS FATORES RELACIONADOS COM O FATO DE MUITOS GOVERNOS LOCAIS NÃO POSSUÍREM WEBSITES OFICIAIS	144
TABELA 17 - EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS RELACIONADAS COM O FATO DE MUITOS GOVERNOS LOCAIS NÃO POSSUÍREM WEBSITES OFICIAIS	145
TABELA 18 - MATRIZ DE REFERÊNCIAS DOS FATORES RELACIONADOS COM A BAIXA TAXA DE ADOÇÃO DE IFR NOS GOVERNOS LOCAIS	146
TABELA 19 - EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS RELACIONADAS COM A BAIXA TAXA DE ADOÇÃO DAS PRÁTICAS DE IFR NOS GOVERNOS LOCAIS.....	146
TABELA 20 - MATRIZ DE REFERÊNCIAS DAS MEDIDAS QUE PODEM SER ADOTADAS PARA MAXIMIZAR A TAXA DE ADOÇÃO DE IFR NOS GOVERNOS LOCAIS	147
TABELA 21 - EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS SOBRE AS MEDIDAS QUE PODEM SER TOMADAS PARA AUMENTAR A TAXA DE ADOÇÃO DAS PRÁTICAS DE IFR ENTRE OS GOVERNOS LOCAIS.....	148
TABELA 22 - MATRIZ DE REFERÊNCIAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA CRIAÇÃO DE UMA LEI ESPECÍFICA SOBRE IFR, PARA O AUMENTO DA PRÁTICA DE DIVULGAÇÃO VIA INTERNET	149
TABELA 23 - MATRIZ DE REFERÊNCIAS EM RELAÇÃO À PERCEÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS SOBRE A POTENCIALIDADE DA INTERNET PARA A PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA	150
TABELA 24 - ALFA DE <i>CRONBACH</i> PARA O ID_i E AS SUAS DIMENSÕES	155
TABELA 25 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DO ID_i NOS GOVERNOS LOCAIS DO BRASIL.....	155
TABELA 26 - FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DAS SUBDIMENSÕES DE DIM_{C_i}	157
TABELA 27 - FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DAS SUBDIMENSÕES DE DIM_{Q_i}	158
TABELA 28 - FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DAS SUBDIMENSÕES DE DIM_{D_i}	160
TABELA 29 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES UTILIZADAS NESTE ESTUDO	163
TABELA 30 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i>	164
TABELA 31 - ESTATÍSTICAS DE MULTICOLINEARIDADE.....	166
TABELA 32 - RESULTADOS DO MODELO A DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA	169
TABELA 33 - RESULTADOS DO MODELO A DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA AS DIMENSÕES DO ID_i	171
TABELA 34 - RESULTADOS DOS MODELOS AUXILIARES DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA	176
TABELA 35 - RESULTADOS DA ESTIMAÇÃO DO MODELO A COM REMOÇÃO DE <i>OUTLIERS</i>	178
TABELA 36 - RESULTADOS DO MODELO A DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA AS DIMENSÕES DO ID_i	181
TABELA 37 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES DO ESTUDO	183
TABELA 38 - RESULTADOS DA ESTIMAÇÃO DO MODELO A COM AMOSTRA ALTERNATIVA DE 32 GOVERNOS LOCAIS.....	184

TABELA 39 - RESULTADOS DO MODELO A DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA AS DIMENSÕES DO ID_i	185
TABELA 40 - RESULTADOS DA ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA (MODELO M).....	188
TABELA 41 - RESULTADOS DA ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA (MODELO M COM AMOSTRA DE 92 OBSERVAÇÕES).....	190
TABELA 42 - DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA NO SETOR PÚBLICO: LISTA DE VARIÁVEIS E AUTORES	221
TABELA 43 - RELAÇÃO DOS GOVERNOS LOCAIS INCLUÍDOS NO ESTUDO	227
TABELA 44 - GUIÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	231

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - QUADRO TEÓRICO INTEGRADO [FONTE: ADAPTADO DE AN <i>ET AL.</i> (2011)].....	102
FIGURA 2 - MACRO DESENVOLVIDA EM MS EXCEL 2007 PARA SORTEIO ALEATÓRIO DA AMOSTRA ESTRATIFICADA.....	110
FIGURA 3 - GRÁFICO DOS RESÍDUOS PADRONIZADOS VERSUS VARIÁVEL DEPENDENTE PADRONIZADA	167
FIGURA 4 - GRÁFICOS Q-Q NORMAL E Q-Q NORMAL DESTENDENCIADO DE DISTRIBUIÇÃO DOS RESÍDUOS ..	168

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

LISTA DE SIGLAS

AASB	- <i>Australian Accounting Standards Board</i>
AGESIC	- Agência de Governo Eletrônico e Sociedade da Informação
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAFR	- <i>Comprehensive Annual Financial Report</i>
CEO	- <i>Chief Executive Officer</i>
CFECS	- Coordenação Geral de Cooperação Federativa e Controlo Social
CGU	- Controladoria Geral da União
EUA	- Estados Unidos da América
FASB	- <i>Financial Accounting Standards Board</i>
FIV	- Fator de Inflação da Variância
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GFOA	- <i>Government Finance Officers Association</i>
GRETL	- <i>Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library</i>
HTML	- <i>HyperText Markup Language</i>
IASB	- <i>International Accounting Standards Board</i>
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID	- Índice de Divulgação
IFAC	- <i>International Federation of Accountants</i>
IFR	- <i>Internet Financial Reporting</i>
IFRS	- <i>International Financial Reporting Standards</i>
INDEC	- <i>Instituto Nacional de Estadística y Censos</i>
MERCOSUL	- Mercado Comum do Cone Sul
NPM	- <i>New Public Management</i>
OCDE	- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	- <i>OpenDocument Spreadsheet</i>
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONCOP	- <i>Oficina Nacional de Contabilidad Pública</i>
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PDF	- <i>Portable Document Format</i>
RTA	- Rede de Transparência e Acesso à Informação da América Latina
SIMAFAL	- Sistema Integrado Modelo de Administração Financeira
SMS	- <i>Short Message Service</i>
SPSS	- <i>Statistical Package for Social Sciences</i>
TAW	- Teste de Acessibilidade Web
TDT	- Televisão Digital Terrestre
TIC	- Tecnologias de Informação e de Comunicação
TOCAF	- Texto Ordenado de Contabilidade e Administração Financeira
UAIP	- Unidade de Acesso à Informação Pública

USAID	- <i>United States Agency for International Development</i>
W3C	- <i>Consórcio World Wide Web</i>
WCAG	- <i>Web Content Accessibility Guidelines</i>
WebQDA	- <i>Web Qualitative Data Analysis</i>
XBRL	- <i>eXtensible Business Reporting Language</i>
XML	- <i>eXtensible Markup Language</i>

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação tem o seu foco na abordagem de questões ligadas à prática de divulgação da informação financeira através da Internet pelas entidades públicas, nomeadamente, pelos governos locais dos países membros¹ do bloco económico Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), dado que tal prática assume uma importância particular no aumento da transparência e da *accountability* na gestão pública.

1.1 Contexto da prática de IFR

No contexto das reformas oriundas da *New Public Management* (NPM), e agora no da *New Governance*, as entidades públicas têm vindo a preocupar-se mais com questões ligadas com a eficiência e a eficácia da gestão, bem como com a transparência e com a *accountability*, de forma a melhorar a governação e o controlo no setor público. Segundo Lapsley (2009), tais reformas dão ênfase à quantificação dos resultados, através da inserção de mecanismos de mercado oriundos do setor privado para a otimização da gestão pública.

Este movimento de reformas preconiza, designadamente, a utilização das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) na gestão pública, em decorrência dos seus potenciais benefícios. Para Moon (2002), a utilização das TIC na gestão pública tem o

¹ São países membros do bloco económico MERCOSUL a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela. Existem alguns países que são associados ao bloco, que incluem Chile, Peru, Equador e Colômbia, no entanto estes não foram incluídos na presente investigação.

potencial de contribuir para o aumento da transparência pública e da participação dos cidadãos na tomada de decisão política. Estas tecnologias podem auxiliar na disponibilização de informação mais oportuna e contribuir para tornar os processos administrativos mais transparentes.

Pina, Torres e Royo (2010b) explicam que as TIC podem levar os governos a aproximarem-se mais dos cidadãos, através da reformulação da relação entre os cidadãos e os governos em termos de abertura, participação dos cidadãos nos assuntos públicos e interatividade, o que leva, inclusive, a melhorar a prestação de contas da administração pública e a confiança no governo.

No rol dessas tecnologias, há que destacar a utilização da Internet na gestão pública, especialmente no movimento do governo eletrônico, na divulgação da informação pública e no reforço da democracia digital.

Desde meados da década de 1990, a Internet tem assumido um papel fundamental no acesso, na difusão e na comunicação da informação e do conhecimento. No campo da administração pública, a Internet tem facilitado a introdução e o desenvolvimento de um grande número de medidas relacionadas com o movimento NPM (Dunleavy, Margetts, Bastow e Tinkler, 2006).

Uma das formas mais conhecidas de utilização da Internet no setor público diz respeito ao governo eletrônico, o qual é reconhecido como fundamental para a modernização e para as reformas advindas da NPM. Para Calista e Melitski (2007), o governo eletrônico está relacionado com o uso da tecnologia para melhorar o acesso à prestação de serviços do governo, conferindo mais eficiência e eficácia à tomada de decisões. Nesse sentido, a Internet oferece a possibilidade de interação crescente entre os cidadãos e a administração pública (Serrano-Cinca, Rueda-Tomás e Portillo-Tarragona, 2009).

Outra forma de utilização da Internet na gestão pública é dada através da divulgação eletrônica da informação, a qual tem o potencial de proporcionar um aumento na transparência pública. No entendimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a maior capacidade de transmitir informação

através da Internet aumentou a pressão sobre a administração pública no sentido de aumentar a sua transparência (OCDE, 2003). Neste sentido, organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE estabeleceram códigos de boas práticas em matéria de transparência, que envolvem, dentre outras coisas, o uso da Internet para a prática de divulgação da informação financeira.

De facto, um número cada vez maior de entidades públicas possui *websites*. Além da prestação de serviços públicos e do atendimento ao cidadão, uma percentagem crescente dessas entidades têm utilizado a Internet para divulgação da informação financeira (Caba Pérez, Rodríguez Bolívar e López Hernández, 2008). De forma semelhante às entidades privadas, que divulgam informação financeira aos seus *stakeholders* com o objetivo de gerar valor e diminuir a assimetria de informação, incorrendo em redução dos custos de agência (Xiao, Yang e Chow, 2004), as entidades públicas divulgam informação financeira à sociedade civil com o objetivo de prestar contas e conferir mais transparência à sua gestão, legitimando-se perante a referida sociedade e melhorando os índices de confiança dos cidadãos no seu governo (Kloby, 2009).

Com o uso crescente da Internet pelos governos, a prática de divulgação da informação financeira através da Internet tem-se tornado cada vez mais comum (Caba Pérez *et al.*, 2008). Tal facto parece ter sido potenciado pelas limitações impostas pelos tradicionais meios de divulgação da informação financeira, baseados na impressão em papel, aliadas à possibilidade de divulgação a uma vasta gama de utilizadores, em tempo real e com custo relativamente baixo (Oyelere e Mohamed, 2007; Pendley e Rai, 2009; Rodríguez Bolívar, Caba Pérez e López Hernández, 2007).

Este fenómeno, amplamente conhecido na literatura como *Internet Financial Reporting* (IFR), tem sido objeto de vários estudos, principalmente no setor privado. Estudos ligados ao IFR no setor público ainda são em menor número, visto que a maioria dos estudos sobre a utilização da Internet como ferramenta de gestão no setor público concentram-se, principalmente, na utilização do governo eletrónico como uma forma de prestar serviços ao cidadão (Caba Pérez *et al.*, 2008).

Algumas teorias têm sido utilizadas para dar suporte a estes estudos. A teoria da agência, por exemplo, é amplamente utilizada como base para explicar as motivações dos

gestores em adotar a prática de IFR. Segundo esta teoria, as relações de agência no setor público motivam os gestores a divulgar informação para lidar com a assimetria de informação existente, de forma a permitir a monitorização das suas ações (Laswad, Fisher e Oyelere, 2001).

Outra teoria comumente utilizada em estudos dentro da linha de investigação sobre IFR é a teoria da legitimidade. De acordo com os pressupostos desta teoria, as organizações públicas tendem a divulgar mais informação para fins de legitimação perante os cidadãos e demais *stakeholders* (Pendley e Rai, 2009).

A teoria da sinalização, por sua vez, indica que a divulgação da informação financeira por parte das organizações públicas pode servir para sinalizar uma qualidade superior da gestão (eficiente, eficaz e transparente), em relação aos seus pares (Laswad, Fisher e Oyelere, 2005).

A teoria da difusão da inovação também tem sido utilizada em estudos sobre IFR, na tentativa de explicar e descrever o mecanismo de adoção dessa inovação (prática de divulgação eletrónica da informação financeira) (Xiao *et al.*, 2004).

1.2 Objeto e domínio deste estudo

A presente investigação justifica-se, principalmente, por abordar um tema que, apesar de bastante explorado no setor privado, ainda é negligenciado por investigadores em relação ao setor público. Além disso, as pesquisas dentro da linha de investigação sobre a prática de divulgação da informação financeira pelo setor público através da Internet têm vindo a concentrar-se em países mais desenvolvidos. Este estudo ganha relevância ao estudar a prática de divulgação da informação financeira via Internet realizada pelos governos locais de países emergentes, como é o caso dos países que integram o bloco económico MERCOSUL.

Outro fator que justifica a realização da presente investigação é que, geralmente, as pesquisas que envolvem a divulgação da informação financeira através da Internet no setor público limitam-se a estudar o contexto nacional (Caba Pérez, Lopez Hernández e

Rodriguez Bolívar, 2005). Contrariamente, este estudo ganha relevância ao investigar, de forma comparativa transnacional, a prática de IFR nos governos locais de países que integram um bloco económico.

Outro ponto que merece destaque e que justifica a realização deste estudo, ao nível dos governos locais do MERCOSUL, é a falta de normas objetivas que estabeleçam boas práticas de IFR no setor público. A regulação existente em alguns dos países estudados concentra-se apenas em estabelecer o conteúdo da informação financeira a ser divulgada através da Internet, negligenciando aspetos importantes da prática de IFR, como a navegabilidade e a acessibilidade do *website*, bem como as características qualitativas inerentes a essa informação.

Adicionalmente, os estudos sobre o fenómeno IFR concentram-se em aplicar uma metodologia predominantemente quantitativa. O presente trabalho de investigação utiliza tanto metodologia quantitativa, relacionada com a análise da adoção e da extensão da prática de IFR nos governos locais, bem como dos fatores determinantes desta prática, quanto metodologia qualitativa, ao explorar, através de um conjunto de entrevistas semiestruturadas, os fatores relacionados com o envolvimento dos gestores públicos locais com a prática de IFR.

Face ao exposto, verificámos que existe uma lacuna relacionada com a avaliação da adoção e da extensão da prática de divulgação eletrónica da informação financeira, por parte dos governos locais dos países integrantes do bloco económico MERCOSUL, assim, como dos fatores que determinam tal prática. Deste modo, o presente trabalho de investigação tem por objetivo dar resposta ao seguinte problema: *a prática de divulgação eletrónica da informação financeira, no âmbito dos governos locais dos países membros do MERCOSUL, está a ser levada em consideração para aumentar a transparência financeira da gestão pública?*

Para dar resposta ao problema formulado, procedemos a um estudo empírico no âmbito dos governos locais dos países integrantes do bloco económico MERCOSUL, com três objetivos fundamentais: 1) avaliar a taxa de adoção da prática de divulgação da informação financeira através da Internet nestes governos locais; 2) explorar, através de um estudo qualitativo, as eventuais razões relacionadas com esta prática de divulgação

nestes países; e 3) analisar a extensão da prática de IFR e, com recurso aos fundamentos das teorias da agência, da legitimidade, da sinalização e da difusão da inovação, analisar os potenciais fatores determinantes da extensão desta prática de divulgação.

1.3 Objetivos da investigação

O objetivo geral deste estudo consiste em avaliar a taxa de adoção da prática de divulgação da informação financeira nos governos locais dos países do MERCOSUL, utilizando a Internet como plataforma de divulgação, explorar qualitativamente as razões relacionadas com o envolvimento dos gestores públicos locais com essa prática e analisar a extensão e os fatores determinantes dessa prática.

Tendo como referência este objetivo geral estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

1. verificar se os governos locais, incluídos na amostra, possuem um *website*;
2. verificar se o *website* dos governos locais inclui informação financeira;
3. explorar as eventuais razões relacionadas com a adoção dessa prática nos países do MERCOSUL;
4. identificar qual a extensão da prática de divulgação eletrónica, através do nível de inclusão da informação financeira nos *websites*, com recurso ao índice de divulgação (ID) criado para este fim;
5. analisar que fatores determinam a extensão dessa prática de divulgação.

Conseguindo atingir os objetivos específicos são produzidos contributos ao nível teórico e ao nível prático.

Ao nível teórico, a linha de investigação sobre a prática de IFR fornece contributos para o avanço das teorias já referidas, bem como para o conhecimento das razões relacionadas com a adoção e a extensão dessa prática e dos seus fatores determinantes no setor público, especialmente em países em desenvolvimento.

Ao nível prático, a investigação sobre a prática de IFR pode fornecer contributos, tanto para profissionais quanto para académicos, no que se refere ao aperfeiçoamento dessa

prática por parte das entidades públicas, nomeadamente dos governos locais, bem como à ação eficiente dos organismos reguladores da contabilidade pública na sua tarefa de elaboração e emissão de normas ligadas à prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

1.4 Metodologia da investigação

O estudo empírico considera uma amostra aleatória estratificada de 374 governos locais dos cinco países integrantes do bloco económico MERCOSUL (92 governos locais da Argentina, 94 governos locais do Brasil, 67 governos locais do Paraguai, 46 governos locais do Uruguai e 75 governos locais da Venezuela), tendo sido adotado um nível de confiança de 95% e um intervalo de confiança de 10%.

Para avaliar a taxa de adoção da prática de IFR nos governos locais, recorreremos aos motores de busca na Internet e verificamos, através da técnica de análise de conteúdo, a existência de divulgação da informação financeira nestes *websites*.

Utilizámos a metodologia qualitativa para explorar as eventuais razões relacionadas com o envolvimento dos gestores públicos dos governos locais dos países do MERCOSUL com a prática de IFR, com recurso a entrevistas semiestruturadas com dirigentes de órgãos públicos responsáveis pela promoção da transparência dos governos locais dos países estudados. Analisámos os dados recolhidos nessas entrevistas através da técnica de análise de conteúdo, com recurso ao *software WebQDA*.

Para mensurar a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet pelos governos locais, construímos, com base em estudos dentro da linha de investigação sobre IFR e na norma internacional de contabilidade para o setor público, nº1, emanada pela *International Federation of Accountants* (IFAC), um ID composto por 30 itens relativos ao conteúdo e às características qualitativas da informação financeira, bem como ao *design*, à navegabilidade e à acessibilidade dos *websites* dos governos locais. Com base neste ID, recolhemos a informação nos *websites* governamentais através da técnica de análise de conteúdo.

A metodologia utilizada para identificar os fatores determinantes da prática de divulgação da informação financeira através da Internet nos governos locais é quantitativa, socorrendo-se, para o tratamento estatístico dos dados, de técnicas de análise univariada e multivariada (testes paramétricos de correlação de *Pearson* e análise de regressão linear múltipla). Foram utilizados alguns testes de robustez para avaliar a fiabilidade dos resultados da análise de regressão linear, como inserção individualizada de cada variável independente, remoção de *outliers*, amostra alternativa e análises de regressão logística.

1.5 Estrutura da tese

Esta tese é composta para além da introdução, que constitui uma descrição geral do conteúdo da presente investigação, por mais 5 capítulos e 3 anexos.

O segundo capítulo é dedicado à revisão da literatura em que abordamos o papel das TIC na gestão do setor público, a prática de divulgação da informação financeira com recurso à Internet e as reformas com vista ao aumento da transparência financeira nos países do MERCOSUL. Nesta última secção, apresentamos o enquadramento legal e normativo relacionado com a produção e a divulgação da informação financeira de carácter obrigatório por parte dos governos locais incluídos no estudo.

O terceiro capítulo é dedicado à formulação do problema que se apresenta como foco principal desta tese e à apresentação das questões de investigação. Ainda neste capítulo desenvolvemos o enquadramento teórico utilizado neste estudo, com o relacionamento entre as teorias da agência, da legitimidade, da sinalização e da difusão da inovação. Neste capítulo, construímos um quadro teórico integrado relacionado com a prática de IFR.

O quarto capítulo é dedicado à metodologia aplicada ao estudo. Nele descrevemos as características da população e da amostra, bem como identificamos os dados utilizados e as respetivas fontes de recolha. Neste capítulo também formulamos as hipóteses de investigação e descrevemos a forma de cálculo das variáveis, além de expormos as metodologias utilizadas para o teste das hipóteses desenvolvidas.

O quinto capítulo destina-se ao estudo empírico, no qual apresentamos e interpretamos os resultados obtidos com a finalidade de dar resposta às questões de investigação. Avaliamos neste capítulo a taxa de adoção da prática de IFR nos governos locais do MERCOSUL. Adicionalmente, exploramos, através do estudo qualitativo, as eventuais razões relacionadas com o envolvimento dos gestores públicos dos governos locais dos países do MERCOSUL com a prática de IFR. Também analisamos a extensão e os potenciais fatores determinantes de tal prática.

As conclusões, as limitações do estudo empírico e algumas propostas de trabalho futuro são apresentadas no sexto capítulo.

Nos três anexos a este trabalho de investigação damos conta da lista de variáveis utilizadas em estudos empíricos sobre divulgação da informação financeira (Anexo A), apresentamos a lista dos governos locais que foram incluídos na amostra deste estudo (Anexo B) e apresentamos o guião de entrevista semiestruturada utilizado para a realização do estudo qualitativo (Anexo C).

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

2 REVISÃO DA LITERATURA

A divulgação da informação financeira através da Internet tem vindo a ser objeto de vários estudos, tanto no setor privado quanto no setor público, porque não só possibilita que as organizações interajam com maior facilidade com seus *stakeholders*, como também possibilita a redução dos custos de distribuição da informação financeira (Mohamed, 2010; Oyelere e Mohamed, 2007; Pendley e Rai, 2009)

No setor público, especificamente, a divulgação da informação financeira através da Internet tem o potencial de contribuir para aumentar a transparência das organizações, permitindo que os cidadãos acompanhem mais de perto as ações do governo, através da interação quotidiana (Rodríguez Bolívar *et al.*, 2007).

2.1 Tecnologias da informação e da comunicação no setor público

As TIC têm evoluído a ponto de permitir que as organizações do setor público, à semelhança do que acontece no setor privado, as utilizem como ferramenta para aumentar a sua transparência, eficiência, eficácia e *accountability*, bem como para potenciar a interação entre os cidadãos e o governo, o que fazem delas instrumentos fundamentais nas reformas do setor público (Bertot, Jaeger e Grimes, 2010; Pina *et al.*, 2010b; Wong e Welch, 2004). Nas secções seguintes serão analisadas as potencialidades das TIC no setor público, o que inclui a utilização da Internet para a divulgação da informação financeira.

2.1.1 Utilização das TIC no contexto da reforma do setor público

Nas últimas três décadas, a maioria dos países ligados à OCDE tem feito esforços para melhorar a eficiência da gestão das entidades públicas e a qualidade dos serviços por elas prestados. Procuram igualmente aumentar a transparência da gestão, designadamente através da prestação de contas perante os cidadãos (Bhuiyan e Amagoh, 2011; Hood, 1991; Parker e Gould, 1999).

Tais esforços resultaram em mudanças significativas na prática de gestão estabelecida para o setor público (Ramírez, 2010). Este processo de mudanças profundas no setor público foi estabelecido para enfrentar os problemas de ineficiência e inadequação do Estado na prestação dos serviços públicos à comunidade. Consequentemente, as reformas na gestão pública têm a ver com a qualidade das relações entre os governos das instituições públicas e os cidadãos (Bhuiyan e Amagoh, 2011).

Segundo Ongaro e Valotti (2008), o movimento de reformas que vem ocorrendo, há algumas décadas, na gestão pública, conhecido como NPM, é definido como um conjunto de mudanças deliberadas, nas estruturas e nos processos das organizações do setor público, com o objetivo de fazer com que exista racionalização dos recursos, transparência de gestão e responsabilização dos gestores públicos. Nesse sentido, Pina, Torres e Royo (2009) explicam que a maioria das reformas do setor público teve o objetivo de introduzir mecanismos de mercado como meio de melhorar a sua governação e o seu controlo.

De forma semelhante, Lapsley (1999) explica que o paradigma NPM é um modelo de reforma que privilegia a quantificação dos resultados, tendo a contabilidade, neste aspeto, um papel central, através da divulgação da informação para tomada de decisão. Nesse sentido, Hood (1995) expressa que a NPM envolve uma conceção diferente de prestação de contas públicas, diminuindo ou eliminando as diferenças entre o setor público e o setor privado, com ênfase na estrutura organizativa das organizações públicas.

Um dos principais objetivos da NPM é superar entraves burocráticos, permitindo que os gestores possam usar os seus recursos, limitados, de forma mais eficiente (Pina e Torres, 2003). Além disso, as iniciativas de reforma do setor público têm como objetivo criar e manter uma estrutura governamental que implemente políticas e programas de

desenvolvimento para o benefício dos cidadãos (Liou, 2007). Luke, Kearins e Verreyne (2011) explicam que as reformas no setor público têm como objetivos aumentar a eficiência e a eficácia na prestação de serviços, alinhar a gestão do setor público com a do setor privado e dar ênfase aos resultados obtidos através do uso eficaz dos recursos públicos.

Para tanto, os governos utilizam iniciativas como desregulamentação, subcontratação, controlo de gestão por resultados, atribuição de responsabilidades, bem como introdução de diferentes técnicas de gestão, provenientes do setor privado (Hood, 1991, 1995). Além dessas iniciativas, outras mudanças, resultantes deste processo de reforma, foram incorporadas na gestão pública, como reestruturação burocrática, introdução de normas de serviço para os funcionários públicos, terciarização de prestadores de serviços, adoção de práticas flexíveis de gestão de pessoas, descentralização, coordenação vertical e autonomia, privatização, espírito empresarial, técnicas de gestão voltadas para o mercado, além de ampliação na utilização das TIC (Bhuiyan e Amagoh, 2011; Foley, 2008).

Um exemplo das alterações sofridas pelo setor público é evidenciado na investigação de Corte-Real (2008). Esta autora, num estudo sobre a NPM em Portugal, explica que as reformas na administração pública portuguesa tiveram como foco a orientação dos serviços públicos para os cidadãos, mudanças nas organizações e estruturas, melhorias na gestão de pessoal, descentralização e gestão de processos administrativos. Além disso, acrescenta esta autora, que fez parte do movimento de reforma no serviço público português, a implantação de normas voltadas para a ética no serviço público, com o objetivo de estabelecer a missão, os valores fundamentais e o foco no cidadão.

Como consequência dos movimentos globais em prol da melhoria da transparência e da eficiência no setor público, os países integrantes do bloco económico MERCOSUL, como é o caso do Brasil, também sofreram alterações na gestão do setor público, em decorrência do paradigma NPM. Para Andrews, Comini e Vieira (1999), as reformas no setor público brasileiro derivaram da crise de estado vivida no país, envolvendo três aspetos: a crise fiscal, resultante da incapacidade do governo para enfrentar os altos custos dos serviços públicos; o colapso de governos intervencionistas na economia global e o fracasso do modelo burocrático de prestação de serviços públicos. Os autores explicam

que, dos três aspetos referidos, a crise fiscal foi o motivo mais significativo que levou o país a desencadear o processo de reforma da gestão do setor público.

Entretanto, as reformas do setor público nem sempre têm sido bem-sucedidas (Pal e Ireland, 2009). Vários escândalos e episódios de corrupção têm sido divulgados nos países mais envolvidos nas tendências globais de reformas da NPM, o que levanta o debate acerca do efeito dessas reformas sobre o comportamento da gestão pública (Maesschalck, 2004; Monfardini, 2010). Muitas vezes as reformas do setor público são descritas na literatura como “porta de entrada” para atos de improbidade administrativa e de corrupção (Maesschalck, 2004; Monfardini, 2010; Tambulasi, 2009).

Para solucionar essa vulnerabilidade das mudanças advindas das reformas da NPM e contribuir para o combate à corrupção, Tambulasi (2009) sugere que sejam reforçados os procedimentos e as estruturas de governação corporativa nas entidades públicas, de forma a obter aumento de transparência, *accountability*, representatividade, participação, equidade, coerência e sustentabilidade, além dos três “E” do paradigma NPM: economia, eficiência e eficácia. Neste aspeto, é possível inferir que a utilização das TIC no setor público tem muito a contribuir.

A introdução das TIC nas organizações públicas, por si só, pode ser considerada um fator de risco, o que pode acarretar, eventualmente, no aumento da corrupção (Bertot *et al.*, 2010). No entanto, a sua utilização no setor público parece solucionar parte dessa vulnerabilidade, tendo em vista que tais tecnologias têm o potencial de reforçar as estruturas de governação nas entidades públicas, promovendo mudanças nos sistemas de gestão e nos métodos de interação entre a administração pública e os cidadãos (Dunleavy *et al.*, 2006).

Segundo Dunleavy *et al.* (2006), o desenvolvimento atual das reformas no setor público gira em torno das mudanças nas tecnologias de comunicação e nas alterações nos sistemas de informação. Estes autores citam como exemplos a utilização em larga escala do correio eletrónico como meio de comunicação interna e externa, a relevância cada vez maior de *websites* e redes internas de informação organizacional (*intranets*), o desenvolvimento de serviços eletrónicos para diferentes grupos de utilizadores e o crescimento de plataformas digitais de compras, entre outros.

Dunleavy *et al.* (2006) evidenciam, ainda, que a onda de mudanças oriundas do paradigma NPM tem sido revertida na era da governação digital, principalmente em decorrência da frequente utilização das TIC na gestão pública. Para Bhuiyan e Amagoh (2011), a governação digital, enquanto fenómeno relativamente novo, pode ser considerada como mecanismo para melhorar a eficiência na prestação dos serviços públicos. É, portanto, considerada uma ferramenta essencial no movimento de reformas do setor público.

Nesse sentido, as TIC têm sido percebidas como facilitadoras viáveis para as organizações públicas, permitindo aumentar os níveis de desempenho e proporcionar uma melhor base para a tomada de decisão (Pina *et al.*, 2009). Estas e outras vantagens da utilização das TIC nas organizações do setor público serão abordadas na secção seguinte.

2.1.2 Vantagens da utilização das TIC no setor público

As organizações do setor público parecem utilizar as TIC em decorrência dos potenciais benefícios por elas gerados. Diversos estudos apontam as vantagens da utilização das TIC na gestão das entidades do setor público (Bertot *et al.*, 2010; Bhuiyan e Amagoh, 2011; Kudo, 2008; Llorca, Fernández-Durán e Rech, 2009; McNeal, Hale e Dotterweich, 2008; Pathak, Naz, Rahman, Smith e Nayan Agarwal, 2009; Pina *et al.*, 2009; Siddiquee e Mohamed, 2007).

Uma das principais vantagens da utilização das TIC, apontadas nestes estudos, é o potencial aumento da transparência e da interatividade na gestão pública. Muitos estudos têm examinado a maneira com que a Internet mudou a capacidade de interação entre a administração pública e os cidadãos (Armstrong, 2011; Musso, Weare e Hale, 2000; Pina *et al.*, 2010b; Tolbert e Mossberger, 2006; West, 2004). Tais estudos concentram-se no conceito de transparência governamental, que se refere ao nível de abertura ao público da tomada de decisão da administração pública (West, 2004). Para Wong e Welch (2004), os cidadãos não seriam capazes de responsabilizar o seu governo se não soubessem quais as suas ações e não tivessem um canal para interagir com ele. Estes autores argumentam que, enquanto as organizações públicas são, em última análise, responsáveis perante os

cidadãos, a transparência e a interatividade são dois elementos críticos para a função de responsabilidade do governo.

Muitas nações com leis que obrigam o governo a manter uma postura aberta e transparente têm, diretamente ligada à implementação dessas leis, a execução de iniciativas baseadas nas TIC, muitas vezes através do governo eletrônico (Relly e Sabharwal, 2009).

Bertot *et al.* (2010) sugerem que alguns fatores podem influenciar o grau que as TIC podem criar uma cultura permanente de transparência no setor público: 1) acesso às TIC, já que mais interligação social significa maior capacidade dos membros da sociedade em trabalhar juntos para promover benefícios sociais como a transparência; 2) confiança, pois a oferta de um maior acesso à informação governamental e uma maior transparência através da utilização das TIC tem o potencial de aumentar a confiança entre os cidadãos; 3) capacitação social, ampliando a possibilidade dos cidadãos participarem de iniciativas para promover a abertura e o apoio cultural para a transparência.

Para McIvor, McHugh e Cadden (2002), além do aumento da interação entre o governo e os cidadãos, a utilização das TIC no setor público proporciona significativo aumento da acessibilidade à informação e aos serviços públicos, tendo em vista que a Internet permite que os utilizadores acessem aos *websites* governamentais a qualquer hora do dia, em qualquer dia da semana e a partir de qualquer lugar.

Diversos autores afirmam que a utilização das TIC na administração pública também ajuda a melhorar a eficiência e a eficácia dos serviços públicos, bem como pode promover uma gestão mais responsável, de forma a tornar o governo mais sensível às necessidades dos seus cidadãos (Bertot *et al.*, 2010; Bhuiyan e Amagoh, 2011; Kudo, 2008; Pina *et al.*, 2009; Siddiquee e Mohamed, 2007). Desta forma, as TIC apresentam-se perante as organizações do setor público como uma oportunidade para melhorar a maneira de atenderem as necessidades manifestadas pelos cidadãos (McIvor *et al.*, 2002), bem como aumentar a valorização das relações entre os funcionários públicos e os cidadãos, permitindo um acompanhamento e controlo das atividades do governo por parte da sociedade (Shim e Eom, 2008).

Outra vantagem da utilização das TIC no setor público está ligada à redução dos custos operacionais das organizações públicas (Bhatnagar e Deane, 2004; Heeks, 2005). Para McIvor *et al.* (2002), o valor das tecnologias baseadas na Internet reside na sua capacidade de armazenar, processar e transmitir informação instantaneamente, em qualquer altura e a um custo reduzido.

Monfardini (2010) afirma que as TIC também podem favorecer o aumento da divulgação da informação financeira, permitindo uma melhoria da prestação de contas aos cidadãos. Além disso, o uso das TIC pelas entidades públicas tem o potencial de aumentar a confiança dos cidadãos na administração pública (Pina, Torres e Royo, 2010a; Tolbert e Mossberger, 2006). Espera-se, portanto, que as TIC contribuam para ampliar a abertura, transparência e *accountability* das entidades públicas e, conseqüentemente, aumentar o grau de interesse e envolvimento dos cidadãos na política, aproximando-os do governo (Pina *et al.*, 2010a).

A próxima secção abordará o conceito de governo eletrónico, enfatizando a literatura que aborda o seu processo evolutivo nos últimos anos.

2.1.3 Conceito e evolução do governo eletrónico

O governo eletrónico é reconhecido como fundamental para a modernização, reforma e melhoria da gestão no setor público (Heeks, 2005; Lenk, 2002). Wong e Welch (2004) argumentam que o movimento do governo eletrónico pode ser considerado fruto da pressão global das TIC, pressão essa formada por estímulos e oportunidades na burocracia pública, as quais fazem parte das iniciativas de reforma da gestão pública, nomeadamente da NPM.

Inicialmente, muitos estudiosos descreveram o governo eletrónico como o uso da Internet para fornecer informação e serviços aos cidadãos (Bouwman e Nouwens, 1999; Gupta e Jana, 2003). No entanto, essa definição não inclui a utilização de algumas tecnologias móveis, como por exemplo o uso dos telemóveis e *tablets*, que possuem a capacidade de permitir que a prestação de serviços e informação aos cidadãos seja feita independentemente do local em que estes se encontrem. Não incluem, também, algumas formas de interação entre o governo e os cidadãos, como por exemplo o uso das redes sociais.

Calista e Melitski (2007) definem governo eletrônico como o uso da tecnologia para melhorar o acesso à prestação de serviços governamentais em benefício dos cidadãos e de outros *stakeholders*. É importante considerar que a limitação da definição de governo eletrônico incluindo somente aplicações orientadas para a Internet, ou simplesmente o fornecimento de informação e prestação de serviços, limita a inovação e o surgimento de ideias criativas. Assim, de forma mais abrangente, governo eletrônico pode ser definido como a capacidade de transformar a administração pública através da utilização das TIC, permitindo que o governo se comunique com os cidadãos, num esforço para melhorar a prestação de serviços, a abertura e o desempenho. Isso revela uma evolução das expectativas do governo eletrônico em programas de reforma do setor público.

Outra forma de definir e compreender o governo eletrônico é feita através da utilização de uma abordagem que avalia o crescimento e a evolução com base em várias fases. Para Kaisara e Pather (2011), o governo eletrônico é um fenômeno que tem sofrido mutações desde a sua origem. Muitos teóricos do governo eletrônico concordam em considerar quatro estágios associados com a sua teoria e desenvolvimento (Calista e Melitski, 2007; Kaisara e Pather, 2011; Layne e Lee, 2001; Moon, 2002; West, 2004).

O primeiro estágio é comumente descrito na literatura como o "estágio da informação", no qual alguma informação é disponibilizada nos *websites* governamentais, como por exemplo os endereços físicos de instituições governamentais, os nomes dos funcionários públicos, os nomes de vários departamentos ou agências, o horário de funcionamento ou os números de telefone dos departamentos (Layne e Lee, 2001). Durante esta fase, o objetivo principal consiste em estabelecer uma presença *online* por parte do governo, permitindo que os utilizadores comecem a interagir com o governo eletrônico.

O segundo estágio é muitas vezes referido como a "fase de operação", na qual os cidadãos têm a possibilidade de pagar multas e de comprar bilhetes *online*, bem como solicitar várias licenças ou autorizações. Este estágio inclui conceitos familiares no setor privado, nomeadamente o conceito de *e-commerce* (Layne e Lee, 2001). Keen e McDonald (2000) definem *e-commerce* como a troca de valor entre as partes efetivada por meios eletrônicos. De forma semelhante ao que ocorre no *e-commerce*, nesta fase, o cidadão é visto como o cliente e os serviços são oferecidos pelos governos tendo em vista satisfazer o utilizador final que é o cidadão.

O terceiro estágio do desenvolvimento do governo eletrônico é normalmente referido como "estágio de integração" ou "estágio de comunicação", porque, nesse estágio, os cidadãos podem contactar funcionários e políticos eleitos através do correio eletrônico (Moon, 2002). O termo "integração" advém da ideia de integração vertical, na qual a comunicação da administração pública é aprimorada. Nesse estágio, a comunicação ocorre em todos os níveis da administração pública, possibilitando a interação entre o governo e os cidadãos, através do envio e recebimento de *e-mail*, participação em *chats* e fóruns eletrônicos de discussão, entre outros. Jo e Kim (2003) revelam que a interatividade é essencial para as organizações desenvolverem relacionamentos sólidos com os seus *stakeholders*. Wong e Welch (2004) acrescentam que o governo eletrônico tem o potencial de alterar a tradicional relação entre o governo e os cidadãos, criando uma nova interface virtual.

O quarto estágio de desenvolvimento do governo eletrônico é descrito por Layne e Lee (2001) como o "estágio da integração horizontal". Segundo estes autores, este estágio refere-se a sistemas integrados nas diferentes funções de governo, nos quais diversos serviços e informação são disponibilizados num único local na Internet. Estes autores explicam ainda que as bases de dados em diferentes áreas se desenvolverão em rede, de modo que a informação obtida por uma agência seja disponibilizada por todas as funções de governo. Assim, nessa fase de desenvolvimento do governo eletrônico, os cidadãos já não são obrigados a visitar vários *websites* de diversos governos locais, regionais e/ou central para procurar informação, pois ela está condensada num único local, facilitando a sua consulta.

2.1.4 Democracia digital e participação cidadã através do governo eletrônico

Há na literatura sobre governo eletrônico um debate frequente acerca do envolvimento eletrônico do cidadão nas políticas públicas (Carrizales, 2008). Esse envolvimento dos cidadãos na gestão pública por meio das TIC é conhecido como democracia digital.

Para Schwester (2009), a democracia digital salienta a importância dos processos e das estruturas que caracterizam a interação entre o governo e os cidadãos, proporcionando, assim, mecanismos que reforçam a transparência, a *accountability* e o envolvimento dos

cidadãos nas atividades da administração pública. Fudge (2011a) acrescenta que a democracia digital permite que os cidadãos participem e se envolvam em decisões governamentais, com impacto nos resultados administrativos, políticos e sociais.

Barber (2001) sugere que as TIC devem ser utilizadas como poderosas ferramentas de comunicação política e devem ser exploradas para proporcionar serviços públicos digitais, desenvolver comunidades *online* e oferecer inúmeras possibilidades de participação dos cidadãos. Isto melhorará a governação no setor público, aumentando a transparência e a *accountability*. Para Hill, Lynn Jr, Proeller e Schedler (2005), a governação pública refere-se à implementação de sistemas de controlo e responsabilidade. Segundo estes autores, a *accountability* faz parte da essência das boas práticas de governação pública.

Adicionalmente, West (2004) argumenta que o uso do governo digital para melhorar a democracia interativa é considerado o estágio mais avançado de governo eletrónico e tem o potencial de aperfeiçoar a prestação de contas no setor público. A democracia digital refere-se, portanto, à capacidade dos governos em praticar a democracia sem os limites de tempo, espaço e outras condições físicas (Nugent, 2001). Esta forma de democracia permite que os cidadãos ofereçam opinião *online*, participem de fóruns políticos e assistam a reuniões públicas *online* 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Como uma forma de implementar os princípios democráticos na governação das instituições públicas, a exploração das TIC pode permitir várias práticas democráticas, como o voto eletrónico, a consulta eletrónica, a participação em fóruns virtuais de discussão e o registo *online* de perguntas, reclamações e denúncias (Gibson, Lusoli e Ward, 2002). Paskaleva-Shapira (2006) sugere que a democracia digital se relaciona muito mais com a transformação e a modernização do governo e com processos democráticos e políticas públicas do que, simplesmente, com processos eletrónicos. O autor argumenta que a democracia digital reflete a capacidade e a habilidade do governo para melhor servir os seus cidadãos.

Para Carrizales (2008), o aumento da transparência e da abertura do governo ganha destaque entre os benefícios da democracia digital. Além destes benefícios, podemos destacar a criação de mais um canal de comunicação entre o governo e os cidadãos, o qual

não existia no passado. Um exemplo deste novo canal é a discussão *online* de políticas, na qual o governo facilita a consulta pública sobre questões políticas e fomenta a participação mais efetiva dos cidadãos na discussão de temas específicos (Fudge, 2011a). Este autor argumenta que essa abertura do governo através da possibilidade de discussões políticas com os burocratas e políticos eleitos proporciona aos cidadãos a oportunidade de compreender melhor as questões políticas, facilitando a comunicação com o governo.

Existem outros mecanismos governamentais que fomentam uma maior participação popular através da utilização das TIC. Diversos gestores públicos dos governos locais nos EUA promovem pesquisas de satisfação com os cidadãos através de *websites* governamentais, procurando avaliar os serviços prestados e pedindo aos cidadãos para opinar a respeito de questões que incluem a taxa de qualidade de vida, a segurança da população, bem como a proteção oferecida pela força de segurança e contra incêndios (Fudge, 2011a). Além disso, o governo pode utilizar as TIC para consultar os cidadãos sobre a promoção do crescimento económico e a aplicação dos recursos públicos, entre outros. Pesquisas de satisfação do cidadão através da utilização das TIC podem ser utilizadas para obter a perspectiva dos cidadãos sobre vários temas e questões ligadas às ações governamentais com impacto direto e indireto na vida dos cidadãos, incluindo os serviços de transporte público, limpeza urbana, entretenimento, educação e saúde (Fudge, 2011a).

Outra possibilidade de utilização das TIC para incluir os cidadãos nas decisões governamentais é a promoção de discussões e reuniões políticas *online*. Estes recursos são muito comuns em muitos *websites* dos governos locais de países afiliados à Organização das Nações Unidas (ONU), fornecendo um mecanismo para que os utilizadores possam visualizar o processo de uma reunião política através do ecrã de um computador (Holzer e Kim, 2003). Normalmente, estas reuniões são arquivadas no *website*, permitindo que os cidadãos visualizem reuniões anteriormente realizadas, bem como, em alguns casos, reuniões em curso, sendo transmitidas *online* e em tempo real através do *website*.

A divulgação da informação financeira através da Internet poderá fazer parte dos mecanismos governamentais que têm o potencial de fomentar a participação do cidadão nas atividades do governo. Os cidadãos têm a oportunidade de verificar, através das demonstrações financeiras, quais as áreas mais contempladas em relação aos investimentos

públicos, além de poderem verificar o desempenho do governo em termos financeiros. Têm também a possibilidade de fiscalizar os gastos públicos, o que, potencialmente, auxilia no combate à corrupção (Bertot *et al.*, 2010). Alguns estudos revelam que o envolvimento dos cidadãos no planejamento e na avaliação da gestão pública tem o potencial de reduzir os custos e melhorar o desempenho, além de aumentar a fiabilidade das entidades públicas (Callahan, 2002; Dubnick, 2002; Kloby, 2009).

No entanto, a participação popular na governação pública enfrenta algumas barreiras administrativas e mecanismos de participação tradicionais e inadequados, o que faz com que o progresso do envolvimento da sociedade na gestão pública seja limitado (Callahan, 2002). Este autor explica que muitas vezes os cidadãos, apesar de serem inseridos nas discussões iniciais de planejamento dos programas de governo, são, na maioria das vezes, excluídos das principais decisões estratégicas que são tomadas por administradores e funcionários eleitos.

2.1.5 Governação eletrónica e redes sociais

No decorrer das últimas décadas, a Internet tem dado suporte a serviços que permitem que as pessoas comuniquem e partilhem diversas informações entre si. As redes sociais (por exemplo, *Bebo*, *Cyworld*, *Facebook*, *Hi5*, *MySpace*, *Twitter*) têm sido consideradas pela literatura como formas avançadas de comunicação interativa (Alam, Yeow e Loo, 2011; Decarie, 2010; Toivonen *et al.*, 2009).

Segundo Boyd e Ellison (2008), as redes sociais são serviços baseados na Internet que permitem aos indivíduos construir um perfil dentro de um sistema e, através deste, articular uma lista de outros utilizadores com quem desejam partilhar uma conexão, desenvolvendo um relacionamento com eles.

Estas novas formas de comunicação social oferecem uma vasta gama de possibilidades para que os utilizadores estabeleçam comunicação com as organizações. De acordo com Waters, Burnett, Lamm e Lucas (2009), as organizações sem fins lucrativos utilizam as redes sociais para otimizar as suas funções de gestão, interagir com os voluntários e doadores e divulgar aos cidadãos os seus programas e serviços.

As organizações com fins lucrativos têm usado estes novos paradigmas de comunicação para ajudar a lançar produtos e fortalecer as suas marcas (Waters *et al.*, 2009). Segundo estes autores, somente o *Facebook* possui mais de 68 milhões de utilizadores ativos, o que tem motivado as entidades privadas a explorar o potencial desenvolvimento de relacionamentos oferecido pelas redes sociais.

Mais recentemente, o governo começou a usar as redes sociais para anunciar novas iniciativas, compartilhar ideias e incluir os cidadãos no processo de decisão política, facilitando a comunicação com os cidadãos (Fudge, 2011a). Este autor cita o exemplo de governos locais dos EUA que têm explorado as redes sociais como uma forma de melhorar o nível de comunicação entre o governo e os cidadãos. O uso de redes sociais como uma parte essencial das iniciativas de transparência pode criar novas oportunidades e novos desafios à administração pública, em combinação com informação pública por ela disponibilizada, surgindo assim uma nova forma de promover e facilitar a transparência da gestão pública (Bertot *et al.*, 2010; Robinson, Yu, Zeller e Felten, 2009).

Apesar dos potenciais benefícios advindos da interação desenvolvida com as redes sociais, o setor público parece estar apenas a começar a explorar tais vantagens no âmbito da governação eletrónica. Para Mergel (2010), as redes sociais têm a capacidade de transformar a maneira pela qual o governo interage com seus *stakeholders*, tornando a gestão pública transparente e participativa. Esta autora argumenta que os administradores públicos tendem a ser relutantes em implementar redes sociais nas suas instituições, provavelmente porque temem que essa forma virtual de interação seja simplesmente um modismo ou uma tendência que não tenha sustentabilidade.

No entanto, a utilização de redes sociais por organizações públicas já é uma realidade em alguns países. Jaeger e Bertot (2010) revelam que, nos EUA, o atual governo central (administração do presidente Barack Obama) tem enfatizado o uso do governo eletrónico e de novos serviços utilizando redes sociais com a finalidade de conferir mais transparência ao governo. Os investigadores explicam que esta postura de abertura do governo aos novos paradigmas da comunicação digital visa garantir um eleitorado informado, promovendo assim, transparência do processo de governação.

Em termos de divulgação da informação financeira *online*, aplicativos de rede social podem ser usados para informar os cidadãos e outros grupos interessados a respeito dos relatórios que se encontram disponíveis para exibição *online* e fornecer uma hiperligação para a sua localização. Além disso, estas aplicações podem fornecer resumos detalhados das demonstrações financeiras, despertando assim o interesse dos cidadãos na leitura do documento inteiro. Estas aplicações também podem ser usados como um modo de reunir opiniões e ideias do público a respeito da situação financeira do governo.

Apesar dos riscos inerentes à sua utilização pelas organizações públicas, as redes sociais têm o potencial de contribuir para o combate à corrupção, através de quatro grandes forças intrínsecas: colaboração, participação, capacitação e tempo (Bertot *et al.*, 2010). Estes autores argumentam que as redes sociais são colaborativas e participativas e, por natureza, ligadas à interação social. Possibilitam que os utilizadores se conectem e formem comunidades para compartilhar informação ou arquivos de interesse comum. Exemplos de aplicações populares de redes sociais como complementos no combate à corrupção têm sido desenvolvidas tanto por governos como por organizações não-governamentais, como é o caso do *Wikileaks* (<http://www.wikileaks.org>).

A combinação de governo eletrônico, redes sociais, tecnologias móveis, iniciativas políticas, transparência e vontade dos cidadãos por um governo mais aberto está fomentando uma nova era de oportunidades que tem o potencial para criar uma gestão pública transparente, aberta, eficiente e eficaz, baseada nas TIC e centrada nos cidadãos (Bertot *et al.*, 2010).

2.2 Divulgação da informação financeira através da Internet

Em todo o mundo, um número cada vez maior de entidades públicas possui *websites*. Além da prestação de serviços públicos e do atendimento ao cidadão, uma percentagem crescente dessas entidades está a colocar informação financeira nos seus *websites* (Caba Pérez *et al.*, 2008).

Os índices de utilização da Internet, atualmente, como meio de interação entre as entidades públicas e os *stakeholders*, atingiram um nível considerável. De acordo com o

Eurostat ICT Statistics, 28% de todos os indivíduos europeus usaram a Internet para interagir com autoridades públicas, nos últimos três meses do ano de 2008 (Löf, 2008) e 61% das empresas europeias utilizaram a Internet, no ano de 2007, para interagir com as autoridades públicas, com o propósito de obter informação da administração pública (Storm e Smihily, 2008). Ainda segundo a *Eurostat ICT Statistics*, cerca de 53% dos utilizadores da Internet na Europa utilizaram-na, no ano de 2010, para obter informação da administração pública a partir dos seus *websites* (Seybert e Löf, 2010).

Este crescimento do uso da Internet para divulgação da informação financeira pelas entidades públicas parece ter sido potenciado pelas limitações impostas pelos tradicionais meios de divulgação financeira, baseados na impressão em papel (Oyelere, Laswad e Fisher, 2003; Rodríguez Bolívar *et al.*, 2007). O fornecimento da informação em papel é fundamentalmente limitado pela natureza fixa da media utilizada.

De forma semelhante às entidades do setor privado, que divulgam informação financeira e de desempenho a fim de aumentar a confiança dos seus utilizadores, as entidades públicas divulgam informação financeira à sociedade civil com o objetivo de conferir mais transparência à sua gestão, legitimando-se perante a referida sociedade e melhorando os índices de confiança dos cidadãos no seu governo (Kloby, 2009).

Tendo em vista que as entidades do setor público são financiadas com recursos públicos, a informação que elas fornecem deve focar a utilização desses recursos e os resultados da gestão pública (Rodríguez Bolívar, Caba Pérez e López Hernández, 2006). Neste aspeto, a Internet tem o potencial de revolucionar a divulgação dos relatórios financeiros, contribuindo para tornar a informação oportuna e aumentar a transparência da gestão pública (Oyelere e Mohamed, 2007).

Lymer, Debreceny, Gray e Rahman (1999) revelam que, apesar da rápida aprovação da Internet como um meio eficaz para a divulgação da informação financeira pelas entidades públicas e privadas, não existem muitos regulamentos, normas ou diretrizes que se apliquem especificamente à divulgação eletrónica da informação financeira. Estes autores explicam que as entidades parecem livres para escolher qualquer combinação específica de conteúdo e apresentação da informação de entre as imensas possibilidades de

combinações. Esta liberdade é conferida pelo caráter voluntário que, em muitos países, a divulgação da informação financeira através da Internet assume.

Como consequência da sua natureza quase sempre voluntária, a informação exibida nos diferentes *websites* governamentais é extremamente heterogénea, com variações na quantidade da informação financeira fornecida, no modelo de relatório selecionado e no grau de interação com o utilizador (Cárcaba García e García-García, 2010).

Uma análise desses *websites* revela uma diversidade muito grande em termos de conteúdo e apresentação da informação. O conteúdo varia em termos quantitativos e qualitativos, havendo entidades que divulgam informação e relatórios financeiros completos de diversos exercícios financeiros e outras que divulgam apenas informação orçamental, ou ainda entidades que nada divulgam em termos financeiros. Os estilos de apresentação são igualmente diversos e vão desde informação estática num extremo a *websites* com animação incluindo som, vídeo e recursos interativos e dinâmicos, no outro extremo (Caba Pérez *et al.*, 2008; Cárcaba García e García-García, 2010).

Procurando nos *websites* de empresas com valores cotados em bolsa podemos conhecer, na maioria dos casos, o salário do presidente, o subsídio recebido pelos diretores e outras informações relativas à saúde financeira de tais entidades. Contrariamente, um rápido olhar pelos *websites* dos governos locais de vários países revela que muitos deles não oferecem sequer o mínimo de informação orçamental e, certamente, não divulgam, por exemplo, o salário dos seus gestores, pagos com recursos públicos (Serrano-Cinca *et al.*, 2009).

Com o objetivo de aumentar o índice de transparência da governação pública, espera-se que aumente a quantidade e a qualidade da informação divulgada em tempo útil pelas entidades públicas, permitindo que os cidadãos monitorizem mais de perto o desempenho da administração pública (Wong e Welch, 2004).

Não obstante a generalizada falta de regulação acerca da divulgação da informação financeira, diversos preceitos podem servir de base para que tal divulgação possa ser conveniente para os utilizadores da informação. Cerrillo-i-Martínez (2011) enumera alguns

princípios que devem reger a divulgação da informação pelo setor público através de meios eletrônicos, conforme observado na Tabela 1.

Para Cerrillo-i-Martínez (2011), o respeito a tais princípios por parte das entidades do setor público, quando da divulgação da informação financeira através dos meios eletrônicos, conferirá segurança e qualidade à divulgação, de forma que as partes interessadas possam fazer uso da informação de forma mais profícua, eliminando as potenciais barreiras ao acesso à informação financeira das entidades públicas.

Tabela 1 - Princípios da divulgação eletrônica da informação financeira das entidades do setor público

Princípio	Objetivo
Princípio da transparência e da publicidade	Visa garantir a capacidade do mero saber e é orientado para o conhecimento efetivo da informação governamental;
Princípio da acessibilidade da informação	Visa a garantia de que a informação será divulgada de forma que possa ser acedida através de todos os formatos, canais e ambientes;
Princípio da qualidade da informação do setor público	Visa garantir que a informação divulgada seja verdadeira, autêntica, genuína, completa, precisa, clara, relevante, compreensível, utilizável e fácil de ser encontrada;
Princípio da responsabilidade pela veracidade e autenticidade da informação	Envolve a imposição de responsabilidade patrimonial, pela obrigação de compensar qualquer perda causada pela divulgação da informação imprecisa ou falsa, e de responsabilidade disciplinar, através da sanção pela violação das obrigações dos funcionários públicos envolvidos na divulgação da informação das administrações públicas;
Princípio da segurança	Visa garantir a comunicação segura, através da integridade da informação divulgada, de forma a proporcionar aos cidadãos a certeza de que a informação acedida por eles foi de facto produzida pela administração e não foi modificada por terceiros;
Princípio da disponibilidade	Visa garantir que o público possa aceder à informação por meios eletrônicos 24 horas por dia, 365 dias por ano;
Princípio da usabilidade	Pretende assegurar que o público possa efetivamente aceder à informação divulgada pelo poder público e refere-se à eficiência da divulgação da informação específica para utilizador específico em um contexto de uso específico;
Princípio da neutralidade	Visa garantir aos cidadãos a escolha independente de alternativas tecnológicas para o acesso à informação da administração pública, ou seja, assegurar que, optando pelo acesso através de qualquer meio eletrónico, a informação não será afetada positiva ou negativamente;
Princípio da interoperabilidade	Procura garantir a capacidade de troca e interação entre os sistemas de informação.

Fonte: Adaptado de Cerrillo-i-Martínez (2011)

A divulgação da informação financeira através da Internet por parte das entidades de ambos os setores, público e privado, é um fenómeno amplamente conhecido na literatura contabilística como *Internet Financial Reporting* (IFR) (Ali Khan e Ismail, 2012; Almilía, 2009; Bozcuk, Arzova e Aslan, 2009; Debreceny, Gray e Rahman, 2002; Laswad *et al.*, 2005; Momany, Al-Malkawi e Mahdy, 2014; Oyelere e Mohamed, 2007; Pendley e Rai, 2009; Victoria, Madalina, Nicoleta e Carmen, 2009; Wagenhofer, 2003). Poon, Li e Yu (2003), por exemplo, explicam que o IFR se refere ao uso de *websites* para disseminar

informação sobre o desempenho financeiro das entidades detentoras do *website*, enquanto Lymer *et al.* (1999, p.2) argumentam que a prática de IFR pode ser definida como a “divulgação pública da informação financeira pelas entidades via Internet ou através de meios de comunicação relacionados com a Internet”.

Para que as organizações se possam envolver na prática de IFR, algumas questões complexas devem ser tidas em consideração, a saber: (1) o que será relatado: deve-se observar a cobertura e a profundidade da divulgação financeira através da Internet, como por exemplo o tipo de informação a ser relatada, a utilidade dessa informação para os utilizadores ou quais os recursos a serem utilizados para aprofundar a informação relatada; (2) quando será relatado: a frequência com que a informação financeira será relatada faz parte das preocupações inerentes a esta questão; (3) como será relatado: a informação deve ser divulgada de maneira que os seus utilizadores a ela possam aceder, de forma conveniente e adequada, importando acautelar questões relacionadas com linguagem, formato, organização, acessibilidade e usabilidade; (4) quem é o responsável pela prática de IFR: a responsabilidade dos envolvidos na prática de IFR terá impacto sobre a exatidão da informação financeira divulgada, assim, é necessário definir quais os responsáveis pela tomada de decisão concernente à divulgação da informação financeira através da Internet (Poon *et al.*, 2003).

Embora a prática de IFR pareçam ser uma questão que não se enquadra nos domínios da contabilidade, tendo em vista o seu elevado grau de envolvimento com as tecnologias de informação, Lymer *et al.* (1999) esclarecem que, como a produção da informação financeira pelas entidades é um aspeto essencialmente contabilístico, os profissionais da contabilidade terão que exercer o seu papel para garantir, no interesse do utilizador da informação financeira, a oferta dos seus conhecimentos para assegurar que as formas eletrónicas de comunicação reproduzam informação financeira de qualidade para a tomada de decisão pelas partes interessadas.

Na literatura sobre IFR, é possível encontrar alguns estudos que abordam a evolução da prática de divulgação da informação financeira por meios eletrónicos, conforme exposto na próxima secção.

2.2.1 Evolução da divulgação da informação financeira por meios eletrônicos

A tecnologia tem alterado de forma irreversível não só o meio físico dos relatórios financeiros das entidades públicas e privadas, mas também as suas fronteiras tradicionais. Os relatórios impressos em papel têm vindo a ser complementados ou até mesmo substituídos por relatórios digitais, divulgados principalmente através da Internet (Oyelere *et al.*, 2003; Rodríguez Bolívar *et al.*, 2007).

Pendley e Rai (2009) desenvolveram um estudo sobre a prática corrente de divulgação eletrónica da informação financeira, comparando-a com a prática anteriormente relatada, em pesquisas sobre o tema, desenvolvidas no final da década de 1990. O principal resultado da investigação de Pendley e Rai (2009) foi a descoberta de mudanças na prática de IFR ao longo do tempo, principalmente com o aumento da terciarização de serviços de concessão, manutenção e alojamento da informação financeira nos *websites* das entidades detentoras da informação. Estes autores explicam que esta mudança na prática de IFR têm grande impacto na profissão contabilística, na natureza e na qualidade da informação financeira e na sua regulação, bem como no papel que as novas tecnologias desempenham na divulgação eletrónica da informação financeira.

Com base na constatação feita por Pendley e Rai (2009), podemos perceber que, da mesma forma que as tecnologias ligadas à Internet se têm modificado ao longo dos anos, a prática de IFR também se tem aperfeiçoado com o passar do tempo.

É possível identificar na literatura sobre IFR alguns estágios de evolução da prática de divulgação da informação financeira através da Internet (Ashbaugh, Johnstone e Warfield, 1999; Debreceny *et al.*, 2002; Lymer *et al.*, 1999; Pendley e Rai, 2009; Xiao *et al.*, 2004).

O primeiro estágio da divulgação eletrónica da informação financeira ocorreu com a simples transformação em formato digital dos relatórios impressos em papel, os quais eram difundidos pelos utilizadores através de CD-ROM (Lymer *et al.*, 1999). Lymer *et al.* (1999) revelam que, no ano de 1990, um pequeno número de corporações experimentou o uso de CD-ROM na distribuição da informação contabilística aos seus interessados. Estes autores afirmam que tal tecnologia caiu em desuso devido à limitação física na distribuição

da informação, já que ainda existia a necessidade de distribuição física dos CD-ROM nos quais a informação era armazenada, o que incorria em altos custos.

O segundo estágio da evolução da prática de divulgação da informação financeira por meios digitais deu-se com a ampla utilização de *websites* pelas entidades públicas e privadas. Neste estágio, os relatórios digitais eram disponibilizados nos *websites* das entidades, podendo as partes interessadas na informação a ela terem acesso a qualquer momento. No entanto, ainda existia limitação na interatividade com o utilizador, já que, neste estágio, a divulgação eletrónica refletia fielmente os relatórios impressos em papel. Normalmente utilizava-se o formato *Portable Document Format* (PDF) para distribuir os relatórios financeiros nos *websites* das entidades (Lymer *et al.*, 1999; Pendley e Rai, 2009).

Pendley e Rai (2009) destacam que, no segundo estágio, os *websites* das entidades eram simples e pouco sofisticados e as técnicas de *design* das suas páginas eram rudimentares, o que limitava a prática de divulgação da informação financeira das entidades, permitindo apenas que elas duplicassem a informação já disponível em formato impresso e a disponibilizassem através da Internet.

O terceiro estágio da divulgação eletrónica da informação financeira ocorreu com o surgimento de diversas novas ferramentas tecnológicas que permitiam novas formas de apresentação da informação, fomentando uma maior interação com o seu utilizador. Passou-se a utilizar o formato *Hypertext Mark-up Language* (HTML) para conferir mais dinâmica ao processo de divulgação, através da utilização de hiperligações para outras informações relevantes, imagens, gráficos e outras formas de facilitar a compreensão do utilizador da informação (Ashbaugh *et al.*, 1999).

Além disso, esta fase ficou marcada pela utilização inovadora de tecnologias multimédia, como a utilização de áudio, vídeo, *slides*, entre outros, para atender às necessidades dos utilizadores da informação financeira. A diferença mais evidente entre esta fase e as anteriores reside na natureza e na extensão da divulgação da informação financeira. A capacidade dos utilizadores poderem personalizar a estrutura dos relatórios financeiros e a possibilidade de utilização de ferramentas para fazer previsões de desempenho representam uma melhoria substancial no fornecimento da informação e análise de desempenho das entidades, quer públicas, quer privadas (Lymer *et al.*, 1999).

Por fim, o quarto estágio evolutivo, identificado na literatura, está ligado à utilização de novas linguagens para a divulgação eletrônica da informação financeira, a fim de permitir uma maior comparabilidade da informação em diversos períodos. Com o objetivo de superar as limitações impostas pelos formatos rígidos utilizados em estágios anteriores do IFR (como o formato PDF, por exemplo), bem como pela dificuldade de manuseamento da informação disponibilizada, foi desenvolvida a linguagem *eXtensible Business Reporting Language* (XBRL) (Pendley e Rai, 2009).

A linguagem XBRL consiste numa extensão do *eXtensible Markup Language* (XML), porém específica para utilização na divulgação da informação financeira. Ela possibilita melhorar significativamente a divulgação dos relatórios financeiros, facilitando a sua comparabilidade e análise (Lymer *et al.*, 1999). Kull e Abraham (2008) explicam que a linguagem XBRL permite que os dados sejam facilmente apresentados em vários formatos.

Para Pendley e Rai (2009), da primeira fase do IFR até a atualidade, houve um avanço considerável nas tecnologias ligadas à Internet, através da utilização de vídeo, áudio multimídia, *plug-ins*, linguagem XBRL, entre outros, o que provocou alteração nos métodos utilizados para conceber e implementar a divulgação eletrônica da informação financeira pelas organizações. Estes autores consideram que o fornecimento da informação financeira através da Internet é hoje uma prática bem estabelecida, tendo em vista que os *websites* das organizações se tornaram progressivamente mais sofisticados, oferecendo uma maior quantidade da informação com conteúdo mais variado.

Prevê-se que, no futuro próximo, a prática de IFR ultrapasse a tradicional prática de divulgação da informação financeira, baseada na impressão em papel (Al-Htaybat, Alberti-Alhtaybat e Hutaibat, 2011; Beattie e Pratt, 2003; Debreceny e Gray, 1999; Oyelere e Mohamed, 2007). No final do século passado, Lymer *et al.* (1999), visionariamente, já afirmavam que a divulgação da informação financeira pelas entidades passaria quase que inteiramente do modo de impressão em papel para a utilização da Internet como principal canal de divulgação.

A próxima secção visa analisar as tecnologias existentes que possam ser utilizadas na divulgação eletrônica da informação financeira.

2.2.2 Tecnologias associadas à divulgação eletrônica da informação financeira

A discussão sobre a divulgação eletrônica da informação financeira torna-se incompleta caso não sejam abordadas a natureza e a utilização das tecnologias associadas (Lymer *et al.*, 1999).

Há vasta discussão na literatura a respeito das tecnologias que têm o potencial de tornar a informação financeira, divulgada por meios eletrônicos, mais interativa e acessível. O uso de PDF ou HTML, por exemplo, tem sido discutido por diversos pesquisadores da divulgação eletrônica da informação financeira (Debreceeny *et al.*, 2002; Laswad *et al.*, 2005; Pendley e Rai, 2009; Poon *et al.*, 2003). Ambos os formatos têm as suas vantagens e inconvenientes para a divulgação eletrônica da informação financeira, dependendo do aspecto a ser analisado.

A linguagem de marcação PDF, por exemplo, tem a facilidade de permitir que o documento eletrônico seja impresso mantendo a mesma aparência que o documento original (Lymer *et al.*, 1999; Pendley e Rai, 2009). Para Poon *et al.* (2003), uma razão plausível para a utilização do formato PDF na divulgação da informação financeira é que ele exige um mínimo de esforço para produzir a versão eletrônica com base na versão impressa. No entanto, a visualização do arquivo em PDF, nem sempre proporciona uma experiência satisfatória. Não só porque o tamanho da página impressa pode ser diferente do tamanho do monitor do computador, mas também porque a formatação dos relatórios financeiros, geralmente estruturada em colunas, torna a navegação na página pouco intuitiva.

Há também a necessidade de instalação no computador de um programa leitor de arquivos em formato PDF (*Adobe Acrobat Reader* ou *Foxit Reader*, por exemplo), o que não é considerada uma tarefa fácil por muitos utilizadores iniciantes (Debreceeny e Gray, 1999). Outro problema relacionado com o formato PDF é a dificuldade em inserir ligações de hipertexto (*hyperlinks*) dentro do documento, o que diminui a sua interatividade.

Kirkham e Chapman (2010) explicam que o formato PDF não permite que o utilizador possa manusear facilmente a informação apresentada, porque esse formato foi desenvolvido, essencialmente, para impressão, não para acessibilidade. Além disso, estes

autores afirmam que os documentos em formato PDF são, geralmente, estáticos e pesados, além de não permitirem que os utilizadores extraíam figuras e produzam gráficos facilmente, a fim de procederem a uma análise mais detalhada da informação.

Contrariamente, a linguagem HTML, considerada a linguagem franca da Internet, permite uma maior interatividade no manuseio da informação financeira (Lymer *et al.*, 1999). Esta linguagem é usada para adicionar informação ao conteúdo de um *website* na Internet, tendo a grande vantagem de permitir a indexação a motores de busca, como o *Google*, ou a inserção de *hyperlinks* com maior facilidade, o que confere mais interatividade à informação. Ashbaugh *et al.* (1999) revelam que muitas entidades fazem uso extensivo de *hyperlinks* dentro das suas demonstrações financeiras, a fim de integrar a informação do balanço, da demonstração dos resultados, da demonstração dos fluxos de caixa e das notas explicativas.

No entanto, a acessibilidade da linguagem HTML parece ser uma das principais questões discutidas na literatura sobre IFR (Chatterjee e Hawkes, 2008; Fargan e Fargan, 2004; Kuzma, 2010; Lymer *et al.*, 1999; Styles e Tennyson, 2007). Estes autores explicam que, apesar das vantagens já referidas, os *hyperlinks* têm, paradoxalmente, o potencial de confundir o utilizador quando navega num *website*.

Outra questão relativa à utilização da linguagem HTML para divulgação da informação financeira é o fraco suporte à impressão de documentos. Geralmente, uma página em HTML, quando impressa, perde a sua formatação, podendo confundir o utilizador. Além disso, para imprimir um documento muito extenso, o utilizador geralmente precisa, laboriosamente, de percorrer página a página e imprimir cada uma delas como se fosse um documento separado (Lymer *et al.*, 1999). Salvar uma página em HTML também parece ser uma tarefa difícil, pois cada botão, figura, mapa, gráfico ou tabela pode originar um arquivo separado.

Bozcuk *et al.* (2009) revelam que a popularidade da linguagem HTML tem vindo a diminuir ao longo do tempo com a introdução de meios de comunicação mais avançados, como videoclipes, apresentações de *slides* e *plug-ins*. Os *plug-ins*, por exemplo, podem dar suporte à divulgação financeira através da Internet, tornando-a mais interativa. Eles permitem adicionar funcionalidades ao navegador básico para poder lidar com uma ampla

gama de tipos de dados e inserir animações, vídeos, sons e gráficos aos *websites*, favorecendo a interação da informação financeira. Alguns exemplos de *plug-ins* utilizados na divulgação financeira incluem *Adobe Flash* e *Shockwave*, da Adobe Systems.

As tecnologias multimídia também podem ser usadas na divulgação da informação financeira através da Internet. Há mais de dez anos, Oyelere *et al.* (2003) já previam que a prática de IFR incluiria o uso de multimídia, como som, animação e vídeo para aumentar a compreensão e o entendimento da informação financeira. Algumas dessas tecnologias, como por exemplo o *Streaming*, permitem que as entidades públicas disponibilizem na Internet o vídeo ou o áudio de reuniões e audiências públicas, aumentando, assim, a interatividade do governo com os cidadãos. Além disso, uma reunião sobre o orçamento ou sobre o desempenho financeiro do governo, por exemplo, pode ser transmitida em tempo real através do seu *website*, bem como disponibilizada para ser acessada a qualquer momento.

As tecnologias de bases de dados também representam uma oportunidade para o aumento da interação da informação financeira das entidades públicas. Têm sido amplamente utilizadas por empresas especializadas em *e-commerce*, pois permitem, por exemplo, que um cliente possa acessar à base de dados da empresa para verificar o *status* de entrega da sua compra, ou ainda para consultar a disponibilidade dos produtos expostos no *website*. Lymer *et al.* (1999) explicam que os consumidores da informação financeira têm a possibilidade de interagir diretamente com a base de dados, pois trata-se de uma tecnologia simples e bem compreendida. Um problema com a sua utilização é que os motores de busca convencionais da Internet não acessam à informação nela contida, o que impossibilita a inclusão da informação financeira das entidades públicas na listagem de resultados das buscas feitas na Internet. Outra questão refere-se à segurança da informação, pois uma base de dados mal projetada corre o risco de permitir alteração dos dados. No entanto, algumas técnicas podem reduzir esse risco, como por exemplo o uso de *firewalls*.

Por fim, o uso de linguagens XML, como uma forma de comunicação corporativa, tem criado a oportunidade para novos modelos de divulgação da informação financeira, com novos desenvolvimentos que têm despertado um crescente interesse em várias áreas onde a informação deve ser compartilhada através da Internet (Lymer *et al.*, 1999).

Contrariamente ao formato PDF e ao formato HTML, a linguagem XML foi projetada para permitir o dinamismo em documentos digitais. Documentos em formato XML incluem atributos de identificação da informação que permitem que a mesma seja utilizada e reutilizada por uma grande variedade de aplicações (Lymer *et al.*, 1999).

De entre as linguagens derivadas da linguagem XML, a linguagem XBRL é a mais utilizada no âmbito da divulgação financeira em formato digital (Bonsón, Cortijo e Escobar, 2009). Esta linguagem é um desenvolvimento da linguagem XML, para permitir o armazenamento e a transferência da informação financeira entre sistemas distintos na cadeia de fornecimento de relatórios financeiros usando tecnologias baseadas na Internet (Kull e Abraham, 2008). Ela proporciona flexibilidade na forma como a informação é apresentada, permitindo a sua padronização em conformidade com os dados armazenados.

Poon *et al.* (2003) explicam que a divulgação da informação financeira através da Internet se torna mais profícua com a utilização de formatos que facilitem a posterior análise dos dados financeiros. A linguagem XBRL parece preencher tal lacuna, ao permitir que os dados financeiros sejam posteriormente analisados com mais eficiência do que acontece com os formatos PDF ou HTML (Abdolmohammadi, Harris e Smith, 2002), tendo em vista que esta linguagem proporciona melhoria na qualidade e na legibilidade das demonstrações financeiras, além da redução do risco de erros humanos durante a importação e a exportação dos dados financeiros (Apostolou e Nanopoulos, 2009; Enofe e Amaria, 2011).

Além das vantagens já referidas, a linguagem XBRL tem o potencial de aumentar a acessibilidade e usabilidade das demonstrações contabilísticas, reduzir o tempo e o custo de elaboração de um relatório financeiro e aumentar consideravelmente a capacidade de comunicação interna para a gestão (Apostolou e Nanopoulos, 2009; Enofe e Amaria, 2011; Lester, 2007; Pinsker e Li, 2008; Plumlee e Plumlee, 2008; Taylor e Dzurainin, 2010).

Apesar dos evidentes benefícios da utilização da linguagem XBRL na divulgação eletrónica da informação financeira do setor privado ou do setor público, Kull e Abraham (2008) explicam que, nos EUA, as entidades do setor público têm sido relutantes em aplicar a linguagem XBRL para divulgar os seus relatórios financeiros. Ao invés disso, continuam a confiar em processos manuais para produzir relatórios, como é o caso do

formato PDF, que, apesar de visível, se mostra pouco vocacionado para análise detalhada dos referidos relatórios.

Assim, é possível notar que existe apetência para utilização de novos recursos tecnológicos na divulgação das demonstrações financeiras. Portanto, apesar da divulgação da informação pelo setor público através de meios eletrônicos ser geralmente associada com a Internet, outras tecnologias, atualmente existentes e amplamente utilizadas (telemóveis e SMS), ou qualquer outro meio que esteja em fase experimental ou que não seja muito difundido na sociedade (televisão digital terrestre – TDT ou televisão interativa – IPTV²) não devem ser esquecidos, uma vez que certamente terão um papel importante na divulgação da informação do setor público, num futuro próximo (Frissen *et al.*, 2007), 2007). Além disso, Cerrillo-i-Martínez (2011) alerta que as redes sociais e a participação pública nos meios eletrônicos assumem um papel importante na divulgação eletrônica da informação financeira, representando um passo em direção ao aumento da responsabilização e da transparência das entidades públicas.

2.2.3 Potenciais benefícios da divulgação eletrônica da informação financeira

Grande parte da literatura que estuda a divulgação da informação financeira através da Internet relata inúmeros benefícios advindos dessa prática (Al-Htaybat *et al.*, 2011; Hanifa e Ab Rashid, 2005; Mohamed, 2010; Oyelere e Mohamed, 2007; Pirchegger e Wagenhofer, 1999). De facto, as entidades públicas têm incentivos para se envolverem com a prática de IFR em decorrência dos benefícios associados a esse tipo de divulgação.

Um dos principais benefícios relacionados com a prática de IFR é, certamente, a redução nos custos de distribuição da informação financeira, já que os custos de impressão e distribuição associados aos tradicionais relatórios impressos em papel podem ser evitados com o uso da Internet para divulgação da informação financeira (Ashbaugh *et al.*, 1999; Debreceeny e Gray, 1999; Mohamed, 2010; Oyelere e Mohamed, 2007).

Mohamed (2010) argumenta que, a longo prazo, os custos de operação e manutenção de *websites* organizacionais para fins de IFR serão mínimos e é provável que os benefícios

² IPTV refere-se a um novo método de transmissão de sinais televisivos, através do uso do protocolo IP (Internet Protocol) como meio de transporte do conteúdo transmitido.

resultantes da prática de divulgação eletrónica da informação financeira superam largamente os respetivos custos pecuniários. Consequentemente, os custos de impressão e distribuição de relatórios financeiros não poderão ser considerados obstáculo à disseminação da informação financeira pelas entidades públicas (Lymer, 1999).

No entanto, Ashbaugh *et al.* (1999) explicam que, adversamente, algumas organizações podem não divulgar informação financeira através da Internet devido aos custos de IFR superarem, nalguns casos, os benefícios. Os investigadores explicam que a prática de IFR incorre em custos explícitos, que incluem os custos para configurar e manter o *website* que contém a informação financeira, e custos implícitos, quando, por envolvimento em prática de IFR, a entidade aumenta o risco de que devido a possíveis litígios ou riscos possa perder alguma da sua vantagem competitiva. Os custos implícitos ligados à prática de divulgação da informação financeira no setor público estão muito mais ligados à legitimação do gestor público do que à competitividade das autoridades locais (Luehlfing, 1996).

Além da redução nos custos de divulgação, a Internet tem contribuído para o aumento de potenciais utilizadores da informação financeira governamental. Um *website* pode atingir um público mais vasto e divulgar informação mais detalhada do que é possível através da tradicional forma de divulgação financeira, mediante impressão em papel (Ashbaugh *et al.*, 1999). Estes autores explicam que o aumento da quantidade de utilizadores da informação decorre do facto de que a Internet tem a capacidade de divulgar informação a diversas partes interessadas não identificadas previamente, em contraste com os tradicionais relatórios impressos em papel, os quais são restritos às partes que os tenham solicitado ou que são obrigadas a receber essa informação.

Lymer *et al.* (1999) explicam que a divulgação eletrónica da informação financeira permite fazer chegar o relato financeiro a qualquer lugar do mundo onde haja um computador, o que reforça a ideia de que a divulgação financeira através da Internet tem o potencial de atingir um público mais vasto. Além disso, Pendley e Rai (2009) acrescentam que os *websites* podem ser estruturados para públicos-alvo específicos com o potencial de fornecer dados financeiros personalizados, enriquecendo o carácter elucidativo da informação financeira.

Nesse sentido, Ashbaugh *et al.* (1999) revelam que a prática de IFR permite maior facilidade de análise da informação divulgada através da Internet, principalmente através do uso de hiperligações, o que potencia a tomada de decisão por parte dos *stakeholders*. Para Lymer (1999), a divulgação eletrônica permite flexibilizar a estrutura da informação incluída nas demonstrações financeiras e introduzir elementos que tornem a informação mais apelativo e compreensível para os utilizadores.

Além das vantagens já referidas, Lymer *et al.* (1999) acrescentam ainda que a prática de IFR proporcionam: (1) agregação de valor à informação financeira, tendo em vista que a informação financeira tem alto valor temporal de curto prazo e que a divulgação através da Internet permite que a informação seja divulgada tempestivamente; (2) reutilização da informação, através de análises longitudinais e transversais; (3) disseminação da informação interativa de uma forma que não é possível no formato impresso; e (4) adição de amplitude e profundidade aos relatórios financeiros, permitindo o uso de ferramentas analíticas sobre os dados subjacentes.

No setor público, as vantagens da Internet para a divulgação da informação indicam claramente a possibilidade de aumentar a transparência na vida pública (Serrano-Cinca *et al.*, 2009). Como Kim, Halligan, Cho, Oh e Eikenberry (2005) destacam, as tecnologias podem fornecer ao público informação importante de forma mais oportuna e contribuir para que os processos administrativos se tornem mais transparentes. Victoria *et al.* (2009) corroboram esse argumento, explicando que a prática de IFR pode aumentar a velocidade e o volume de divulgação da informação financeira, tornando-a mais oportuna.

Na perspetiva da teoria da agência, Ashbaugh *et al.* (1999) também argumentam que o IFR tem o potencial de diminuir a assimetria de informação caso os utilizadores da informação financeira estejam ligados à Internet e tenham níveis semelhantes de especialização em navegação e utilização das TIC. Contrariamente, a assimetria de informação entre as partes interessadas pode potencialmente ser aumentada caso a prática de IFR imponha restrições ao acesso do público à informação financeira. Além disso, a divulgação da informação financeira não auditada pode aumentar a assimetria de informação no caso de desconhecimento por parte do utilizador da informação, permitindo, inclusive, a má operacionalização da informação por parte da gestão, através da divulgação

da informação que deturpe o desempenho operacional ou a posição financeira da entidade (Ashbaugh *et al.*, 1999).

Por fim, o IFR pode permitir que os utilizadores da informação financeira acedam aos dados digitalizados sem terem que esperar pela sua divulgação através dos canais tradicionais (Mohamed, 2010; Pendley e Rai, 2009). Por conseguinte, essa agilidade possibilitará que a divulgação da informação financeira através da Internet se torne mais tempestiva, permitindo que os utilizadores acedam à informação mais rapidamente. Tempestividade, no contexto de IFR, envolve a divulgação da informação financeira antes que perca a capacidade de influenciar a decisão, permitindo um rápido acesso e utilização dessa informação (Ashbaugh *et al.*, 1999; Oyelere *et al.*, 2003). Prevê-se, inclusive, que a divulgação eletrónica da informação financeira substituirá gradualmente os tradicionais relatórios impressos em papel (Al-Htaybat *et al.*, 2011; Beattie e Pratt, 2003; Debreceeny e Gray, 1999; Lymer *et al.*, 1999; Oyelere e Mohamed, 2007).

Não obstante os evidentes benefícios, em potencial, advindos da prática de IFR, Oyelere *et al.* (2003) alertam para questões que surgem em decorrência dos benefícios do IFR, incluindo a ténue linha entre a informação auditada e não auditada, a equidade e eficiência do acesso, a introdução de erros na informação financeira e a segurança e integridade da informação. Estas questões serão abordadas na secção seguinte.

2.2.4 Desafios à prática de *Internet Financial Reporting*

A divulgação da informação financeira através da Internet por parte da administração pública pode enfrentar certas barreiras, as quais podem dificultar ou até mesmo impedir que a administração pública promova a transparência e o envolvimento do cidadão na gestão pública, através da democracia digital.

Embora a transparência possa ser melhorada com a utilização dos meios eletrónicos para divulgação da informação financeira do setor público, o uso de tais meios não tem necessariamente um efeito direto na transparência (Cerrillo-i-Martínez, 2011). Como observa Kuzma (2010), se certas circunstâncias não estiverem presentes, o uso dos meios eletrónicos pode, contrariamente, limitar a transparência.

A literatura relata diversas barreiras que devem ser superadas pelas organizações quando da utilização da Internet para a divulgação da informação financeira, que incluem, entre outras, problemas de acessibilidade dos *websites*, certificação da informação, regulação, língua, literacia tecnológica e suficiência de infraestrutura tecnológica para diversos segmentos da população em geral (Bertot *et al.*, 2010; Bozcuk *et al.*, 2009; Cárcaba García e García-García, 2010; Jaeger e Thompson, 2003; Lymer, 1999; Pendley e Rai, 2009; Rodríguez Bolívar *et al.*, 2007). Em muitos locais, a falta de disponibilidade de computadores ou mesmo estruturas básicas de energia elétrica e de telecomunicações são algumas das principais barreiras ao acesso à Internet (Singh e Sahu, 2008).

Para McIvor *et al.* (2002), um dos problemas ligados à utilização das TIC pelas organizações do setor público é que, muitas vezes, as estruturas organizacionais e os funcionários públicos não acompanharam a evolução das novas tecnologias. Além disso, estes autores ressaltam a importância do envolvimento dos agentes políticos no esforço de informatização das organizações públicas. É provável que o uso do governo eletrônico como uma ferramenta de transparência tenha sido dificultado pela falta de entendimento do potencial das TIC por parte de muitos líderes políticos (Bertot *et al.*, 2010; Coleman, 2004; Jaeger e Bertot, 2010).

Conforme referido anteriormente, outra grande questão abordada na literatura diz respeito ao acesso à tecnologia por parte dos cidadãos. Bertot *et al.* (2010) sugerem que, ao invés do desenvolvimento da tecnologia ser uma das principais barreiras à utilização das TIC no setor público, o acesso a essa tecnologia e a alfabetização podem ser consideradas preocupações mais urgentes, já que muito se discute atualmente sobre a exclusão digital. Estes autores explicam que a penetração da Internet nos domicílios varia bastante entre países. Por exemplo, a percentagem de domicílios com acesso à Internet, nos seguintes países é: Coreia do Sul, cerca de 97,5%; Finlândia, cerca de 75,8%; Reino Unido, cerca de 69,5%; EUA, cerca de 68,2%; França, cerca de 66,8%; Portugal, cerca de 50,3%; Grécia, cerca de 41,2% e no México, cerca de 21,1% (OCDE, 2011).

Se o IFR, por exemplo, for utilizado como o único modo de comunicação da informação financeira, há a probabilidade de que o acesso a tal informação seja restrito apenas àqueles que possuem equipamentos eletrônicos, como computadores ou telemóveis, além de competências para aceder ao seu conteúdo (Mohamed, 2010). Assim, para

assegurar a equidade na disseminação da informação financeira, será necessário assegurar que essa informação disponibilizada através dos *websites* das organizações seja disponibilizada, também, através de outros meios de divulgação. Contrariamente, Oyelere e Mohamed (2007) advertem que isso pode ser visto como uma duplicação desnecessária e pode resultar em custos de disseminação da informação financeira ainda maiores.

Ainda na perspectiva do acesso do cidadão à Internet, os filtros criados pelos governos parecem ser um grande desafio à prática de IFR. Zittrain e Palfrey (2008) revelam que mais de três dezenas de países, principalmente concentrados na Ásia Oriental, no Norte de África, no Médio Oriente e na África Central, utilizam filtros que controlam o acesso à Internet pela população. Os autores explicam que essas nações filtram o acesso à Internet por uma série de motivos sociais, políticos e de segurança, bloqueando materiais, tais como informação relacionada com a liberdade de expressão, com a saúde, com os direitos humanos, com o desenvolvimento económico, com as questões ambientais e com as crenças religiosas de outras nações, entre outros. Na China, por exemplo, o governo controla o fluxo de informação divulgada na Internet, limitando radicalmente a divulgação da informação financeira, de notícias, da política e ambiental, entre outras (Bertot *et al.*, 2010).

A usabilidade e a acessibilidade dessas tecnologias também fazem parte do rol dos desafios a serem enfrentados pela administração pública (Bertot *et al.*, 2010; Monfardini, 2010). A usabilidade refere-se à conceção de tecnologias intuitivas e que permitam a participação dos utilizadores no conteúdo embutido nessas tecnologias. Essa função “facilidade de uso” ressalta a ideia de que somente a disponibilização da informação não é suficiente, já que nem todos os utilizadores têm a mesma capacidade (Armstrong, 2011; West, 2004). Já a acessibilidade é compreendida como a competência de pessoas com deficiência poderem aceder a conteúdos através de tecnologias adaptativas (Bertot *et al.*, 2010).

A utilidade dos relatórios financeiros divulgados através da Internet depende da facilidade do acesso à informação *online*, da quantidade de informação divulgada e da facilidade dos utilizadores em transferir e analisar tal informação (Ashbaugh *et al.*, 1999; Poon *et al.*, 2003). Não obstante, o volume de informação a ser disponibilizada pode, paradoxalmente, limitar a transparência, tornando difícil ao utilizador encontrar a

informação de que necessita, mesmo que ela exista em algum lugar no *website* (Burnett, Jaeger e Thompson, 2008). A divulgação em *websites* governamentais de muita informação pouco focada e de difícil acesso pode ser considerada “desordenada, assustadora e avassaladora” (West, 2004, p.10).

Cárcaba García e García-García (2010) revelam que os utilizadores da informação financeira do setor público enfrentam um número consideravelmente maior de barreiras no acesso à informação do que o utilizador do setor privado, devido à falta de preocupação por parte da administração pública quanto à acessibilidade da informação nos seus *websites*. Esta dificuldade torna a informação financeira menos útil na tomada de decisão e requer a aplicação de ferramentas que permitam maior usabilidade (Cárcaba García e García-García, 2010; Monfardini, 2010; Rodríguez Bolívar *et al.*, 2007; Tayib, Coombs e Ameen, 1999).

Armstrong (2011) explica que os problemas de navegabilidade e de acessibilidade podem ser amenizados com a intervenção de profissionais especializados em *design* de *websites*, os quais têm, muitas vezes, a capacidade de desenvolver páginas na Internet que facilitem o acesso dos cidadãos à informação nelas contida. Existem diversos instrumentos que têm o potencial de tornar o *website* mais fácil de ser usado pelos cidadãos, tais como contactos de *e-mail*, mapa do *website*, motores de busca, recursos de personalização, entre outros (West, 2007).

No entanto, a transparência depende não apenas dos tipos de tecnologia utilizada ou do acesso geral à tecnologia, mas também do apoio dos quadros institucionais, políticos e organizacionais do setor público (Cerrillo-i-Martínez, 2011). Este autor acrescenta que, para melhorar a transparência no setor público, uma regulação adequada de divulgação da informação financeira através da Internet também é necessária.

A elaboração de regulação acerca da prática de IFR visa harmonizar a prática de divulgação eletrónica da informação financeira pelas entidades públicas e privadas, a fim de evitar o problema da excessiva variedade de práticas não-padronizadas disponíveis atualmente em muitos países (Oyelere e Mohamed, 2007).

Estes autores explicam, ainda, que a orientação regulamentar deve abranger diversas questões, que incluem: (1) a responsabilidade geral das entidades para com a divulgação financeira; (2) se o IFR é um substituto direto ou apenas um complemento à prática de divulgação em papel que as entidades são obrigadas a fazer; (3) regras relativas à divulgação da informação auditada e não-auditada através da Internet; (4) a responsabilidade dos auditores externos perante a publicação da informação divulgada por meios eletrônicos; (5) questões de governação corporativa relacionadas com a prática de IFR, entre outras questões a serem abordadas por tais regulamentações.

O uso de meios eletrônicos para difundir informação do setor público não tem sido amplamente regulamentado (Cerrillo-i-Martínez, 2011). Este autor explica que, em muitos países, a regulação em vigor sobre a divulgação da informação por meios eletrônicos no setor público não é suficiente para garantir que todos os cidadãos tenham acesso à informação veiculada pela administração pública ou que a informação divulgada é adequada para atender às suas necessidades.

Além disso, até ao momento ainda não constatamos a existência de um organismo internacional encarregado da elaboração de tal regulação a nível mundial. Lymer *et al.* (1999) argumentam que a ausência de um regulador global requer a cooperação de organizações nacionais e internacionais para garantir que a informação financeira das organizações seja da mais alta qualidade.

Outros desafios relativos à utilização da Internet para divulgação financeira incluem a garantia de segurança e integridade da informação financeira publicada em *websites* das entidades públicas e privadas (Oyelere e Mohamed, 2007). Além de possíveis erros no processo de publicação, a informação publicada na Internet é suscetível a todas as formas de riscos de segurança. Esta informação poderá, após publicação, ser alterada por atores externos e/ou internos à organização, seja consciente ou inconscientemente. Há, dessa forma, o risco de que decisões críticas por parte dos utilizadores da informação sejam baseadas em informação imprecisa recolhida nos *websites* das entidades divulgadoras.

Verifica-se, então, que existem inúmeros desafios à divulgação da informação financeira por meios eletrônicos. Oyelere e Mohamed (2007) argumentam que, à medida que esses desafios são tratados e superados, é provável que a utilidade a longo prazo da

Internet como meio de divulgação da informação financeira seja sustentadamente maximizada.

A secção seguinte aborda algumas inferências sobre o futuro da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

2.2.5 Perspetivas sobre o futuro da prática de IFR

A revisão da literatura que estuda a prática de IFR nos setores público e privado permite-nos prever qual o futuro reservado à prática de divulgação da informação financeira por meios eletrónicos. O papel da auditoria associado a esta prática e o desenvolvimento de um código de conduta que harmonize a prática de IFR nos diversos países fazem parte do rol dessas tendências vindouras.

2.2.5.1 Papel da auditoria na prática de IFR

Um dos elementos mais importantes no futuro da prática de IFR é o papel da certificação da informação divulgada através da Internet. Lymer *et al.* (1999) explicam que os consumidores da informação irão visualizar a informação dos relatórios financeiros na Internet com uma perspetiva muito mais favorável se os principais elementos do relatório financeiro tiverem sido certificados por auditores. Estes investigadores revelam ainda que, considerando o expressivo aumento da utilização da Internet para divulgar informação financeira pelas entidades públicas e privadas, a profissão de auditoria começou a lidar com questões de certificação da informação financeira divulgada nos *websites* das entidades.

Pendley e Rai (2009) destacam que o processo de auditoria poderá ser revisto e tornado mais eficiente com a utilização da prática de IFR por parte das entidades divulgadoras. Além disso, a regulação das práticas contabilísticas, incluindo a auditoria, podem/devem sofrer as revisões necessárias a fim de abordar os aspetos específicos do ambiente da Internet.

No momento em que a informação financeira das organizações é divulgada por meio da Internet, os auditores enfrentam novos desafios no desenvolvimento das suas atividades

(Debreceny e Gray, 1999). Estes autores observam que diversas implicações podem surgir da utilização da Internet para divulgação da informação financeira. A associação do relatório de auditoria com informação não auditada é um exemplo. Assim, estes autores levantam algumas questões relevantes, entre elas a responsabilidade dos auditores na monitorização dos *websites* dos seus clientes. Lymer *et al.* (1999) sugerem que os auditores devem procurar oferecer uma maior gama de serviços relacionados com a certificação da informação contabilística divulgada por meios eletrónicos.

Tendo em vista a crescente necessidade de assegurar a fiabilidade da informação financeira divulgada pelas organizações, a auditoria parece ocupar um espaço fundamental na prática de IFR. No futuro, a informação financeira divulgada pelas entidades através da Internet tenderá a ser cada vez mais monitorizada pelos auditores, de forma a tornar-se mais fiável.

Wagenhofer (2003) explica que a segurança de um *website* é uma questão que afeta a qualidade da informação divulgada através da Internet. Para ele, questões como a possibilidade de fraude e invasão de *hackers*, o que gera o risco de alteração dos dados financeiros sem o consentimento da organização, é uma preocupação para os auditores e reguladores. Como descreveram Debreceny e Gray (1999, p.336), “o relatório do auditor torna-se parte do emaranhado caótico de informação que caracteriza a Internet”.

Nesse sentido, Debreceny e Gray (1999) identificam uma série de implicações de auditoria em relação à divulgação eletrónica da informação financeira, que inclui a responsabilidade potencial do auditor para monitorizar as mudanças nos *websites* das organizações, a natureza do relatório do auditor num ambiente de hiperligação e a disponibilização do seu relatório sobre nível de incerteza a que está sujeita a informação financeira e não-financeira divulgada num determinado *website*.

Portanto, a auditoria ainda tem um amplo papel a desempenhar no que respeita à prática de divulgação eletrónica da informação financeira. Khadaroo (2005) sugere, como forma de preencher as lacunas relativas à fiabilidade da informação financeira, uma padronização da prática de IFR, com o objetivo de facilitar o trabalho de auditoria no ambiente eletrónico.

2.2.5.2 *Futuro desenvolvimento de um código de conduta para IFR*

A ausência de regras ou recomendações que regulem a divulgação eletrônica da informação financeira permite uma grande diversidade de práticas no que diz respeito ao conteúdo, formatos de apresentação, acessibilidade e usabilidade, frequência de atualização, medidas de segurança, entre outros (Bonsón e Gandia, 2002). Perante essa diversidade, surge a necessidade de definir algumas linhas de atuação para uniformizar a prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

O desenvolvimento de um conjunto de orientações que possa guiar as organizações em direção às melhores práticas de divulgação eletrônica é considerado pela literatura como uma tendência ligada ao futuro do IFR (Ashbaugh *et al.*, 1999; Bonsón e Gandia, 2002; Lymer *et al.*, 1999; Wagenhofer, 2003). A fim de melhorar a qualidade e diminuir a variabilidade da divulgação dos relatórios financeiros através da Internet, Lymer *et al.* (1999) sugerem que as organizações adotem um código de conduta, que consiste na divulgação de um conjunto de padrões para comunicação eletrônica, cujo objetivo é garantir que as características qualitativas da informação financeira, principalmente a relevância, a oportunidade e a integridade, sejam reforçadas pela disponibilidade eletrônica da informação financeira a uma escala global. Estes autores acrescentam que o desenvolvimento de um código de conduta de IFR tem o potencial de melhorar significativamente a visibilidade da informação financeira, aumentando a sua qualidade e criando oportunidade para a reutilização da informação na análise financeira das organizações que divulgam.

Lymer *et al.* (1999) definem o código de conduta de IFR como um conjunto de orientações para maximizar a eficiência da comunicação entre as organizações e seus *stakeholders*, de forma a agregar valor à informação para os utilizadores. Estes autores destacam diversas questões que devem ser levadas em consideração no desenvolvimento de diretrizes que constituem um código de conduta de boas práticas de divulgação eletrônica da informação financeira, que incluem: (1) integridade dos dados; (2) observar se a informação financeira tem sido objeto de auditoria; (3) utilização, sempre que necessário, de mais de um idioma para a divulgação da informação financeira; (4) uma vez disponibilizados os dados financeiros, estes não devem ser removidos do *website*; (5) as alterações nas páginas da Internet devem ser datadas; (6) usabilidade e acessibilidade de

formatos; (7) integridade das hiperligações; (8) segurança do *website*, através da prevenção de alteração não autorizada de dados oficiais; (9) correção imediata de erros; (10) devem ser indicados claramente os contactos através dos quais os utilizadores possam obter informação complementar.

A próxima secção explana os principais estudos empíricos sobre a prática de divulgação da informação financeira através da Internet pelas entidades do setor público e, de forma complementar, pelas entidades do setor privado.

2.2.6 Estudos empíricos sobre a divulgação eletrónica da informação financeira

Consistente com o avanço da Internet como um dispositivo de comunicação pouco dispendioso, mas com grandes potencialidades, a divulgação eletrónica da informação financeira tem vindo a ser objeto de muitos debates e análises (Bozcuk *et al.*, 2009), bem como de estudo no âmbito da investigação académica (Ali Khan e Ismail, 2011), designadamente, como salientam Oyelere *et al.* (2003), no que respeita à divulgação da informação financeira.

Portanto, nesta secção são apresentados os principais estudos envolvendo a divulgação da informação financeira através da Internet por parte de organizações do setor público. De modo complementar, são apresentadas pesquisas anteriores que estudaram a divulgação eletrónica da informação financeira por entidades do setor privado, tendo em vista a escassez de investigação sobre esse tema no setor público. Entendemos, assim, que os estudos realizados no setor privado também têm potencial para contribuir para o conhecimento desse tipo de divulgação pelas entidades do setor público.

2.2.6.1 Estudos empíricos sobre IFR no setor público

A literatura envolvendo a prática de IFR no setor público ainda pode ser considerada incipiente. Rodríguez Bolívar *et al.* (2007) revelam que têm sido realizados poucos estudos teóricos e empíricos para estabelecer o estado da arte da investigação envolvendo a prática de IFR no setor público.

Apesar de grande parte da literatura sobre a utilização da Internet no setor público estar concentrada em questões relativas ao *e-government*, alguns estudos focam a divulgação da informação financeira pelas entidades públicas, com o objetivo de mensurar a extensão dessa prática de divulgação ou identificar os fatores que a determinam. Foram identificados na literatura 16 estudos empíricos sobre a prática de divulgação eletrônica da informação financeira em diversos setores da governação pública (governos locais, regionais e centrais) de diversos países, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Relação dos estudos empíricos sobre IFR no setor público

Estudo	País	Ambiente investigado
Joseph, Pilcher e Taplin (2014)	Malásia	Governos locais
Mendes (2012)	Portugal	Governos locais
Fudge (2011b)	EUA	Governos locais
Cárcaba García e García-García (2010)	Espanha	Governos locais
Lourenço, Sá e Jorge (2012)	Portugal	Câmaras municipais
Gallego Álvarez, García Sánchez e Rodríguez Domínguez (2009)	Espanha	Universidades
Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009)	Espanha	Governos locais
Styles e Koprowski (2008)	EUA	Hospitais
Gandía e Archidona (2008)	Espanha	Governos locais
Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2007)	Espanha	Governos regionais
Styles e Tennyson (2007)	EUA	Governos locais
Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2006)	Países Anglo-saxónicos, da Europa Continental e da América do Sul	Governos centrais
Laswad <i>et al.</i> (2005)	Nova Zelândia	Governos locais
Caba Pérez <i>et al.</i> (2005)	Países da União Europeia	Governos centrais
Groff e Pitman (2004)	EUA	Governos locais
Laswad <i>et al.</i> (2001)	Nova Zelândia	Governos locais

É notório, a partir da análise da Tabela 2, que os estudos se concentram em países desenvolvidos, incidindo, principalmente, sobre os governos locais. Um resumo desses estudos é apresentado a seguir.

Joseph *et al.* (2014) analisaram os fatores determinantes da extensão da prática de divulgação de sustentabilidade nos relatórios financeiros dos governos locais da Malásia, tendo como base a teoria institucional. Através de um índice de divulgação, estes autores mensuraram a extensão dessa prática de divulgação numa amostra de 145 governos locais e testaram 5 hipóteses relativas aos fatores determinantes dessa prática. Os resultados do estudo de Joseph *et al.* (2014) revelam a presença de isomorfismo institucional, particularmente pressão coercitiva, indicando como fatores determinantes desta prática o tamanho do governo local, a participação na Agenda Local 21 e o recebimento de premiação no setor público.

Mendes (2012), com base nas teorias da agência, positiva da contabilidade, da escolha pública e da sinalização, analisou a extensão da prática de divulgação da informação financeira via Internet por parte dos 308 governos locais de Portugal. Investigou, também, quais os fatores que influenciam os governos locais portugueses a divulgar informação financeira através da Internet. Os resultados da investigação de Mendes (2012) revelam que a média do índice de divulgação, utilizado para mensurar a extensão da prática de divulgação nos governos locais portugueses, foi de 60,37%. No que tange aos determinantes dessa prática, o estudo evidencia que o tamanho do governo local e a sua competição política são fatores explicativos da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

Fudge (2011b), através de uma amostra das 200 cidades mais populosas dos EUA, investigou os fatores que influenciam os governos locais a divulgar informação sobre o seu desempenho financeiro através da Internet. Fatores relacionados com as condições socioeconómicas, fatores organizacionais e fatores relacionados com as características dos líderes políticos, entre outros, foram estudados. Além da análise de conteúdo nos *websites* dos governos locais, foram organizadas 19 entrevistas semiestruturadas com gestores municipais, a fim de explorar os fatores adicionais que podem afetar a divulgação da informação financeira com recurso a meios eletrónicos. Os resultados do estudo de Fudge (2011b) evidenciam que apenas 29% dos governos locais incluídos no estudo fornecem dados *online* sobre o seu desempenho financeiro. Com base nos resultados das entrevistas, Fudge (2011b) conclui que as questões fiscais são os principais fatores que afetam a publicação do desempenho financeiro dos governos locais.

Cárcaba García e García-García (2010) analisaram as características dos governos locais espanhóis que influenciam o grau de divulgação da informação financeira através da Internet. A influência de fatores como tamanho, alavancagem da dívida, investimento de capital, competição política e visibilidade na imprensa foi empiricamente testada no estudo. Os resultados indicam que o tamanho, o investimento de capital e a competição política estão positivamente associados com a extensão da prática de divulgação dos relatórios financeiros através da Internet. Também encontraram uma relação negativa e significativa entre a visibilidade na imprensa e a divulgação da informação financeira.

Lourenço *et al.* (2012) avaliaram a informação financeira disponibilizada nos *websites* das câmaras municipais da Região Centro de Portugal, numa amostra de 100 *websites*. O estudo teve como referencial os 8 princípios de acessibilidade de documentos governamentais propostos pelo *Open Government Working Group* (Open Government Data, 2007). A investigação analisa o tipo de informação divulgada, a forma como pode ser acedida e o formato em que é apresentada e disponibilizada. Os resultados encontrados revelam que há uma divulgação parcial da informação financeira nos *websites* e que esta é apresentada de forma integrada em documentos de grande dimensão, dificultando a sua identificação no *website*. Além disso, o estudo aponta a falta de mecanismos de transparência e a não adoção dos princípios de acessibilidade instituídos pelo *Open Government Working Group*.

Gallego Álvarez *et al.* (2009) analisaram a divulgação da informação financeira através da Internet pelas universidades espanholas, com o objetivo de identificar os fatores que explicam a extensão da prática de divulgação eletrónica dessas entidades. Tamanho, alavancagem da dívida, lucratividade, governo, tipo de universidade e orientação para a investigação foram os principais fatores analisados no estudo. A amostra foi composta por 70 universidades, sendo 48 públicas e 22 privadas. Os resultados obtidos no estudo revelam que a extensão da prática de divulgação da informação financeira é muito pequena se comparada com a informação não-financeira divulgada através dos *websites* das universidades incluídas no estudo. Além disso, as universidades com níveis de alavancagem da dívida mais baixos divulgam mais informação *online*, enquanto que aquelas que têm maior volume de dívida têm mais relutância em revelar a sua situação interna através dos meios eletrónicos.

Serrano-Cinca *et al.* (2009) estudaram os determinantes da divulgação eletrónica da informação financeira pelos governos locais espanhóis. A amostra destes autores é composta por 92 administrações públicas locais e alguns fatores internos foram empiricamente testados no estudo, como o tamanho do governo local (mensurado através da quantidade de habitantes e das receitas orçamentais), a emissão de títulos de dívida do governo local, os recursos financeiros, a visibilidade na Internet, o nível de evolução do governo eletrónico e diversos aspetos políticos, como o nível de renda e educacional dos cidadãos e o seu compromisso sócio-político. Adicionalmente, o estudo examinou a

influência de fatores externos, como o nível de rendimento e o nível educacional dos cidadãos, bem como o compromisso do cidadão com a política local. Os resultados do estudo revelam uma associação estatisticamente significativa entre a competição política, o nível de rendimento e o nível de educação dos cidadãos, o tamanho do governo local, a existência de títulos de dívida do governo local e a divulgação eletrônica da informação financeira dos governos locais espanhóis.

Styles e Koprowski (2008) investigaram em que medida os hospitais dos EUA, públicos e privados, têm usado a Internet para divulgar informação financeira e demonstrar responsabilidade perante o seu público-alvo. Estes autores examinaram a disponibilidade da informação financeira nos *websites* dos 100 maiores hospitais da rede de saúde *American Hospital Association*. Os resultados indicam que a grande maioria dos hospitais, tecnicamente mais competentes, dos EUA ainda negligenciam a utilização da Internet como ferramenta para divulgação da informação financeira, tendo em vista que somente 37% dos *websites* dos hospitais incluídos no estudo forneceram informação financeira através da Internet. Os resultados do estudo apontam para a falta de transparência e do défice de *accountability* no sistema de saúde dos EUA.

Gandía e Archidona (2008) analisaram os *websites* de grandes governos locais espanhóis com o objetivo de avaliar a extensão da informação financeira divulgada na Internet e determinar quais os fatores que afetam os níveis observados na divulgação dessa informação. Por outras palavras, o estudo de Gandía e Archidona (2008) teve como objetivo identificar os determinantes da divulgação da informação financeira nos *websites* de instituições públicas espanholas. Nesse sentido, testaram a influência da competição política, da riqueza e da dívida do governo local, da visibilidade na imprensa, do acesso à tecnologia e do nível de educação da população na prática de IFR no setor público. No desenvolvimento do seu trabalho, utilizaram o modelo de mensuração da qualidade de *websites* elaborado por Calero, Ruiz e Piattini (2005) para a criação de um ID, composto por 88 itens, os quais abordam aspetos ligados à apresentação, ao conteúdo e à navegação dos *websites*. O estudo revela baixos níveis de divulgação nos *websites* dos governos locais incluídos no estudo. Além disso, o estudo mostra que os níveis de divulgação dependem da competição política, da visibilidade na imprensa e do acesso à tecnologia e níveis de educação dos cidadãos.

Rodríguez Bolívar *et al.* (2007) desenvolveram um estudo acerca da divulgação da informação financeira através da Internet nos 17 governos regionais da Espanha. No desenvolvimento da pesquisa, os autores elaboraram um ID, com base em Caba Pérez *et al.* (2005), para analisar a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet. Os resultados evidenciaram que os governos regionais da Espanha ainda não estão conscientes do potencial da Internet para a promoção da democracia digital. Contrariamente a outros estudos sobre a prática de IFR no setor público, Rodríguez Bolívar *et al.* (2007) não encontraram uma relação significativa entre o tamanho do governo (mensurado através da quantidade de habitantes) e a extensão da prática de divulgação da informação financeira por meios eletrônicos.

Styles e Tennyson (2007) analisaram a disponibilidade e acessibilidade dos relatórios financeiros dos governos locais na Internet. Para isso, avaliaram os *websites* de 300 governos locais de tamanhos variados (tendo em atenção o número de habitantes) dos EUA, com o objetivo de compreender em que medida os cidadãos e outros utilizadores tiveram acesso aos relatos financeiros e, assim, identificar as variáveis associadas com a prática de IFR. Estes autores exploraram dois aspetos: se o relatório foi divulgado no *website* e qual o número de passos necessários para localizar o relatório (questão da acessibilidade). O estudo revela que uma proporção significativa de governos locais dos EUA não aproveita as potenciais competências comunicativas da Internet como um meio para promover a *accountability* na gestão pública. Os resultados indicam que a disponibilização de relatórios financeiros dos governos locais na Internet é mais proeminente em governos locais maiores, com maior rendimento *per capita* e elevados níveis de evidenciação contabilística [reconhecidos através da concessão dos certificados de excelência emitidos pela *Government Finance Officers Association* (GFOA)]. Styles e Tennyson (2007) também constataram que a acessibilidade da informação financeira divulgada pelo governo local através da Internet está positivamente relacionada com o seu tamanho, com o nível de rendimento dos seus habitantes, com o seu nível de endividamento e com a sua situação financeira.

Rodríguez Bolívar *et al.* (2006) estudaram a divulgação eletrónica da informação financeira dos governos centrais de países com influência anglo-saxónica (Reino Unido, EUA, Austrália e Nova Zelândia), da América do Sul (Argentina, Colômbia, Perú e

Paraguai) e da Europa Continental (Itália, Portugal e Espanha), a fim de compreender a influência dos diferentes contextos culturais na prática de divulgação da informação financeira com recurso a meios eletrónicos. Com base num ID que construíram e posterior análise do conteúdo dos *websites* governamentais, identificaram a extensão da prática de divulgação dos países analisados. Os resultados do estudo revelaram que a forma como diferentes países utilizam a Internet para divulgação da informação financeira está profundamente enraizada e decorre da sua cultura administrativa. Segundo estes investigadores, os governos dos países que adotam uma abordagem indutiva (países anglo-saxónicos) tendem a fazer melhor uso do potencial da Internet como um meio para melhorar a transparência e a prestação de contas aos cidadãos, do que os países de abordagem dedutiva (da Europa Continental e da América do Sul).

Laswad *et al.* (2005) identificaram as características dos governos locais da Nova Zelândia que influenciaram a divulgação da informação financeira no seu *website*. O estudo compara as características de 61 governos locais neozelandeses que usaram a Internet como um meio de divulgação financeira com as características daquelas que optaram por não usar tal meio. À luz da teoria da agência, eles testaram diversos fatores a fim de avaliar a sua influência no uso da Internet para divulgação da informação financeira, que incluem a competição política, o tamanho do governo local, a alavancagem da dívida, a riqueza do governo local, a visibilidade na imprensa e o tipo de governo local (com população tipicamente urbana ou rural). Os resultados do estudo de Laswad *et al.* (2005) indicam que o tipo de governo local, a alavancagem da dívida, a riqueza do governo local e a visibilidade na imprensa influenciaram a decisão dos governos locais da Nova Zelândia de fornecer voluntariamente informação financeira através da Internet. Além disso, o estudo permitiu constatar que a maior proporção das populações urbanas *versus* distritais ou regionais (tipicamente rurais) influenciou os governos locais a divulgarem informação financeira através dos meios eletrónicos. Os governos locais que forneceram informação financeira nos seus *websites* também tiveram maior visibilidade na imprensa, utilizaram maiores níveis de alavancagem da dívida e eram mais ricos em termos de receita *per capita*. Os resultados do estudo não evidenciam uma relação significativa entre a prática de IFR e a competição política ou o tamanho do governo local.

O estudo de Caba Pérez *et al.* (2005) teve como objetivo verificar se as entidades da administração central dos países da União Europeia disponibilizam informação financeira nos seus *websites* oficiais. Estes autores investigaram se algumas características qualitativas da informação financeira governamental, tais como integridade, oportunidade, compreensibilidade, clareza, comparabilidade, relevância e fiabilidade estavam presentes na divulgação eletrónica da informação financeira. Verificaram também questões ligadas ao *design* dos *websites*, que incluem facilidade de identificação da informação, personalização da informação, acessibilidade e gestão da informação, utilização de diferentes linguagens e facilidade de interação com os utilizadores. No desenvolvimento do estudo, estes autores propuseram um modelo de divulgação eletrónica que tem o potencial de facilitar o acesso dos cidadãos à informação financeira. Os resultados do estudo revelaram que o país que mais divulgou informação financeira através da Internet foi a Espanha, com 65% dos itens propostos no ID. Caba Pérez *et al.* (2005) concluíram que os governos da União Europeia ainda não utilizam a Internet como um meio de melhorar a transparência da informação financeira e a prestação de contas aos cidadãos.

Groff e Pitman (2004) analisaram os *websites* dos 100 maiores governos locais dos EUA, no que tange à divulgação eletrónica da informação financeira. A pesquisa indica que 89% dos governos locais fizeram alguma divulgação financeira nos seus *websites*. Os resultados do estudo descritivo sugerem que os governos locais dos EUA dão mais importância aos dados do orçamento (88%) do que aos dados contabilísticos do relatório financeiro anual, chamado de *Comprehensive Annual Financial Report* (CAFR) (54%). Além disso, o estudo revela que há uma tendência dos governos locais de menor dimensão para fornecer apenas dados orçamentais, enquanto os de maior dimensão estavam mais dispostos a fornecer dados orçamentais e contabilísticos. O estudo examinou ainda a acessibilidade da informação contabilística, considerando a localização de cada documento dentro do *website*, sob a premissa de que quanto mais perto o documento estiver da página inicial do *website*, maior importância lhe é dada. Estes autores verificaram que, em geral, os 100 maiores governos locais dos EUA deram mais destaque ao orçamento do que ao CAFR, tendo concluído que o tamanho do governo local parece desempenhar um papel importante na divulgação da informação financeira através da Internet. Uma possível justificação, apresentada pelos autores, é que os governos locais maiores são mais

suscetíveis de fornecer informação financeira devido à importância do financiamento da dívida para esses governos locais.

Laswad *et al.* (2001) analisaram a prática de divulgação dos relatórios financeiros através da Internet numa amostra composta por 86 governos locais da Nova Zelândia. O estudo examinou quatro variáveis associadas com a divulgação da informação financeira (tamanho, tipo de governo local (com população tipicamente urbana ou rural), alavancagem da rendibilidade e visibilidade na imprensa local). Os resultados da análise univariada indicaram que o tamanho, o tipo de governo local e a visibilidade na imprensa são associados às escolhas das autoridades locais para relatar informação financeira na Internet. No entanto, os resultados da análise multivariada revelaram que apenas o tamanho e o tipo de governo local estão associados com a quantidade e o tipo de divulgação da informação financeira na Internet.

É notório que os estudos ligados à prática de IFR no setor público se concentram na análise de um único ambiente, seja ele do governo central, regional ou local. A existência de estudos comparativos entre países e estudos em países em desenvolvimento ainda é escassa na literatura, o que gera uma lacuna no conhecimento da prática de divulgação eletrónica da informação financeira pelas entidades do setor público.

Além disso, os resultados de tais estudos não podem ser generalizados para diferentes países em diferentes estágios de desenvolvimento e com diferentes culturas. Isso destaca a necessidade de examinar a divulgação da informação financeira através da Internet no ambiente cultural e regulamentar dos países do MERCOSUL, através de um estudo comparativo entre os governos locais desses países. De forma complementar, alguns dos principais estudos empíricos sobre a prática de IFR no setor privado serão apresentados seguidamente.

2.2.6.2 Estudos empíricos sobre IFR no setor privado

É crescente a quantidade de estudos que examinam a prática de divulgação da informação financeira através da Internet pelas entidades privadas. Davey e Homkajohn (2004) explicam que, embora a literatura relacionada ao IFR tenha crescido nos últimos anos, tais estudos estão, geralmente, concentrados em países desenvolvidos, como EUA e Reino

Unido. Estes autores referem a realização de poucos estudos em países em desenvolvimento.

Entretanto, através da análise da literatura, é possível observar que essa realidade tem mudado nos últimos anos, com um crescente número de estudos recentes realizados no ambiente do setor privado de diferentes países em desenvolvimento, conforme demonstrado na Tabela 3.

Os estudos mostrados na Tabela 3 destacam, de modo geral, o crescente uso da Internet para divulgação da informação corporativa, incluindo as demonstrações financeiras e a variabilidade de extensão e de sofisticação da prática de IFR entre os países.

Tabela 3 - Relação dos estudos empíricos sobre IFR no setor privado

Estudos em países desenvolvidos		Estudos em países em desenvolvimento		Estudos comparativos entre países	
Estudo	País	Estudo	País	Estudo	Países
García Sánchez, Rodríguez Domínguez e Gallego Álvarez (2011)	Espanha	Bowrin (2015)	Caribe	Bartulović e Pervan (2014)	Croácia, Eslovênia, Bósnia e Herzegovina e Sérvia
Abdelsalam, Bryant e Street (2007)	Reino Unido	Momany <i>et al.</i> (2014)	Jordânia	Chatterjee e Hawkes (2008)	Nova Zelândia e Índia
Gowthorpe (2004)	Reino Unido	Al-Htaybat <i>et al.</i> (2011)	Jordânia	Khadaroo (2005)	Malásia e Singapura
Marston e Polei (2004)	Alemanha	Garg e Verma (2010)	Índia	Allam e Lymer (2003)	Canadá, EUA, Reino Unido, Austrália e Hong Kong
Lodhia, Allam e Lymer (2004)	Austrália	Aly, Simon e Hussainey (2010)	Egipto	Bonsón e Escobar (2002)	15 países europeus
Oyelere <i>et al.</i> (2003)	Nova Zelândia	Bozcuk <i>et al.</i> (2009)	Turquia	Debreceny <i>et al.</i> (2002)	22 países
Marston (2003)	Japão	Mohamed, Oyelere e Al-Busaidi (2009)	Sultanato de Omã	Debreceny e Gray (1999)	EUA, Reino Unido e Alemanha
Ettredge, Richardson e Scholz (2002)	EUA	Oyelere e Mohamed (2007)	Sultanato de Omã		
Lybaert (2002)	Holanda	Spanos e Mylonakis (2007)	Grécia		
Rodrigues e Menezes (2001)	Portugal	Xiao <i>et al.</i> (2004)	China		
Craven e Marston (1999)	Reino Unido				
Ashbaugh <i>et al.</i> (1999)	EUA				
Gowthorpe e Amat (1999)	Espanha				
Pirchegger e Wagenhofer (1999)	Áustria				

Conforme referido, é evidente, através da análise da Tabela 3, que a literatura relacionada com a prática de IFR se concentra nos países desenvolvidos. Entretanto, é possível observar que, nos últimos cinco anos, a quantidade de pesquisas em países em desenvolvimento identificados neste estudo superou as realizadas nos países desenvolvidos. Estudos comparativos ainda são mais escassos, possivelmente pela dificuldade na obtenção de dados para a investigação.

A literatura que examina a divulgação da informação financeira pelas entidades privadas é mais desenvolvida que aquela que estuda o mesmo tipo de divulgação no setor público (Caba Pérez *et al.*, 2005; Rodríguez Bolívar *et al.*, 2006, 2007). Em decorrência do seu maior desenvolvimento, entendemos que os estudos sobre a prática de IFR no setor privado poderão contribuir para o conhecimento da prática de divulgação eletrônica no âmbito das entidades do setor público, tendo em vista que o objeto estudado é comum a ambos os setores: a divulgação da informação financeira através da Internet.

Assim, escolhemos alguns estudos que julgamos poderem dar alguma contribuição para o nosso trabalho, seja na métrica empregada na elaboração do ID, nas questões investigadas ou na metodologia utilizada. Apresentamos a seguir um resumo das principais questões investigadas e das principais conclusões desses estudos.

Bowrin (2015) examinou a prática de IFR nas empresas caribenhas com valores cotados em bolsa. Além de analisar a abrangência da prática de IFR, investigou a medida em que tais entidades adotaram as mídias sociais e outros desenvolvimentos recentes da Internet na comunicação com os investidores. Os resultados deste estudo apontam o tamanho da entidade e a importância do financiamento de capital público para a economia do país como fatores positivamente associados à prática de IFR nas entidades do Caribe.

Bartulović e Pervan (2014) analisaram a prática de IFR por parte de 91 entidades com valores cotados nas bolsas de quatro países europeus: Croácia, Eslovênia, Bósnia e Herzegovina e Sérvia. Os resultados indicam que existem diferenças na extensão da prática de IFR entre os países estudados. No que se refere aos fatores determinantes desta prática, estes autores identificaram que a cotação oficial, o volume de negócios, o ativo e o setor da indústria afetam a prática de IFR nessas entidades.

Al-Htaybat *et al.* (2011) realizaram um estudo na Jordânia com o objetivo de explorar as percepções dos utilizadores da informação financeira divulgada por meios eletrónicos (analistas financeiros, académicos, funcionários das instituições financeiras de crédito e auditores), no que tange à utilidade e à usabilidade do IFR como fonte de informação. Os resultados desta investigação revelam que as percepções dos utilizadores sobre a utilidade do IFR na tomada de decisão diferem significativamente e os fatores económicos, tais como o custo de ter acesso à Internet e o custo de impressão da informação contabilística foram levantados como uma preocupação sobre o futuro do IFR naquele país. Esse estudo conclui, ainda, que a cópia tradicional do relatório anual, impressa em papel, é a fonte preferível para aqueles utilizadores, facto que pode ser atribuído à cultura dos utilizadores, bem como à falta de familiaridade com a Internet, problema que pode ser resolvido através da oferta de cursos sobre a utilização das TIC na educação dos cidadãos.

García Sánchez *et al.* (2011) analisaram a divulgação da informação estratégica através da Internet pelas entidades espanholas com valores cotados em bolsa, com foco no papel do conselho de administração perante a governação corporativa. Estes pesquisadores criaram um ID para medir a extensão da prática de divulgação da informação estratégica por parte das 117 entidades incluídas no estudo. Entre outros, foram analisados os seguintes fatores explicativos da divulgação da informação financeira: tamanho da entidade; a independência do conselho de administração; a atividade exercida pela entidade; a rentabilidade e a alavancagem. Os resultados indicam que as entidades espanholas divulgam, em média, pouca informação estratégica aos seus *stakeholders* através da Internet. Os resultados também enfatizam que as entidades onde o presidente do conselho de administração é a mesma pessoa que o *Chief Executive Officer* (CEO) e, ainda, em que há uma menor frequência de reuniões, divulgam uma maior quantidade de informação estratégica nos seus *websites*.

Aly *et al.* (2010) analisaram os fatores que podem afetar a divulgação eletrónica dos relatórios corporativos nas entidades de capital aberto do Egipto. Primeiro foi feita uma análise de conteúdo nos *websites* das suas 100 maiores entidades de capital aberto, para verificar a extensão da prática de divulgação da informação financeira. Estes autores utilizaram uma adaptação do modelo de Xiao *et al.* (2004) para identificar o ID das

entidades. Depois, verificaram quais as características das entidades que estão associadas à prática de IFR (dimensão da entidade, rentabilidade, influência da alavancagem da dívida, liquidez, tipo de indústria, tamanho da empresa de auditoria e listagem dos negócios estrangeiros). Os resultados obtidos para uma amostra de 62 entidades com valores cotados na Bolsa de Valores do Egito mostram que mais de 50% das entidades apresentaram voluntariamente informação financeira nos seus *websites*. Além disso, o estudo revela que a rentabilidade, a listagem de negócios estrangeiros e o setor industrial foram os fatores que mais afetaram a quantidade e o formato de apresentação dos relatórios na Internet.

Garg e Verma (2010) analisaram o uso da Internet para a comunicação corporativa na Índia. O estudo analisa a extensão da prática de IFR e a sua relação com algumas características das 200 entidades de capital aberto incluídas na amostra, que incluem o tamanho, os lucros, a idade, a natureza da indústria e a liquidez, entre outras. Os resultados apontam o setor da indústria e o tamanho da entidade como fatores positivamente relacionados com a extensão da prática de divulgação da informação financeira na Internet.

Mohamed *et al.* (2009) investigaram a extensão da prática de divulgação dos relatórios financeiros através da Internet para uma amostra de 142 entidades com valores cotados no Mercado de Valores Mobiliários *Muscat Securities Market*, no Sultanato de Omã. Os resultados indicam que apenas 21% das entidades tem prática de IFR, deixando evidente que tal prática está ainda numa fase embrionária neste país.

Bozcuk *et al.* (2009) investigaram o estado atual da divulgação da informação financeira através da Internet à luz das recentes alterações regulamentares relativamente à referida divulgação para uma amostra das 500 maiores entidades da Turquia. Os resultados indicam que, apesar de ter aumentado o número de entidades divulgadoras da informação financeira através da Internet (de 2003 para 2007), alguns problemas foram revelados, como o nível extremamente baixo de divulgação da informação financeira (apenas 7% das entidades) e a aparente relutância das entidades com valores cotados em bolsa para fornecer informação financeira, a menos que seja uma prática obrigatória.

Chatterjee e Hawkes (2008) fizeram um estudo comparativo entre as 30 maiores entidades da Índia e da Nova Zelândia com o objetivo de identificar as diferenças que ocorrem na organização dos *websites*, em particular no que concerne à acessibilidade da

informação financeira divulgada através da Internet. O estudo revela que foram observadas variações significativas na estrutura dos *websites*, ao nível de acessibilidade da informação financeira e nas terminologias utilizadas. Segundo o estudo de Chatterjee e Hawkes (2008), essas diferenças reduzem a acessibilidade e oferecem a possibilidade de confusão quando se tenta comparar a informação divulgada por diferentes entidades. O estudo revela, ainda, que os relatórios financeiros divulgados na Internet não permitiram a comparabilidade entre eles. A investigação conclui que as entidades indianas estão atrasadas em relação às da Nova Zelândia.

Abdelsalam *et al.* (2007), motivados principalmente pelas mudanças recentes no ambiente regulador da Bolsa de Valores de Londres, examinaram a associação entre a abrangência, a usabilidade e a credibilidade da informação corporativa divulgada através da Internet e as medidas de governação corporativa para uma amostra de 110 entidades com valores cotados na Bolsa de Valores de Londres. Os resultados destacam a necessidade de melhoria em termos de abrangência da divulgação eletrónica em muitas áreas, incluindo a credibilidade e a usabilidade. Os resultados apontam ainda para uma associação positiva entre a divulgação eletrónica e o tamanho, a lucratividade, a independência do diretor e a dualidade do CEO como presidente do conselho de administração.

Oyelere e Mohamed (2007) investigaram a extensão e a variedade da prática de divulgação dos relatórios financeiros pelas entidades com valores cotados no *Muscat Securities Market*, no Sultanato de Omã. A amostra inclui 142 entidades, sendo que apenas 31 (cerca de 22%) delas revelam prática de IFR. Os resultados indicam que a prática de IFR ainda está numa fase embrionária em Omã, tendo em vista a pequena quantidade de empresas que investiram no potencial da Internet para tornar a sua informação financeira mais transparente e acessível ao público.

Spanos e Mylonakis (2007) estudaram a extensão da prática de divulgação dos relatórios financeiros para uma amostra de 141 entidades com valores cotados na bolsa de valores da Grécia. Os resultados evidenciam que, em média, são as entidades maiores e mais consolidadas que oferecem níveis mais elevados de divulgação da informação financeira através da Internet.

Khadaroo (2005) realizou um estudo comparativo a fim de examinar e comparar a prática de divulgação da informação financeira através da Internet entre as entidades com valores cotados nas bolsas de valores da Malásia e de Singapura. Os resultados indicam que as entidades de Singapura têm uma maior presença na Internet, no que tange à divulgação da informação financeira através dos seus *websites*, em comparação com entidades malaias.

Gowthorpe (2004) examinou a divulgação dos relatórios financeiros através da Internet para uma amostra de 319 pequenas entidades do Reino Unido com valores cotados na bolsa de valores de Londres. Os gestores dessas entidades foram entrevistados sobre o uso da Internet para divulgar informação financeira e sobre as maneiras pelas quais eles identificam as necessidades de informação dos seus *stakeholders*. Os resultados indicam que a avaliação das necessidades das partes interessadas é casual, mas tem como objetivo corrigir a assimetria de informação entre os investidores. Além disso, os resultados evidenciam que o uso da Internet para divulgar informação financeira pelas entidades do Reino Unido não mudou radicalmente a natureza essencial do diálogo entre a entidade e as partes interessadas, continuando a existir assimetria.

Marston e Polei (2004) analisaram o uso da Internet para divulgação da informação financeira aos seus investidores por parte de entidades alemãs nos anos de 2000 e 2003. O estudo tentou identificar razões justificativas das diferenças verificadas na prática de divulgação *on-line*, testando a associação entre cinco fatores específicos de cada entidade e a extensão da prática de divulgação financeira através da Internet, para uma amostra de 100 entidades com valores cotados na Bolsa de Valores de Frankfurt. Os resultados do estudo mostram que o tamanho da entidade é a única variável explicativa significativa para a quantidade de informação divulgada no seu *website*, a qual é estável ao longo do tempo.

Lodhia *et al.* (2004) analisaram a extensão da prática de IFR para uma amostra incluindo as 50 maiores entidades de capital aberto da Austrália. Os resultados revelam que a maioria das entidades incluídas no estudo disponibiliza informação financeira nos seus *websites* da mesma forma com que a disponibiliza pelos tradicionais meios de divulgação, em papel. Para estes autores, isso indica que as entidades australianas não estão a utilizar plenamente o potencial da Internet para apresentar informação financeira aos *stakeholders*.

Xiao *et al.* (2004) analisaram os fatores que influenciam a divulgação dos relatórios financeiros na Internet para uma amostra que inclui as 300 maiores entidades da China com valores cotados nas bolsas de valores de Xangai e de Shenzhen. Para tanto, estes autores desenvolveram um modelo de ID composto de 82 itens, sendo 57 itens relacionados com o conteúdo da informação financeira e 25 itens relacionados com o formato de apresentação (itens relativos com a forma como a informação é divulgada e com a facilidade de uso dessa informação). Os resultados revelam que a divulgação eletrônica da informação financeira das entidades incluídas no estudo está sujeita a certas influências sistemáticas (por exemplo, o tamanho da entidade e a alavancagem da dívida), ao invés de ser prática casual.

Marston (2003) investigou a prática de divulgação eletrônica da informação financeira numa amostra que inclui as 99 maiores entidades japonesas (com base na lista *The Times 1000 1998*), com o objetivo de identificar os fatores que influenciam tal prática. Os resultados indicam que cerca de 69% das entidades incluídas no estudo divulgaram informação financeira nos seus *websites*. No que diz respeito aos fatores determinantes da prática de IFR, o estudo revela que o tamanho da entidade e o tipo de indústria estão associados com a prática de IFR. No entanto, não há resultados estatisticamente significativos a respeito da associação entre a rentabilidade e a participação em bolsas de valores no exterior e a prática de IFR.

Oyelere *et al.* (2003) analisaram os determinantes da prática de IFR, por 229 entidades, com valores cotados na bolsa de valores da Nova Zelândia. Os resultados indicam que 123 entidades utilizaram a Internet para divulgar informação diversa e 90 para divulgar informação financeira nos seus *websites*. O estudo mostra, ainda, que o tamanho da entidade, a liquidez, o setor industrial e a difusão da propriedade motivaram a divulgação da informação financeira via Internet. No entanto, a internacionalização da empresa, a rentabilidade e a alavancagem da dívida são estatisticamente não significativas para explicar a prática de IFR pelas entidades neozelandesas.

Allam e Lymer (2003) realizaram um estudo comparativo entre entidades de 5 países desenvolvidos: Canadá, Reino Unido, EUA, Austrália e Hong Kong. A sua amostra foi composta de 250 entidades com valores cotados em bolsa em todos os 5 países (foram selecionadas 50 entidades em cada país, tendo como base o seu valor de mercado). Os

resultados evidenciam que as entidades incluídas no estudo têm utilizado o potencial da Internet para alargar a extensão da prática de divulgação da informação financeira aos seus *stakeholders*. Além disso, os resultados indicam que o tamanho da entidade tem relação positiva estatisticamente significativa com a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet. Esses resultados ilustram que a prática de divulgação dos relatórios financeiros através da Internet difere significativamente entre entidades em diferentes países.

2.2.7 Incentivos à divulgação da informação financeira no setor público

Diversos estudos examinam os fatores que incentivam os governos locais a divulgar a sua informação financeira publicamente (Abu Bakar e Saleh, 2011; Baber, 1983; Baber e Sen, 1984; Caba Pérez *et al.*, 2008; Cheng, 1992; Evans e Patton, 1987; Gandía e Archidona, 2008; Groff e Pitman, 2004; Ingram, 1984; Laswad *et al.*, 2005; Rodríguez Bolívar *et al.*, 2007; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Zimmerman, 1977). Alguns desses estudos, geralmente os mais recentes, concentram-se na utilização da Internet como um meio para a divulgação da informação financeira do setor público, conforme já referido na secção 2.2.6.1 (Caba Pérez *et al.*, 2008; Groff e Pitman, 2004; Laswad *et al.*, 2005; Rodríguez Bolívar *et al.*, 2007; Serrano-Cinca *et al.*, 2009).

Estes estudos utilizam, entre outros, como fatores explicativos da divulgação financeira no setor público os seguintes: tamanho da entidade; confiança no devedor; quantidade de recursos financeiros; influência dos aspetos políticos, como o grau de competição política ou a filiação partidária do gestor público; visibilidade na imprensa e forma de governo.

Alguns fatores externos às entidades também foram estudados como influenciadores da divulgação financeira através da Internet (Debreceeny *et al.*, 2002; Serrano-Cinca *et al.*, 2009). Entre os fatores externos estudados, estão o nível educacional e de renda dos cidadãos, o nível de utilização das TIC ou o compromisso sociopolítico. O argumento utilizado pelos pesquisadores é de que quanto maior a renda e o nível de educação dos cidadãos e maior o seu compromisso sociopolítico, mais forte será a pressão sobre as autoridades locais para divulgarem informação financeira através da Internet e,

consequentemente, maior será a extensão da prática de divulgação pelas entidades públicas (Serrano-Cinca *et al.*, 2009).

Abu Bakar e Saleh (2011) desenvolveram uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar quais os incentivos (ou fatores) que dão apoio à divulgação da informação contabilística pelas organizações públicas. Com uma amostra de 21 estudos empíricos, estes autores identificaram, inicialmente, 150 variáveis explicativas. Após uma reclassificação, com base na semelhança de conotação entre elas, o número de variáveis foi reduzido para 27 variáveis comumente utilizadas para explicar a extensão da prática de divulgação financeira no setor público. Estas variáveis foram agrupadas em cinco temas (incentivos políticos, sociais, financeiros, institucionais e de governação), seguindo o estudo de Cheng (1992).

Apesar da relevância do estudo de Abu Bakar e Saleh (2011), a sua pesquisa limitou-se a fazer uma revisão bibliográfica em apenas 9 revistas científicas internacionais. Fizemos uma revisão bibliográfica mais extensa, de forma que a quantidade de pesquisas envolvendo os incentivos para a divulgação da informação financeira pelas entidades do setor público foi ampliada de 21 para 25 estudos empíricos. Um resumo desses estudos identificados na literatura é apresentado no Anexo A, de forma a evidenciar as variáveis independentes utilizadas para explicar a extensão da prática de divulgação financeira no contexto do setor público.

A quantidade de estudos que examinam a prática de divulgação da informação financeira no setor público é, relativamente ao que acontece no setor privado, mais limitada (Laswad *et al.*, 2001). Zimmerman (1977) foi um dos primeiros estudiosos a debruçar-se sobre os possíveis incentivos económicos para a divulgação da informação financeira no setor público, sugerindo uma série de incentivos económicos que influenciam os sistemas de contabilidade do governo local. Ingram (1984) estudou os determinantes económicos da divulgação da informação financeira dos governos estaduais dos EUA. Evans e Patton (1983) identificaram alguns incentivos económicos para a participação dos governos locais dos EUA no programa de certificação do GFOA, enquanto Ingram e DeJong (1987) e Giroux (1989) examinaram as razões para variações na divulgação financeira por cidades norte-americanas.

Diversos estudos encontraram uma relação positiva estatisticamente significativa entre a competição política e o fornecimento da informação financeira do setor público (Baber, 1983; Baber e Sen, 1984; Evans e Patton, 1987; Ingram, 1984). Uma possível explicação é o facto dos políticos se sentirem ameaçados quando a concorrência política aumenta, fazendo com que divulguem mais informação para fins de legitimação perante o eleitorado.

Vários estudos examinaram a forma de governo como um fator determinante para a divulgação da informação financeira (Evans e Patton, 1987; Ingram e DeJong, 1987; Zimmerman, 1977). Geralmente, estes estudos consideram como “forma de governo” o modo como a gestão pública é conduzida, ou seja, se a mesma é realizada por um gestor político eleito, ou por um gestor profissional nomeado.

A associação entre o tamanho do governo e a divulgação da informação financeira pelo setor público também tem sido examinada por diversos estudos (Baber, 1983; Christiaens, 1999; Evans e Patton, 1987; Ingram, 1984; Ingram e DeJong, 1987). Baber (1983), por exemplo, sugere que o tamanho do governo está relacionado com o comportamento de monitorização. Contudo, parece que essa relação estatística é inconclusiva, pois enquanto alguns estudos mostram uma relação significativa entre o tamanho e a extensão da prática de divulgação (Baber, 1983; Christiaens, 1999; Ingram e DeJong, 1987), outros apontam para uma inexistência de relação estatisticamente significativa (Evans e Patton, 1987; Ingram, 1984).

Para Zimmerman (1977), os políticos têm incentivos para reduzir o custo da dívida, fazendo com que essa economia de recursos possa ser alocada a outros programas de governo, a fim de aumentar o bem-estar da população. Esses incentivos motivam os gestores a divulgar mais informação para a monitorização das suas ações por parte dos credores do ente público (Laswad *et al.*, 2001). Os resultados dos estudos que examinaram a relação entre o custo da dívida e o comportamento das autoridades locais para monitorização das suas ações não são conclusivos. Enquanto Evans e Patton (1987) e Ingram e DeJong (1987) encontraram relação significativa entre a dívida e a divulgação financeira, Baber (1983), Baber e Sen (1984) e Christiaens (1999) constatam que não há tal associação.

Zimmerman (1977) verifica que a imprensa tem tido impacto na relação de agência entre políticos e eleitores. Este autor argumenta que os escândalos políticos revelados pela imprensa afetam a taxa de publicidade, atraindo telespectadores e ouvintes de rádio. Desta forma, certos comportamentos dos políticos são monitorizados mais de perto, o que torna a força da imprensa um potencial incentivo para que os políticos divulguem mais informação sobre a sua gestão. No entanto, a relação, entre a força da imprensa e a extensão da prática de divulgação pelo governo, não é suportada pelo estudo de Ingram (1984) que encontra uma relação negativa entre a circulação de jornais e a qualidade de divulgação da informação financeira pelo setor público.

As evidências sobre os determinantes da divulgação da informação financeira através da Internet no setor público são, geralmente, menos conclusivas, em comparação com tais evidências no setor privado (Abu Bakar e Saleh, 2011; Caba Pérez *et al.*, 2005; Caba Pérez *et al.*, 2008; Laswad *et al.*, 2001, 2005). Estes autores argumentam que isso pode ser devido à quantidade limitada de estudos sobre a prática de IFR no setor público, se comparadas com a do setor privado.

Abu Bakar e Saleh (2011) acrescentam que a grande maioria das pesquisas na área da divulgação da informação financeira através da Internet pelas entidades do setor público foi realizada no contexto dos EUA, seguido da Espanha. Nos países em desenvolvimento, esse tipo de pesquisa ainda é negligenciado pelos pesquisadores. Para estes autores, uma possível razão é que em países menos desenvolvidos, as organizações do setor público normalmente ficam para trás em relação aos seus homólogos dos países mais desenvolvidos, em vários aspetos da prestação de contas, incluindo a pressão por reformas e maior transparência da gestão.

Laswad *et al.* (2005) apontam como sugestão, para futuras pesquisas, a realização de comparações internacionais dos determinantes da divulgação da informação financeira através da Internet, o que, segundo os autores, seria útil no desenvolvimento de um modelo abrangente da prática de divulgação da informação financeira pelo setor público num ambiente eletrónico, como a Internet.

Na próxima secção, apresentamos as reformas de transparência financeira governamental dos países que integram o bloco económico MERCOSUL, bem como o

enquadramento legal e normativo relativo à informação financeira de caráter obrigatório por parte dos governos locais desses países.

2.3 Transparência financeira dos países membros do MERCOSUL

O processo de criação do bloco económico MERCOSUL iniciou-se em 1985, através dos esquemas bilaterais diplomáticos entre a Argentina e o Brasil. Esse tratado bilateral previa o estabelecimento de mercado comum em 10 anos. No entanto, em 1990, os presidentes da Argentina e do Brasil resolveram acelerar o processo de formação do bloco, contando com a adesão do Paraguai e do Uruguai. A consolidação da formação do bloco se deu, finalmente, em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção.

De acordo com Kaltenthaler e Mora (2002), além das questões económicas relacionadas com o livre comércio entre os países, outras motivações também impulsionaram tal processo de integração, como questões relacionadas com a segurança interna e externa (neo-funcionalismo), com o desenvolvimento territorial, com a institucionalização da democracia, com a interdependência económica e a resultante necessidade de gerir os desafios concomitantes, com objetivos políticos internos, entre outros. Estes autores afirmam que “o Mercosul tornou-se um exemplo de integração internacional que só é superado pela União Europeia em termos de profundidade do processo de integração” (Kaltenthaler e Mora, 2002, p. 73).

Nas últimas décadas, os países do MERCOSUL, assim como muitos países da América Latina, têm realizado importantes reformas em seus sistemas de informação financeira (Asselin, 2000). Tais reformas, que coadunam com os preceitos da NPM, no sentido de melhorar a eficiência e a eficácia dos governos, têm sido realizadas porque, conforme observou a Comissão Europeia, através do documento de estratégia regional do MERCOSUL 2007-13, a transparência e a prestação de contas das instituições do setor público dos países que integram o bloco económico MERCOSUL ainda não foram suficientemente alcançadas (European Commission, 2007).

As reformas financeiras realizadas nos países do MERCOSUL foram influenciadas pelo contexto político-económico vivido, principalmente em decorrência das diferentes

estruturas político-administrativas desses países (Caba Pérez e López Hernández, 2009). Enquanto o Brasil, a Argentina e a Venezuela são Estados federados, o Uruguai e o Paraguai são Estados unitários simples. Além disso, não podemos deixar de considerar que todos os países do MERCOSUL, em diferentes períodos na última metade do século passado, foram objeto de uma ditadura militar, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Períodos de ditadura militar nos países do MERCOSUL

País	Último período da ditadura militar
Argentina	1976 a 1983
Brasil	1964 a 1985
Paraguai	1954 a 1989
Uruguai	1973 a 1985
Venezuela	1948 a 1958

Assim como ocorreu em outros países da América Latina, tem sido comum a aplicação de medidas económicas populistas nestes países, com o objetivo de aumentar a popularidade do governo (Caba Pérez e López Hernández, 2009). Soma-se a isso o facto de que a corrupção e o clientelismo político ainda são muito comuns nesses países (Máiz, 2003), o que contribui para dificultar o desenvolvimento das reformas financeiras nas administrações públicas do MERCOSUL.

Essas reformas estão relacionadas com a elaboração e a aprovação, ainda nas décadas de 60 e 70, de diretrizes que procuram tornar o governo mais transparente, através do estabelecimento de regras de contabilidade e controlo fiscal. Citámos como exemplos a Lei 12.961 (1947) na Argentina, a Lei 4.320 (1964) no Brasil, a Lei 1.250 (1967) no Paraguai, a Lei 12.802 (1960) e o Decreto 104 (1968) no Uruguai e a Lei Orgânica da Fazenda Pública (1974) na Venezuela.

No início da década de 90, praticamente todo o MERCOSUL, em maior ou menor grau, passou a adotar reformas oriundas da NPM, que visam modernizar a administração pública, através da melhoria da eficiência e da eficácia, bem como da transparência da gestão (Caba Pérez e López Hernández, 2009).

Essas reformas foram incentivadas pela Agência Norte-americana de Desenvolvimento Internacional (USAID), através da criação, em 1989, do Projeto Regional para o Melhoramento da Administração Financeira na América Latina e no Caribe (Lobo, 2000). Tal projeto teve a participação de empresas do setor privado, como a

Price Waterhouse Coopers, bem como de organismos internacionais, como o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização das Nações Unidas (ONU), entre outros.

Através desse projeto nos países latino-americanos, a USAID desenvolveu um Sistema Integrado Modelo de Administração Financeira (SIMAFAL), que passou a ser implantado nesses países, com o objetivo de aperfeiçoar os antigos sistemas de gestão financeira e aumentar a transparência do governo.

Dessa forma, muitos países latino-americanos passaram a reformar sua legislação, de forma a adaptar seus sistemas de gestão financeira ao modelo apresentado pela USAID (Lobo, 2000). Assim ocorreu nos países do MERCOSUL: na Argentina, através da Lei 24.156 (1992), no Brasil, através das Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional [como, por exemplo, a Portaria 437 (2012)], no Paraguai, através da Lei 1.535 (1999), no Uruguai, através da Lei 16.736 (1996) e na Venezuela, através da Lei Orgânica de Administração Financeira do Setor Público (2000).

Isso refletiu-se na gestão financeira dos governos locais destes países, uma vez que, conforme demonstra a secção 2.3.1, os governos locais seguem, em maior ou menor grau, o sistema de administração financeira adotado pelo governo central.

A fase seguinte, relativa ao aumento da transparência no setor público dos países do MERCOSUL, refere-se à criação de leis que regulam o acesso do cidadão à informação pública. Ainda é incipiente a criação de leis desta natureza nos países do MERCOSUL, já que nem todos os países dispõem de legislação neste sentido. A Argentina, por exemplo, ainda não criou sua lei de acesso à informação pública. Contrariamente, o Brasil criou a Lei 12.527 (2011), o Paraguai a Lei 5.282 (2014) e o Uruguai a Lei 18.381 (2008), as quais regem o tema. Na Venezuela, somente no ano de 2013 que se criou a Lei de Infogoverno (2013), que, apesar de não ser específica em normalizar o direito de acesso dos cidadãos à informação pública, aborda o tema.

Na próxima secção, apresentamos o enquadramento legal e normativo dos países do MERCOSUL, no que concerne à informação financeira de carácter obrigatório por parte dos governos locais destes países.

2.3.1 Enquadramento legal e normativo da informação financeira no MERCOSUL

O objetivo desta secção é dar a conhecer o enquadramento legal e normativo concernente à informação financeira de preparação obrigatória pelos governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL. Este enquadramento é relevante no sentido de possibilitar a construção adequada de um Índice de Divulgação que permita mensurar a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet por parte dos governos locais incluídos neste estudo.

2.3.1.1 Argentina

Na Argentina, os governos locais, da mesma forma que qualquer outra entidade do setor público, estão obrigados a manter um sistema de contabilidade pública, cujos objetivos apontam principalmente para o controlo da execução do orçamento e das contas públicas (Yardín e Demonte, 2005).

Ao nível de governo central, a Lei 24.156 (1992) aborda normas de administração financeira e dos sistemas de controlo do setor público nacional. De forma complementar, o Decreto 1.361 (1994) e a Resolução 1.397 (1993), modificada pela Resolução 473 (1996), e o anexo XI da Disposição 20 (1999) estabelecem a necessidade de se produzir as seguintes demonstrações financeiras para apreciação da Auditoria Geral da Nação: a) demonstração de execução do orçamento de receitas e despesas; b) balanço de somas e saldos; c) demonstração das receitas e despesas correntes; d) demonstração das origens e aplicações de recursos; e) balanço geral, que integre o património líquido dos entes descentralizados e empresas estatais; f) demonstração de investimentos e financiamentos.

No entanto, essas normas são voltadas para a administração financeira do governo central argentino, não abrangendo, portanto, os sistemas contabilísticos dos governos locais. Dessa forma, passamos a analisar a legislação pertinente aos governos locais.

A Constituição da Nação Argentina, publicada através da Lei 24.430 (1994) ordena, no seu artigo 123º, que cada Província (governo regional) estabeleça a sua própria Constituição, de forma a assegurar a autonomia institucional, administrativa económica e financeira dos governos locais³.

Essa autonomia municipal permite que os governos locais criem as chamadas Cartas Orgânicas, que funcionam como uma Constituição a nível local. Dessa forma, cada Província estabelece as condições para que o governo local possa criar a sua Carta Orgânica. Normalmente essas regras estão ligadas à quantidade de habitantes ou de eleitores em cada governo local (Andrea, 2007). Os governos locais que não se enquadram nessas condições são regidos pela Lei Orgânica Municipal, criada pela respetiva Província.

As Cartas Orgânicas dos governos locais estabelecem as regras gerais para a prestação de contas dos governos locais e definem a obrigatoriedade da prestação de contas ser submetida ao Tribunal de Contas Municipal, que é o órgão de controlo e fiscalização. Os regimes de contabilidade e as demonstrações contabilísticas que devem compor a prestação de contas são definidos pelos governos locais em norma hierarquicamente inferior, as chamadas Ordenanças Municipais⁴.

Citamos, como exemplo, a Carta Orgânica do governo local de Santa Fé de la Vera Cruz⁵ (1933), que estabelece que as regras contabilísticas para o controlo patrimonial e financeiro do governo local serão estabelecidas através de Ordenanças e deverão compreender: a) contabilidade patrimonial, que estabelecerá todas as variações patrimoniais produzidas em cada exercício; b) contabilidade financeira, que estabelecerá o movimento de receitas e despesas de cada exercício.

Conforme determinação da referida Carta Orgânica, o governo local de Santa Fé de la Vera Cruz estabeleceu, através da Ordenança 10.610 (2000), no seu artigo 71º, que a prestação de contas a ser enviada ao Tribunal de Contas deverá conter, no mínimo: a) demonstração de execução do orçamento da administração municipal no encerramento do exercício, evidenciando informação sobre alteração, desempenho e resultado orçamental;

³ Na Argentina, os governos locais podem ser classificados como municípios, comunas, comissões municipais, de fomento e juntas de governo, de acordo com as normas emanadas por cada província (governo regional) (Andrea, 2007).

⁴ Ordenanças Municipais são portarias que estabelecem normas e regulamentos para o funcionamento do governo local.

⁵ Santa Fé de la Vera Cruz é o governo local que é capital da Província de Santa Fé, na Argentina.

b) demonstração de investimentos e financiamentos; c) demonstração da dívida pública, destacando as dívidas interna, externa, direta e indireta; d) balanço geral, que evidencie o patrimônio líquido; e) demonstração das origens e aplicações de recursos; f) relatório sobre a gestão financeira consolidada que destaque os resultados operacionais econômicos e financeiros; g) relatório sobre o cumprimento de metas e objetivos previstos no orçamento.

Dessa forma, apesar de não existir, na Argentina, uma norma nacional que abranja todos os governos locais no que tange à elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias, é possível notar que, geralmente, as Ordenanças de contabilidade elaboradas pelos governos locais tendem a seguir diretrizes semelhantes no que se refere aos sistemas de contabilidade, respeitando as peculiaridades de cada governo local.

Subsidiariamente às Ordenanças de contabilidade, alguns Tribunais de Contas argentinos têm emitido resoluções no sentido de exigir dos governos locais a prestação de contas anual, estabelecendo a informação financeira mínima que deverá estar contida. O Tribunal de Contas da Província de Jujuy, por exemplo, determina no artigo 39º da Resolução 3.490 (2004) que a prestação de contas anual dos governos locais sob a sua jurisdição contenha diversas informações de caráter orçamental e contabilístico, designadamente, lei orçamental do exercício, demonstração da execução do orçamento de receitas e de despesas, variação do endividamento público, detalhe dos subsídios recebidos de outros entes públicos.

No que se refere à divulgação da informação financeira através da Internet, há que se registrar a existência, na Argentina, da Lei 25.917 (2004), conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei é de atendimento obrigatório para o governo central e para os governos regionais (províncias). A adoção por parte dos governos locais é facultativa, tendo em vista que seu artigo 33º determina que “cada província convidará seus governos locais a aderirem a esta norma”. Em seu artigo 7º, esta lei estabelece a necessidade de divulgação, através do *website* oficial, da seguinte informação financeira: a) orçamento anual aprovado e projeções do orçamento plurianual; b) informação trimestral da execução orçamental, tanto em base de acréscimo quanto em base de caixa; c) informação trimestral da dívida pública, incluída a dívida flutuante e os programas bilaterais de financiamento.

Não há na Argentina uma lei de acesso à informação pública que exija a publicação, via Internet, de informação financeira por parte dos governos locais. O Poder Executivo Nacional publicou o Decreto 1.172 (2003) que estabelece normas de acesso à informação pública, mas que só exige a publicação via Internet do Boletim Oficial da República Argentina, das atas de audiências públicas e das atas de reunião dos entes reguladores.

2.3.1.2 Brasil

O Brasil dispõe de uma lei de alcance nacional de administração financeira que abrange tanto o governo central, quanto os governos regionais e os governos locais. Trata-se da Lei 4.320 (1964), conhecida como Lei geral da administração financeira para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O título IX dessa lei expressa que os serviços de contabilidade devem permitir o acompanhamento da execução orçamental, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais e a análise e a interpretação dos resultados económicos e financeiros.

Dessa forma, o capítulo IV do título IX dessa lei, atualizado pela Portaria 438 (2012) da Secretaria do Tesouro Nacional, determina que os resultados gerais do exercício serão demonstrados pelos entes federados⁶ – que inclui os governos locais – através do Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais.

Adicionalmente, a Secretaria do Tesouro Nacional, através da Portaria 437 (2012), aprovou a 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que visa padronizar os procedimentos contabilísticos ao nível nacional, permitindo a consolidação das demonstrações financeiras nos três níveis de governo (central, regionais e locais). Segundo a Parte V deste manual, os governos locais devem elaborar anualmente as seguintes demonstrações financeiras: a) balanço orçamentário; b) balanço financeiro; c)

⁶ No Brasil, segundo o artigo 1º da Constituição Federal (1988), os entes federados são constituídos pela União (governo central), pelos Estados (governos regionais), pelo Distrito Federal (sede do governo federal) e pelos Municípios (governos locais).

demonstração das variações patrimoniais; d) balanço patrimonial; e) demonstração dos fluxos de caixa; f) demonstração das mutações no patrimônio líquido; g) notas explicativas às demonstrações financeiras.

O Brasil também sancionou a Lei Complementar 101 (2000), conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece regras para a transparência da gestão fiscal. Essa lei estabelece a necessidade de publicação, inclusive por meios eletrônicos de acesso público, por parte dos entes federados, do Relatório Resumido da Execução Orçamental (RREO), seus anexos e sua versão simplificada e do Relatório da Gestão Fiscal (RGF), com seus anexos e sua versão simplificada. Tais relatórios abrangem a publicação da seguinte informação financeira: a) balanço orçamentário, detalhando as receitas classificadas por fonte e as despesas classificadas por grupo de natureza; b) demonstração da execução das receitas e despesas por função e categoria econômica; c) demonstração da dívida mobiliária; e) demonstração das receitas e despesas previdenciárias; f) demonstração de resultados nominais e primários; g) demonstração dos juros pagos; h) demonstração das disponibilidades de caixa e dos restos a pagar; i) demonstração das variações do patrimônio líquido, evidenciando as alienações de ativos; j) demonstração do total de despesas com pessoal.

Além disso, a Lei Complementar 101 (2000) estabelece a necessidade de publicação, inclusive por meios eletrônicos de amplo acesso público, dos pareceres prévios emitidos pelos Tribunais de Contas em relação à prestação de contas anual.

A Lei Complementar 131 (2009), que trouxe alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal, também estabelece a obrigatoriedade dos governos locais divulgarem informação financeira através da Internet, nomeadamente informação sobre a execução orçamental e financeira, a serem disponibilizadas em tempo real.

De forma a complementar a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Presidência da República publicou o Decreto 7.185 (2010), que aborda aspetos relacionados à transparência da gestão fiscal. O artigo 6º deste decreto estabelece que os entes públicos deverão permitir a integração da informação financeira por eles gerada com meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, de forma a assegurar à sociedade o acesso

à informação sobre a execução orçamental e financeira, as quais serão disponibilizadas por cada ente da federação (que inclui os governos locais).

Dessa forma, o legislador brasileiro preocupou-se com a transparência eletrônica, incluindo nas normas específicas sobre responsabilidade fiscal, a necessidade de divulgação da informação financeira através da Internet por parte dos entes federados (governo central, governos regionais e governos locais).

Além da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 9.755 (1998), revela, novamente, uma preocupação legislativa com a transparência eletrônica. Essa lei dispõe sobre a criação pelo Tribunal de Contas da União de um *website* com o título “Contas Públicas”, com o objetivo de divulgar através da Internet a seguinte informação financeira dos entes federados: a) o montante dos tributos arrecadados; b) relatórios resumidos da execução orçamental; c) balanço consolidado das contas, baseado em dados orçamentários; d) orçamentos aprovados do exercício; e) resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos; f) relações mensais de todas as compras realizadas.

Recentemente, foi sancionada no Brasil a Lei 12.527 (2011), conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública. O artigo 8º desta lei estabelece que é dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informação de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

O parágrafo 2º do artigo 8º da Lei 12.527 (2011) determina que os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação dessa informação de interesse coletivo ou geral em *websites* oficiais na Internet. É interessante que esta lei aborda questões importantes, como a navegabilidade e a acessibilidade dos *websites* oficiais. O parágrafo 3º do referido artigo 8º determina que os *websites* oficiais deverão atender aos seguintes requisitos: a) conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão; b) possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações; c) possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por

máquina; d) divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação; e) garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso; f) manter atualizadas as informações disponíveis para acesso; g) indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do *website*; h) adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas portadoras de deficiência. No entanto, o parágrafo 4º do referido artigo 8º dispensou da obrigatoriedade de divulgação da informação através da Internet os governos locais brasileiros com população de até 10.000 habitantes⁷.

2.3.1.3 Paraguai

A República do Paraguai está dividida em 17 departamentos (governos regionais) e o Distrito Capital, Assunção, que são constituídos por divisões federativas. Os governos locais são constituídos por municipalidades e por distritos rurais. Tais governos locais, por força do artigo 5º da Lei 3.966 (2010)⁸, Lei Orgânica Municipal, são autónomos em relação à ordem política, económica, administrativa e normativa.

A Lei 3.966 (2010) estabelece no seu artigo 178º que os governos locais estão submetidos à Lei 1.535 (1999), Lei de Administração Financeira do Estado, que estabelece, no artigo 65º, a exigência de prestação de contas à Controladoria Geral da República, contendo um conjunto de demonstrações financeiras que evidenciem a posição orçamental, financeira, patrimonial e económica.

Essa lei é regulamentada pelo Decreto 8.127 (2000), que estabelece, em seu artigo 93º, a necessidade de elaboração da prestação de contas mensais contendo as seguintes demonstrações financeiras: a) balanço de comprovação dos saldos e variações; b) execução orçamental de receitas e despesas; c) movimento de bens patrimoniais; d) conciliação bancária; e) outras informações financeiras. Anualmente, a prestação de contas deverá conter: a) balanço geral; b) demonstração dos resultados; c) balanço de comprovação de saldos e variações; d) execução orçamental de receitas e despesas; e) inventário de bens patrimoniais; f) outras informações financeiras.

⁷ De acordo com o último censo demográfico, o Brasil possui 2.513 governos locais com população de até 10.000 habitantes (IBGE, 2010).

⁸ A Lei 3.966 (2010) substituiu a Lei 1.294 (1987), conhecida como Lei Orgânica Municipal.

Subsidiariamente a esta lei, o Ministério da Fazenda recentemente publicou o Manual de Administração Financeira para Governos Municipais (República do Paraguai, 2014), que estabelece no item 7.2.1 que os governos locais devem incluir na sua prestação de contas as seguintes demonstrações financeiras: a) balanço patrimonial e de receitas e despesas; b) demonstração do resultado financeiro; c) comparação analítica do orçamento geral e da sua execução; d) inventário de bens patrimoniais; e) outros requisitos estabelecidos pela Controladoria Geral da República.

Recentemente, o Paraguai evoluiu no sentido de aumentar a transparência no setor público e o acesso à informação pública por parte dos cidadãos, através da elaboração de duas leis relacionadas com o acesso à informação pública⁹. A primeira é a Lei 5.189 (2014), que estabelece a obrigatoriedade de divulgação, através da Internet, de informação sobre o uso de recursos públicos sobre remuneração e outras retribuições dos servidores públicos. Segundo o seu artigo 3º, a informação publicada deverá conter, entre outras coisas, o orçamento de receitas, despesas e anexo de pessoal no exercício, evidenciando sua execução mensal e o inventário de bens móveis, imóveis e veículos em cada instituição.

A segunda é a Lei 5.282 (2014), conhecida como “Lei de acesso à informação pública e transparência governamental”, que estabelece que as entidades públicas deverão manter atualizadas e à disposição do público, de maneira informatizada, um banco de dados que contenha informação relativa à estrutura orgânica de cada ente, relatórios de auditoria, descrição da política institucional, informação sobre viagens institucionais, cartas oficiais, quadros de resultados, mecanismos de participação cidadã, descrição de programas institucionais em execução, entre outras.

Apesar da publicação destas duas leis ter sido um marco na evolução da transparência no setor público paraguaio, não se percebe nestas normas legais uma ênfase à divulgação através da Internet de informação contabilística, mas somente divulgação da informação de carácter orçamental.

⁹ As Leis 5.189 (2014) e 5.282 (2014) só entraram em vigor no início do ano de 2015.

2.3.1.4 Uruguai

A criação dos governos locais no Uruguai é facto recente. Até o ano de 2008, não havia no país a figura dos governos locais, a qual era exercida cumulativamente pelos 19 departamentos (governos regionais). Em 13 de setembro de 2009 o Uruguai sancionou a Lei 18.567 (2009), que trata da descentralização política neste país. O artigo 1º desta lei determina que o governo local se denomina “município” e configura um terceiro nível de governo e de administração. No ano seguinte, através da Lei 18.653 (2010), foram criados 89 municípios (governos locais) no Uruguai.

O artigo 20º da Lei 18.567 (2009) estabelece que o governo departamental (governo regional) proverá os municípios com os recursos humanos e materiais necessários para que eles possam cumprir com suas obrigações, conforme o orçamento quinquenal e as modificações orçamentárias aprovadas pela Junta Departamental. Deste artigo é possível depreender que os governos locais nem sequer possuem funcionários próprios, estes compõe o corpo funcional do respetivo departamento.

É possível perceber, portanto, que a autonomia dos governos locais uruguaios é bastante limitada, facto que se evidencia no artigo 19º da Lei 18.567 (2009). Este artigo determina que o financiamento dos governos locais decorre de fundos que serão destinados pelo governo departamental e de recursos do Orçamento Nacional previstos no Fundo de Incentivo para a Gestão dos Municípios, que será criado a partir de recursos que não afetem aqueles atualmente destinados aos governos departamentais. Os governos locais uruguaios não possuem, portanto, receita própria, mas dependem exclusivamente do repasse de recursos de outros entes.

No que tange à prestação de contas desses municípios, a Lei 18.567 (2009) cita apenas a necessidade de realização de audiência pública anual para prestação de contas aos habitantes do município, no que se refere à gestão desenvolvida, aos compromissos assumidos e aos planos futuros. Essa lei não detalha como a prestação de contas deve ser apresentada, negligenciando aspetos importantes relacionados com a transparência, como por exemplo a definição das demonstrações financeiras que devem ser elaboradas pelos governos locais.

Em estudo sobre a divulgação da informação financeira governamental nos países do MERCOSUL, Caba Pérez e López Hernández (2003) afirmam que, através da análise da prestação de contas do governo central uruguaio no ano de 2000, é possível perceber que a informação financeira divulgada se resume unicamente à execução orçamental e à liquidez, negligenciando a divulgação, por exemplo, de um balanço patrimonial propriamente dito ou de uma demonstração dos resultados da entidade.

Não obstante a falta de transparência percebida por Caba Pérez e López Hernández (2003) no governo central uruguaio, há que se registrar a existência de normas específicas que orientam a elaboração de informação financeira no setor público (incluindo os governos locais), como é o caso do Texto Ordenado de Contabilidade e Administração Financeira (TOCAF), que foi recentemente atualizado pela Lei 18.834 (2011) e pelo Decreto 150 (2012). O anexo II do TOCAF traz em seu Título IV, artigo 128º, a necessidade de prestação de contas por parte das entidades públicas ao Tribunal de Contas contendo a seguinte informação financeira: a) em matéria orçamental: os montantes de receitas e despesas estimados, suas alterações e os efetivamente executados; b) em matéria financeira: as entradas e saídas de recursos financeiros, classificados por financiamento e destino, correspondendo ou não à execução orçamental; c) em matéria patrimonial: o registo dos ativos e passivos, da dívida pública, dos bens patrimoniais entre outros.

Apesar das orientações e exigências legais trazidas no bojo do TOCAF, de acordo com Caba Pérez e López Hernández (2003), o governo central do Uruguai não chega a divulgar em sua Conta Geral praticamente nenhuma informação relacionada com a situação financeiro-patrimonial.

Há que se registrar a existência, no âmbito jurídico do Uruguai, da Lei 18.381 (2008), conhecida como Lei de Direito ao Acesso à Informação Pública. O artigo 5º desta lei estabelece que os órgãos públicos deverão divulgar de forma permanente, através dos seus respetivos *websites*, no mínimo, a seguinte informação financeira: a) informação sobre o orçamento aprovado; b) informação sobre a execução orçamental; c) resultados das auditorias realizadas pelos órgãos de controlo.

No entanto, os órgãos públicos sujeitos a esta lei parecem não a ter, de imediato, cumprido. Segundo o estudo realizado pelo Centro de Arquivos e Acesso à Informação

Pública, no primeiro ano de vigência da Lei 18.381 (2008), as respostas dos organismos públicos à obrigação de prestar informação aos cidadãos ainda foram muito pobres (CAInfo, 2011).

Para melhorar esse quadro, a Unidade de Acesso à Informação Pública (UAIP), órgão responsável pela promoção da transparência no governo uruguaio, ligado à Agência de Governo Eletrônico e Sociedade da Informação (AGESIC) e criado com base no artigo 19º da referida lei, por meio da Presidência da República, publicou o Decreto 484 (2009), o qual visa estimular os gestores públicos a cumprirem o que rege o artigo 5º da Lei de Acesso à Informação Pública, no sentido de realizarem uma autoavaliação nos seus respectivos *websites*, para verificar se esta ferramenta eletrônica está, de facto, permitindo o acesso do cidadão à informação pública.

Outra medida tomada pela Presidência da República uruguaia foi a publicação do Decreto 232 (2010), que regulamenta a Lei de Direito ao Acesso à Informação Pública. O artigo 38º estabelece as normas para criação dos *websites* governamentais e para a divulgação da informação pública através destes. Dentre a informação pública de divulgação obrigatória encontra-se a informação orçamental, devendo a entidade divulgar através do seu *website* o orçamento aprovado, execução orçamental, balanços e demais demonstrações financeiras e auditorias realizadas nessas demonstrações.

É possível perceber, portanto, que o governo uruguaio tem envidado esforços no sentido de aumentar a transparência dos órgãos do setor público, especialmente no que tange à utilização dos meios eletrônicos para a divulgação da informação de caráter público, que inclui a informação financeira.

2.3.1.5 Venezuela

A Constituição da República Bolivariana da Venezuela (2009) estabelece no artigo 141º que a administração pública se fundamenta, entre outros, nos princípios da transparência, da prestação de contas e da responsabilidade no exercício da função pública.

Tais princípios são evidenciados, também, na chamada Lei Orgânica do Poder Público Municipal (2010), que rege o funcionamento dos governos locais venezuelanos. Esta lei, que substituiu a antiga Lei Orgânica do Regime Municipal (1989), determina, no

artigo 127º, que a administração da Fazenda Pública Municipal é exercida com base, entre outros, nos princípios da transparência, da prestação de contas, da responsabilidade e do equilíbrio fiscal.

No que se refere à prestação de contas dos governos locais, o artigo 237º da Lei Orgânica do Poder Público Municipal (2010) determina que, anualmente, será elaborado pelo governo local a prestação de contas e o balanço da execução orçamental, que será enviado ao órgão controlador. A partir da leitura dos artigos 100º, 101º e 107º desta lei, bem como do artigo 176º da Constituição da República Bolivariana da Venezuela (2009), podemos observar que o controlo e a fiscalização das contas públicas dos governos locais são exercidos pela Controladoria Geral da República, em parceria com as Contadorias Municipais¹⁰. O artigo 107º, por exemplo, estabelece que a Controladoria Municipal deverá enviar anualmente à Controladoria Geral da República a prestação de contas do governo local, contendo relatório da gestão administrativa, demonstração das receitas e despesas do exercício, demonstrações de execução do orçamento, balanços contabilísticos com seus respectivos anexos e inventário anual atualizado dos bens patrimoniais.

O artigo 243º da Lei Orgânica do Poder Público Municipal (2010) estabelece, ainda, que os governos locais se submetem às normas gerais de contabilidade pública, assim como às normas e instruções sobre os sistemas e procedimentos de contabilidade ditados pelo Escritório Nacional de Contabilidade Pública¹¹, com o objetivo de lograr uma estrutura contabilística uniforme ao nível nacional. Esse mesmo mandamento está previsto no artigo 127º da Lei Orgânica da Administração Financeira do Setor Público (2013)¹².

A Lei Orgânica da Administração Financeira do Setor Público (2013) define, através do artigo 122º, que o sistema de contabilidade pública dos governos locais deve produzir as demonstrações financeiras básicas de um sistema contabilístico que mostre os ativos, passivos, património líquido, receitas e despesas. Além disso, o governo local deve

¹⁰ Para exercer o controlo e a fiscalização dos governos locais, a Lei Orgânica do Poder Público Municipal (2010) confere às Controladorias Municipais o gozo de autonomia orgânica, funcional e administrativa.

¹¹ O Escritório Nacional de Contabilidade Pública (cuja sigla em língua espanhola é ONCOP) é um órgão do Sistema de Contabilidade Pública, criado com base no artigo 126º da Lei Orgânica da Administração Financeira do Setor Público (2013) e voltado à administração do sistema de contabilidade, à emissão de normas contabilísticas e à promoção da transparência do setor público da Venezuela.

¹² Publicada, inicialmente, na Gazeta Oficial 37.606, de 09 de janeiro de 2003, a Lei Orgânica da Administração Financeira do Setor Público (2013) foi atualizada em 2013, através de publicação na Gazeta Oficial 40.311, em 9 de dezembro de 2013.

apresentar a informação contabilística, as demonstrações financeiras e os documentos de apoio ordenados de forma a facilitar o exercício do controle e da auditoria.

O Escritório Nacional de Contabilidade Pública, que é o órgão responsável pela emissão das normas contabilísticas para o setor público da Venezuela, publicou a Providência Administrativa 11-001 (2011), que institui a Norma Técnica de Contabilidade sobre a apresentação das demonstrações financeiras dos entes públicos.

O artigo 4º desta norma técnica estabelece que os governos locais deverão elaborar as seguintes demonstrações financeiras no final do exercício: a) demonstração da situação financeira, contendo ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante e patrimônio; b) demonstração do resultado financeiro, contendo receitas, despesas e resultados do exercício; c) demonstração das mutações das contas do patrimônio, contendo resultados do exercício, resultados acumulados, capital fiscal ou capital institucional, transferências de capital, doações de capital e aportes de capital recebidos; d) demonstração do fluxo de caixa, contendo movimentos de caixa e seus equivalentes, nas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos; e) demonstração das contas de investimentos e financiamentos, contendo contas correntes (integradas pelas receitas e despesas correntes), contas de capital (integradas pelas receitas e despesas de capital) e contas financeiras (integradas pelas fontes de financiamentos e as aplicações financeiras); f) notas explicativas, visando detalhar, ampliar ou definir claramente o conteúdo das contas (forma jurídica, descrição da natureza das operações, referência à legislação que rege suas operações, políticas contabilísticas adotadas, bases de mensuração utilizadas e demais informação que não esteja presente nas demonstrações financeiras, mas que sejam relevantes para a compreensão de algumas delas.

Além da elaboração dessas demonstrações financeiras, o Decreto 3.776 (2005), que institui o Regulamento 1 da Lei Orgânica da Administração Financeira do Setor Público, estabelece a obrigatoriedade dos governos locais apresentarem ao órgão de controle, no final do exercício, diversas informações relativas à execução do orçamento, que incluem: a) plano plurianual do orçamento (para um período de 3 anos); b) lei orçamental aprovada; c) orçamentos de receitas e fontes financeiras; d) orçamentos de despesas e de aplicações financeiras, detalhadas por funções; e) indicadores de desempenho relacionados com as

metas e com os objetivos definidos; f) demonstração de execução do orçamento de receitas e de despesas.

Vale ressaltar que não há, no âmbito jurídico venezuelano, uma lei nacional de acesso à informação pública que exija a divulgação da informação financeira através da Internet. Recentemente, foi publicada a Lei de Infogoverno (2013), a qual estabelece algumas normas relativas ao acesso à informação pública por meios eletrônicos, no entanto, não estabelece normas sobre a divulgação da informação financeira através da Internet.

Alguns governos locais publicaram, isoladamente, através de Ordenanças Municipais, normas de acesso à informação pública, que incluem a obrigatoriedade de publicação de informação pública através dos respectivos *websites* oficiais. Citamos como exemplo a Ordenanza Municipal sobre Transparência e Acesso à Informação (2009), do governo local de Chacao¹³, que estabelece, no artigo 12º, a obrigatoriedade de publicar e manter atualizado, através da Internet, toda a informação que pela sua natureza contribua para a transparência e a prestação de contas sobre a utilização dos recursos públicos e a gestão municipal, contendo a seguinte informação financeira: a) informação sobre o orçamento anual; b) orçamento projetado para o exercício seguinte; c) execução do orçamento atual; d) mecanismos de prestação de contas, tais como metas, informes de gestão e indicadores de desempenho.

2.3.1.6 Análise comparativa do enquadramento legal e normativo no MERCOSUL

A partir da análise da legislação referente à administração financeira dos governos locais dos países do MERCOSUL, bem como das respectivas normas de acesso à informação, pudemos notar que há divergências entre os países estudados.

Através da Tabela 5, é possível notar que o Brasil é o país em que há mais exigências legais no sentido de elaboração de demonstrações financeiras para fins de controlo externo, com um total de 12 itens relacionados com o conteúdo da informação financeira a ser elaborada. O país com menor grau de exigência legal foi o Paraguai, com apenas 6 itens.

¹³ O governo local de Chacao fica localizado no Estado Bolivariano de Miranda, na Venezuela.

Há predominância da exigência legal sobre a informação orçamental, em detrimento da informação contabilística. Todos os países do MERCOSUL exigem a elaboração de demonstrações que evidenciem a execução orçamental, mas somente 3 países exigem a evidenciação do nível de endividamento (Argentina, Brasil e Uruguai) ou a demonstração das variações patrimoniais (Argentina, Brasil e Venezuela).

Tabela 5 - Enquadramento legal e normativo dos governos locais dos países do MERCOSUL

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
1. Conteúdo da informação financeira a ser elaborada					
1.1 Informação orçamental					
1.1.1 Orçamento aprovado para o ano corrente	X	X	X	X	X
1.1.2 Desempenho orçamental (receita orçada <i>versus</i> receita arrecadada e despesa autorizada <i>versus</i> despesa realizada)	X	X	X	X	X
1.1.3 Resultado orçamental	X	X	X	X	X
1.1.4 Execução das despesas por funções/elementos		X			X
1.1.5 Informação sobre as alterações orçamentais	X	X	X	X	
1.1.6 Detalhamento da receita tributária		X			
1.2 Informação contabilística					
1.2.1 Balanço patrimonial	X	X	X	X	X
1.2.2 Demonstração das variações patrimoniais	X	X			X
1.2.3 Informação detalhada sobre ativos fixos (imobilizado)		X	X	X	X
1.2.4 Variação no endividamento público	X	X		X	
1.2.5 Notas explicativas		X			X
1.2.6 Demonstração do fluxo de caixa		X		X	X
Total de itens relacionados ao conteúdo da informação financeira a ser elaborada	7	12	6	8	9
2. Há Lei de Acesso à Informação de abrangência nacional?	Não	Sim	Sim	Sim	Não ¹⁴
3. Há exigência legal para divulgação da informação financeira através da Internet por parte dos governos locais?	Não ¹⁵	Sim	Não ¹⁶	Sim	Não ¹⁷
4. Qual é o órgão de controlo da prestação de contas?	Tribunal de Contas	Tribunal de Contas	Controladoria Geral da República	Tribunal de Contas	Controladoria Geral da República

¹⁴ Não há, na Venezuela, uma lei específica sobre o acesso à informação pública, apesar da Lei de Infogoverno (2013) tratar do tema, no Título V (artigos 74º a 79º).

¹⁵ A Lei de Responsabilidade Fiscal [Lei 25.917 (2004)] aborda a obrigatoriedade de divulgação da informação financeira através da Internet, mas ela não é de atendimento obrigatório por parte dos governos locais argentinos.

¹⁶ Somente no ano de 2014 é que o Paraguai publicou a Lei 5.189 (2014), que estabelece a obrigatoriedade de divulgação da informação financeira através da Internet. No entanto, esta lei ainda não existia aquando da recolha dos dados deste estudo, já que ela só entrou em vigor no ano de 2015.

¹⁷ Somente alguns governos locais venezuelanos publicaram normas específicas que abrangem a obrigatoriedade de divulgação da informação financeira através da Internet. O website www.transparencia.org.ve traz uma lista com ordenanças municipais sobre o acesso à informação de nove governos locais venezuelanos (Maneiro, Campo Elías, Baruta, Los Salias, Chacao, San Diego, Maracaibo, El Hatillo e Caracas).

Outro ponto que nos chamou a atenção foi a falta de exigência legal para que os governos locais divulguem informação financeira através da Internet. Apenas o Brasil e o Uruguai dispõem de normas que exigem a divulgação da informação financeira através do *website* oficial dos governos locais. O Paraguai, por exemplo, dispõe de uma lei específica sobre o acesso à informação pública, mas que não faz menção à necessidade de divulgação da informação financeira através da Internet (comumente conhecida como transparência ativa). Neste caso, a lei somente prevê a obrigatoriedade dos órgãos públicos disponibilizarem a informação pública mediante requerimento dos cidadãos.

O órgão de controlo externo que predominantemente fiscaliza e avalia a prestação de contas dos governos locais dos países do MERCOSUL é o Tribunal de Contas. Apenas o Paraguai e a Venezuela utilizam a Controladoria Geral da República para exercer o controlo externo sobre tais governos.

Na próxima secção apresentamos o problema, as questões de investigação, às quais, através do desenvolvimento do presente estudo, procurámos dar respostas, bem como o enquadramento teórico que dá suporte ao presente estudo.

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

3

PROBLEMA E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

A Internet tem sido utilizada como meio de divulgação da informação financeira, tanto pelas entidades privadas como pelas organizações públicas. No setor privado, as entidades divulgam informação financeira para os *stakeholders*, com o objetivo de gerar valor e diminuir a assimetria dessa informação, diminuindo assim os custos de agência (Xiao *et al.*, 2004). Já as entidades do setor público divulgam informação financeira para os cidadãos e outros *stakeholders* como uma forma de prestar contas e conferir maior transparência e legitimidade à sua gestão (Laswad *et al.*, 2005).

A revisão da literatura feita no capítulo 2 permitiu identificar um conjunto de estudos que possibilitou conformar o estado da arte sobre a divulgação da informação financeira através da Internet. Diversos trabalhos de investigação têm estudado o impacto da divulgação da informação financeira através da Internet pelo setor privado, no entanto, as pesquisas que envolvem esse tipo de divulgação no setor público estão menos desenvolvidas. Os estudos sobre a utilização da Internet como uma ferramenta de gestão pelo setor público concentram-se, principalmente, na utilização do governo eletrônico como uma forma de prestar serviços aos cidadãos (Caba Pérez *et al.*, 2008). É reduzido o número de trabalhos de investigação que se têm debruçado sobre a prática de divulgação da informação financeira através da Internet pelas organizações do setor público.

Além disso, realizámos um enquadramento legal e normativo, apresentado na secção 2.3.1, relativo à informação financeira de carácter obrigatório por parte dos governos locais dos cinco países membros do MERCOSUL, com ênfase na informação financeira a ser divulgada através da plataforma da Internet. Neste enquadramento, é possível notar uma

grande divergência legal entre os países estudados. Há predominância da exigência legal sobre a informação orçamental, em detrimento da informação contabilística. Também notámos uma falta de exigência legal para que os governos locais divulguem informação financeira através da Internet. Apenas o Brasil e o Uruguai dispõem de normas que exigem a divulgação da informação financeira através do *website* oficial dos governos locais.

Acresce ainda que, para este trabalho de investigação a experiência do investigador, como auditor e perito contabilista do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Brasil, permitiu complementar a revisão da literatura com uma perspectiva etnográfica¹⁸ que possibilitou observar que a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet por parte das organizações públicas, neste Estado, é bastante heterogénea, especialmente no que diz respeito aos governos locais. Enquanto determinados governos locais divulgam informação financeira diversa e facilmente acessível, através de consulta ao seu *website*, outros governos locais apenas divulgam informação resumida e, em alguns casos, de uma forma tão complexa que é quase impossível que o cidadão comum tenha facilmente acesso a essa informação consultando o *website* do governo local. Também se verifica que há governos locais em Pernambuco que não divulgam qualquer informação financeira no seu *website* e governos locais que nem possuem *website*, deixando, assim, de utilizar uma poderosa ferramenta de interação com a sociedade.

Essa situação poderá estender-se a governos locais de outros Estados do Brasil ou de outros países da América Latina, eventualmente aos governos locais dos países membros do MERCOSUL, em virtude de não existirem, em alguns dos países deste bloco económico, normas que estabeleçam objetivamente a utilização da Internet para a prática de IFR. A regulação existente nos países do MERCOSUL concentra-se apenas no conteúdo da informação financeira a ser divulgada através da Internet, negligenciando aspetos importantes da divulgação eletrónica, como a navegabilidade e a acessibilidade do *website* governamental, bem como as características qualitativas inerentes à informação financeira que é divulgada. Tal facto foi constatado no estudo sobre a transparência governamental dos países do MERCOSUL, realizado por Caba Pérez e López Hernández

¹⁸ Técnica de observação-participante proveniente da Antropologia Social, na qual um objeto é estudado através da vivência direta da realidade em que está inserido, através do contato inter-subjetivo entre o investigador e o objeto investigado (Velasco, 1997).

(2009). Estes autores ressaltam que ainda são necessárias melhorias sobre a qualidade da informação financeira divulgada pelas entidades do setor público de muitos dos países da América Latina.

Atendendo ao exposto, em nossa opinião, a presente investigação justifica-se, principalmente, por abordar um tema que, apesar de bastante explorado no setor privado, ainda é negligenciado por investigadores em relação ao setor público. Além disso, a investigação envolvendo a prática de divulgação da informação financeira pelo setor público através da Internet tem vindo a concentrar-se em países mais desenvolvidos. Este estudo ganha relevância no momento em que passa a estudar a prática de divulgação da informação financeira via Internet realizada pelos governos locais de países emergentes, como é o caso dos países que integram o bloco económico MERCOSUL.

Além do referido, pesquisas que envolvem a divulgação da informação financeira através da Internet no setor público limitam-se geralmente a estudar o contexto nacional (Caba Pérez *et al.*, 2005). Contrariamente, este estudo ganha relevância ao investigar, de forma comparativa, a divulgação da informação financeira através da Internet pelos governos locais dos diversos países que integram o bloco económico MERCOSUL.

Este estudo justifica-se ainda, pela contribuição que pode proporcionar para o aperfeiçoamento da prática de divulgação da informação financeira através da Internet por parte das entidades públicas, nomeadamente dos governos locais. Além disso, esperamos que os resultados desta investigação possam contribuir para o conhecimento dos fatores determinantes da divulgação eletrónica da informação financeira pelos governos locais, especialmente em países em desenvolvimento.

3.1 Problema e questões de investigação

De acordo com a revisão da literatura e a análise de diversos estudos empíricos, encontrámos uma lacuna relativa à prática de divulgação da informação financeira através da Internet. Esta lacuna está relacionada com a prática de IFR no setor público, designadamente no ambiente dos governos locais, em especial de países em

desenvolvimento, existindo na literatura a carência de estudos de cunho comparativo transnacional e com metodologia que mescla a abordagem quantitativa com a qualitativa.

Além disso, o enquadramento legal e normativo permitiu observar que há expressiva divergência legal entre os países estudados. Percebemos uma predominância da exigência legal sobre a informação orçamental, em detrimento da informação contabilística, bem como uma falta de exigência legal na maioria dos países do MERCOSUL para que os governos locais utilizem a Internet como uma plataforma para a divulgação da informação financeira. Apenas o Brasil e o Uruguai dispõem de normas que exigem a divulgação da informação financeira através do *website* oficial dos governos locais. Face ao exposto, anteriormente, colocamos o seguinte problema:

A prática de divulgação eletrónica da informação financeira, no âmbito dos governos locais dos países membros do MERCOSUL, está a ser levada em consideração para aumentar a transparência financeira da gestão pública?

Para dar resposta ao problema formulado, procedemos a um estudo empírico no âmbito dos governos locais dos países integrantes do bloco económico MERCOSUL, que tem três objetivos fundamentais: avaliar a taxa de adoção e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet pelos governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL, explorar as eventuais razões relacionadas com o envolvimento dos gestores públicos com a prática de IFR e analisar os fatores que determinam essa prática de divulgação, de forma a contribuir para o conhecimento da prática de IFR nos países do MERCOSUL.

Face a estes objetivos, colocamos as seguintes questões de investigação:

1. os governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL possuem *website*? Para responder a esta questão de investigação, utilizamos os motores de busca para identificar a existência de *websites* governamentais para cada governo local incluído na amostra;
2. havendo governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL que não possuem *website*, quais as razões para que tal aconteça? Respondemos a esta questão com o levantamento do enquadramento legal e normativo e com o estudo qualitativo com base em entrevistas semi-estruturadas

- com dirigentes de órgãos públicos responsáveis pela promoção da transparência dos governos locais destes países;
3. os governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL que possuem *website* utilizam-no para a prática de IFR? Respondemos a esta questão de investigação através da análise dos *websites* dos governos locais incluídos na amostra deste estudo, recolhendo os dados necessários e interpretando os resultados para as três dimensões do ID proposto na secção 4.4.1;
 4. não havendo utilização dos *websites* dos governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL para a prática de IFR, quais as razões para que tal aconteça? Respondemos a esta questão com o levantamento do enquadramento legal e normativo e com um estudo qualitativo com base em entrevistas semi-estruturadas com dirigentes de órgãos públicos responsáveis pela promoção da transparência dos governos locais destes países;
 5. havendo utilização dos *websites* dos governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL para a prática de IFR, qual a extensão dessa prática? Respondemos a esta questão de investigação através da análise dos *websites* dos governos locais incluídos na amostra, recolhendo os dados necessários e interpretando os resultados para as três dimensões do ID proposto na secção 4.4.1.
 6. havendo utilização dos *websites* dos governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL para a prática de IFR, quais os fatores que determinam a extensão dessa prática? A resposta a esta questão de investigação será feita com recurso às conclusões obtidas nos resultados dos testes das hipóteses formuladas na secção 4.3.

A resposta a estas questões de investigação permite avaliar, comparativamente, o nível de transparência dos governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL.

3.2 Enquadramento teórico

A prática de IFR no setor público pode ser vista como um componente da prática de divulgação voluntária (Serrano-Cinca *et al.*, 2009). Apesar de alguns países (como o Brasil e o Uruguai, por exemplo) exigirem, através de normas legais, que os governos locais divulguem informação financeira por meio da Internet, tais leis geralmente não especificam a forma como essa divulgação deve ser feita, negligenciando questões importantes como a navegabilidade e a acessibilidade do *website* governamental utilizado como plataforma de divulgação (Styles e Tennyson, 2007). A falta de legislação e a discrepância entre o que é exigido por lei, quando esta existe, constituem duas razões para que a extensão da prática de divulgação da informação financeira seja divergente dependendo, em grande medida, do gestor da entidade (Laswad *et al.*, 2005).

Tendo o IFR caráter essencialmente voluntário, alguns autores argumentam que as teorias e modelos implícitos na literatura sobre divulgação voluntária podem ser estendidos no novo ambiente de divulgação da informação por meio da Internet (Ashbaugh *et al.*, 1999; Debreceeny *et al.*, 2002).

Uma variedade de argumentos teóricos é empregada pelos pesquisadores ao examinar a prática de divulgação eletrônica da informação financeira, que inclui custos de agência, sinalização de legitimidade e excelência e assimetria de informação (An, Davey e Eggleton, 2011; Laswad *et al.*, 2001).

Desta forma, algumas teorias têm sido utilizadas com frequência por estudos ligados à prática de IFR, como as teorias baseadas na economia política (teoria da agência, teoria da legitimidade e teoria da sinalização) e a teoria da difusão da inovação. Nas próximas secções essas teorias serão analisadas, de forma a relacioná-las com a prática de divulgação da informação financeira através da Internet pelas entidades do setor público.

3.2.1 Teorias baseadas na economia política

Segundo Liu e Anbumozhi (2009), as teorias baseadas na perspectiva da economia política têm sido utilizadas em diversos estudos para explicar a divulgação da informação

financeira. De acordo com Deegan (2002), a análise económica deve considerar a inseparabilidade das relações sociais, políticas e económicas, tendo em vista que a economia política admite a relevância do conflito de poder existente na sociedade. Estas teorias serão analisadas seguidamente.

3.2.1.1 Teoria da agência

A teoria da agência está preocupada principalmente com o problema “principal-agente” (também referido na literatura como relação de agência), advindo da separação entre propriedade e gestão de uma organização (Jensen e Meckling, 1976; Morris, 1987; Ross, 1973). Estes autores explicam que se o principal e o agente agem de forma a satisfazer o seu autointeresse, essa separação produz conflitos.

Jensen e Meckling (1976) explicam que a relação de agência pode ser definida como um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (principal) delegam noutra pessoa (agente) a execução de algum serviço em seu nome. No setor privado, as relações entre gestores, proprietários e credores das entidades são consideradas relações de agência. De forma semelhante, a relação entre o gestor político (setor público) e o eleitor pode ser descrita como uma relação de agência, na qual o eleitor é o principal e o gestor político é o agente (Banker e Patton, 1987; Ross, 1973).

Segundo Deegan e Samkin (2010), a teoria da agência baseia-se no pressuposto de que as ações individuais são impulsionadas por interesses pessoais e os indivíduos tendem a agir de forma oportunista para aumentar a sua riqueza. Assim, existem dois pressupostos derivados dessa premissa central: a) tanto o principal quanto o agente são maximizadores de utilidade, os quais tendem a maximizar os resultados através de diversos meios; b) os interesses de ambas as partes podem não ser alinhados (Berle e Means, 1932; Jensen e Meckling, 1976; Ross, 1973).

Estas duas hipóteses indicam que tanto o principal quanto o agente têm os seus próprios interesses e procuram maximizar a sua utilidade individual, que é suscetível de resultar em conflitos entre eles (o chamado problema de agência) (An *et al.*, 2011; Ross, 1973). Dessa forma, a teoria da agência demonstra que os conflitos de interesse entre o principal e o agente originam custos de agência (Morris, 1987).

A assimetria de informação é outro conceito-chave da teoria da agência. Ela surge quando uma das partes (agente) tem uma vantagem de informação em detrimento da outra parte (principal). Esta situação acontece porque o agente tende a estar mais diretamente ligado às operações diárias da organização do que o principal (An *et al.*, 2011). Estes autores explicam que a assimetria de informação tende a agravar o problema de agência.

A literatura que examina o comportamento dos gestores no setor público sugere que as relações de agência motivam os gestores a fornecer informação que permita a monitorização de suas ações (Laswad *et al.*, 2001). Cerrillo-i-Martínez (2011) acrescenta que a divulgação assimétrica de informação do setor público entre os cidadãos, paradoxalmente, força a administração pública a adotar mecanismos para lidar com essas assimetrias e estimular a divulgação e o intercâmbio de informação para a sociedade.

No entanto, os políticos tendem a agir em função do autointeresse, com o objetivo de maximizar a sua riqueza pessoal, a qual se dá através da reeleição, bem como do aumento do seu rendimento atual e futuro, tanto pecuniário quanto não-pecuniário (Zimmerman, 1977). Ainda sob a perspectiva da teoria da agência, o agente político pode consumir gratificações, a fim de aumentar a sua riqueza.

Analogamente aos agentes políticos, os eleitores também tendem a assumir o autointeresse, procurando aumentar sua própria riqueza. Zimmerman (1977) explica que a riqueza dos eleitores está relacionada com as ações de agentes políticos, através do poder de cobrar tributos ou de determinar o conjunto e a qualidade dos serviços públicos oferecidos aos eleitores, como cidadãos. Além disso, Zimmerman (1977) argumenta que, embora a partilha dos benefícios oriundos dos serviços públicos seja heterogênea, cada eleitor tem incentivos para monitorizar o comportamento dos políticos.

Os eleitores tendem a agrupar-se de forma a ganharem força política. Com a formação dos grupos de interesse, as eleições podem ser afetadas pelo poder de voto coletivo. Uma vez que os grupos de interesse têm o poder de influenciar o resultado das eleições, eles têm um incentivo para recolher informação sobre o comportamento e as ações dos políticos (Baber, 1983).

Em contrapartida, os políticos, imbuídos pelo desejo de serem reeleitos, tendem a defender políticas que beneficiam tais grupos, bem como a divulgar informação sobre a sua gestão, como uma forma de se legitimarem perante o seu eleitorado (Laswad *et al.*, 2001). Estes autores sugerem que as ações dos políticos em busca da maximização da sua riqueza própria dão aos eleitores, como verdadeiros financiadores das entidades do serviço público, um incentivo para a monitorização do comportamento dos agentes políticos.

Assim, surge uma nova relação de agência, sendo que os grupos de interesse desempenham o papel do principal e os políticos, de agentes. De um lado, os grupos de interesse controlam o comportamento dos políticos, do outro, os políticos fornecem informação para mostrar que são dignos do voto, por honrarem as promessas da campanha eleitoral. Baber (1983) argumenta que os incentivos dos políticos em fornecer informação para fins de legitimação perante o seu eleitorado aumentam com o incremento da competição política.

A discussão acima, indica que, segundo a teoria da agência, as relações entre o principal e o agente no setor público oferecem incentivos para que os gestores públicos divulguem voluntariamente informação que permita a monitorização das suas ações (Laswad *et al.*, 2005; Serrano-Cinca *et al.*, 2009). Portanto, uma forma de reduzir os custos de agência é aumentar a quantidade de informação contida nos relatórios contabilísticos (An *et al.*, 2011; Marston, 1996).

3.2.1.2 Teoria da legitimidade

Uma outra teoria que tem sido proposta nos últimos anos, como alternativa para explicar e prever a prática de divulgação da informação financeira, é a teoria da legitimidade. Deegan, Rankin e Tobin (2002) argumentam que isso decorre da percepção de que as organizações precisam ganhar, manter ou recuperar legitimidade no ambiente em que operam para garantir o cumprimento dos seus objetivos.

Esta teoria propõe que as organizações devem procurar, continuamente, adequar as suas operações aos limites e às normas da sociedade em que operam, de modo a serem percebidas como “legítimas” por vários grupos interessados na organização (Deegan,

2002; Guthrie, Petty e Ricceri, 2006). O *status* de legitimidade é considerado crucial para a sobrevivência e continuidade das organizações (An *et al.*, 2011).

Nesse sentido, a legitimidade é definida como “uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de qualquer entidade são desejáveis, próprias ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (Suchman, 1995, p.574).

A teoria da legitimidade sugere que há um “contrato social” entre as organizações e a sociedade em que atuam, de modo a que a legitimidade organizacional seja um pressuposto fundamental (Deegan, 2002; Patten, 1991). Assim, a organização deve realizar as suas operações dentro das expectativas e normas da sociedade em geral, tendo em vista que somente as entidades com *status* de “legítima” recebem a permissão social para continuar as suas operações (An *et al.*, 2011). Esse *status* está relacionado com a sua capacidade de distribuir algum benefício económico, social ou político aos grupos dos quais emana o seu poder (Shocker e Sethi, 1973).

Tendo em vista que a contabilidade é um dos instrumentos que as organizações costumam utilizar para dar visibilidade às suas atividades, as políticas de divulgação da informação financeira seriam estrategicamente estabelecidas para influenciar os relacionamentos da entidade com seus *stakeholders* (Kravitz, 2009).

Assim, considera-se que as organizações devem, constantemente, serem submetidas a um teste de legitimidade e relevância para verificar se a sociedade procura os seus serviços e se as suas atividades contam com a aprovação social. Para Deegan e Rankin (1996), se uma organização não puder justificar a sua continuidade perante a sociedade, gradativamente, os seus membros encarregar-se-ão de revogar o “contrato social”. Essa revogação normalmente acontece em virtude da chamada “lacuna de legitimidade”, que ocorre quando o desempenho de uma organização não coincide com as expectativas dos públicos relevantes (van der Laan, 2009).

Dowling e Pfeffer (1975) consideram que as organizações tendem a adotar várias estratégias corretivas que possam contribuir para que as suas atividades sejam percebidas como legítimas. Dessa forma, a organização tentará estabelecer uma congruência entre a

sua atuação e o conjunto de crenças e valores que permeiam o sistema social de que faz parte. O processo de recuperação ou manutenção desta congruência leva ao que se denomina de legitimação organizacional (Dowling e Pfeffer, 1975).

Uma das formas utilizadas pelas organizações para recuperar ou criar legitimidade é a divulgação da informação financeira (Brown e Deegan, 1998; Woodward, Edwards e Birkin, 1996). Lindblom (1994) afirma que se uma organização perceber que a sua legitimidade está ameaçada, geralmente tenta recuperá-la ou mantê-la por meio de algumas estratégias, entre as quais se inclui a divulgação da informação financeira.

Deegan (2002) acrescenta que para que as estratégias corretivas da legitimidade possam surtir os efeitos esperados sobre os *stakeholders*, devem ser sempre acompanhadas da divulgação da informação financeira, tendo em vista que as políticas de divulgação representam um importante meio pelo qual a administração pode influenciar as percepções externas sobre a sua organização. Desta forma, a divulgação da informação financeira através da Internet pode ser considerada como um forte sinal da legitimidade das organizações públicas.

Tanto Lindblom (1994) como Dowling e Pfeffer (1975) consideram que os relatórios financeiros podem ser intencionalmente utilizados pela organização para implantar cada uma das estratégias referidas anteriormente. Como exemplo, afirma-se que uma organização pode fornecer informação contabilística para se contrapor a notícias de carácter depreciativo ou simplesmente para atenuar o seu efeito, desviando a atenção do público para atributos organizacionais pouco conhecidos.

À medida que mais informação é divulgada nos *websites* governamentais, a confiança nos líderes políticos tende a aumentar (Tolbert e Mossberger, 2006). Dessa forma, o governo tende a divulgar informação financeira através da Internet como um meio de aumentar a interação com os cidadãos e de se legitimar perante a sociedade. Hopwood e Miller (1994), por exemplo, consideram que, em muitas situações, os mecanismos contabilísticos são usados, principalmente, para legitimar decisões dos gestores e conferir um carácter de racionalidade à própria organização.

Para Pendley e Rai (2009), a prática de IFR tem como objetivo não só dotar os interessados da informação financeira desejada, como também fortalecer a imagem da organização, reforçando os preceitos da teoria da legitimidade.

3.2.1.3 Teoria da sinalização

A teoria da sinalização foi desenvolvida pelo investigador Spence (1973), com o objetivo de explicar o comportamento das relações no mercado de trabalho. No entanto, segundo Watson, Shrives e Marston (2002), esta teoria também tem o potencial de explicar a prática de divulgação da informação financeira.

A teoria da sinalização está preocupada com a forma de abordar os problemas decorrentes da assimetria de informação no ambiente social. Essa teoria sugere que a assimetria deve ser reduzida se a parte que possui mais informação enviar sinais sobre interesses relacionados com as partes com menos informação (An *et al.*, 2011). Embora esta teoria tenha sido desenvolvida no ambiente das relações do mercado de trabalho, Morris (1987, p.48) refere que “a sinalização é um fenómeno geral, aplicável a qualquer mercado com assimetria de informação”.

Um sinal pode ser emitido através de uma ação ou uma estrutura observável, que é usada para indicar características ocultas (ou de qualidade) do sinalizador. Assim, pressupõe-se que o sinal emitido pelo sinalizador lhe será útil, tendo em vista que, geralmente, tal sinal indica características de maior qualidade em relação aos seus pares (An *et al.*, 2011).

O modelo clássico de sinalização ocorre num ambiente de mercado entre o vendedor e o comprador. Nesse caso, é evidente que o vendedor possui mais informação sobre o produto que o comprador, incorrendo na assimetria de informação. O vendedor de produtos de alta qualidade tem um incentivo para comunicar a qualidade de seus produtos para o comprador, a fim de justificar um preço mais elevado. Essa comunicação dá-se através da sinalização: a publicação de um dispositivo (a garantia de um produto, por exemplo) que atua como uma previsão de qualidade superior (Morris, 1987).

Se o modelo clássico é aplicado num ambiente de gestão pública, por exemplo, pode ser interpretado da seguinte forma: inicialmente, a gestão pública tenderá a possuir mais

informação sobre as suas operações do que os *stakeholders* (por exemplo, a viabilidade de um projeto, o desempenho financeiro, entre outros). Devido à informação assimétrica, os cidadãos não conhecem a qualidade de gestão da organização pública e, portanto, não podem distinguir ou comparar a qualidade de gestão de várias organizações semelhantes. Consequentemente, a organização pública com uma qualidade acima da média gera uma perda de oportunidade, porque a sua qualidade superior não é percebida pelos cidadãos, enquanto uma organização pública com baixa qualidade obtém um ganho de oportunidade. Dessa forma, a organização de alta qualidade tem, entre outros, os seguintes incentivos, para destacar sua qualidade superior: satisfazer as necessidades dos cidadãos e atrair investimentos. Estes incentivos são dados através da sinalização.

Baseados na teoria da sinalização, diversos estudos apontam a divulgação da informação financeira como uma forma de sinalizar uma qualidade superior da gestão de uma organização (An *et al.*, 2011; Watson *et al.*, 2002; Xiao *et al.*, 2004). Desta forma, as organizações tendem a adotar a mesma extensão de divulgação da informação financeira, entre si, porque se elas assim não agirem, isso pode ser percebido pelas partes interessadas como uma forma de esconder más notícias (Craven e Marston, 1999).

Portanto, as organizações públicas podem utilizar a divulgação eletrónica da informação financeira como um meio de sinalizarem aos *stakeholders* o mesmo nível de qualidade de gestão dos seus pares. Craven e Marston (1999) afirmam que o próprio uso da Internet pode ser visto como um sinal de alta qualidade de gestão. Isso implica que a organização é moderna e atualizada com as últimas tecnologias, em detrimento de ser considerada antiquada e conservadora (Aly *et al.*, 2010).

No setor privado, os gestores das entidades aumentam a extensão da prática de divulgação eletrónica da informação financeira para sinalizar aos investidores que a entidade é rentável (Oyelere *et al.*, 2003). De forma semelhante, as entidades públicas podem aumentar a extensão dessa prática a fim de sinalizar à sociedade uma gestão eficiente, eficaz e transparente (Laswad *et al.*, 2005).

3.2.2 Teoria da difusão da inovação

Além das teorias já referidas, a literatura emprega ainda outro argumento teórico para explicar a divulgação da informação financeira através da Internet: a teoria da difusão da inovação (Aly, 2008). Xiao *et al.* (2004) explicam que a literatura sobre difusão da inovação tem proposto uma variedade de perspectivas sobre como a inovação começa a ser adotada e a espalhar-se, o que permite o enriquecimento da análise dos fatores que incidem sobre a prática de IFR.

A teoria da difusão da inovação propõe explicar e descrever o mecanismo de adoção de uma nova invenção, neste caso o uso da Internet para divulgação da informação financeira, com o objetivo de prever se ela virá a ser bem sucedida (Clarke, 1999). Mahajan e Peterson (1985) definem inovação como uma prática que é percebida como nova por membros de uma sociedade. Estes autores definem, ainda, a difusão da inovação como o processo pelo qual a inovação é comunicada através de certos canais ao longo do tempo entre os membros dessa sociedade.

Rogers (1995) diferenciou, relativamente à inovação, o processo de adoção do processo de difusão, destacando que o processo de difusão ocorre de forma grupal dentro da sociedade, enquanto o processo de adoção ocorre individualmente (indivíduo ou organização). Sendo a difusão o processo pelo qual uma inovação é adotada e ganha aceitação pelos membros de uma certa coletividade, um número de fatores interage para influenciar na difusão de uma inovação. Os quatro fatores que mais influenciam no processo de difusão de uma inovação, segundo Rogers (1995), são: 1) a inovação em si; 2) os canais de comunicação adotados; 3) o tempo envolvido na difusão; e 4) a natureza do sistema social no qual a inovação está a ser inserida.

Na perspectiva da adoção da inovação, Rogers (1995) identificou cinco atributos críticos que influenciam a taxa de adoção da inovação pelas organizações, que incluem: 1) vantagem relativa: se uma inovação proporciona maior vantagem relativa, ela será aprovada mais rapidamente; 2) compatibilidade: se uma inovação é percebida como consistente com os valores existentes e experiências passadas, será mais facilmente adotada; 3) complexidade: as ideias mais simples são adotadas mais rapidamente do que aquelas que exigem novas competências do utilizador; 4) capacidade de julgamento: as

inovações que representam menos incertezas geralmente são mais aceites e utilizadas; 5) observabilidade: se os resultados de uma inovação são observados com facilidade, tal inovação será aprovada e adotada mais rapidamente e por uma gama maior de organizações.

Esta teoria revela, ainda, que uma inovação atravessa um período de lentidão, no qual a adoção tende a ter crescimento gradual, antes de experimentar um período de crescimento relativamente dramático e rápido. A teoria também estabelece que existirá um período de rápido crescimento ao qual se seguirá um período de estabilização e, eventualmente, mesmo de declínio (Rogers, 1995).

Nesse sentido, a teoria da difusão da inovação estabelece que os seus potenciais adotantes julgam uma inovação tendo como base as suas próprias perceções em relação a alguns aspetos da inovação. A teoria considera que uma inovação irá experimentar um aumento na taxa de difusão se os potenciais adotantes avaliarem e perceberem favoravelmente a inovação, segundo os cinco atributos anteriormente referidos (Rogers, 1995).

Baseado nas ideias de Rogers (1995), a taxa de adoção da prática de divulgação eletrónica da informação financeira pelas organizações públicas dependerá de como essas organizações percebem a sua vantagem relativa e a sua compatibilidade.

3.2.3 Formação de um quadro teórico integrado

Para que um quadro teórico possa ser elaborado, torna-se necessário integrar os conceitos entre as teorias que sejam coerentes para explicar o fenómeno em estudo (An *et al.*, 2011). Assim, nesta secção procuramos adaptar o modelo de An *et al.* (2011), desenvolvido para dar suporte a estudos sobre divulgação do capital intelectual, de forma a dar suporte teórico ao estudo do fenómeno IFR.

Procuramos evidenciar a relação entre as quatro teorias mencionadas como base para explicar a divulgação da informação financeira através da Internet pelas entidades do setor público. A Figura 1 abaixo, adaptada de An *et al.* (2011), ilustra a relação entre as quatro teorias, evidenciando os conceitos-chave intrínsecos a cada uma delas, de acordo com as

três premissas da prática de IFR: reduzir a assimetria de informação, demonstrar transparência, eficiência, eficácia e *accountability* e sinalizar legitimidade e excelência para os *stakeholders*.

Através da análise da Figura 1, é possível observar que há uma inter-relação entre as quatro teorias abordadas, as quais, tomadas em conjunto, têm o potencial de contribuir para explicar os motivos pelos quais os gestores divulgam informação financeira por meio da Internet. Essa inter-relação decorre da similaridade entre alguns argumentos teóricos utilizados nas referidas teorias, que possibilita o aumento do poder explicativo do fenômeno IFR.

An *et al.* (2011) explicam que as teorias da agência, da legitimidade e da sinalização são, todas elas, consistentes entre si. Estes autores argumentam que, como a teoria da sinalização se preocupa com a forma de abordar os problemas decorrentes da assimetria de informação, ela está intimamente ligada à teoria da agência. Da mesma forma, a teoria da sinalização tem ligação estreita com a teoria da legitimidade, tendo em vista que as organizações divulgam informação financeira a fim de indicar que cumprem com as expectativas sociais e de sinalizar a sua excelência e legitimidade.



Figura 1 - Quadro teórico integrado [Fonte: adaptado de An *et al.* (2011)]

De forma semelhante, Morris (1987) investigou a relação entre as teorias da agência e da sinalização, procurando identificar se elas são teorias consistentes, equivalentes ou concorrentes. Os resultados da sua pesquisa indicam que há uma sobreposição entre essas teorias, tendo em vista que as condições suficientes da teoria da agência são consistentes com as da teoria da sinalização.

No que tange à relação entre as teorias baseadas na economia política e a teoria da difusão da inovação, Xiao *et al.* (2004) argumentam que os focos diferentes dessas teorias sugerem que todas elas se podem complementar umas às outras para, em conjunto, produzir uma melhor compreensão da prática de divulgação eletrónica da informação financeira. Para estes autores, a adoção de uma inovação por parte de uma organização pode ser considerada uma forma de sinalizar um facto de excelência ao público, o que confere uma relação íntima entre a teoria da difusão da inovação e a teoria da sinalização.

Deegan (2000) destaca que a procura por explicações para as motivações da divulgação voluntária é um estudo do comportamento humano e nenhuma teoria pode, eterna e completamente, explicar de forma definitiva os processos de decisão, tendo em vista que as teorias são meras abstrações da realidade, sendo que elas podem não descrever precisamente um comportamento particular.

Dessa forma, embora as teorias referidas possam “competir” para explicar as motivações da gestão para a divulgação da informação financeira através da Internet, o quadro teórico apresentado nesta secção tem o potencial de contribuir para fornecer maior poder explicativo a respeito do fenómeno do IFR.

O capítulo seguinte apresenta a metodologia científica aplicada ao presente estudo, bem como as técnicas relacionadas à recolha e à análise dos dados.

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

4 METODOLOGIA

Segundo a classificação proposta por Collis e Hussey (2005), a presente investigação caracteriza-se como um estudo analítico, já que o objetivo principal é compreender o fenómeno do IFR, descobrindo e explorando as suas relações. O método de abordagem utilizado foi o indutivo, que permite que a aproximação dos fenómenos se dê de forma abrangente, partindo das constatações mais particulares às leis e teorias (Lakatos e Marconi, 1992). Assim, a presente investigação parte da constatação particular de cada governo local para inferir conclusões ao nível comparativo em relação aos países do MERCOSUL.

Utilizámos o método dialético-fenomenológico, de cunho qualitativo, para o estudo comparativo transnacional da prática de IFR, através de entrevistas semiestruturadas. Também utilizámos o método hipotético-dedutivo, que tem cunho positivista e quantitativo, para a análise dos fatores determinantes da prática de IFR. Segundo Gil (1999), o método dialético-fenomenológico estabelece que os factos sociais não podem ser compreendidos isoladamente, abstraídos das suas influências políticas, económicas e sociais. Já o método hipotético-dedutivo preocupa-se em superar as dificuldades expressas no problema, através da formulação de conjeturas ou hipóteses.

No que se refere ao processo de pesquisa, classifica-se tanto como estudo quantitativo quanto qualitativo, pois além de estar focado na mensuração do fenómeno em estudo, também visa identificar as razões subjacentes para que ele ocorra.

Considerando os objetivos do estudo, a presente investigação tem natureza comparativa, descritiva e explicativa, já que procura analisar comparativamente a prática

de IFR entre os governos locais dos países do MERCOSUL, de forma a identificar os fatores determinantes dessa prática. Utilizámos, também, as seguintes técnicas: a) pesquisa bibliográfica; b) análise de conteúdo (tanto dos *websites* dos governos locais, para calcular o ID, quanto das entrevistas semiestruturadas, com recurso ao *software WebQDA*); c) procedimentos estatísticos multivariados.

4.1 Descrição dos dados

No que se refere ao estudo qualitativo os dados foram recolhidos por meio de entrevistas semiestruturadas a dirigentes de órgãos públicos responsáveis pela promoção da transparência dos governos locais dos países do MERCOSUL. Estas entrevistas, semiestruturadas¹⁹ foram realizadas entre os dias 11 de novembro e 31 de dezembro de 2014, com base no guião apresentado no Anexo C. Estas entrevistas foram apoiadas pelo seu registo digital.

No que se refere ao estudo quantitativo, as fontes de recolha de dados foram diversas. Assim, para o cálculo do ID foram recolhidos através de consulta direta aos *websites* dos governos locais incluídos na amostra, através da técnica de análise de conteúdo²⁰. Tal consulta ocorreu entre os dias 07 de dezembro de 2012 e 27 de janeiro de 2013, com relação aos governos locais da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Em relação aos governos locais da Venezuela, tal consulta ocorreu entre os dias 27 de novembro e 04 de dezembro de 2014 pelas razões apresentadas seguidamente.

Em julho de 2012, com o *impeachment*²¹ do presidente do Paraguai, os demais membros do bloco económico MERCOSUL à época – Argentina, Brasil e Uruguai – reuniram-se e

¹⁹ Segundo Cooper e Schindler (2011), as entrevistas semiestruturadas são aquelas que têm como base um guião com algumas questões específicas, mas que seguem o seu curso de acordo com o pensamento do participante. O entrevistador utiliza a habilidade e a criatividade para atingir maior clareza e desenvolvimento das respostas.

²⁰ Segundo Berelson (1952, p. 18), a análise de conteúdo é “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Bardin (2009) acrescenta que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações textuais e não-textuais que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo inerente a estas mensagens.

²¹ *Impeachment* é o processo instaurado com base em denúncia contra alta autoridade do poder executivo, que resulta na destituição do seu cargo. No caso em questão, o parlamento paraguaio julgou e condenou o presidente Fernando Lugo em apenas dois dias, facto esse considerado ilegítimo pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e que resultou numa crise diplomática internacional com os países sul-americanos integrantes da Unasul e do MERCOSUL.

decidiram imputar a suspensão do Paraguai e o ingresso da Venezuela²² no bloco. Essa suspensão se deu por entender os demais membros do bloco que o processo de *impeachment* foi tão rápido que não possibilitou uma defesa consistente do então presidente paraguaio, o que feria o pacto pela democracia firmado entre os países membros. Já o ingresso da Venezuela ocorreu justamente porque o Paraguai, que estava suspenso, era o único país membro que ainda não se posicionara favoravelmente em relação à adesão da Venezuela como país membro de MERCOSUL.

A suspensão do Paraguai estava prevista para ser revogada logo que ocorresse novo processo eleitoral naquele país, em abril de 2013. Assim, em julho de 2013 a cúpula do MERCOSUL verifica a retomada da democracia no Paraguai e possibilita o seu reingresso no bloco.

Essa celeuma perdurou até dezembro de 2013, quando a Câmara dos Deputados do Paraguai finalmente aprovou o protocolo de adesão da Venezuela ao bloco. Com isso, houve o reingresso definitivo do Paraguai ao bloco, em fevereiro de 2014, passando o bloco económico MERCOSUL a ser composto pelos cinco países (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela).

Os dados para o cálculo da variável tamanho foram extraídos do último censo²³ realizado nos países do MERCOSUL, com exceção da Argentina, a qual, apesar de ter realizado o último censo no ano de 2010, tal censo não apresentou dados a nível de governos locais, sendo que o último censo, com tais dados disponíveis, foi o de 2001. Estes dados foram recolhidos nos *websites* dos respetivos institutos nacionais de estatística de cada um dos países referidos (<http://www.indec.mecon.ar>, <http://www.ibge.gov.br>, <http://www.dgeec.gov.py> e <http://www.ine.gub.uy>).

Para o cálculo das variáveis endividamento e riqueza do governo local, utilizámos os dados recolhidos das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011, do demonstrativo da dívida consolidada Líquida²⁴ e do balanço financeiro²⁵, respetivamente.

²² Até então a Venezuela só fazia parte do MERCOSUL como país associado.

²³ No Brasil, o último censo foi realizado no ano de 2010. No Paraguai, o último censo aconteceu em 2002 e no Uruguai em 2011.

²⁴ Esse demonstrativo é exigido no Brasil pela Lei Complementar nº 101/2000 (conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal).

Os dados para calcular a variável competição política foram recolhidos do *website* do Tribunal Regional Eleitoral do Brasil (<http://www.tse.jus.br>) e são referentes às eleições municipais de 2008.

Os dados relativos à variável habilitações literárias dos gestores públicos dos governos locais foram recolhidos do Perfil dos Municípios Brasileiros, relativo ao ano de 2009²⁶, disponível no *website* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/default.shtm>).

Para a recolha dos dados com vista ao cálculo da variável visibilidade na Internet, utilizámos a ferramenta *Pagerank*²⁷, que calcula o nível de visibilidade do *website* de cada governo local na Internet, disponível em <http://www.marketingdebusca.com.br/pagerank/>. A consulta foi efetuada concomitantemente com a recolha dos dados para o cálculo do ID, no período de 07 de dezembro de 2012 a 27 de janeiro de 2013.

Por fim, os dados relativos à variável acesso à Internet nos domicílios dos cidadãos foram recolhidos do *website* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>).

4.2 População e características da amostra

A população estudada é composta de 8.374 governos locais dos países membros do bloco económico MERCOSUL (2.161 governos locais na Argentina²⁸, 5.565 no Brasil, 224 no Paraguai, 89 no Uruguai e 335 na Venezuela). Tendo por base essa população, seleccionámos, através da técnica de amostragem aleatória estratificada, 374 governos locais dos referidos países, conforme demonstrado na Tabela 6. Segundo Maroco (2010), neste tipo de amostragem a população em estudo é dividida em subgrupos homogéneos,

²⁵ Esse demonstrativo é exigido no Brasil pela Lei nº 4.320/1964 (conhecida como Lei das Finanças Públicas).

²⁶ No Brasil, houve eleições municipais no ano de 2008, com mandato do gestor público no período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012. Portanto, apesar desses dados serem relativos ao ano de 2009, referem-se aos gestores públicos em exercício no ano de 2011.

²⁷ Segundo Page, Brin, Motwani e Winograd (1999), a ferramenta *Pagerank* mede a importância relativa de páginas da web, através de algoritmos que calculam o *ranking* de cada página com base na estrutura de *links* da web.

²⁸ A Argentina possui 2.198 governos locais, porém, no censo de 2001, não havia dados para 37 deles, o que limita o estudo ao total de 2.161 governos locais. Além disso, não está incluída no estudo a população dispersa que não possui governo local. Segundo o INDEC (2001), a população dispersa diz respeito à população rural que reside em pequenos povoados e moradias isoladas, em grupos que raramente excedem o núcleo familiar.

sendo a amostra final constituída por amostragem aleatória simples dos elementos pertencentes a cada um desses subgrupos, garantindo, assim, a representatividade de todos os grupos eventualmente *suigeneris* existentes na população teórica.

Tabela 6 - População e amostra

	Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai		Venezuela		Total	
	População	Amostra	População	Amostra	População	Amostra	População	Amostra	População	Amostra	População	Amostra
Governos locais pequenos	1.909	81	3.914	66	161	48	73	38	84	19	6.141	252
Governos locais médios	189	8	1.368	23	56	17	7	3	177	40	1.797	91
Governos locais grandes	63	3	283	5	7	2	9	5	74	16	436	31
Total	2.161	92	5.565	94	224	67	89	46	335	75	8.374	374

O cálculo da amostra foi realizado por meio do *software* Epi Info, versão 7.1.0.6 (Dean, Dean, Burton e Dicker, 1991), tendo sido adotado um nível de confiança de 95% e um intervalo de confiança de 10%.

A população foi dividida em três estratos: governos locais grandes, médios e pequenos, tendo como base o número de habitantes do último censo populacional. Tendo por base a estratificação dos governos locais brasileiros utilizada pelo IBGE, consideramos governos locais grandes aqueles cuja população é superior a 100.000 habitantes, governos locais médios aqueles cuja população se situa entre 20.001 e 100.000 habitantes e governos locais pequenos aqueles cuja população é menor ou igual a 20.000 habitantes (IBGE, 2009).

A fim de selecionarmos os governos locais a incluir na amostra, procedemos da seguinte forma: Primeiramente, agrupamos os governos locais de acordo com os estratos já referidos. Em seguida, calculamos a amostra de governos locais a serem incluídos, proporcionalmente, em cada estrato e procedemos ao sorteio aleatório da amostra utilizando uma macro, desenvolvida em MS Excel 2007, mostrada na Figura 2. Finalmente, selecionamos os governos locais de acordo com o sorteio aleatório, de forma a

que o estrato contivesse a quantidade proporcional de governos locais grandes, médios e pequenos existentes na população.

```
Sub Sorteio()  
  Dim Vetor()  
  Dim Qt As Long  
  Dim i As Long  
  Dim n As Long  
  Dim Max As Long  
  
  Columns("A").Clear  
  Qt = [C1].Value  
  Max = [C2].Value  
  If Qt > Max Then  
    MsgBox "O valor da célula C1 não pode ser maior que o da célula C2!"  
    Exit Sub  
  End If  
  ReDim Vetor(Max)  
  For i = 1 To Max  
    Vetor(i) = i  
  Next  
  
  For i = 1 To Qt  
    n = Int(Rnd * (Max - i + 1)) + 1  
    Vetor(0) = Vetor(n + i - 1)  
    Vetor(n + i - 1) = Vetor(i)  
    Vetor(i) = Vetor(0)  
    Cells(i, 1).Value = Vetor(i)  
  Next  
End Sub
```

Figura 2 - Macro desenvolvida em MS Excel 2007 para sorteio aleatório da amostra estratificada

A combinação dos fundamentos das teorias utilizadas no presente estudo com a revisão da literatura permitiu ainda a formulação de algumas hipóteses de investigação, apresentadas na secção seguinte, que, a confirmarem-se, possibilitam aprofundar o conhecimento dos fatores que influenciam a prática de IFR.

4.3 Formulação de hipóteses

Atendendo à revisão da literatura e à análise de diversos estudos empíricos, compilamos um conjunto de fatores que podem levar os governos locais a divulgar informação financeira através da Internet em três grupos. O primeiro grupo corresponde às características das entidades locais e inclui as seguintes hipóteses: tamanho (**H₁**); endividamento (**H₂**) e riqueza do governo local (**H₃**). O segundo grupo relaciona-se com os aspetos políticos, englobando as hipóteses: competição política (**H₄**) e habilitações

literárias dos gestores públicos (**H₅**). Por fim, o terceiro grupo representa as características ambientais em que os governos locais estão inseridos e inclui as seguintes hipóteses: visibilidade na Internet (**H₆**) e acesso à Internet nos domicílios (**H₇**).

Seguidamente apresentamos, para cada hipótese, as justificações teóricas subjacentes e os resultados obtidos em alguns dos estudos empíricos analisados.

4.3.1 Tamanho

É provável que a Internet seja um meio particularmente eficaz para satisfazer os incentivos à divulgação da informação financeira nos grandes governos locais, tendo em vista que o custo de produção e difusão dessa informação na Internet é suscetível de ser independente do seu tamanho (Ettredge *et al.*, 2002). Consequentemente, os benefícios decorrentes da divulgação financeira através da Internet tendem a ser crescentes com o tamanho (Debreceeny *et al.*, 2002; Pirchegger e Wagenhofer, 1999).

Além disso, algumas teorias ligadas à divulgação da informação financeira prevêem uma relação positiva e significativa entre o tamanho e a divulgação. Segundo a teoria da agência, os conflitos de interesse são mais prováveis nos grandes governos locais (Serrano-Cinca *et al.*, 2009). Por tal facto, é provável que os grandes governos locais sintam necessidade de divulgar mais informação financeira, para fins de legitimação e para sinalizar uma excelência de gestão.

Segundo Zimmerman (1977), é esperado que os pequenos governos locais divulguem informação financeira com menos frequência do que os grandes governos locais. Serrano-Cinca *et al.* (2009) acrescentam que a teoria da legitimidade também propõe uma relação positiva entre o tamanho e a extensão da prática de divulgação, tendo em vista que as pressões que os governos locais sofrem, por maior que seja a transparência e a responsabilidade (*accountability*), são maiores nos governos locais de maior dimensão.

No que se refere à teoria da difusão da inovação, Torres, Pina e Royo (2005) argumentam que a prática de divulgação da informação financeira através da Internet representa um processo inovador e os governos locais de maior dimensão têm maiores possibilidades de difusão dessa inovação do que os governos locais de menor dimensão.

Diversos estudos empíricos têm testado a variável “tamanho” como fator determinante da divulgação da informação financeira pelas organizações do setor público. Estudos realizados na Austrália (Ryan, Stanley e Nelson, 2002), nos EUA (Styles e Tennyson, 2007) e na Nova Zelândia (Laswad *et al.*, 2001), por exemplo, constataram que o tamanho do governo local tem uma relação positiva e estatisticamente significativa com a divulgação da informação financeira. No entanto, em alguns estudos o tamanho não é um fator explicativo da divulgação financeira pelas entidades do setor público (Baber, 1983; Christiaens, 1999; Evans e Patton, 1983; Ingram e DeJong, 1987; Laswad *et al.*, 2005). Evans e Patton (1987), por exemplo, encontraram uma relação negativa entre o tamanho e a extensão da prática de divulgação financeira.

Assim, é possível perceber que os resultados de alguns estudos proporcionaram evidência contraditória pelo que se justifica o teste desta hipótese no âmbito dos governos locais. Dessa forma, dada a probabilidade de maior divulgação por parte dos grandes governos locais, espera-se que esses governos locais tendam a adotar a prática de divulgação da informação financeira através da Internet em maior extensão do que os pequenos governos locais. Assim, a primeira hipótese que formulamos é a hipótese **H₁**:

H₁ – Há uma associação positiva entre o tamanho do governo local e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

4.3.2 Endividamento

Diversos estudos ligados à divulgação da informação financeira no setor público referem que o uso da dívida para financiar as atividades públicas constitui um incentivo para os gestores públicos reduzirem o custo da dívida, através da divulgação da informação financeira que permita a monitorização da gestão por parte dos credores (Evans e Patton, 1987; Gore, 2004; Ingram, 1984; Zimmerman, 1977).

De facto, usar a dívida para financiar a prestação de serviços públicos pelo governo local é relevante para os cidadãos que ali residem. Para Styles e Tennyson (2007), a avaliação da dívida de um governo local é um componente integral da *accountability* do gestor público e a divulgação da informação financeira através da Internet, na perspetiva da teoria da legitimidade, pode servir como um mecanismo para que os governos locais se

possam legitimar perante os cidadãos e os demais *stakeholders*. Além disso, na perspectiva da teoria da sinalização, os governos locais podem divulgar informação financeira através da Internet como uma forma de sinalizar aos credores uma qualidade intrínseca à sua gestão (como a sua solvência, por exemplo).

Brecher, Richwerger e Wagner (2003) argumentam que níveis elevados de endividamento podem impor custos futuros de juros e amortização da dívida que podem reduzir a capacidade do governo local de atender a procuras futuras de serviços públicos, ou ainda ser necessário aumentar a carga tributária para suportar esses custos. Assim, o governo local tende a divulgar mais informação financeira com o objetivo de diminuir o custo da dívida, na medida em que esta prática permite um maior acompanhamento por parte dos seus credores.

Os resultados do estudo de Laswad *et al.* (2005) indicam uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o endividamento dos governos locais da Nova Zelândia e a prática de IFR. Esses resultados são condizentes com diversos outros estudos ligados à divulgação da informação financeira, no setor público (Evans e Patton, 1987; Ingram e DeJong, 1987; Styles e Tennyson, 2007). No entanto, Baber (1983), Gandía e Archidona (2008) e Gore (2004) não encontraram uma relação estatisticamente significativa entre o nível de endividamento e a prática de divulgação da informação financeira. Baber e Sen (1984), contrariamente, encontraram uma relação negativa sem significância estatística entre o nível de endividamento e a prática de divulgação da referida informação, pelo que fica manifesta a contradição entre as evidências dos estudos realizados no setor público.

Face ao exposto, podemos deduzir que a necessidade de monitorização do nível de endividamento do governo local, por parte dos credores, pode servir como um incentivo ao gestor público para divulgar informação financeira através da Internet, com o objetivo de diminuir o custo da dívida. Assim, formulamos a hipótese de investigação **H₂**:

H₂ – Há uma associação positiva entre o endividamento do governo local e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet

4.3.3 Riqueza

A riqueza do governo local é apontada como um sinal de qualidade da gestão, que pode beneficiar os políticos locais através da maximização dos votos com vista à reeleição e da redução dos custos com juros de dívida (Christiaens, 1999). Na perspetiva da teoria da sinalização, diversos autores apontam a divulgação da informação financeira (que inclui a riqueza do governo local) como uma forma de sinalizar uma qualidade superior da gestão de uma organização (An *et al.*, 2011; Watson *et al.*, 2002; Xiao *et al.*, 2004).

Os resultados do estudo de Styles e Tennyson (2007) indicam uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a riqueza do governo local e a acessibilidade da informação financeira divulgada através da Internet. Laswad *et al.* (2005) também encontraram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a riqueza do governo local e a prática de IFR.

No entanto, Serrano-Cinca *et al.* (2009) não encontraram nenhuma relação significativa entre a condição financeira dos governos locais da Espanha e a prática de divulgação da informação financeira através da Internet, o que poderá evidenciar a existência de alguma contradição entre os resultados dos diversos estudos. No entanto, devemos ter em atenção que estes estudos se realizaram em países diferentes, não permitindo uma generalização dos resultados encontrados e confirmando a necessidade de se realizarem em diversos países.

Achamos que, num governo local com uma baixa riqueza, os gestores públicos locais podem evitar o uso da Internet para divulgação da informação financeira, de forma a “restringir o acesso da informação contabilística para utilizadores mais determinados” (Craven e Marston, 1999, p.323). Pelo que formulamos a hipótese de investigação **H₃**:

H₃ – Há uma associação positiva entre a riqueza do governo local e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

4.3.4 Competição política

Quando o político local enfrenta uma elevada competição política espera-se que esteja sujeito a um maior escrutínio e a uma maior monitorização, nomeadamente, por parte dos cidadãos, dos grupos de interesse e dos partidos políticos (Ferreira, 2011). Baber e Sen (1984) acrescentam que a competição política faz com que os políticos se tornem mais vulneráveis a alegações de gestão irresponsável por parte dos adversários políticos e, portanto, aumenta o incentivo à divulgação da informação financeira que permita a sua monitorização.

Por essa razão, os políticos locais tendem a preocuparem-se mais com a divulgação da informação financeira e a envolverem-se com a prática de IFR, de forma a sinalizar sua competência e o desempenho da gestão aos *stakeholders*, quando estão sob forte competição política do que quando estão sujeitos a fraca competição política.

Além disso, tal como preconizado pela teoria da agência, a maximização do bem-estar do político está diretamente ligada à possibilidade da sua reeleição. Como o político tende a agir em conformidade com o seu próprio interesse, poderá haver um incremento da extensão da prática de IFR, como uma forma de sinalizar os pontos positivos do seu desempenho, na tentativa de se reeleger. Assim, estamos convictos da possibilidade dos políticos locais, quando expostos a uma forte competição política, tenderem a se envolver mais com a prática de IFR do que quando estão sujeitos à baixa competição.

Alguns estudos encontraram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a competição política e a divulgação da informação financeira (Baber, 1983; Baber e Sen, 1984; Cárcaba García e García-García, 2010). No entanto, Evans e Patton (1987), Giroux (1989), Laswad *et al.* (2005) e Caba Pérez *et al.* (2008) não encontraram qualquer relação estatisticamente significativa entre a competição política e a extensão da prática de divulgação da informação financeira, o que proporciona evidências contraditórias. Assim, formulamos a hipótese de investigação **H₄**:

H₄ – Há uma associação positiva entre a competição política e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

4.3.5 Habilitações literárias dos gestores públicos locais

O nível de habilitações literárias do político parece interferir positivamente na sua decisão de utilizar a Internet como um meio para divulgar informação financeira, tanto pelo facto de estar mais propenso a utilizar as novas TIC na gestão pública (Gong, Li e Stump, 2007), quanto pelo facto de que a educação tende a diminuir o comportamento oportunista, favorecendo a sua monitorização (Besley, Pande e Rao, 2005).

Rogers (1995) relatou, no entanto, que 73 por cento dos estudos anteriores ligados à difusão da inovação apoiam uma relação positiva entre educação e inovação. Este autor acrescenta que, segundo a teoria da difusão da inovação, a adoção de um processo inovador ocorre dentro de um sistema social e a sua taxa de adoção é influenciada, entre outros fatores, pelo referido sistema social. Assim, é de esperar que a adoção de inovação tecnológica seja influenciada, pelo menos em parte, pelo nível de educação dos gestores públicos (Robison e Crenshaw, 2002).

Os resultados do estudo de Yenyurt e Townsend (2003) sugerem uma forte associação entre as dimensões culturais e as taxas de penetração de novos produtos de alta tecnologia (como, por exemplo, Internet, telemóveis e microcomputadores). Além disso, La Ferle, Edwards e Mizuno (2002) examinaram a adoção da Internet no Japão e nos EUA e constataram que as diferenças sobre as dimensões culturais fazem explicar parte da variação na penetração da Internet e nos seus padrões de adoção. Isso revela que a decisão de adoção das TIC como um meio para divulgar informação financeira parece ter relação com o nível de educação daquele que vai tomar tal decisão.

Outro ponto relevante para o estabelecimento desta hipótese é que, entre as características individuais do político, o nível de educação tem um efeito consistentemente negativo sobre o oportunismo, fazendo com que aqueles que possuem um maior nível de educação sejam considerados, pelos eleitores, melhores políticos (Besley *et al.*, 2005).

No estudo *cross-country*²⁹ que realizaram, Besley e Reynal-Querol (2011) revelam que eleições democráticas outorgam gestores públicos que são 25 por cento mais propensos a terem alto grau de habilitações literárias. Em termos de impacto, Besley,

²⁹ Estudo com dados em painel.

Montalvo e Reynal-Querol (2011) evidenciam que os gestores públicos com níveis de habilitações literárias mais elevados geram mais crescimento económico. A transição de um gestor público com nível universitário para um gestor público com o mais baixo nível de habilitações literárias, por exemplo, reduz o crescimento económico em 1,7 pontos percentuais por ano ao longo de um período de 5 anos pós-transição.

Pensamos, portanto, que o político com um nível de habilitações literárias mais elevado está mais propenso a envolver-se com a prática de IFR, utilizando o potencial da Internet para fomentar a monitorização da sua gestão por parte dos cidadãos e aumentar a transparência do governo. Assim, formulamos a hipótese de investigação **H₅**:

H₅ – Há uma associação positiva entre o nível de habilitações literárias dos gestores públicos locais e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

4.3.6 Visibilidade na Internet

Os meios de comunicação e a imprensa têm um papel importante nas relações de agência no setor público, influenciando o relacionamento entre eleitores e políticos (Zimmerman, 1977). Segundo este autor, a descoberta de escândalos políticos ligados a atos de corrupção e de improbidade administrativa, por exemplo, atrai telespectadores e ouvintes de rádio, vende jornais e aumenta o acesso a *websites* de notícias.

Neste sentido, Ingram (1984) argumenta que a visibilidade política, decorrente de uma imprensa forte, poderá induzir o gestor público a divulgar mais informação financeira, a fim de satisfazer as necessidades de informação da própria imprensa, bem como servir de mecanismo de autodefesa para os políticos, no caso de ataques dos seus opositores. Zimmerman (1977, p.121) esclarece que, na perspectiva da teoria da agência, “o acompanhamento previsto pela imprensa não assegura que o gestor eleito irá operar no melhor interesse do seu eleitorado, mas apenas que certas formas de comportamento serão monitorizadas mais de perto do que outras”.

Além da teoria da agência, a teoria da legitimidade também tem o potencial de explicar a influência da visibilidade política na prática de divulgação da informação

financeira. Segundo esta teoria, as entidades mais visíveis tendem a divulgar mais informação, devido a pressões enfrentadas por parte da sociedade em que estão inseridas (Magness, 2006).

Os resultados do estudo de Laswad *et al.* (2005) revelam uma relação positiva, estatisticamente significativa, entre a visibilidade política e a prática de IFR. Embora não tendo testado concretamente a visibilidade através da Internet, Lim e McKinnon (1993) encontraram uma correlação positiva, estatisticamente significativa, entre a visibilidade política e a divulgação da informação financeira. Já Ingram (1984) encontrou uma relação negativa, estatisticamente significativa, entre a visibilidade política e a prática de divulgação da informação financeira, o que indica evidências contraditórias entre os estudos ligados à divulgação da referida informação no setor público.

Apesar dos estudos que testaram a visibilidade política, como variável possivelmente relacionada com a prática de divulgação no setor público, serem focados na visibilidade proporcionada pela imprensa escrita, nós, consistentemente com Serrano-Cinca *et al.* (2009) e com Gandía e Archidona (2008), utilizámos a visibilidade proporcionada pela Internet para medir a influência da visibilidade política na prática de IFR. Por se tratar de um processo de divulgação realizado através da Internet, achamos apropriado utilizar a visibilidade do *website* que está a ser utilizado para divulgação da informação financeira. Para medir a visibilidade do *website*, Serrano-Cinca *et al.* (2009) utilizaram algumas variáveis que calculam o posicionamento do *website* nos motores de busca, como o Google, por exemplo.

Acreditamos que a visibilidade do *website* de qualquer governo local na Internet possa ser um fator explicativo para a prática de IFR, uma vez que a administração pública local que faz maior uso da Internet (como o *e-government*, por exemplo) tende a sofrer uma pressão maior dos utilizadores da Internet e, em resposta a essa pressão, é mais propensa a divulgar informação financeira no seu *website* (Serrano-Cinca *et al.*, 2009). Assim, formulamos a hipótese de investigação **H₆**:

H₆ – Há uma associação positiva entre visibilidade do governo local na Internet e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

4.3.7 Acesso à Internet nos domicílios

Através da análise dos estudos empíricos sobre IFR no setor público, é possível notar que o acesso à Internet por parte dos agregados familiares, como uma variável social que potencialmente explique a prática de IFR, tem sido quase totalmente negligenciado pelos investigadores. No entanto, Debreceny *et al.* (2002) argumentam que o acesso à Internet nos domicílios é uma variável ambiental que, do ponto de vista do utilizador, cria uma procura por informação financeira e, na perspetiva do fornecedor da informação, cria um canal mais eficiente para a divulgação financeira.

Os resultados do estudo de Caba Pérez *et al.* (2008) indicam uma relação positiva, estatisticamente significativa, entre o acesso à Internet nos agregados familiares e a prática de IFR nos governos locais da Espanha. Esse resultado é consistente com Gandía e Archidona (2008), que também encontram uma relação positiva, estatisticamente significativa, entre o acesso à Internet nos domicílios dos governos locais espanhóis e a prática de IFR.

Consistente com Gandía e Archidona (2008) e Caba Pérez *et al.* (2008), acreditamos que o nível de acesso à Internet a partir dos domicílios tem influência na prática de IFR, tendo em vista que, com um maior número de famílias acedendo à Internet, há um aumento do número de potenciais utilizadores da informação divulgada nos *websites* governamentais e a pressão por transparência e *accountability* tende a ser maior, incentivando os gestores públicos a divulgarem informação financeira através da Internet, como uma forma de legitimarem-se perante os cidadãos. Assim, formulamos a hipótese de investigação **H₇**:

H₇ – Há uma associação positiva entre o acesso à Internet nos domicílios do governo local e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

4.4 Descrição e cálculo das variáveis

Apresentamos nesta secção a descrição e o cálculo das variáveis dependentes e independentes utilizadas no presente estudo. As variáveis dependentes incluem o ID e suas

respetivas dimensões, que são utilizados para mensurar a extensão da prática de IFR. Já as variáveis independentes, que representam os potenciais fatores determinantes de tal prática, incluem o tamanho, o endividamento, a riqueza, a competição política, as habilitações literárias dos gestores públicos locais, a visibilidade na Internet e o acesso à Internet nos domicílios.

4.4.1 Índice de divulgação

Diversos estudos ligados à prática de IFR no setor público têm utilizado um ID para mensurar a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet (Caba Pérez *et al.*, 2005; Caba Pérez *et al.*, 2008; Cárcaba García e García-García, 2010; Fudge, 2011b; Gallego Álvarez *et al.*, 2009; Gandía, 2011; Gandía e Archidona, 2008; Lourenço *et al.*, 2012; Mendes, 2012; Rodríguez Bolívar *et al.*, 2006, 2007; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Styles e Tennyson, 2007). Esta métrica também tem sido amplamente utilizada nos estudos ligados à prática de IFR no setor privado (Aly *et al.*, 2010; Ettredge, Richardson e Scholz, 2001; García Sánchez *et al.*, 2011; Garg e Verma, 2010; Xiao *et al.*, 2004).

Segundo Ortiz e Clavel (2006), a criação do ID é um ramo da análise de conteúdo e constitui uma das principais técnicas utilizadas para estudar a divulgação da informação financeira nas instituições públicas e privadas. Bonsón e Escobar (2006) acrescentam que o ID é uma das principais formas de avaliar a transparência informativa das organizações.

No entanto, como revelado por Ali Khan e Ismail (2011), a não uniformidade no uso de ID nos estudos sobre IFR contribui para a variabilidade dos resultados e, conseqüentemente, a diminuição da comparabilidade entre os diversos estudos.

Encontrámos 13 estudos ligados à prática de IFR no setor público que utilizam um índice para mensurar a extensão da prática de divulgação da informação financeira pelas organizações públicas. Estes estudos são elencados na Tabela 7 organizados por ordem cronológica, evidenciando a quantidade de itens, a forma utilizada para pontuar cada item e as dimensões abrangidas nesses índices.

É possível notar na Tabela 7 que, conforme já referido, não há uma uniformidade na utilização dessa métrica pelos pesquisadores.. A quantidade de itens que compõe os índices desenvolvidos nos estudos sobre IFR no setor público varia de 9 (Serrano-Cinca *et al.*, 2009) a 91 (Gallego Álvarez *et al.*, 2009). Também é possível notar uma preponderância da utilização de índices dicotômicos, possivelmente em função da arbitrariedade e da subjetividade inerente ao uso de qualquer índice ponderado (Inchausti, 1997).

Tabela 7 - Índices de divulgação utilizados em estudos sobre IFR no setor público

Nº	Descrição	Pesquisadores (ano)	Nº itens	Valoração	Dimensões
1	Índice de Divulgação	Mendes (2012)	42	38 itens dicotômicos e 4 ponderados	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Características qualitativas • <i>Design</i>, navegabilidade e acessibilidade
2	Índice de Relatórios de Desempenho <i>Online</i>	Fudge (2011b)	30	11 itens dicotômicos e 19 ponderados	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Formato • Acessibilidade
3	Índice de Divulgação	Gandía (2011)	78	Dicotômico	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Apresentação • Navegação • Relacionamento com o utilizador
4	Índice de Divulgação	Cárcaba García e García-García (2010)	28	Ponderado	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Formato • Interação com o utilizador
5	Índice de Transparência	Lourenço <i>et al.</i> (2012)	18	Dicotômico	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Formato de apresentação • Acessibilidade
6	Índice de Divulgação Financeira	Gallego Álvarez <i>et al.</i> (2009)	91	Dicotômico	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Navegabilidade • Interação com o utilizador
7	Variáveis de Divulgação	Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009)	9	Dicotômico	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo
8	Índice de Divulgação	Gandía e Archidona (2008)	88	Dicotômico	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Apresentação • Navegação • Relacionamento com o utilizador
9	Índice de Divulgação	Caba Pérez <i>et al.</i> (2008)	34	Dicotômico	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Características qualitativas • <i>Design</i>, navegabilidade e acessibilidade
10	Índice de Divulgação	Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2007)	54	Ponderado	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Características qualitativas • <i>Design</i>, navegabilidade e acessibilidade
11	Índice de Acessibilidade	Styles e Tennyson (2007)	10	Dicotômico	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade
12	Índice de Relatórios Financeiros Governamentais <i>Online</i>	Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2006)	69	Ponderado	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Características qualitativas • <i>Design</i>, navegabilidade e acessibilidade
13	Índice de Divulgação	Caba Pérez <i>et al.</i> (2005)	34	Dicotômico	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Características qualitativas • <i>Design</i>, navegabilidade e acessibilidade

Assim, propomos um modelo de ID com o objetivo de mensurar a extensão da prática de divulgação da informação financeira pelos governos locais incluídos neste estudo.

Na escolha dos componentes do ID, levamos em conta pesquisas anteriores que tiveram como objetivo criar um quadro harmonizado para a estrutura de divulgação eletrónica da informação financeira no setor privado (FASB, 2000; Lymer *et al.*, 1999), bem como estudos que procuraram medir a extensão da prática de divulgação da informação financeira pelas entidades do setor público (já referidos na Tabela 2) e do setor privado (Debreceeny *et al.*, 2002; Marston e Polei, 2004; Pirchegger e Wagenhofer, 1999; Xiao *et al.*, 2004).

De forma semelhante aos estudos de Rodríguez Bolívar *et al.* (2006), Rodríguez Bolívar *et al.* (2007), Caba Pérez *et al.* (2008) e Caba Pérez *et al.* (2005), o ID proposto neste estudo é composto por 30 itens agrupados em três dimensões: conteúdo da informação financeira (DIM_{Ci}), características qualitativas da informação divulgada (DIM_{Qi}) e aspetos relacionados com o *design*, com a navegabilidade e com a acessibilidade do *website* governamental (DIM_{Di}).

A primeira dimensão do ID diz respeito ao conteúdo da informação financeira divulgada através dos *websites* dos governos locais. A divulgação da informação contabilística e orçamental é fundamental para que os cidadãos e outros *stakeholders* conheçam a situação económica do governo local e possam julgar o uso dado aos recursos públicos por ele administrados (Gandía e Archidona, 2008).

Desta forma, analisamos para esta dimensão a informação contabilística e orçamental divulgada nos *websites* dos governos locais incluídos neste estudo. Seleccionámos os itens para a construção desta dimensão com base nos estudos empíricos sobre IFR relacionados na secção 2.2.6.1, bem como na norma internacional de contabilidade do setor público IPSAS 1, da Federação Internacional dos Contadores (IFAC), a qual está relacionada com a apresentação dos relatos financeiros de qualidade suficiente para apoiar a tomada de decisão por diferentes *stakeholders* (Caba Pérez e López Hernández, 2009).

No âmbito desta dimensão, são analisados 12 itens, ver Tabela 8, relativos ao conteúdo da informação financeira divulgada nos *websites* dos governos locais, a fim de

calcular a variável DIM_{Ci} , com uma pontuação que pode variar de 0 a 100, da seguinte forma:

$$DIM_{Ci} = \left(\frac{\sum_{j=0,5}^6 j_c}{6} \right) \times 100 \quad (4.1)$$

Em que:

DIM_{Ci} – dimensão do ID relativa ao conteúdo da informação financeira divulgada no *website* do governo local i ;

j_c – valor atribuído a cada item incluído em DIM_{Ci} .

A segunda dimensão do ID está relacionada com a necessidade de fornecer informação financeira através da Internet de acordo com o cumprimento de certas características, amplamente reconhecidas em diferentes pronunciamentos conceituais, que conferem utilidade à referida informação financeira (AASB, 1990; FASB, 2010; IASB, 1989; IFAC, 2008). As características qualitativas da informação financeira analisadas nesta dimensão incluem: a) tempestividade; b) compreensibilidade; c) comparabilidade; e d) fiabilidade.

A tempestividade diz respeito à frequência com que a informação financeira é divulgada no *website*. Neste ponto, analisamos se a informação é fornecida numa base quadrimestral, trimestral, bimestral ou mensal (frequência superior à base anual).

A compreensibilidade diz respeito à facilidade do utilizador em compreender e interpretar a informação financeira divulgada. Neste quesito, analisamos alguns aspetos que visam garantir que a informação possa ser bem entendida e interpretada pelos utilizadores, como a existência de gráficos, rácios, figuras ou comentários sobre a informação financeira.

A comparabilidade diz respeito à possibilidade de comparação das demonstrações financeiras ao longo do tempo. Nesta perspetiva, verificamos se o governo local disponibiliza informação financeira relativa a mais de dois exercícios, permitindo que o utilizador possa fazer comparações e análises ao longo do tempo.

A fiabilidade diz respeito à certeza de que a informação financeira retrata fidedignamente a realidade da entidade e está em conformidade com as normas

contabilísticas. Neste sentido, a fiabilidade da informação financeira será reforçada se a informação foi auditada. Assim, no que respeita a esta característica, analisamos se a informação financeira disponibilizada via Internet foi auditada e se está claramente separada da informação financeira não auditada.

Nesta dimensão, analisamos seis itens, ver Tabela 8, decorrentes dos aspetos considerados para medir as características qualitativas analisadas (tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade e fiabilidade), de forma a calcular a dimensão DIM_Q, com pontuação variável entre 0 e 100, da seguinte forma:

$$DIM_{Qi} = \left(\frac{\sum_{j=1}^6 j_q}{6} \right) \times 100 \quad (4.2)$$

Em que:

DIM_{Qi} – dimensão do ID relativa às características qualitativas da informação financeira divulgada no *website* do governo local *i*;

j_q – valor atribuído a cada item incluído em DIM_{Qi}.

Por fim, a terceira dimensão do ID está ligada aos aspetos relacionados com o *design*, com a navegabilidade e com a acessibilidade do *website*. Esta dimensão destaca a necessidade de desenvolver um *website* com navegabilidade intuitiva e que ofereça acesso fácil à informação financeira. Bertot *et al.* (2010) explicam que as questões de navegabilidade e de acessibilidade dos *websites* estão ligadas à possibilidade de tornar a tecnologia intuitiva e permitir que os utilizadores disponham facilmente do conteúdo disponibilizado na Internet, enquanto Calero *et al.* (2005) esclarecem que a navegabilidade e a acessibilidade são características do *website* que permitem aos utilizadores aceder à maioria da informação em que estão interessados, tornando-a mais fácil de ser encontrada. Essa dimensão do ID é composta de 12 itens, através dos quais foi possível calcular a dimensão DIM_D, com variação na pontuação de 0 a 100, da seguinte forma:

$$DIM_{Di} = \left(\frac{\sum_{j=0,5}^6 j_d}{6} \right) \times 100 \quad (4.3)$$

Em que:

DIM_{Di} – dimensão do ID relativa ao *design*, à navegabilidade e à acessibilidade do *website* do governo local *i*;

j_d – valor atribuído a cada item incluído em DIM_{Di}.

Seguindo a tendência da literatura sobre IFR, os itens incluídos nas três dimensões foram avaliados numa escala binária, dependendo se os *websites* satisfazem ou não determinado requisito. O objetivo é reduzir a subjetividade, tendo em vista a ausência de regras explícitas para ponderar cada item. Para pontuar estes itens, optámos por atribuir o peso idêntico de 6 pontos a cada uma das dimensões [de forma semelhante ao que encontramos nos estudos de Ingram (1984), Caba Pérez *et al.* (2008) e Caba Pérez *et al.* (2005)], mesmo que cada dimensão possua diferente número de itens (ver Tabela 8). Assim, o ID é obtido pela soma dos elementos incluídos em cada uma das três dimensões acabadas de descrever, de modo que a pontuação do ID_i varie de 0 a 100, em conformidade com a seguinte formulação:

$$ID_i = \left(\frac{\sum_{i=0,5}^6 j_c + \sum_{i=1}^6 j_q + \sum_{i=0,5}^6 j_d}{18} \right) \times 100 \quad (4.4)$$

Em que:

ID_i – índice de divulgação, composto das dimensões DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di} ;

j_c – valor atribuído a cada item incluído em DIM_{Ci} ;

j_q – valor atribuído a cada item incluído em DIM_{Qi} ;

j_d – valor atribuído a cada item incluído em DIM_{Di} .

Para recolha da informação com vista ao cálculo do ID, adotámos o procedimento descrito a seguir. Inicialmente, recorremos às ferramentas de pesquisa (motores de busca) do *Google* e do *Yahoo* para identificar os *websites* dos governos locais (ou, ainda, identificar os governos locais que não possuem *website*). Depois de identificados os *websites* dos governos locais que o possuem, acedemos ao seu *website* e procedemos à sua análise e recolha de informação, através da técnica de análise de conteúdo, que nos permitiu atribuir a pontuação identificada na Tabela 8 para cada item que constitui o ID.

Após recolhida a informação e atribuída a respetiva pontuação, efetuámos o cálculo do ID e das suas três dimensões, em conformidade com as fórmulas (4.1), (4.2), (4.3) e (4.4) já apresentadas. A Tabela 8 apresenta os 30 itens que constituem o ID e suas respetivas dimensões, que, conforme já referido, abrange aspetos ligados ao conteúdo e às características qualitativas da informação financeira e ao *design*, à navegabilidade e à acessibilidade do *website* governamental. Também estabelece a pontuação a ser atribuída para cada um desses itens.

Tabela 8 - Itens que constituem o Índice de Divulgação

Dimensão 1: Conteúdo da informação financeira (DIM_C)	6 pontos
1.1 Informação orçamental	
1.1.1 Orçamento aprovado para o ano corrente	0,5 ou 0
1.1.2 Desempenho orçamental (receita orçada <i>versus</i> receita arrecadada e despesa autorizada <i>versus</i> despesa realizada)	0,5 ou 0
1.1.3 Resultado orçamental	0,5 ou 0
1.1.4 Execução das despesas por funções/elementos	0,5 ou 0
1.1.5 Informação sobre as alterações orçamentais	0,5 ou 0
1.1.6 Detalhamento da receita tributária	0,5 ou 0
1.2 Informação contabilística	0,5 ou 0
1.2.1 Balanço patrimonial	0,5 ou 0
1.2.2 Demonstração das variações patrimoniais	0,5 ou 0
1.2.3 Informação detalhada sobre ativos fixos (imobilizado)	0,5 ou 0
1.2.4 Variação no endividamento público	0,5 ou 0
1.2.5 Notas explicativas	0,5 ou 0
1.2.6 Demonstração do fluxo de caixa	0,5 ou 0
Dimensão 2: Características qualitativas da informação financeira (DIM_Q)	6 pontos
2.1 Tempestividade (fornecer informação mais frequentemente do que numa base anual)	
2.1.1 Informação financeira fornecida em base quadrimestral, trimestral, bimestral ou mensal	1 ou 0
2.2 Compreensibilidade ou clareza (presença de gráficos ou rácios com comentários explicativos)	
2.2.1 Rácios, gráficos ou figuras são incluídos para apresentar a informação financeira	1 ou 0
2.2.2 Comentários sobre a informação financeira estão incluídos	1 ou 0
2.3 Comparabilidade (fornecer informação financeira para dois ou mais exercícios, para permitir relatórios comparativos)	
2.3.1 Fornecimento da informação financeira relativa a anos anteriores (dois anos no mínimo)	1 ou 0
2.4 Fiabilidade	
2.4.1 Fornecimento de informação auditada	1 ou 0
2.4.2 Informação auditada é claramente diferenciada da informação não auditada	1 ou 0
Dimensão 3: Design, navegabilidade e acessibilidade do website governamental (DIM_D)	6 pontos
3.1 Facilidade de acesso à informação	
3.1.1 Existência de uma secção específica do <i>website</i> para o fornecimento da informação financeira	0,5 ou 0
3.1.2 Existência de um mapa do <i>website</i> que mostre o conteúdo financeiro disponível	0,5 ou 0
3.1.3 Facilidade de acesso para pessoas com deficiência (ausência de erros, medidos através da ferramenta TAW, com base no guia WCAG 2.0 da W3C)	0,5 ou 0
3.2 Facilidade de movimento através das secções relativas à informação financeira	
3.2.1 Existência de um sistema de <i>hiperlinks</i> na página inicial do <i>website</i> para as secções relativas à informação financeira	0,5 ou 0
3.2.2 Existência de um motor de busca interno que remete à informação financeira através da busca pelos termos “prestação de contas” (<i>rendición de cuentas</i>), “demonstrações financeiras” (<i>estados contables</i>), “orçamento” (<i>presupuesto</i>) ou “contas públicas” (<i>cuentas públicas</i>)	0,5 ou 0
3.3 Facilidade de gestão de dados (fornecimento da informação financeira em vários formatos, permitindo que o utilizador possa editar, combinar ou resumir os dados para atender às suas necessidades)	
3.3.1 Fornecimento da informação financeira através da linguagem XBRL	0,5 ou 0
3.3.2 Fornecimento da informação financeira nos formatos de folhas de cálculo XLS ou ODS	0,5 ou 0
3.4 Facilidade de uso da informação financeira em um contexto internacional	
3.4.1 O conteúdo da informação financeira está disponível em diferentes idiomas	0,5 ou 0
3.5 Interatividade com o utilizador	
3.5.1 Um endereço de <i>e-mail</i> para o departamento responsável pela elaboração da informação financeira está disponível na secção do <i>website</i>	0,5 ou 0
3.5.2 Existe a possibilidade do utilizador ser notificado quando as atualizações no <i>website</i> forem realizadas	0,5 ou 0
3.5.3 Uma lista de endereços e telefones do governo local está disponível	0,5 ou 0
3.5.4 Existe <i>link</i> para o utilizador seguir o governo local nas redes sociais <i>Facebook</i> ou <i>Twitter</i>	0,5 ou 0
Índice de divulgação (ID)	18 pontos

De acordo com a metodologia proposta neste estudo, consideramos como variáveis dependentes não apenas a pontuação total do ID_i obtida por cada governo local, conforme demonstrado na Tabela 8, mas também a pontuação obtida em cada uma das três dimensões que compunham o referido índice (note-se que uma vez que o nível de obrigatoriedade de elaboração de informação financeira diverge, a pontuação só toma em consideração os itens que são aplicáveis a cada caso concreto). Assim, identificamos quatro variáveis dependentes:

1. ID_i , que representa o nível global da divulgação eletrónica da informação financeira, ou seja, a pontuação relativa a todos os itens incluídos no índice, para o governo local i ;
2. DIM_{Ci} , que representa o conteúdo da informação financeira disponível no *website*, para o governo local i ;
3. DIM_{Qi} , que representa as características qualitativas da informação divulgada, para o governo local i ;
4. DIM_{Di} , que representa os aspetos relacionados com o *design*, com a navegabilidade e com a acessibilidade do *website* governamental, para o governo local i .

4.4.2 Tamanho

A população do governo local tem sido utilizada em estudos como uma *proxy* para medir o seu tamanho, conforme pode ser observado em Laswad *et al.* (2005), Mendes (2012), Caba Pérez *et al.* (2008) e Serrano-Cinca *et al.* (2009). De forma semelhante a estes estudos, adotámos o número de habitantes no último censo como *proxy* para medir o tamanho do governo local.

4.4.3 Endividamento

Há grande divergência entre os estudos ligados à divulgação da informação financeira governamental no que se refere à utilização de *proxies* para representar o nível de endividamento. Laswad *et al.* (2005) consideraram o *rácio* entre as dívidas de longo prazo e o ativo total como *proxy* para o nível de endividamento, enquanto Gandía e Archidona

(2008) consideraram, para a mesma variável, a proporção das despesas financeiras relativamente à população do governo local. Já Giroux e McLelland (2003) utilizaram o *rácio* da dívida total face às receitas totais do governo local como *proxy* para o endividamento e Gore (2004) e Styles e Tennyson (2007) usaram o *rácio* da dívida total em relação à população do governo local. Face às várias *proxies* utilizadas, decidimos adotar como *proxy* para o endividamento do governo local o *rácio* entre as dívidas totais e o número de habitantes, tendo em vista que, dentre as *proxies* referidas, consideramos ser esta a mais abrangente, no sentido de considerar não somente as despesas financeiras, mas também as dívidas totais. Além disso, a *proxy* que decidimos adotar não leva em consideração as receitas totais, já que essas receitas, muitas vezes, incorporam também as transferências oriundas de outras entidades, o que poderia enviesar os resultados.

4.4.4 Riqueza

Ingram (1984), Christiaens (1999), Laswad *et al.* (2005) e Gandía e Archidona (2008) utilizaram as receitas próprias *per capita* como *proxy* para a riqueza do governo local. Não tendo encontrado na literatura *proxies* alternativas, adotamos a mesma *proxy* para a variável riqueza do governo local.

4.4.5 Competição política

Para a variável competição política, adotamos a medida proposta por Laakso e Taagepera (1979), a qual tem como objetivo mensurar a força relativa dos partidos políticos expressa em votos ou cadeiras parlamentares. Essa medida é bastante utilizada na literatura, por ser considerada uma boa *proxy* para competição política.

$$COMPPOL_i = \frac{1}{\sum S_i^2} \quad (4.5)$$

Em que:

COMPPOL_{*i*} – competição política do governo local *i*;

S_i – fração de votos obtidos pelo partido *i* em um determinado momento eleitoral.

Conforme explica Taagepera (2002), este rácio indica, em média, o número de partidos que concorrem à eleição. Segundo o autor, este indicador tem por objetivo estabelecer o nível de fragmentação das forças políticas competitivas.

4.4.6 Habilitações literárias dos gestores públicos locais

O nível de habilitações literárias dos gestores públicos locais foi medido através do ano de escolaridade, mais avançado, alcançado pelo último gestor do governo local. Utilizamos a escala adotada pelo IBGE (2009), que divide o nível de escolaridade do gestor público em sete estágios, designadamente: ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto, ensino superior completo e pós-graduação.

4.4.7 Visibilidade na Internet

Para mensuração da visibilidade do *website* governamental na Internet, adotamos a ferramenta *Pagerank*, disponível em <http://www.marketingdebusca.com.br/pagerank/>. Esta ferramenta, desenvolvida na Universidade de Stanford (Page *et al.*, 1999), calcula, numa escala de zero a dez, o posicionamento do *website* na Internet.

Page *et al.* (1999) esclarecem que, apesar da popularidade do *website* na Internet ser uma questão subjetiva que depende dos interesses dos utilizadores, seus conhecimentos e suas atitudes, o método *Pagerank* recorre a algoritmos específicos para realizar uma avaliação objetiva, a fim de medir efetivamente o interesse humano pelo *website*. Esta ferramenta possibilita, portanto, mensurar a visibilidade de um *website* na Internet a partir de uma perspectiva de motores de busca (Lee e Park, 2012).

4.4.8 Acesso à Internet nos domicílios

O nível de acesso à Internet nos governos locais foi medido através do número de domicílios em que existia algum microcomputador com acesso à Internet. Essa informação teve como base o último censo realizado no país.

4.4.9 Resumo das variáveis utilizadas no estudo

Na Tabela 9 é apresentado o resumo das quatro variáveis dependentes e das sete variáveis independentes utilizadas no presente estudo, destacando a sua escala, a predição do sinal de cada variável independente e a especificação funcional no modelo de regressão (*proxy* utilizada para mensurar cada variável). Além deste resumo, apresentamos a justificativa para o sinal esperado de cada uma das variáveis utilizadas na presente investigação.

O acesso à Internet a partir dos domicílios pode propiciar o aumento da procura por informação financeira, fazendo com que os gestores públicos se envolvam com a prática de IFR para suprir a procura de informação por parte dos *stakeholders*, de forma a legitimarem-se perante os cidadãos. Assim, esperamos que a variável $AINT_i$ apresente sinal positivo.

Tabela 9 - Predições, escalas e especificações funcionais das variáveis

Variáveis	Operacionalização	Predição	Escala
Dependentes			
Índice de divulgação (ID_i)	Extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet, varia de 0 a 100	-	0 a 100
Dimensão “conteúdo da informação financeira” (DIM_{CI})	Extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet, varia de 0 a 100	-	0 a 100
Dimensão “características qualitativas da informação financeira” (DIM_{QI})	Extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet, varia de 0 a 100	-	0 a 100
Dimensão “ <i>design</i> , navegabilidade e acessibilidade do <i>website</i> governamental” (DIM_{DI})	Extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet, varia de 0 a 100	-	0 a 100
Independentes			
Acesso à Internet nos governos locais ($AINT_i$)	Número de domicílios com existência de microcomputador com acesso à Internet no último censo	Positiva	0 a $+\infty$
Competição política ($COMPOL_i$)	Medida proposta por Laakso e Taagepera (1979)	Positiva	0 a $+\infty$
Endividamento ($ENDIV_i$)	Rácio entre as dívidas totais e a população do governo local	Positiva	0 a $+\infty$
Habilitações literárias dos gestores públicos locais ($HABLIT_i$)	Estágio educacional alcançado pelo último gestor do governo local, varia de 1 a 7	Positiva	1 a 7
Riqueza do governo local ($RIQGOV_i$)	Rácio entre as receitas próprias e a população do governo local	Positiva	0 a $+\infty$
Tamanho (TAM_i)	Número de habitantes no último censo populacional	Positiva	0 a $+\infty$
Visibilidade na Internet ($VISIB_i$)	Pontuação estabelecida ao <i>website</i> por meio do algoritmo <i>Pagerank</i> , varia de 1 a 10	Positiva	0 a 10

Sobre a competição política, dado que nossa expectativa é de que o político sujeito a uma forte competição tenda a envolver-se mais com a prática de IFR, como uma forma de

sinalizar a qualidade da sua gestão perante os *stakeholders*, esperamos que a variável $COMPPOL_i$ apresente sinal positivo.

Quanto ao endividamento do governo local, a expectativa é de que os governos locais mais endividados apresentem uma maior extensão da prática de divulgação, como consequência do escrutínio público exercido sobre a dívida. Assim, esperamos que a variável $ENDIV_i$ apresente sinal positivo.

Consideramos que as habilitações literárias do gestor público podem contribuir para aumentar a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet, uma vez que o político com maior nível de habilitações literárias pode estar mais propenso a utilizar as TIC na gestão pública (o que inclui a utilização da Internet para a divulgação da informação financeira). Dessa forma, esperamos que a variável $HABLIT_i$ apresente sinal positivo.

No que diz respeito à riqueza do governo local, esperamos que a mesma exerça influência sobre a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet e que quanto maior a riqueza do governo local, maior a extensão da prática de divulgação. Isto porque o *disclosure* pode ser utilizado pelo governo local mais rico como uma forma de sinalizar a qualidade superior da sua gestão e, contrariamente, uma situação de baixa riqueza do governo local pode inibir o uso da Internet como um meio para divulgação da informação financeira por parte do governo local. Assim, esperamos que a variável $RIQGOV_i$ apresente o sinal positivo.

Uma vez que esperamos que o tamanho do governo local exerça uma influência na extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet e que quanto maior o tamanho, maior a extensão da prática de divulgação, esperamos que a variável TAM_i apresente sinal positivo.

Quanto à visibilidade na Internet, esperamos que o nível de escrutínio público por parte dos interessados na informação divulgada pelos governos locais aumente com a utilização da Internet, fazendo com que o gestor público se envolva mais com a prática de IFR. Assim, esperamos que a variável $VISIB_i$ apresente sinal positivo.

4.5 Técnicas de análise dos dados

O presente trabalho de investigação é dividido em duas etapas: a primeira etapa diz respeito à análise comparativa transnacional da adoção da prática de IFR nos governos locais dos cinco países do MERCOSUL e ao estudo qualitativo relativo ao envolvimento dos gestores públicos locais com tal prática. Já a segunda etapa refere-se à análise da extensão da prática de IFR e dos seus fatores determinantes.

Para avaliar a taxa de adoção da prática de IFR pelos governos locais dos países do MERCOSUL, verificámos, através de motores de busca da Internet, a existência de *websites* dos governos locais incluídos na amostra. Ao constatar a existência deles, verificámos, através da técnica de análise de conteúdo, se tais governos locais os utilizavam para a prática de IFR.

Ao constatar a existência de governos locais que não possuíam *website*, ou possuindo, não adotavam a prática de IFR, e atendendo à divergência encontrada no enquadramento legal e normativo dos países do MERCOSUL, apresentado na secção 2.3.1, procedemos a um estudo qualitativo que envolveu um conjunto de entrevistas semiestruturadas com dirigentes de órgãos públicos responsáveis pela promoção da transparência dos governos locais destes países, com o objetivo de explorar as razões pelas quais esses governos não aderiram à utilização das TIC, nomeadamente da divulgação eletrónica da informação financeira, para a promoção da transparência da gestão pública.

Posteriormente, em decorrência da falta de dados referida na secção 5.1.1.1, analisámos a extensão da prática de IFR e os fatores determinantes dessa prática no ambiente dos governos locais do Brasil. Observamos a consistência interna de ID_i e das suas dimensões através do coeficiente alfa de *Cronbach* e realizamos uma análise descritiva dos dados recolhidos, relativos à extensão da prática de IFR nesses governos locais.

Para o tratamento estatístico dos dados relativamente ao estudo dos fatores determinantes da prática de IFR, foram utilizadas técnicas de análise univariada e multivariada. As técnicas de análise univariada utilizadas foram testes paramétricos de correlação de *Pearson*. Relativamente à análise multivariada, utilizámos a regressão linear

múltipla, que é um conjunto de técnicas estatísticas usadas para modelar relações entre variáveis e prever o valor de uma variável dependente a partir de um conjunto de variáveis independentes (Maroco, 2010). Foram utilizados alguns testes de robustez para avaliar a fiabilidade dos resultados da análise de regressão linear, como amostras alternativas, remoção de *outliers* e análises de regressão logística.

4.5.1 Modelos de regressão linear múltipla

Os modelos de regressão linear múltipla visam identificar os fatores que concorrem para explicar os níveis observados na divulgação da informação financeira através da Internet pelos governos locais, em conformidade com as hipóteses formuladas na secção 4.3.

Para testar as hipóteses estabelecidas, utilizaremos quatro modelos de regressão linear múltipla [(4.6), (4.7), (4.8) e (4.9)], tendo em vista que o presente estudo contém quatro variáveis dependentes (ID_i e suas respectivas dimensões DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di}).

O primeiro modelo proposto, em (4.6), envolve a variável dependente ID_i , em que procuramos identificar os fatores que influenciam a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet nos governos locais.

$$ID_i = \alpha + \beta_1 AINT_i + \beta_2 COMPPOL_i + \beta_3 ENDIV_i + \beta_4 HABLIT_i + \beta_5 RIQMUN_i + \beta_6 TAM_i + \beta_7 VISIB_i + \varepsilon \quad (4.6)$$

Em que:

- ID_i – índice de divulgação no governo local i – calculado conforme fórmula (4.4), página 125;
- α – constante;
- $AINT_i$ – acesso à Internet nos domicílios do governo local i – percentagem de domicílios no governo local i com computador e acesso à Internet;
- $COMPPOL_i$ – competição política do governo local i – calculada conforme fórmula (4.5), página 128;
- $ENDIV_i$ – endividamento do governo local i – rácio entre as dívidas totais e o número de habitantes do governo local i ;
- $HABLIT_i$ – habilitações literárias do gestor do governo local i – calculada conforme descrito na secção 4.4.6;
- $RIQGOV_i$ – riqueza do governo local i – rácio entre as receitas próprias e o número de habitantes do governo local i ;
- TAM_i – tamanho do governo local i – número de habitantes do governo local i ;
- $VISIB_i$ – visibilidade na Internet do governo local i – calculada conforme estabelecido na secção 4.4.7;
- ε – erro aleatório (residual).

O segundo modelo de regressão proposto, em (4.7), envolve apenas a variável dependente DIM_{Ci} . Neste caso, queremos analisar apenas o efeito das variáveis independentes no conteúdo orçamental e contabilístico que foi divulgado pelos governos locais.

$$DIM_{Ci} = \alpha + \beta_1 AINT_i + \beta_2 COMPPOL_i + \beta_3 ENDIV_i + \beta_4 HABLIT_i + \beta_5 RIQMUN_i + \beta_6 TAM_i + \beta_7 VISIB_i + \varepsilon \quad (4.7)$$

Em que:

- DIM_{Ci} – dimensão “conteúdo da informação financeira” do governo local i – calculada conforme fórmula (4.1), página 123;
- α – constante;
- $AINT_i$ – acesso à Internet nos domicílios do governo local i – percentagem de domicílios no governo local i com computador e acesso à Internet;
- $COMPPOL_i$ – competição política no governo local i – calculada conforme fórmula (4.5), página 128;
- $ENDIV_i$ – endividamento do governo local i – rácio entre as dívidas totais e o número de habitantes do governo local i ;
- $HABLIT_i$ – habilitações literárias do gestor do governo local i – calculada conforme descrito na secção 4.4.6;
- $RIQGOV_i$ – riqueza do governo local i – rácio entre as receitas próprias e o número de habitantes do governo local i ;
- TAM_i – tamanho do governo local i – número de habitantes do governo local i ;
- $VISIB_i$ – visibilidade na Internet do governo local i – calculada conforme estabelecido na secção 4.4.7;
- ε – erro aleatório (residual).

O terceiro modelo de regressão proposto, em (4.8), tem como variável dependente a dimensão DIM_{Qi} . O objetivo é analisar a influência das variáveis independentes no *score* obtido para essa dimensão.

$$DIM_{Qi} = \alpha + \beta_1 AINT_i + \beta_2 COMPPOL_i + \beta_3 ENDIV_i + \beta_4 HABLIT_i + \beta_5 RIQMUN_i + \beta_6 TAM_i + \beta_7 VISIB_i + \varepsilon \quad (4.8)$$

Em que:

- DIM_{Qi} – dimensão “características qualitativas da informação financeira” do governo local i – calculada conforme fórmula (4.2), página 124;
- α – constante;
- $AINT_i$ – acesso à Internet nos domicílios do governo local i – percentagem de domicílios no governo local com computador e acesso à Internet;
- $COMPPOL_i$ – competição política do governo local i – calculada conforme fórmula (4.5), página 128;
- $ENDIV_i$ – endividamento do governo local i – rácio entre as dívidas totais e o número de habitantes do governo local i ;
- $HABLIT_i$ – habilitações literárias do gestor do governo local i – calculada conforme descrito na secção 4.4.6;
- $RIQGOV_i$ – riqueza do governo local i – rácio entre as receitas próprias e o número de habitantes do governo local i ;
- TAM_i – tamanho do governo local i – número de habitantes do governo local i ;
- $VISIB_i$ – visibilidade na Internet do governo local i – calculada conforme estabelecido na secção 4.4.7;
- ε – erro aleatório (residual).

O quarto e último modelo de regressão proposto, em (4.9), avalia a influência das variáveis independentes nas características dos *websites* dos governos locais: o *design*; a navegabilidade e a acessibilidade. Neste modelo, a variável dependente é a variável DIM_{Di} .

$$DIM_{Di} = \alpha + \beta_1 AINT_i + \beta_2 COMPPOL_i + \beta_3 ENDIV_i + \beta_4 HABLIT_i + \beta_5 RIQMUN_i + \beta_6 TAM_i + \beta_7 VISIB_i + \varepsilon \quad (4.9)$$

Em que:

- DIM_{Di} – dimensão “*design*, navegabilidade e acessibilidade do *website* governamental” do governo local i – calculada conforme fórmula (4.3), página 124;
- α – constante;
- $AINT_i$ – acesso à Internet nos domicílios do governo local i – percentagem de domicílios no governo local com computador e acesso à Internet;
- $COMPPOL_i$ – competição política do governo local i – calculada conforme fórmula (4.5), página 128;
- $ENDIV_i$ – endividamento do governo local i – rácio entre as dívidas totais e o número de habitantes do governo local i ;
- $HABLIT_i$ – habilitações literárias do gestor do governo local i – calculada conforme descrito na secção 4.4.6;
- $RIQGOV_i$ – riqueza do governo local i – rácio entre as receitas próprias e o número de habitantes do governo local i ;
- TAM_i – tamanho do governo local i – número de habitantes do governo local i ;
- $VISIB_i$ – visibilidade na Internet do governo local i – calculada conforme estabelecido na secção 4.4.7;
- ε – erro aleatório (residual).

No capítulo seguinte, apresentamos o estudo empírico realizado com o objetivo de obntermos resposta à hipóteses de investigação anteriormente formuladas.

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

5

ESTUDO EMPÍRICO

Os objetivos deste estudo empírico são avaliar a taxa de adoção e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet pelos governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL, explorar as eventuais razões relacionadas com o envolvimento dos gestores públicos com a prática de IFR e analisar os fatores que determinam essa prática de divulgação nos governos locais, de forma a contribuir para o conhecimento da prática de IFR nos países do MERCOSUL. Os resultados são apresentados nas secções a seguir.

5.1 Prática de IFR nos governos locais dos países do MERCOSUL

Nesta secção analisamos os resultados relativos à adoção da prática de divulgação da informação financeira através dos *websites* dos governos locais que constituem a amostra dos países do MERCOSUL, com o objetivo de responder às questões de investigação 1, 2, 3 e 4 apresentadas na secção 3.1.

Conforme se pode ver a partir da análise da Tabela 10, de entre os 374 governos locais incluídos na amostra, somente 141 possuem *website*, que equivale a 37,70% da amostra. Dos 141 governos locais que possuem *website*, apenas 44 governos locais, que corresponde a 11,76% da amostra, divulgam informação financeira nos seus *websites*, o que revela o número limitado de governos locais que se envolvem com a prática de IFR. O Paraguai foi o país que, proporcionalmente, menos se envolveu com esta prática, com uma taxa de 2,99% e o Brasil foi o país com a maior taxa de adoção de IFR (34,04%).

A Tabela 10 permite notar que 25,94% dos governos locais incluídos na amostra possuem *website* mas não fazem uso dessa ferramenta para aumentar a transparência da gestão, através da divulgação eletrónica da informação financeira. A Argentina foi o país com a maior taxa de governos locais que, apesar de possuírem *website*, não divulgam qualquer tipo de informação financeira via Internet (33,70%). O Paraguai foi o país com a menor proporção de governos locais que possuem *website* e que não se envolvem com a prática de IFR (14,92%). Acreditamos que estes resultados se devem ao facto de, como vimos no enquadramento legal e normativo, não existir, em alguns destes países, uma lei que obrigue os governos locais a tal divulgação.

Tabela 10 - Adoção da prática de IFR nos governos locais dos países do MERCOSUL

	Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai		Venezuela		Total	
Não possuem <i>website</i> ³⁰	57	61,95%	34	36,17%	55	82,09%	34	73,91%	53	70,67%	233	62,30%
Possuem <i>website</i>	35	38,05%	60	63,83%	12	17,91%	12	26,09%	22	29,33%	141	37,70%
Não adotam IFR	31	33,70%	28	29,79%	10	14,92%	10	21,74%	18	24,00%	97	25,94%
Adotam IFR	4	4,35%	32	34,04%	2	2,99%	2	4,35%	4	5,33%	44	11,76%
Total	92	100,00%	94	100,00%	67	100,00%	46	100,00%	75	100,00%	374	100,00%

Um dado preocupante, observado neste estudo, é o de que a maioria dos governos locais do MERCOSUL incluídos na amostra (62,30%) não possui *website*. O Paraguai figurou como o país com maior taxa de governos locais que não possuem *website* (82,09%), enquanto o Brasil foi o país com a menor taxa de governos locais que não possuem *website* (36,17%).

Essa baixa taxa de adoção da prática de IFR como ferramenta de gestão nos governos locais dos países do MERCOSUL evidencia que tais governos locais têm negligenciado as potencialidades das TIC no incremento da transparência na gestão pública, facto que sugere a necessidade de realização de um estudo mais aprofundado a respeito das razões que concorrem para que isto ocorra.

Na próxima secção, com o objetivo de discutir as razões da reduzida taxa de adoção da prática de IFR nesses governos locais, apresentamos o resultado das entrevistas realizadas com dirigentes de órgãos públicos responsáveis pela promoção da transparência nos governos locais dos cinco países estudados.

³⁰ Além dos governos locais que não possuem *website*, foram incluídos neste grupo governos locais em que o *website* ainda estava em fase de construção ou que estavam inoperantes. Para estes, fizemos nova consulta após o período normal de recolha dos dados, a fim de nos certificarmos da inexistência ou inoperância desses *websites*.

5.1.1 Estudo qualitativo sobre a adoção da prática de IFR no MERCOSUL

A comparação transnacional apresentada anteriormente, relativa à adoção da prática de IFR nos governos locais dos países do MERCOSUL, indicia pouco envolvimento dos gestores públicos destes governos com aquela prática. Assim, para perceber eventuais razões que conduzam a esta situação, desenvolvemos um estudo qualitativo através da realização de entrevistas semiestruturadas com dirigentes de órgãos públicos responsáveis pela promoção da transparência dos governos locais destes países.

O objetivo principal deste estudo qualitativo é, portanto, identificar os principais fatores que contribuem para que muitos governos locais dos países do MERCOSUL negligenciem as potencialidades das tecnologias da informação e da comunicação, nomeadamente da Internet, para promoção da transparência na gestão pública. Analisámos com particular atenção algumas sugestões apresentadas pelos entrevistados, potencialmente facilitadoras do crescimento da taxa de adoção das práticas de IFR entre estes governos locais.

Utilizámos como forma de contacto, além da presencial, ligações telefónicas e videoconferências através do *Skype*³¹. A relação dos entrevistados, bem como a data, o horário e a forma de contacto são apresentados na Tabela 11.

Depois de transcritas, com recurso ao *software Express Scribe Transcription Playback Software*³², as entrevistas foram traduzidas para o português e posteriormente, tratadas através do *software WebQDA (Web Qualitative Data Analysis)*, que é uma aplicação informática capaz de auxiliar o utilizador a desenvolver uma análise qualitativa de dados não-numéricos e não-estruturados, apresentando os resultados através de matrizes numéricas, com discurso descritivo de carácter qualitativo, de forma a dar apoio às respetivas interpretações (Costa, Linhares e Neri de Souza, 2012).

³¹ *Skype* é uma aplicação informática que permite a realização de chamadas com áudio e vídeo, através do uso de computador e acesso à Internet.

³² Para reduzir a morosidade do processo de transcrição do áudio das entrevistas, utilizámos o *software Express Scribe Transcription Playback Software*, que é um *software* livre desenvolvido pela empresa NCH (<http://www.nch.com.au/scribe/index.html>), voltado para auxiliar a transcrição de entrevistas em formato de áudio digital (mp3). Este *software* permite, por exemplo, o controlo da velocidade de reprodução e a adaptação do teclado com teclas de atalho para as principais funções de reprodução de áudio, como por exemplo, *play*, *pause*, *stop*, *rewind* e *forward*.

Podemos verificar, a partir da Tabela 11, que foram realizadas oito entrevistas, sendo quatro delas efetuadas de forma presencial, duas através de ligações telefónicas e duas através do *Skype*. Em todos os casos, como já referido, foi feita a gravação digital do conteúdo da entrevista.

Tabela 11 - Relação dos entrevistados

País	Informação profissional do entrevistado ³³	Dia e hora da entrevista	Forma de contacto ³⁴
Argentina	Diretor geral de Seguimento de Organismos de Controlo e Acesso à Informação do Governo da Cidade Autónoma de Buenos Aires. Membro da Rede Federal de Acesso à Informação Pública, rede de entidades públicas que desenvolvem supervisão relativamente à transparência e ao acesso à informação no setor público argentino. Esta rede federal está ligada à Rede de Transparência e Acesso à Informação da América Latina (RTA).	Terça-feira, 09/12/2014, às 15:00h.	Presencial
Brasil	Coordenador pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, da Controladoria Geral da União (CGU). Coordenador do VIII Encontro Internacional da RTA, promovido pela CGU.	Quinta-feira, 27/11/2014, às 15:00h.	Telefónica
	Coordenador da Coordenação Geral de Cooperação Federativa e Controlo Social (CFECS), da CGU.	Quinta-feira, 20/11/2014, às 14:00h.	Telefónica
Paraguai	Diretor geral da Direção de Governos Departamentais e Municipais do Ministério do Interior.	Quarta-feira, 10/12/2014, às 12:00h.	Presencial
Uruguai	Membro do Conselho Executivo da Unidade de Acesso à Informação Pública (UAIP), entidade responsável pela promoção da transparência e do acesso à informação pública no Uruguai.	Segunda-feira, 08/12/2014, às 09:30h.	Presencial
	Diretor Executivo da Agência de Governo Eletrónico e Sociedade da Informação (AGESIC). Esta entidade é responsável por capacitar e difundir as TIC em matéria de governo eletrónico, apoiando e promovendo a transparência no setor público uruguaio.	Segunda-feira, 08/12/2014, às 11:30h.	Presencial
Venezuela	Coordenador de Informação, Promoção e Participação Cidadã da Fundação Infocentro, órgão ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia da Venezuela.	Quarta-feira, 31/12/2014, às 12:30h.	<i>Skype</i>
	Coordenador do Programa de Transparência na Alcaldia de El Hatillo e representante da Organização Não Governamental (ONG) Transparência Venezuela.	Terça-feira, 30/12/2014, às 14:00h.	<i>Skype</i>

O *software WebQDA* permitiu encontrar as dez palavras mais frequentemente utilizadas pelos entrevistados, dentre as quais retirámos as que tinham até quatro caracteres, de forma a excluir palavras como «o», «a», «do», «da», «dos», «para», «como», entre outras. Em seguida, excluámos da relação palavras que não possuem um significado expressivo para a presente análise: «então» (com 201 repetições), «muito» (com 155 repetições), «também»

³³ Com o fim de salvaguardar o anonimato inerente ao presente estudo científico de cunho qualitativo, omitimos os respetivos nomes das pessoas entrevistadas.

³⁴ A forma de contacto relacionada na Tabela 11 teve como base as ferramentas de comunicação utilizadas pelos entrevistados (e não pelo entrevistador). Apesar de termos utilizado a aplicação informática *Skype* para realizar as ligações telefónicas, pelo facto desse *software* permitir a gravação de áudio através de um *plug-in*, relacionamos os contactos como “telefónica” em decorrência dos entrevistados terem utilizado o telefone para estabelecer o contato e conceder a entrevista.

(com 151 repetições) e «através» (com 103 repetições). O resultado do levantamento, após as exclusões referidas pode ser visto na Tabela 12.

Tabela 12 - Palavras mais frequentes nas entrevistas

Palavra	Repetição	Carateres
Informação	325	10
Governos	164	8
Locais	161	6
Transparência	141	13
Divulgação	132	10
Municípios	123	10
Financeira	121	10
Recursos	102	8
Internet	91	8
Governo	82	7

Codificámos os dados de acordo com o objetivo deste estudo qualitativo, criando 8 temas distintos, apresentados na Tabela 13, relativos às questões estabelecidas na entrevista, aos quais se associaram as entrevistas realizadas nos cinco países do MERCOSUL.

Concluído o processo de organização e codificação das entrevistas, obtivemos as matrizes de fontes e de referências apresentadas na Tabela 13 e na Tabela 14, que evidenciam, respetivamente, a quantidade de fontes³⁵ de entrevistas e a quantidade de referências³⁶ feitas por cada um dos entrevistados relativamente aos temas abordados nas entrevistas. Tanto a matriz de fontes quanto a matriz de referências são classificadas em nós livres e nós em árvore, que são as duas classificações comumente utilizadas pelo *software WebQDA* para a interpretação de dados não-numéricos e não-estruturados (Costa *et al.*, 2012).

Através dos nós livres, classificamos o perfil do entrevistado, as ações que têm sido adotadas pelos governos locais para a promoção da transparência e questões relacionadas com a navegabilidade e a acessibilidade do *website* oficial. Já através dos nós em árvore, classificamos os fatores relacionados com a baixa taxa de adoção das práticas de IFR nos governos locais, a perceção dos gestores públicos sobre o potencial da Internet para a promoção da transparência, a opinião dos entrevistados sobre a criação de uma lei específica sobre IFR como contributo para a maximização da transparência e algumas

³⁵ O *software WebQDA* é dividido em três áreas principais: fontes, codificação e questionamentos. As fontes consistem nos dados ou documentos à disposição do investigador para serem analisados, neste caso, as entrevistas realizadas nos países do MERCOSUL.

³⁶ As referências são unidades de texto relativas às citações realizadas pelos entrevistados com relação aos temas codificados na entrevista, através do *software WebQDA*.

sugestões de medidas que poderão ser adotadas para aumentar a taxa de adoção das práticas de IFR nos governos locais.

Tabela 13 - Matriz de fontes das entrevistas

Classificação	Temas abordados	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
Nós livres	Perfil do entrevistado	1	2	1	2	2	8
	Ações que têm sido adotadas para promoção da transparência nos governos locais	1	2	1	2	1	7
	Navegabilidade e acessibilidade dos <i>websites</i> oficiais	1	2	0	1	1	5
Nós em árvore	Fatores relacionados com o facto de muitos governos locais não possuírem <i>websites</i> oficiais	6	6	1	5	8	26
	Fatores relacionados com a baixa taxa de adoção das práticas de IFR nos governos locais	7	10	6	9	12	44
	Percepção dos gestores sobre os benefícios da Internet para a promoção da transparência nos governos locais	1	2	1	2	2	8
	Legislação específica sobre IFR	1	2	1	2	2	8
	Sugestões de medidas a serem adotadas para aumentar a taxa de adoção das práticas de IFR	3	4	2	3	4	16
Total de fontes por país		21	30	13	26	32	122

Analisando, detalhadamente, a Tabela 13 e a Tabela 14, podemos verificar que o tema mais referido pelos entrevistados é relativo aos fatores relacionados com a baixa taxa de adoção das práticas de IFR nos governos locais. Podemos verificar que estes números apresentam um total de 44 fontes, segundo tema da classificação “nós em árvore” na Tabela 13 e de 119 referências, segundo tema da classificação “nós em árvores” na Tabela 14.

Tabela 14 - Matriz de referências das entrevistas

Classificação	Temas abordados	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
Nós livres	Perfil do entrevistado	2	3	1	2	3	11
	Ações que têm sido adotadas para promoção da transparência nos governos locais	1	6	1	8	3	19
	Navegabilidade e acessibilidade dos <i>websites</i> oficiais	1	4	0	1	3	9
Nós em árvore	Fatores relacionados com o facto de muitos governos locais não possuírem <i>websites</i> oficiais	7	13	3	6	15	44
	Fatores relacionados com a baixa taxa de adoção das práticas de IFR nos governos locais	20	24	15	23	37	119
	Percepção dos gestores sobre os benefícios da Internet para a promoção da transparência nos governos locais	1	3	1	2	3	10
	Legislação específica sobre IFR	1	2	3	4	2	12
	Sugestões de medidas a serem adotadas para aumentar a taxa de adoção das práticas de IFR	7	4	3	5	4	23
Total de referências por país		40	59	27	51	70	247

Na seção seguinte discutimos os resultados relativos à análise de conteúdo das entrevistas, realizado com suporte ao *software WebQDA*.

5.1.1.1 Discussão dos resultados do estudo qualitativo

De acordo com a Tabela 12, a palavra mais frequentemente utilizada por todos os entrevistados foi «informação» com uma repetição de 325 vezes. Entre as dez palavras mais frequentemente utilizadas, além da já referida, ressaltamos as palavras «divulgação», com 132 repetições, «financeira», com 121 repetições e «Internet», com 91 repetições. Este resultado reforça o tema principal da entrevista: a divulgação da informação financeira através da Internet.

A informação financeira, como já referido, é fundamental para a tomada de decisão e para o exercício do controlo da sociedade em relação às ações do governo. A falta de informação acarreta, segundo a teoria da agência, a assimetria informacional e, conseqüentemente, gera lacunas que têm o potencial de diminuir a transparência da gestão (Banker e Patton, 1987). Talvez por isso, a palavra «transparência» figurou em 4º lugar na lista das 10 palavras mais frequentes na Tabela 12. Esta situação permite evidenciar a preocupação com a transparência na gestão dos governos locais, que pode ser ampliada com a divulgação da informação financeira (McIvor *et al.*, 2002).

A segunda palavra mais frequentemente utilizada é a palavra «governos», com 164 repetições, aparecendo a palavra «governo» em 10º lugar, com 82 repetições. Considerando a similitude destas duas palavras entendemos agregar a frequência com que são utilizadas, o que corresponde a 246 repetições, continuando a ser a segunda palavra mais repetida nas entrevistas feitas.

De entre as questões abordadas nas entrevistas, a nossa primeira preocupação consistiu em certificarmo-nos de que o entrevistado possuía o perfil desejado para a presente investigação. Tal perfil é o de o entrevistado ter responsabilidades profissionais em órgãos públicos responsáveis pela promoção da transparência dos governos locais dos países estudados. Conforme pode ser visto na Tabela 11, as pessoas entrevistadas têm em comum o facto de estarem vinculadas a órgãos públicos que atuam de alguma maneira com questões relacionadas com a transparência dos governos locais.

Como podemos notar na Tabela 15, algumas afirmações feitas pelos entrevistados evidenciam o seu perfil profissional como atores com responsabilidades acrescidas junto aos governos locais.

Tabela 15 - Exemplos de referências relacionadas com o perfil do entrevistado

País do entrevistado	Afirmações
Brasil	(...) E a outra coordenação, que é onde eu trabalho, é a Coordenação de Cooperação Federativa e Controle Social, então, no âmbito da cooperação federativa é que nós prestamos auxílio e capacitamos os municípios da federação, em relação às questões da transparência e do acesso à informação (...)
Paraguai	(...) Eu trabalho há alguns anos no Ministério do Interior. O Ministério do Interior atua como organismo de indexação entre os governos locais (...) então o Ministério do Interior funciona como uma conexão entre os governos locais, os municípios, e o Estado (...)

Quando questionados sobre a razão pela qual muitos governos locais não possuem um *website*, os entrevistados referiram a existência de diversos os fatores que podem contribuir para esse facto. Entre esses fatores foram destacandos dois: a falta de vontade política dos gestores públicos e a carência de recursos humanos nos governos locais. Conforme pode ser visto Tabela 16 ambos os fatores obtiveram 11 referências..

Podemos notar que diversos fatores concorrem no que se refere à baixa taxa de disponibilização de um *website* oficial pelos governos locais dos países do MERCOSUL. Além dos já referidos, a falta de recursos financeiros também é uma realidade que aflige os governos locais dos países do MERCOSUL, que, na sua grande maioria, são de pequena dimensão.

Tabela 16 - Matriz de referências dos fatores relacionados com o fato de muitos governos locais não possuírem *websites* oficiais

Classificação	Fatores relacionados com o fato de muitos governos locais não possuírem <i>websites</i> oficiais	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
Nós em árvore	Falta de cumprimento legal	0	0	0	1	0	1
	Falta de vontade política	1	5	3	0	2	11
	Corrupção	0	0	0	0	1	1
	Falta de recursos	0	0	0	0	0	0
	<i>Falta de recursos financeiros</i>	2	2	0	0	3	7
	<i>Falta de recursos tecnológicos</i>	1	2	0	1	0	4
	<i>Falta de recursos humanos</i>	1	4	0	2	4	11
	Falta de exigência por parte dos cidadãos	1	0	0	1	3	5
	Questões relacionadas à cultura organizacional	1	0	0	1	1	3
Falta de exigência legal	0	0	0	0	1	1	
Total de referências por país		7	13	3	6	15	44

Segundo os entrevistados, em linhas gerais, os governos locais dos países do MERCOSUL sofrem com a escassez de recursos financeiros, muitas vezes tendo o gestor público que priorizar outras áreas consideradas mais urgentes, como a saúde ou a educação. Alguns exemplos de referências a esse respeito são apresentados na Tabela 17.

Tabela 17 - Exemplos de referências relacionadas com o fato de muitos governos locais não possuírem *websites* oficiais

Fatores	Afirmações	País
Falta de vontade política	(...) Portanto eu creio que é uma questão de recursos, muitas vezes, e muitas outras vezes porque esse tema não é uma prioridade, sobretudo para os municípios (...)	Argentina
	(...) Olha, a impressão que eu tenho é que pode, em alguns casos, é falta de recursos e em outros casos é falta de comprometimento do poder local, questões políticas, questões de detenção da informação, medo da oposição, questões relacionadas a esse tipo, o paternalismo (...)	Brasil
	(...) Eu creio que seja mais por falta de interesse e de dedicação própria. Isso tem a ver como a municipalidade trabalha e é uma decisão do intendente. Eu vejo mais como uma falta de interesse pessoal do intendente (...)	Paraguai
Falta de recursos humanos	(...) Recursos humanos é um problema, eu acho que as pessoas desconhecem algumas práticas (...)	Brasil
	(...) Não tem tamanho substantivo para alcançar as boas práticas. Nós temos aí, de repente, uma falta de conhecimento da gestão da inovação. Nossa questão de inovação, nossa questão de carreira. Não vais encontrar uma massa crítica que os motivem nesse sentido (...)	Uruguai
Falta de recursos financeiros	(...) Então é um pouco complicado, se não se tem pessoal quase em nenhuma alcaldía, ninguém tem um programador (...)	Venezuela
	(...) Os governos locais são os municípios, aí é também uma questão de custos. Os municípios, alguns municípios aqui são muito pequenos e eles não têm recursos, não têm recursos (...)	Argentina
	(...) Bem, primeiro pelos custos. Muitas vezes é muito custoso aos municípios o desenvolvimento de uma página web, digamos porque, em geral, o orçamento das alcaldías não são tão altos (...)	Venezuela

No que se refere aos fatores relacionados com a baixa taxa de adoção das práticas de IFR nos governos locais do MERCOSUL, obtivemos a matriz de referências exposta na Tabela 18. Devemos realçar que, neste caso, perguntamos aos entrevistados por que razão muitos governos locais, apesar de possuírem um *website* oficial, optam por não o utilizarem para divulgar a sua informação financeira através. A resposta mais frequente relaciona-se, mais uma vez, com a falta de vontade política, com 30 referências. De acordo com a percepção dos entrevistados, muitos gestores não têm vontade de gerir de forma transparente, muitas vezes por medo do escrutínio público ou da concorrência política.

A resposta que obteve a segunda maior quantidade de referências foi a carência de recursos humanos. Segundo os entrevistados, muitas vezes o governo local não dispõe de pessoal habilitado para atualizar o *website* oficial, tendo que recorrer a terciarização dos

serviços *web* para elaboração de um *website* em formato simples, acabando por não divulgar informação financeira.

Tabela 18 - Matriz de referências dos fatores relacionados com a baixa taxa de adoção de IFR nos governos locais

Fatores relacionados com a baixa taxa de adoção das práticas de IFR nos governos locais		Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
Nós em árvore	Falta de cumprimento legal	0	2	0	2	1	5
	Falta de vontade política	5	8	2	1	14	30
	Corrupção	4	3	4	0	1	12
	Falta de recursos	0	0	0	0	0	0
	<i>Falta de recursos financeiros</i>	3	2	2	3	2	12
	<i>Falta de recursos tecnológicos</i>	2	1	2	0	1	6
	<i>Falta de recursos humanos</i>	2	6	3	9	6	26
	Falta de exigência por parte dos cidadãos	2	2	0	6	5	15
	Questões relacionadas à cultura organizacional	0	0	0	2	6	8
Falta de exigência legal	2	0	2	0	1	5	
Total de referências por país		20	24	15	23	37	119

Outro fator bastante referenciado pelos entrevistados foi a falta de exigência por parte dos cidadãos. Muitas vezes o cidadão não exige que o gestor do governo local divulgue informação financeira e este, por falta de incentivo, acaba por optar por não divulgar essa informação através do *website* oficial. Alguns exemplos de referências relacionadas com a baixa taxa de adoção das práticas de IFR são apresentados na Tabela 19.

Tabela 19 - Exemplos de referências relacionadas com a baixa taxa de adoção das práticas de IFR nos governos locais

Fatores	Afirmações	País
Falta de vontade política	(...) Eu creio, em geral, que tudo que está relacionado com a transparência e com o acesso à informação, se não for obrigatório não se faz. Aqui na Argentina não é obrigatório publicar através da Internet. Salvo as exceções políticas, de ter uma política de transparência e de acesso à informação, tendo como base a ideia de que o que não é obrigatório, não é aceito, não se vai fazer (...)	Argentina
	(...) São pelos mesmos motivos, por falta de interesse. Eles não têm a vontade ou o interesse que as pessoas saibam como eles estão trabalhando ou em que estão aplicando os recursos. Então, se eles não querem que as pessoas saibam, eles não divulgam (...)	Paraguai
Falta de recursos humanos	(...) então a gente vê que nem sempre as pessoas que compõe as secretarias, e as secretarias de transparência por exemplo, são pessoas bem preparadas. Muitas vezes são pessoas bem intencionadas, mas nem sempre são bem preparadas (...)	Brasil
	(...) Eu creio que o que mais falta são recursos humanos. Quando eu visito alguns governos locais vejo salas de informática com equipamentos de última geração e um responsável que não sabe nem manejar. Em grande medida isso é uma nova cultura, tem a ver com os imigrantes ou nativos digitais, ou seja, lhes faltam técnicas para o manejo das tecnologias da informação (...)	Venezuela
Falta de exigência por parte dos cidadãos	(...) O cidadão não vai eleger alguém porque esse alguém publicou a sua informação financeira, isso não trás voto. Eles elegem por outras questões. Então eu creio que tem a ver também com a questão cultural dos cidadãos (...)	Argentina
	(...) E também porque não existe ali uma inquietude do cidadão de perguntar e saber quanto dinheiro há e quanto se gasta e em que se gasta (...)	Uruguai

Além das respostas já referidas, outras respostas envolvem outras razões como a corrupção, questões relacionadas com a cultura organizacional, falta de cumprimento legal (no caso dos países que dispõe de lei que exige a divulgação eletrônica da informação financeira) ou de exigência legal (no caso dos países que não dispõe dessa lei), entre outros.

Quando questionados sobre quais as medidas que podem ser adotadas para aumentar a adoção das práticas de IFR entre os governos locais dos países do MERCOSUL, os entrevistados responderam que a capacitação é o fator mais importante para atingir este objetivo. De acordo com os resultados das entrevistas, torna-se necessário capacitar os servidores públicos envolvidos com a produção e a divulgação da informação financeira e com as questões da transparência da gestão, para que possam aumentar a taxa de adoção das práticas de IFR. Esse resultado é coerente com a resposta dada anteriormente, no que diz respeito à carência de recursos humanos como um dos principais fatores que acarretam a baixa taxa de adoção das práticas de IFR entre os governos locais dos países do MERCOSUL. A Tabela 20 apresenta as referências mais citadas pelos entrevistados relativamente a este quesito.

Tabela 20 - Matriz de referências das medidas que podem ser adotadas para maximizar a taxa de adoção de IFR nos governos locais

Classificação	Sugestões de medidas a serem adotadas para aumentar a taxa de adoção das práticas de IFR nos governos locais	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
Nós em árvore	Criação de uma lei específica	4	0	1	0	1	6
	Política de incentivo ao cidadão	2	0	0	1	1	4
	Capacitação	0	2	2	2	1	7
	Punição pelo descumprimento da lei	0	1	0	0	0	1
	Premiação aos governos locais mais transparentes	1	1	0	2	1	5
Total de referências por país		7	4	3	5	4	23

É possível notar, através da Tabela 20, que a criação de uma lei específica que obrigue os governos locais a divulgar informação financeira através da Internet poderia aumentar a taxa de adoção dessa prática ao nível dos governos locais. Essa percepção dos entrevistados está alinhada com o facto da maioria dos países não dispor de uma lei específica que determine que os governos locais devem divulgar informação financeira através do seu *website* oficial. A Tabela 20 mostra que tanto os entrevistados do Brasil como do Uruguai

não apresentaram essa sugestão, já que estes países, como já referido, dispõem de legislação relacionada ao tema da divulgação eletrônica da informação financeira. A Tabela 21 apresenta alguns exemplos de referências sobre o tema.

Alguns dos entrevistados referiram como uma boa prática existente no Uruguai, relacionada com a atribuição de prêmios aos governos locais mais transparentes. Segundo os entrevistados, como algumas agências governamentais não têm poder punitivo em relação aos governos locais, optaram por percorrer uma via inversa: premiar os governos locais que adotaram as melhores práticas de transparência, designadamente, a divulgação da informação financeira através da Internet.

Tabela 21 - Exemplos de referências sobre as medidas que podem ser tomadas para aumentar a taxa de adoção das práticas de IFR entre os governos locais

Sugestões	Afirmações	País
Capacitação	(...) De outro, sem dúvida, as ações educativas, de conscientização e de capacitação, porque muitas vezes é desconhecimento, não é? (...)	Brasil
	(...) Um apoio quanto a capacitação e conhecimento de como deve realmente ser feito isso (...)	Paraguai
Criação de uma lei específica	(...) Em primeiro lugar, fazê-los obrigatórios, em primeiro lugar é fazer uma política nacional que convide, que promova que os governos locais a adotem (...)	Argentina
	(...) É eu creio também que, com interesse, uma regulamentação por parte da Câmara dos Deputados seria a maneira mais rápida de conseguir um bom resultado com relação à divulgação da informação através da Internet (...)	Paraguai
Premiação aos governos locais mais transparentes	(...) Temos que promover também projeto do prêmio da transparência que é uma forma de incentivar pelas mudanças positivas, premiando justamente as coisas bem, é um primeiro trabalho. Então capacitação e incentivo e promoção (...)	Uruguai
	(...) Porque se não se premia a transparência, se não o exigem não existe e se quando se exige, não se premia, isso é muito complicado que os políticos tenham um incentivo para fazê-lo (...)	Venezuela
Política de incentivo ao cidadão	(...) É necessária uma capacitação democrática dos valores das instituições, já que o cidadão não tem como julgar se o município está indo bem ou mal (...)	Argentina
	(...) E não assume a mesma atitude quando vai pedir um favor que quando vai fazer um direito. Então há que trabalhar os dois lados da moeda, com capacitação especificamente, e com promoção de função de direito de forma mais geral (...)	Uruguai

No Uruguai, o município de Maldonado foi recentemente premiado por adotar as melhores práticas de transparência. Com isso, procurou-se estimular e distinguir um determinado governo local, para que as suas boas práticas sirvam de exemplo e possam ser adotadas por outros governos locais.

Os entrevistados forma igualmente questionados quanto ao potencial da criação de uma lei específica para contribuir para o aumento da adoção das práticas de IFR. Pudemos perceber que a maioria dos entrevistados entende que uma lei específica poderia contribuir

para aumentar a taxa de adoção das práticas de IFR entre os governos locais. A Tabela 22 apresenta as referências mais citadas pelos entrevistados neste quesito.

Tabela 22 - Matriz de referências sobre a contribuição da criação de uma lei específica sobre IFR, para o aumento da prática de divulgação via Internet

Classificação	Legislação específica sobre IFR nos governos locais	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
		Nós em árvore	Uma lei específica contribuiria para maximizar a taxa de adoção das práticas de IFR entre os governos locais	1	0	3	4
	Uma lei específica não contribuiria para maximizar a taxa de adoção das práticas de IFR entre os governos locais	0	2	0	0	2	4
Total de referências por país		1	2	3	4	2	12

Observa-se que a maioria dos entrevistados entende que uma lei específica que determinasse, detalhadamente, como os governos locais devem divulgar a sua informação financeira através dos seus *websites* oficiais contribuiria para maximizar a taxa de adoção das práticas de IFR. Isto acontece, possivelmente, pelo facto da maioria dos países do MERCOSUL não dispor de uma legislação sobre o tema. Os entrevistados que responderam negativamente à pergunta, explicaram que o problema dos países que dispõem de uma legislação sobre o tema reside no cumprimento da lei. A lei existe, mas não é cumprida. Isso fica evidente a partir das seguintes afirmações: “(...) *Sinceramente, eu não sei se resolveria, porque hoje nós temos uma legislação que obriga as publicações, mesmo assim diversos municípios estão descumprindo (...)*” e “(...) *Não, eu não acredito. Eu não sou um adepto assim de nós creditarmos tudo a um diploma legal. Eu acho que vai muito além. Se fosse um problema de lei ou de decreto, a transparência já seria uma realidade. Acho que passa mais por uma questão cultural e isso demanda educação, demanda uma mudança de mentalidade que é de médio para longo prazo. Até mesmo porque as leis que já existem, a própria Lei de Acesso à Informação, já incentiva os dados abertos, a acessibilidade, então isso já existe no plano normativo. Então seria só uma questão de você viabilizar a implementação do que já está previsto na legislação (...)*”.

Portanto, percebemos uma pré-disposição dos entrevistados dos países³⁷ que não dispõem de legislação específica sobre o tema em atribuir a essa lacuna legal o problema da baixa taxa de adoção das práticas de IFR. No entanto, nos países que dispõem de legislação sobre o tema, mas, ainda assim, há baixa taxa de adoção das práticas de IFR, os entrevistados já se mostram bastante resistentes, obviamente, à atribuição da responsabilidade à legislação. Segundo esses entrevistados, devem ser trabalhadas outras questões já referidas, como a capacitação, o incentivo e a promoção, tanto por parte dos servidores públicos envolvidos, quanto por parte dos cidadãos ao exigirem dos governos uma postura mais transparente.

No que tange à percepção dos gestores públicos sobre o potencial da Internet para aumentar a transparência da gestão pública, a maioria entende que os gestores públicos percebem as potencialidades da Internet para promoção da transparência, mas não a utilizam devido a outros fatores, ver Tabela 16. Isto fica claro analisando a Tabela 23, que revela a quantidade de referências citadas pelos entrevistados relativamente a este tema.

As afirmações mais referidas evidenciam que, de facto, a maioria dos gestores públicos tem a percepção das potencialidades da Internet. Vejamos: “(...) *Eu creio que sim. Eu acho que, enfim, já temos aí, vamos supor, desde 1995, 1994, que a Internet se popularizou no Brasil, eu creio que existe sim essa percepção da importância das novas tecnologias para melhoria da gestão (...)*” ou ainda “(...) *Normalmente eles são bons na Internet para as campanhas políticas, porém para a gestão, não! São bons para tirar uma foto e colocar no sítio web da alcaldía, mostrando uma obra que estão terminando. Porém, para o tema da gestão, para mostrar os indicadores, a parte técnica, técnica, não vejo (...)*”.

Tabela 23 - Matriz de referências em relação à percepção dos gestores públicos sobre a potencialidade da Internet para a promoção da transparência na gestão pública

Legislação específica sobre IFR nos governos locais		Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
Nós em	Há percepção dos gestores	1	3	1	1	2	8
árvore	Não há percepção dos gestores	0	0	0	1	1	2
Total de referências por país		1	3	1	2	3	10

³⁷ Conforme já demonstrado na Tabela 5, somente o Brasil e o Uruguai, quando da realização das entrevistas, possuíam legislação específica em vigor determinando a obrigatoriedade de divulgação eletrônica da informação financeira por parte dos governos locais.

Além do referido anteriormente, os entrevistados também fizeram algumas referências à navegabilidade e à acessibilidade dos *websites* oficiais, com as que destacamos a seguir: “(...) portanto seria interessante se publicar também em Excel para pelo menos facilitar o uso dessa informação pelo cidadão (...)” e “(...) Sim, e a gente precisa considerar uma coisa: não podemos enxergar apenas a divulgação, mas se a gente pegar se esses dados estão completos, se esses dados estão adequados, se os dados estão em formato aberto, se os dados estão atualizados, se os dados são interessantes para o controle social, então se você for passar por um crivo desses, aí que a gente vê que a publicação de fato para fins de controle social é bem menor (...)”.

Também foi possível recolher referências dos entrevistados a algumas medidas que já estão a ser tomadas para a promoção da transparência na gestão pública dos governos locais, dentre as quais destacamos: “(...) Então, fundamentalmente, o Brasil Transparente é para auxiliar os municípios nas políticas de adequação de cumprimento da Lei de Acesso à Informação, por que a transparência, muito embora, isso é interessante ressaltar, que a própria lei também estabelece algumas obrigações que dizem respeito à transparência ativa (...)” e “(...) É nesse sentido que esta Unidade fez agora um instrutivo de transparência ativa geral, um dos desenvolvimentos mais importantes da informação financeira e orçamental, para poder ir aclarando conceitos e ir chegando aos distintos lugares, isso acompanhado de principalmente no ano de 2014 de orientações de transparência ativa. Esse ano dividimos o país em 6 regiões e durante todo o ano fizemos orientações de transparência ativa nas distintas regiões. Cada região é formada por 3 departamentos, logicamente, em que se convidaram as autoridades departamentais e as autoridades municipais e se brindou de orientações práticas de transparência ativa (...)”.

Pelo exposto, parece consensual entre os entrevistados que, apesar da baixa taxa de adoção das práticas de IFR entre os governos locais dos países do MERCOSUL, há ações que têm vindo a ser adotadas no sentido de aumentar essa taxa, o que demonstra uma preocupação latente nos organismos públicos centrais em relação ao tema da transparência na gestão pública dos governos locais.

De acordo com a Teoria da Difusão da Inovação, um processo inovador atravessa um período de lentidão na sua adoção, com crescimento gradual, até que os líderes políticos se dêem conta das suas vantagens relativas e passem a adotá-la de forma mais ampla (Rogers,

1995). Talvez a prática de IFR, considerada uma inovação, ainda esteja nesse período de lentidão nos governos locais dos países do MERCOSUL, já que um dos principais fatores apontados pelos entrevistados foi a falta de vontade política do gestor em se envolver com tal prática.

A técnica de amostragem aleatória estratificada é um método capaz de permitir que sejam feitas inferências válidas sobre a população a partir do conhecimento da amostra (Cooper e Schindler, 2011). Assim, é possível responder à questão de investigação 1 – “os governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL possuem *website*?” dado que, face aos resultados obtidos e que acabámos de descrever, podemos inferir que a maioria dos governos locais do MERCOSUL não possui *website*.

Também é possível responder à questão de investigação 2 – “havendo governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL que não possuem *website*, quais as razões para que tal aconteça?”, porque, conforme resultados obtidos no estudo qualitativo, a falta de vontade política e a carência de recursos humanos e financeiros são as principais razões para que os governos locais dos países do MERCOSUL não utilizem a plataforma da Internet como uma ferramenta de gestão.

Quanto à questão de investigação 3 – “os governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL que possuem *website* utilizam-no para a prática de IFR?”, tal como constatámos, a adoção da prática de IFR entre os países do MERCOSUL ainda é incipiente e bastante discrepante. O Brasil foi o país em que mais governos locais utilizam seus respetivos *websites* para a divulgação da informação financeira (32 governos locais brasileiros divulgam informação financeira nos seus *websites*, o que corresponde a cerca de 34% da amostra no Brasil), enquanto o Paraguai foi o país com a menor quantidade de governos locais a divulgarem informação financeira através dos seus *websites* (apenas dois governos locais, o que corresponde a cerca de 3% da amostra no Paraguai). No MERCOSUL, a média de governos locais incluídos na amostra que divulgam informação financeira através da Internet foi muito baixa, representando cerca de 11%.

No que respeita à questão de investigação 4 – “não havendo utilização dos *websites* dos governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL para a prática de IFR, quais as razões para que tal aconteça?”, dado que, face aos resultados

obtidos no estudo qualitativo, somados ao enquadramento legal e normativo realizado, diversos fatores concorrem para que os gestores públicos dos governos locais dos países do MERCOSUL não se envolvam com a prática de IFR, entre os quais se destacam a falta de vontade política, a carência de recursos humanos e a falta de exigência por parte dos cidadãos. Além desses, a corrupção, a cultura organizacional e a falta de cumprimento legal (ou de exigência legal, no caso dos países que não dispõem de legislação sobre o tema) também contribuem para a reduzida taxa de adoção da prática de IFR nesses países.

Face aos resultados obtidos na análise da taxa de adoção da prática de IFR nos governos locais dos países do MERCOSUL, que revela uma adoção quase nula nesses países, com exceção do Brasil, torna-se inviável analisar a extensão dessa prática em todos esses países. Note-se que, na Argentina, dos 92 governos locais analisados, apenas 4 (que representam 4,35%) praticam IFR, enquanto no Paraguai, dos 67 governos locais incluídos na amostra, apenas 2 (que representam 2,99%) se envolvem com a prática de IFR. No Uruguai a situação não é diferente, já que, dos 46 governos locais estudados, apenas 2 (que representam 4,35%) praticam o IFR, enquanto na Venezuela, dos 75 governos locais incluídos na amostra, somente 4 (que representam 5,33%) praticam o IFR. Dessa forma, apenas é possível estudar os determinantes do IFR no âmbito dos governos locais do Brasil, em que, dos 94 governos locais brasileiros, 32 (que representam 34,04%) adotam a prática de IFR.

Além disso, constatamos através do enquadramento legal e normativo que a informação financeira de cunho obrigatório não é comum a todos os países, o que dificulta a criação de um ID que reflita a prática de IFR dos governos locais dos vários países que integram esse bloco económico. Esse enquadramento revela, ainda, que a divulgação da informação financeira através da Internet não é obrigatória em todos os países do MERCOSUL (somente o Brasil e o Uruguai dispõem de lei que exige a divulgação eletrónica da informação financeira por parte dos governos locais), facto que impossibilita a análise da extensão da prática de IFR nesse ambiente. Como consequência, a análise da extensão da prática de IFR, apresentada na próxima secção, bem como dos fatores determinantes dessa prática, apresentada na secção 5.3, restringem-se aos governos locais do Brasil.

5.2 Extensão da prática de IFR nos governos locais do Brasil

Para analisar a extensão da prática de IFR nos governos locais do Brasil, recorreremos à técnica de análise de conteúdo dos *websites* dos governos locais brasileiros incluídos na amostra, com o objetivo de calcularmos o ID_i de acordo com a fórmula (4.4), página 125. Este ID_i , conforme já referido, é composto por 30 itens agrupados em três dimensões (DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di}). Para verificar a consistência interna do ID_i e das suas dimensões, realizamos uma análise de confiabilidade com base no coeficiente alfa de *Cronbach*, que é uma medida comumente utilizada para avaliar a consistência interna de questionários (Bland e Altman, 1997). Esta medida tem sido utilizada com frequência em estudos ligados à divulgação da informação financeira através da Internet (Al-Htaybat *et al.*, 2011; Aly, 2008; Gandía, 2011; Kelton, 2008; Moradi, Salehi e Arianpoor, 2011), baseando-se no princípio de que cada parte de uma escala deve ser consistente com as demais.

Dado que todos os itens de um questionário utilizam a mesma escala de medição, o coeficiente alfa de *Cronbach* é calculado a partir da variância dos itens individuais e das covariâncias entre os itens, através da equação apresentada na fórmula (5.1):

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k S_i^2}{S_t^2} \right) \quad (5.1)$$

Em que:

k — número de itens do ID;

S_i^2 — variância do item i do ID;

S_t^2 — variância total do ID.

Este indicador varia entre zero e um, sendo que o valor acima de 0,7 pode ser considerado um bom resultado (Field, 2009). No entanto, Maroco e Garcia-Marques (2006) explicam que, em alguns cenários de investigação das ciências sociais, um alfa de 0,6 é considerado aceitável.

A Tabela 24 apresenta os resultados da análise da consistência interna dos índices utilizados neste estudo.

Tabela 24 - Alfa de *Cronbach* para o ID_i e as suas dimensões

Variáveis dependentes	Alfa de <i>Cronbach</i>
ID_i	0,898
DIM_{Ci}	0,956
DIM_{Qi}	0,943
DIM_{Di}	0,939

Notas:

- a) O Alfa de Cronbach global é de 0,949.
 b) N=94.

Conforme pode ser observado na Tabela 24, o coeficiente alfa de *Cronbach* global obtido foi de 0,949, sendo que o alfa de *Cronbach* para o ID_i foi de 0,898, que corresponde a um bom resultado (Freitas e Rodrigues, 2005; Pestana e Gageiro, 2008). A variável DIM_{Ci} foi a que apresentou o maior coeficiente alfa de *Cronbach* do modelo (0,956), ainda que as variáveis DIM_{Qi} e DIM_{Di} tenham apresentado bons coeficientes (0,943 e 0,939, respetivamente). Isso quer dizer que tanto o ID_i , quanto as suas dimensões, tomadas isoladamente, têm uma boa consistência interna.

A Tabela 25 apresenta as estatísticas descritivas do ID_i e das respetivas dimensões, obtidas nos governos locais do Brasil. Conforme se pode observar, ainda que o intervalo de valores para a variável ID_i tenha oscilado de 0 a 100 pontos, a pontuação máxima atingida pelos governos locais brasileiros foi de 66,67.

A média do ID_i foi de 13,06, com desvio padrão de 19,10, o que revela a reduzida extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet por parte dos governos locais brasileiros, incluídos na amostra. Verifica-se que, dos 94 governos locais incluídos na amostra, apenas 32 apresentaram um ID_i acima da média, que corresponde a 34,04% dos governos locais.

Tabela 25 - Estatística descritiva do ID_i nos governos locais do Brasil

ID _i e suas dimensões	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Se > média		Se < média	
						Nº de governos locais	%	Nº de governos locais	%
ID_i	94	0,00	66,67	13,06	19,10	32	34,04	62	65,96
DIM_{Ci}	94	0,00	83,33	19,06	27,96	32	34,04	62	65,96
DIM_{Qi}	94	0,00	83,33	9,93	16,81	31	32,98	63	67,02
DIM_{Di}	94	0,00	66,67	10,20	15,89	32	34,04	62	65,96

A Tabela 25 também permite observar as estatísticas descritivas relativas a cada uma das dimensões que compõe o ID_i . A variável DIM_{Ci} , que representa o conteúdo da informação financeira, é a que apresenta a maior média, 19,06, com desvio padrão de 27,96. Sendo 100,00 a pontuação máxima possível para esta dimensão, observa-se que o governo local com menor pontuação alcançou 0,00 pontos e o governo local com maior pontuação atingiu 83,33 pontos.

Contrariamente, a variável DIM_{Qi} , que representa as características qualitativas da informação financeira, é a que apresenta a menor média, 9,93, com desvio padrão de 16,81. Sendo 100,00 a pontuação máxima possível, nota-se que a menor pontuação observada foi de 0,00 pontos e a maior foi de 83,33 pontos.

Já a variável DIM_{Di} , que representa o *design*, a navegabilidade e a acessibilidade do *website* governamental, apresenta média de 10,20, com desvio padrão de 15,89. Sendo 100,00 a pontuação máxima possível, observou-se que o governo local com menor pontuação alcançou 0,00 pontos, ao passo que o que apresentou maior pontuação atingiu 66,67 pontos.

Tendo em consideração que observamos baixas médias do ID_i e das suas respectivas dimensões, aliados a desvios padrões elevados em relação a tais médias, podemos concluir que, apesar do envolvimento dos governos locais brasileiros com a prática de IFR, os resultados indiciam um comportamento muito distinto desses governos locais quanto a tal prática.

Das três dimensões que compõem o ID_i , a variável DIM_{Qi} foi a que apresentou os piores resultados (média de 9,93 pontos). Uma possível razão para isso pode ter sido o facto dos gestores públicos dos governos locais brasileiros não terem dado muita ênfase à qualidade da informação que divulgam através da Internet.

Esse pode ser considerado um ponto crítico da divulgação da informação financeira através da Internet, já que as características qualitativas têm o potencial de conferir uma maior utilidade à informação financeira (FASB, 2010). Neste sentido, a divulgação da informação financeira com baixa qualidade pode acarretar a diminuição da compreensibilidade, da fiabilidade, da relevância bem como a falta da comparabilidade da

informação financeira, dificultando o controle social e a *accountability* na gestão pública (Caba Pérez *et al.*, 2008).

Segundo a teoria da agência, as relações entre o principal e o agente no setor público oferecem incentivos para que os gestores públicos divulguem informação que permita a monitorização das suas ações (Laswad *et al.*, 2005; Serrano-Cinca *et al.*, 2009). No entanto, a baixa qualidade da informação financeira divulgada eletronicamente pelos governos locais brasileiros pode vir a aumentar a assimetria de informação e a diminuir o potencial de monitorização das ações dos políticos por parte da sociedade, ocasionando o aumento dos chamados “problemas de agência” (An *et al.*, 2011).

Na Tabela 26 apresentamos a frequência de divulgação das subdimensões de DIM_{Ci}, de onde é possível notar que nos governos locais brasileiros incluídos na amostra que praticam IFR, a informação orçamental é mais frequentemente divulgada que a informação contabilística. Aquela é divulgada por 85,72% dos governos locais brasileiros que adotam o IFR, enquanto esta é divulgada apenas por 26,56% desses governos locais.

Apesar das recentes mudanças experimentadas pela contabilidade pública brasileira, advindas do processo de harmonização das normas contabilísticas aos padrões internacionais da IFAC, essa maior frequência da divulgação da informação orçamental sobre a da contabilística pode ser reflexo do passado em que a prestação de contas se cingia exclusivamente à base do regime de caixa.

Tabela 26 - Frequência de divulgação das subdimensões de DIM_{Ci}

Subdimensões de DIM _{Ci}	Quantidade de governos locais	%
1.1 Informação orçamental	-	85,72
1.1.1 Orçamento do ano corrente	31	96,88
1.1.2 Desempenho orçamental	31	96,88
1.1.3 Resultado orçamental	30	93,75
1.1.4 Execução das despesas por funções/elementos	28	87,50
1.1.5 Alterações orçamentais	14	43,75
1.1.6 Detalhamento da receita tributária	30	93,75
1.2 Informação contabilística	-	26,56
1.2.1 Balanço Patrimonial	9	28,13
1.2.2 Demonstração das variações patrimoniais	11	34,38
1.2.3 Ativos fixos	2	6,25
1.2.4 Variação no endividamento público	26	81,25
1.2.5 Notas explicativas	3	9,38
1.2.6 Demonstração do fluxo de caixa	0	0,00

Nota: Os valores apresentados em itálico representam a média do grupo.

Entre os governos locais brasileiros que praticam o IFR, as informações orçamentais mais frequentemente divulgadas são o orçamento aprovado para o ano corrente e o desempenho orçamental (ambos com 96,88%), enquanto a variação no endividamento público (81,25%) foi a informação contábilística mais frequentemente divulgada.

De acordo com recente estudo realizado pela OCDE na América Latina, “o regime de acréscimo ou de acréscimo modificado é o método mais habitualmente utilizado pelos governos dos países da América Latina e Caribe” (OCDE/IDB, 2014, p. 90). Este regime permite apresentar um quadro mais robusto das finanças públicas e promover um uso mais eficiente dos recursos públicos (OCDE/IDB, 2014). Assim, países em que o setor público utiliza a base de acréscimo geralmente fazem uso da demonstração do fluxo de caixa para acompanhar o desempenho financeiro da entidade em determinado período. No entanto, devemos realçar que nenhum governo local brasileiro incluído no estudo apresentou a demonstração do fluxo de caixa no conjunto da informação financeira divulgada através da Internet, apesar da adoção do regime de acréscimo modificado neste país.

No que se refere às características qualitativas da informação financeira (DIM_{Q_i}), as quais conferem utilidade à informação financeira (FASB, 2010), é possível observar, através da Tabela 27, que a tempestividade foi a característica mais observada na informação financeira divulgada pelos governos locais brasileiros (96,88%). Essa predominância da tempestividade sobre as demais características qualitativas da informação financeira pode ser atribuída à exigência imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), que estabelece a obrigatoriedade de divulgação tempestiva, ou seja, mais frequentemente do que numa base anual.

Tabela 27 - Frequência de divulgação das subdimensões de DIM_{Q_i}

Subdimensões de DIM_{Q_i}	Quantidade de governos locais	%
2.1 Tempestividade	-	96,88
2.1.1 Informação mais frequente que numa base anual	31	96,88
2.2 Compreensibilidade	-	7,81
2.2.1 Rácios, gráficos e figuras	3	9,38
2.2.2 Comentários	2	6,25
2.3 Comparabilidade	-	56,25
2.3.1 Informação de anos anteriores	18	56,25
2.4 Fiabilidade	-	3,13
2.4.1 Informação auditada	1	3,13
2.4.2 Informação auditada diferenciada da não-auditada	1	3,13

Nota: Os valores apresentados em itálico representam a média do grupo.

Um ponto crítico constatado no presente estudo é a falta de fiabilidade da informação financeira divulgada através da Internet pelos governos locais do Brasil. A informação financeira divulgada pelos governos locais precisa cumprir, para além das características já referenciadas, outras características qualitativas que atendam às necessidades dos cidadãos e dos demais *stakeholders*.

Contudo, apenas um governo local brasileiro divulgou informação financeira acompanhada da certificação de auditores, o que corresponde a 3,13% dos governos locais brasileiros que adotaram o IFR. Estes resultados corroboram a necessidade de um incremento na fiabilidade da informação que é divulgada pelos governos locais brasileiros.

A compreensibilidade da informação financeira divulgada nos *websites* dos governos locais brasileiros também pode ser considerada um fator preocupante na prática de IFR, já que apenas 7,81% dos governos locais pontuaram nesse item da dimensão DIM_{Qi}. A presença de rácios, gráficos e figuras na divulgação da informação financeira, bem como a inclusão de comentários sobre a informação financeira, permite que o cidadão possa compreender melhor a situação financeira do governo local e controlar as ações dos gestores, aumentando assim a *accountability* no setor público (Caba Pérez *et al.*, 2005).

A terceira e última dimensão do ID_i refere-se às características dos *websites* dos governos locais: ao *design*, à navegabilidade e à acessibilidade (DIM_{Di}). A Tabela 28 permite observar que a subdimensão 3.1, relativa à facilidade de acesso à informação financeira, obteve pontuação média de 38,54%, considerando todos os governos locais brasileiros incluídos na amostra, que praticam o IFR.

A acessibilidade dos dados por pessoas com deficiência é um item dessa subdimensão que merece destaque. A acessibilidade aos *websites* permite que cidadãos portadores de deficiência (seja visual, auditiva, física, cognitiva, entre outras) possam utilizar, compreender, interagir ou navegar na Internet sem qualquer dificuldade (Caldwell, Cooper, Reid e Vanderheiden, 2008). Apesar da importância desse item, apenas um governo local brasileiro cumpre os requisitos de acessibilidade constantes das Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web (WCAG 2.0), desenvolvidos pelo Consórcio *World Wide Web* (W3C) (Caldwell *et al.*, 2008), que representa 3,13% dos governos locais brasileiros que adotam a prática de IFR.

Tabela 28 - Frequência de divulgação das subdimensões de DIM_{Di}

Subdimensões de DIM _{Di}	Quantidade de governos locais	%
3.1 Facilidade de acesso à informação	-	38,54
3.1.1 Secção específica	31	96,88
3.1.2 Mapa do <i>website</i>	5	15,63
3.1.3 Facilidade de acesso para pessoas com deficiência	1	3,13
3.2 Facilidade de movimento através das secções do <i>website</i>	-	64,06
3.2.1 Sistema de <i>hiperlinks</i>	30	93,75
3.2.2 Motor de busca interno	11	34,38
3.3 Facilidade de gestão de dados	-	4,69
3.3.1 Informação em linguagem XBRL	0	0,00
3.3.2 Informação em formatos XLS ou ODS	3	9,38
3.4 Facilidade de uso da informação em contexto internacional	-	0,00
3.4.1 Conteúdo disponível em diferentes idiomas	0	0,00
3.5 Interatividade com o utilizador	-	26,56
3.5.1 Endereço de <i>e-mail</i> para o departamento responsável pela informação financeira	7	21,88
3.5.2 Notificação ao utilizador quando das atualizações do <i>website</i>	4	12,50
3.5.3 Lista de endereços e telefones	16	50,00
3.5.4 <i>Link</i> para as redes sociais <i>Facebook</i> ou <i>Twitter</i>	7	21,88

Nota: Os valores apresentados em itálico representam a média do grupo.

A subdimensão 3.2, que aborda a facilidade de movimento através das secções do *website* relativas à informação financeira, foi a que apresentou a maior pontuação média (64,06%). Isso revela que os *websites* dos governos locais do Brasil geralmente possuem um bom *design*, com um sistema de *hiperlinks* na página inicial que remete para a informação financeira, bem como a existência de um motor de busca que permite ao utilizador encontrar facilmente a informação financeira procurada.

Um ponto preocupante na dimensão DIM_{Di} refere-se à gestão dos dados. Na subdimensão 3.3, relativa à facilidade de gestão dos dados, foram observados aspetos relativos ao fornecimento da informação financeira em diversos formatos eletrónicos, de forma a permitir que o utilizador possa editar, combinar ou resumir os dados para atender às suas necessidades. Para tanto, era necessário que o governo local divulgasse informação em formatos como o XLS ou ODS (folhas de cálculo), ou na linguagem XBRL, a qual possibilitaria, entre outras coisas, melhorar a apresentação dos relatórios financeiros, facilitando a sua análise (Lymer *et al.*, 1999).

No entanto, conforme pode ser visto na Tabela 28, a pontuação média desta subdimensão foi de apenas 4,69%. Na maioria dos casos, constatou-se que os governos locais brasileiros utilizaram formatos considerados inadequados para a gestão da informação financeira (PDF ou HTML), dificultando o manuseamento dessa informação

pelos utilizadores (Kirkham e Chapman, 2010). Isso pode ter ocorrido em decorrência da facilidade de se gerar um arquivo em formato PDF, o qual permite que os relatórios impressos sejam distribuídos aos cidadãos em formato eletrônico exatamente como apresentados na sua versão em papel. Além disso, deve-se considerar que os custos financeiros e de pessoal para a implantação dos relatórios financeiros em linguagem XBRL são relativamente altos, muitas vezes não suportáveis (Kull e Abraham, 2008).

A Tabela 28 também permite notar que a subdimensão 3.4, relativa à facilidade de utilização da informação financeira num contexto internacional, foi a que apresentou o pior resultado, com pontuação média de 0,00%. Isso indica que nenhum governo local do Brasil divulga informação financeira em idioma diferente do adotado no país³⁸, dificultando, assim, a utilização da informação financeira por organismos internacionais e a comparabilidade da informação entre governos locais de diversos países.

Finalmente, a subdimensão 3.5, que aborda a interatividade com o utilizador, obteve pontuação média de 26,56%, o que possibilita inferir que há uma carência latente nos *websites* dos governos locais brasileiros no que diz respeito à sua interatividade. Itens como endereço de correio eletrônico para o departamento responsável pela elaboração da informação financeira, possibilidade do utilizador ser notificado quando as atualizações do *website* forem realizadas ou existência de um *link* para os utilizadores seguirem o governo local através das redes sociais poderiam conferir uma maior interatividade do *website* oficial com os cidadãos (Alam *et al.*, 2011; Decarie, 2010).

Como já referido, não foi possível realizar o estudo da extensão da prática de IFR em todos os países do MERCOSUL, em decorrência da baixa taxa de adoção dessa prática na Argentina, no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela. Assim, restringimos a resposta à questão de investigação 5 – “havendo utilização dos *websites* dos governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL para a prática de IFR, qual a extensão dessa prática?” exclusivamente para o Brasil. Conforme constatámos, a extensão da prática de IFR nos governos locais brasileiros é bastante reduzida e discrepante entre as três dimensões que compõem o ID_i. A média do ID_i no Brasil é muito baixa, apenas 13,06 (numa escala que varia de 0 a 100 pontos), sendo que a dimensão com maior pontuação

³⁸ No Brasil, o idioma oficialmente adotado é o português.

média foi a dimensão DIM_{Ci} , que mensura o conteúdo da informação financeira divulgada através da Internet (média de 19,06, numa escala que varia de 0 a 100) e a que obteve a menor pontuação média foi a dimensão DIM_{Qi} , que identifica as características qualitativas da informação financeira divulgada através da Internet (média de 9,93, numa escala que varia de 0 a 100). Somente 32 governos locais brasileiros obtiveram pontuação do ID_i acima da média, representando cerca de 34%. A maioria deles (62 governos locais brasileiros, que corresponde a cerca de 66%) obteve pontuação do ID_i abaixo da média. Portanto, é possível perceber que ainda é muito reduzida a extensão da prática de IFR entre os governos locais do Brasil, tendo em vista as baixas pontuações conferidas às dimensões do ID_i nesses governos locais.

5.3 Determinantes da prática de IFR nos governos locais do Brasil

A divulgação da informação financeira pode ser influenciada pelo contexto em que ela ocorre (Debrecey *et al.*, 2002; Fisher *et al.*, 2005), por isso se torna útil identificar a possível influência de certos fatores sócio-económicos e ambientais sobre a quantidade e tipo de divulgação financeira feita através da Internet.

Em decorrência da quase inexistência de divulgação da informação financeira através da Internet por parte dos governos locais da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela, conforme visto na secção 5.1, torna-se impraticável, por razões estatísticas, desenvolver o estudo sobre os fatores determinantes da prática de IFR para os referidos países.

Assim, apresentaremos nas próximas secções os resultados relativos à análise dos fatores determinantes da prática de divulgação da informação financeira através dos *websites* dos governos locais do Brasil, através de análises multivariadas de dados, nomeadamente testes de correlação e análises de regressão, com o objetivo de responder à questão de investigação 6, apresentada na secção 3.1.

5.3.1 Estatísticas descritivas das variáveis independentes

Tendo em vista que as estatísticas descritivas da variável dependente ID_i já foram objeto de análise nas secções anteriores, apresentamos na Tabela 29 as estatísticas descritivas das variáveis independentes utilizadas neste estudo. Esta tabela, permite observar os valores mínimos e máximos de cada variável independente, bem como a sua média e o seu desvio padrão. Considerando que a média mundial de domicílios com acesso à Internet é de aproximadamente 41%, caindo para cerca de 28% quando considerados apenas os países em desenvolvimento (*International Telecommunication Union, 2013*) podemos concluir que o acesso, por parte dos domicílios abrangidos pelos governos locais incluídos na amostra, é bastante reduzido, ficando-se por um valor médio de 13,8% bastante abaixo da média dos países em desenvolvimento.

Tabela 29 - Estatísticas descritivas das variáveis independentes utilizadas neste estudo

Variáveis independentes	Amostra dos 94 governos locais brasileiros			
	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
$AINT_i$	0,005	0,552	0,138	0,122
$COMPOL_i$	1,000	3,840	2,135	0,465
$ENDIV_i$	0,000	22,240	0,537	2,302
$HABLIT_i$	1,000	7,000	4,610	1,761
$RIQGOV_i$	9,230	863,790	112,055	143,879
TAM_i	1813,000	2375151,000	57328,910	257283,997
$VISIB_i$	0,000	6,000	1,160	1,533

Nota: As variáveis estão definidas na Tabela 9.

Outro dado interessante diz respeito ao nível de habilitação literária dos gestores públicos locais, com pontuação média de 4,61. Isso quer dizer que, em média, os gestores públicos dos governos locais incluídos na amostra possuem um nível acima do ensino médio completo.

Constata-se ainda que a média do índice de visibilidade dos *websites* dos governos locais incluídos na amostra é bastante reduzida. O indicador usado foi o *Pagerank*, que varia de zero a dez. A média do índice de visibilidade dos *websites* dos governos locais incluídos na amostra é de 1,16, que pode ser considerado como fator limitador de acessibilidade à informação financeira dos governos locais, já que haverá, por conta da

baixa visibilidade, maior dificuldade do utilizador encontrar o *website* do governo local através de motores de busca como *Google* ou *Yahoo*, por exemplo.

5.3.2 Análises univariadas e diagnósticos de multicolinearidade

A análise estatística foi feita com recurso à aplicação *EViews*, versão 7.1, e à aplicação *Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library* (GRET), versão 1.9.12, com o objetivo de verificar a existência de associação entre as quatro variáveis dependentes (ID_i , DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di}) e as sete variáveis independentes utilizadas no estudo ($AINT_i$, $COMPPOL_i$, $ENDIV_i$, $HABLIT_i$, $RIQGOV_i$, TAM_i e $VISIB_i$). Utilizamos para este efeito, inicialmente, testes de correlação e, posteriormente, análises de regressão.

Na Tabela 30 apresentamos os coeficientes de correlação de *Pearson* para todas as variáveis incluídas nos modelos de regressão linear múltipla, revelando uma série de correlações significativas entre a variável dependente e as variáveis independentes. Tais correlações sugerem potencial para suportar algumas das hipóteses estabelecidas neste estudo.

Tabela 30 - Matriz de correlação de *Pearson*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 ID_i	1,000									
2 DIM_{Ci}	0,969***	1,000								
3 DIM_{Qi}	0,914***	0,819***	1,000							
4 DIM_{Di}	0,933***	0,865***	0,796***	1,000						
5 $AINT_i$	0,630***	0,537***	0,665***	0,623***	1,000					
6 $COMPPOL_i$	0,239**	0,218**	0,160	0,309***	0,231**	1,000				
7 $ENDIV_i$	-0,079	-0,084	-0,069	-0,064	-0,050	-0,064	1,000			
8 $HABLIT_i$	0,188*	0,143	0,212**	0,203*	0,265***	0,040	0,005	1,000		
9 $RIQGOV_i$	0,539***	0,460***	0,576***	0,524***	0,750***	0,259**	-0,044	0,186*	1,000	
10 TAM_i	0,340***	0,254**	0,421***	0,334***	0,488***	0,176*	0,015	0,145	0,675***	1,000
11 $VISIB_i$	0,530***	0,472***	0,529***	0,521***	0,616***	0,171*	-0,058	0,330***	0,609***	0,471***

Notas:

- As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- Os coeficientes estão baseados em 94 observações.
- Os coeficientes entre as variáveis independentes estão em itálico.
- *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

O teste de correlação de *Pearson* foi utilizado para analisar as associações entre as diversas variáveis utilizadas. Este teste é uma ferramenta analítica amplamente utilizada em estudos ligados à prática de IFR (Caba Pérez *et al.*, 2008; Laswad *et al.*, 2005).

Conforme demonstrado na Tabela 30, as variáveis independentes $AINT_i$, $RIQGOV_i$ e $VISIV_i$ têm correlações positivas, estatisticamente significativas, a um nível de significância de 1% com as variáveis dependentes ID_i , DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di} .

A variável independente $COMPPOL_i$ tem correlações positivas, estatisticamente significativas, a 1% com a variável dependente DIM_{Di} e positivas, estatisticamente significativas, a um nível de significância de 5% com as variáveis dependentes ID_i e DIM_{Ci} .

A variável independente $HABLIT_i$ tem correlações positivas, estatisticamente significativas, a um nível de significância de 5% com a variável dependente DIM_{Qi} e positivas, estatisticamente significativas, a um nível de significância de 10% com as variáveis dependentes ID_i e DIM_{Di} .

Finalmente, a variável independente TAM_i tem correlações positivas, estatisticamente significativas, a um nível de significância de 1% com as variáveis dependentes ID_i , DIM_{Qi} e DIM_{Di} e positivas, estatisticamente significativas, a um nível de significância de 5% com a variável dependente DIM_{Ci} . Cabe ressaltar que a variável $ENDIV_i$ não tem correlações estatisticamente significativas com nenhuma das variáveis dependentes.

A Tabela 30 mostra também que existem correlações bastante elevadas entre as variáveis independentes $AINT_i$ e $RIQGOV_i$, $AINT_i$ e TAM_i , $AINT_i$ e $VISIB_i$, $RIQGOV_i$ e TAM_i , $RIQGOV_i$ e $VISIB_i$, TAM_i e $VISIB_i$, todas elas positivas, estatisticamente significativas, ao nível de significância de 1%. As demais correlações estatisticamente significativas são relativamente baixas.

Para melhor avaliar a potencial ausência de multicolinearidade, ou seja, a ausência de colinearidade entre as variáveis independentes, procedemos à regressão linear de todas as variáveis independentes sobre a variável dependente ID_i . Conforme pode ser visto na Tabela 31, obtivemos Fatores de Inflação da Variância (FIV) abaixo de 4 e Níveis de

Tolerância acima de 0,2 para todas as variáveis independentes, o que permite confirmar a ausência de colinearidade entre as variáveis independentes.

A análise dos níveis de tolerância apresentada na Tabela 31, confirma que não há problema de multicolinearidade entre as variáveis independentes, dado que, em todos os casos, o nível de tolerância não atingiu o limite de 0,1 (Pestana e Gageiro, 2008). O FIV, que praticamente é o inverso do nível de tolerância, confirma a inexistência de problema de multicolinearidade, já que os resultados do FIV não ultrapassam o limite de 10 (Gujarati e Porter, 2011; Pestana e Gageiro, 2005).

Tabela 31 - Estatísticas de Multicolinearidade

Variáveis independentes	Estatísticas de Colinearidade	
	Nível de Tolerância	FIV
AINT _i	0,389	2,572
COMPPOL _i	0,927	1,079
ENDIV _i	0,989	1,012
HABLIT _i	0,877	1,140
RIQGOV _i	0,297	3,366
TAM _i	0,534	1,872
VISIB _i	0,532	1,881

Notas:

- a) A variável dependente é ID.
- b) As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- c) Os coeficientes estão baseados em 94 observações.

5.3.3 Diagnósticos dos pressupostos e análises multivariadas

Foram realizados diversos testes com o objetivo de verificar os pressupostos dos modelos de regressão linear múltipla apresentados na secção 4.5.1. Além do teste de multicolinearidade já apresentado na secção anterior, foram realizados testes de linearidade (análise do gráfico que relaciona os resíduos padronizados³⁹ com a variável dependente padronizada⁴⁰), de normalidade dos resíduos (teste de normalidade de *Jarque-Bera* e análise dos gráficos Q-Q Normal Q-Q Normal destendenciado da distribuição dos resíduos) e de homoscedasticidade dos resíduos (teste de *Breusch-Pagan*).

³⁹ Resíduos padronizados referem-se às diferenças padronizadas entre os dados observados e os valores previstos pelo modelo.

⁴⁰ São formas padronizadas dos valores previstos da variável dependente pelo modelo de regressão.

O teste de linearidade adotado foi feito através da análise do gráfico apresentado na Figura 3, que relaciona os resíduos padronizados com a variável dependente padronizada. Esta permite observar que o pressuposto da linearidade dos coeficientes do modelo é atendido, considerando que os pontos se distribuem aleatoriamente relativamente à reta horizontal. É possível perceber que, em decorrência do grande número de governos locais brasileiros que não divulgam informação financeira através da Internet (62 governos locais, dos 94 incluídos na amostra), se verificou um certo padrão na distribuição dos pontos relativamente à reta, já que o ID_i desses governos locais foi zero. No entanto, dado que a linearidade se refere à relação dos coeficientes β do modelo, esse padrão apresentado no gráfico da Figura 3 não afeta a linearidade da regressão.

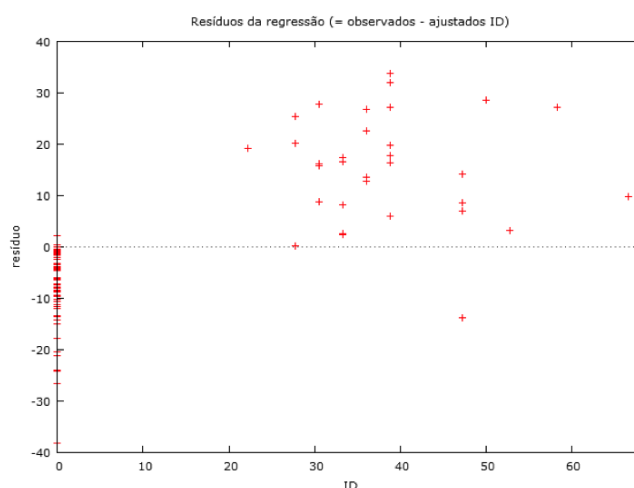


Figura 3 - Gráfico dos resíduos padronizados versus variável dependente padronizada

De acordo com Martínez e Ferreira (2010), a normalidade de distribuição dos resíduos é um requisito essencial para a aplicação de determinados testes, nomeadamente a análise de regressão linear múltipla. Gujarati e Porter (2011) explicam que a normalidade dos resíduos não só nos auxilia a derivar a distribuição de probabilidade exata dos estimadores de mínimos quadrados ordinários, como também é essencial para a validade dos testes estatísticos F e *t-student* para modelos de regressão.

O teste de *Jarque-Bera* fornece o valor de 2,41399, com *p-value* 0,299095, não rejeitando, assim, a hipótese nula de normalidade estabelecida pelo teste. Isto significa que os resíduos do modelo de regressão seguem uma distribuição normal. Além disso, a normalidade de distribuição dos resíduos é corroborada pela análise dos gráficos Q-Q

Normal e Q-Q Normal Destendenciado de distribuição dos resíduos, que revelam a distribuição aleatória das observações em redor das retas oblíqua e horizontal, conforme demonstrado na Figura 4.

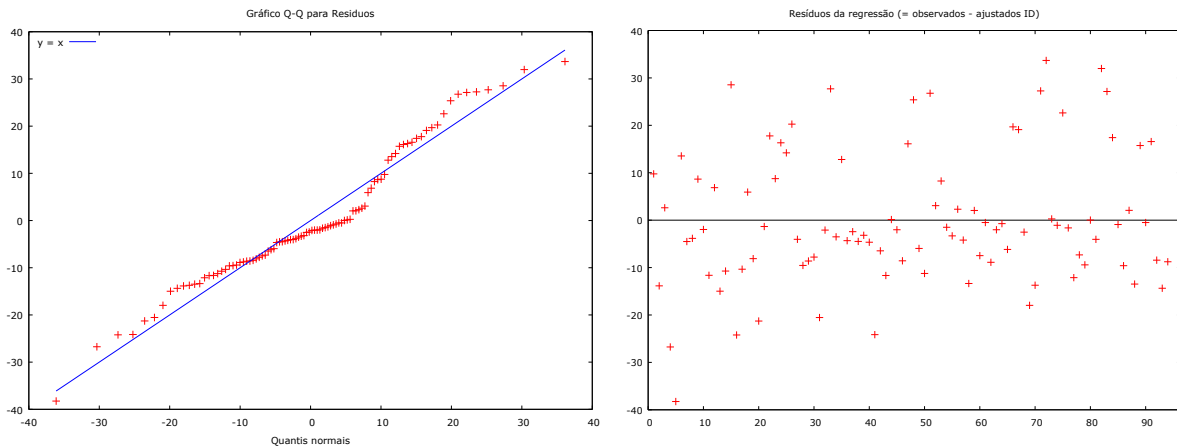


Figura 4 - Gráficos Q-Q Normal e Q-Q Normal Destendenciado de distribuição dos resíduos

Por fim, a variância constante dos resíduos foi testada através do teste de *Breusch-Pagan*. Esse teste revelou a ausência de problemas de heterocedasticidade dos resíduos, com *F-statistic* tomando o valor de 1.228442 e *p-value* tomando o valor de 0.2962.

Depois de testados os pressupostos do modelo, a regressão linear múltipla foi estimada pelo método dos mínimos quadrados ordinários. De acordo com Gujarati e Porter (2011), este método tem por objetivo encontrar a menor soma possível dos quadrados dos resíduos, de forma a encontrar a linha que melhor se ajusta às observações em estudo. O objetivo da análise de regressão linear é determinar a força de cada uma das variáveis independentes que, em conjunto, melhor explicam o comportamento da variável dependente ID_i . Os resultados da análise de regressão linear múltipla, expressos conforme fórmula (4.6), página 133, são apresentados na Tabela 32.

Observa-se que o coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado), que mede o grau de ajustamento da reta de regressão às observações, indica que a proporção de variabilidade da variável dependente que é explicada pelas variáveis independentes é de 0,3964. Isso significa que 39,64% da variabilidade na extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet pelos governos locais brasileiros é explicada

pelas variações ocorridas nas variáveis independentes inseridas no modelo ajustado (modelo A).

Tabela 32 - Resultados do modelo A de regressão linear múltipla

Variáveis independentes	Sinal esperado	Coefficiente β	Erro padrão	Coefficiente padronizado β	Estatística-t	P-value
Constante		-7,206	8,346		-0,863	0,390
AINT _i	+	67,216	20,202	0,430	3,327	0,001 ***
COMPOL _i	+	3,453	3,435	0,084	1,005	0,318
ENDIV _i	+	-0,285	0,672	-0,034	-0,424	0,672
HABLIT _i	+	-0,126	0,933	-0,012	-0,135	0,893
RIQGOV _i	+	0,013	0,020	0,097	0,657	0,513
TAM _i	+	-0,000	0,000	-0,050	-0,453	0,652
VISIB _i	+	2,704	1,376	0,217	1,965	0,053 *
R² ajustado		0,3964				
Estatística F		9,7251***				

Notas:

- A variável dependente é ID_i.
- As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- Os coeficientes estão baseados em 94 observações.
- *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

A estatística F analisa o efeito do conjunto das variáveis explicativas sobre a variável dependente, de forma a verificar a probabilidade de que os parâmetros de regressão sejam iguais a zero. Como o *p-value* (0,000) é menor que o α estabelecido (0,05), rejeita-se a hipótese nula de que o R² é igual a zero e conclui-se que a regressão é estatisticamente significativa no conjunto dos seus parâmetros estimados.

Dessa forma, a Tabela 32 permite identificar a equação do modelo ajustado de regressão linear (modelo A), de acordo com a fórmula (4.6), página 133, conforme transcrito a seguir:

$$ID_i = -7,206 + 67,216AINT_i + 3,453COMPOL_i - 0,285ENDIV_i - 0,126HABLIT_i + 0,013RIQMUN_i - 0,000TAM_i + 2,704VISIB_i \quad (5.2)$$

A análise da equação do modelo A, fórmula (5.2), permite observar que a variação de um ponto percentual na variável AINT_i, por exemplo, provoca uma variação de cerca de 67,22 pontos percentuais, em média, na variável dependente ID_i. Da mesma forma, a variação de um ponto percentual na visibilidade do *website* do governo local na Internet proporciona

uma variação de cerca de 2,70 pontos percentuais, em média, na extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

Além disso, pode-se perceber, através da análise dos coeficientes padronizados (coeficientes β), que a variável que apresenta maior impacto sobre a variável dependente é a $AINT_i$ ($\beta = 0,430$). Esta observação permite concluir que o acesso à Internet nos domicílios sediados na zona de influência dos governos locais em análise apresenta maior contribuição relativa para explicar a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet. Essa variável foi também a mais fortemente associada à variável dependente ID_i , de acordo com o teste de correlação de *Pearson* ($\beta = 0,630^{***}$).

As variáveis independentes $AINT_i$ e $VISIB_i$ mostraram-se estatisticamente significativas ao nível de significância de 1% e 10%, respetivamente, apresentando ambas sinal positivo, como era esperado. É possível inferir, portanto, que, em termos gerais, os resultados da análise de regressão linear indiciam que o acesso à Internet nos domicílios dos governos locais do Brasil é um fator determinante da prática de divulgação da informação financeira através da Internet. De forma semelhante, a visibilidade do *website* do governo local nos motores de busca também pode ser considerada um fator determinante da divulgação da informação financeira através da Internet por parte dos governos locais brasileiros.

Curiosamente, estas duas variáveis estão intrinsecamente ligadas às TIC, já que envolvem a utilização de computador com acesso à Internet ou a visibilidade do *website* do governo local, medida através da ferramenta *Pagerank*. Já as variáveis $COMPPOL_i$, $ENDIV_i$, $HABLIT_i$ e TAM_i apresentam-se estatisticamente não significativas.

A fim de identificar quais as variáveis independentes que influenciam as variáveis DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di} , de forma a auxiliar na compreensão dos fatores determinantes da prática de IFR nos governos locais brasileiros, testamos o modelo A de regressão linear considerando as três dimensões do ID_i como variáveis dependentes. Os resultados da análise de regressão linear múltipla, expressos conforme fórmulas (4.7) (4.8) e (4.9), página 134, são apresentados na Tabela 33.

De acordo com a Tabela 33, duas variáveis independentes apresentam-se estatisticamente significativas na regressão que teve DIM_{Ci} como variável dependente. A variável $AINT_i$ mostra-se estatisticamente significativa ao nível de 5% e a variável $VISIB_i$ ao nível de 10%. O R^2 ajustado desta regressão permite observar que 28,56% da variação de DIM_{Ci} pode ser explicada pelas variações ocorridas nas variáveis independentes inseridas no modelo. Assim, os resultados deste modelo de regressão permitem inferir que o acesso à Internet nos domicílios e a visibilidade do *website* na Internet são fatores determinantes do nível de IFR pelos governos locais brasileiros.

Tabela 33 - Resultados do modelo A de regressão linear múltipla para as dimensões do ID

Variáveis independentes	Sinal esperado	DIM_{Ci}	DIM_{Qi}	DIM_{Di}
		Coefficiente β (Estatística-t)	Coefficiente β (Estatística-t)	Coefficiente β (Estatística-t)
Constante		-6,878 (-0,517)	-1,860 (-0,261)	-12,880 * (-1,862)
$AINT_i$	+	80,190 ** (2,492)	65,400 *** (3,789)	56,056 *** (3,348)
$COMPPOL_i$	+	5,154 (0,942)	-0,415 (-0,142)	5,619 * (1,974)
$ENDIV_i$	+	-0,487 (-0,454)	-0,253 (-0,440)	-0,116 (-0,209)
$HABLIT_i$	+	-0,564 (-0,380)	0,113 (0,141)	0,073 (0,095)
$RIQGOV_i$	+	0,022 (0,709)	0,010 (0,602)	0,006 (0,395)
TAM_i	+	-0,000 (-0,950)	0,000 (0,568)	-0,000 (-0,398)
$VISIB_i$	+	4,287 * (1,956)	1,658 (1,410)	2,167 * (1,900)
R² ajustado		0,2856	0,4314	0,4014
Estatística F		6,3124 ***	11,0810 ***	9,9089 ***

Notas:

- As variáveis dependentes são DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di} .
- As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- Os coeficientes estão baseados em 94 observações.
- *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

A Tabela 33 também apresenta os resultados da regressão (modelo A) que teve DIM_{Qi} como variável dependente. É possível notar que apenas a variável $AINT_i$ se mostrou estatisticamente significativa, ao nível de 1%. Esse modelo foi o que apresentou maior R^2 ajustado (0,4314), o que significa que, apesar de ter apresentado apenas uma variável independente com significância estatística, cerca de 43% da variação da variável DIM_{Qi} , que representa as características qualitativas da informação financeira que é divulgada

através da Internet, é explicada pelas variáveis inseridas no modelo A que teve DIM_{Q_i} como variável dependente.

Por fim, a Tabela 33 revela as três variáveis independentes que se mostraram estatisticamente significativas no modelo A que teve DIM_{D_i} como variável dependente. A variável AIN_{T_i} apresentou uma significância estatística ao nível de 1%, enquanto as variáveis $COMP_{POL_i}$ e $VISIB_i$ apresentaram uma significância estatística ao nível de 10%. O R^2 ajustado desse modelo foi de 0,4014, o que evidencia que cerca de 40% da variação do *design*, da navegabilidade e da acessibilidade dos *websites* dos governos locais pode ser explicado pelas variáveis independentes do modelo A que teve DIM_{D_i} como variável dependente. Vale ressaltar que a estatística F se apresentou sempre estatisticamente significativa ao nível de 1%.

Assim, face aos resultados obtidos, corroboramos a hipótese H_6 - *Há uma associação positiva entre a visibilidade do governo local na Internet e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet*, dado que a visibilidade do *website* do governo local na Internet se apresentou estatisticamente significativa e com o sinal esperado. Podemos concluir, ainda, que os resultados obtidos permitem corroborar a hipótese H_7 - *Há uma associação positiva entre o acesso à Internet nos domicílios do governo local e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet*, tendo em vista que os resultados das análises de regressão linear indiciam que o acesso à Internet nos domicílios está positivamente associado com a extensão da prática de divulgação da informação financeira efetuada através da Internet, com nível de significância estatística. Esse efeito positivo sugere que o acesso à Internet nos agregados familiares desempenha um papel positivo na monitorização das ações dos políticos por parte dos cidadãos.

Cabe ressaltar que as hipóteses corroboradas no presente estudo compuseram o grupo que representa as características ambientais em que os governos locais estão inseridos. Tanto as hipóteses incluídas no grupo relativo às características dos governos locais, como as hipóteses incluídas no grupo dos aspetos políticos não foram corroboradas.

Segundo a teoria da agência, as relações entre o principal e o agente no setor público oferecem incentivos para que os gestores públicos divulguem voluntariamente informação

que permita a monitorização das suas ações por parte do eleitorado (Laswad *et al.*, 2005; Serrano-Cinca *et al.*, 2009). Nessa perspetiva, da mesma forma que a divulgação da informação financeira permite que os eleitores controlem o comportamento e as ações dos políticos, também permite que os políticos se legitimem perante o seu eleitorado, demonstrando o cumprimento dos investimentos prometidos durante a campanha eleitoral.

No ambiente eletrónico em que é considerada a prática de IFR, aqueles incentivos ficam ainda mais evidentes. Por um lado, os gestores públicos podem optar por divulgar informação financeira através da Internet para atingir um público mais vasto e de forma mais rápida, relativamente à divulgação da informação financeira em papel, sem preocupações de barreiras temporais e espaciais. Por outro lado, os eleitores, potencialmente, utilizam a Internet para procurar informação que permita monitorizar as ações políticas envolvidas com seus interesses.

Assim, face aos resultados obtidos através da análise de regressão linear, que apoiam a hipótese **H₆**, é possível depreender que um *website* governamental com grande visibilidade nos motores de busca da Internet permite que os cidadãos encontrem a informação financeira mais facilmente e monitorizem, assim, as ações dos políticos e a situação financeira do seu governo local. Segundo Zimmerman (1977), os meios de comunicação têm um papel importante nas relações de agência no setor público, influenciando o relacionamento entre os eleitores e os políticos. Assim, a visibilidade do *website* governamental parece induzir o gestor público a divulgar informação financeira através da Internet, a fim de satisfazer as necessidades de informação dos *stakeholders*.

As administrações públicas que fazem uso frequente da Internet (para prática de *e-government*, por exemplo) tendem a sofrer uma pressão mais acentuada por parte dos utilizadores da Internet, tornando-se mais propensas a divulgar informação financeira através do *website* governamental, como uma forma de dar resposta a essa pressão (Serrano-Cinca *et al.*, 2009). Nesta perspetiva, a teoria da legitimidade pode fornecer subsídios para suportar tais resultados, já que a visibilidade na Internet assume papel importante para incentivar os gestores públicos a adotarem a prática de IFR como uma forma de se legitimarem perante a sociedade. Estes resultados condizem com os resultados obtidos no estudo de Laswad *et al.* (2005). Contrariamente, Gandía e Archidona (2008) e

Serrano-Cinca *et al.* (2009) não encontraram uma relação estatisticamente significativa entre a visibilidade na Internet e a prática de IFR.

Além disso, a relação positiva e estatisticamente significativa entre a visibilidade na Internet e a prática de IFR coaduna-se com os preceitos da teoria da difusão da inovação, em razão das vantagens inerentes à sua adoção. Ao criar-se um *website* governamental, espera-se que ele tenha visibilidade na Internet. Assim, a prática de divulgação da informação financeira através da Internet depende de como a administração pública percebe a sua vantagem relativa, principalmente no que diz respeito à sua legitimidade perante os cidadãos e demais *stakeholders*.

No que diz respeito aos resultados que suportam a hipótese **H₇**, é possível inferir que o acesso à Internet nos domicílios dos governos locais pode vir a incentivar os eleitores a utilizar as potencialidades da Internet para monitorizar as ações dos políticos, através da procura da informação financeira divulgada por esse meio. Por outro lado, a pressão oriunda do escrutínio público decorrente do acesso à Internet pelos cidadãos parece servir como um incentivo para que os políticos brasileiros divulguem informação financeira através da Internet. Este resultado é consistente com Gandía e Archidona (2008) e Pérez *et al.* (2008), que também encontram uma relação positiva, estatisticamente significativa, entre o acesso à Internet nos domicílios dos governos locais e a prática de IFR.

5.3.4 Testes de robustez

Tendo em vista que as análises desenvolvidas no presente estudo incorporam uma série de pressupostos implícitos e escolhas de *design* de pesquisa, vários testes foram realizados para avaliar a robustez dos resultados já apresentados.

Inicialmente, testámos a significância estatística de cada variável quando utilizada individualmente. Em seguida, testámos a regressão linear múltipla com uma amostra alternativa considerando apenas os governos locais que divulgam informação financeira através da Internet. Outro teste de robustez diz respeito ao tratamento das observações destoantes que influenciaram o modelo de regressão, considerados *outliers*. Por fim, utilizámos a análise de regressão logística para testar a robustez dos resultados obtidos na

análise de regressão linear. Os resultados dos testes de robustez são apresentados nas secções seguintes.

5.3.4.1 Inserção individualizada de cada variável independente

A fim de testar a significância estatística de cada variável, quando utilizada individualmente, analisámos sete modelos auxiliares de regressão linear, cada um com apenas uma das variáveis independentes utilizadas no estudo. O modelo B em que consideramos individualmente a variável $AINT_i$, o modelo C em que consideramos individualmente a variável $COMPPOL_i$, o modelo D em que consideramos individualmente a variável $ENDIV_i$, o modelo E em que consideramos individualmente a variável $HABLIT_i$, o modelo F em que consideramos individualmente a variável $RIQGOV_i$, o modelo G em que consideramos individualmente a variável TAM_i e, por fim, o modelo H em que consideramos individualmente a variável $VISIB_i$.

O objetivo dessa análise é tentar compreender o poder de explicação de cada variável, quando utilizada individualmente. Em seguida, utilizámos apenas as variáveis que se apresentaram estatisticamente significativas, para que, em conjunto, pudéssemos aferir o poder de explicação das variáveis mais influentes no modelo.

Os resultados dos modelos de regressão para cada variável independente são apresentados na Tabela 34. É possível notar que, individualmente, todas as variáveis independentes se apresentaram estatisticamente significativas ($AINT_i$, $RIQGOV_i$, TAM_i e $VISIB_i$ apresentam-se estatisticamente significativas ao nível de significância de 1%, $COMPPOL_i$ ao nível de significância de 5% e $HABLIT_i$ ao nível de significância de 10%), com exceção da variável $ENDIV_i$, que não apresentou significância estatística.

Como pode ser observado na Tabela 34, utilizámos no modelo I as variáveis independentes que, individualmente, apresentaram nível de significância estatística de 1% ($AINT_i$, $RIQGOV_i$, TAM_i e $VISIB_i$). O R^2 ajustado desse modelo foi de 0,4082, o que quer dizer que 40,82% da variação do ID_i pode ser explicado pelas variáveis inseridas no modelo. No modelo J, inserimos a variável $COMPPOL_i$, que apresentou individualmente o nível de significância de 5%. Este modelo apresentou uma robustez ligeiramente maior que a do modelo I, dado que obteve maior R^2 ajustado de 0,4087.

Por conseguinte, inserimos no modelo K a variável $HABLIT_i$, que apresentou individualmente o nível de significância estatística de 10%. Ao inserir essa variável, o R^2 ajustado do modelo caiu de 0,4087 para 0,4021. Isso demonstra que o nível de habilitação literária dos gestores públicos dos governos locais brasileiros não se apresenta como um bom predictor da variação na variável ID_i . Em todos os três modelos (I, J e K), apenas as variáveis $AINT_i$ e $VISIB_i$ se apresentam estatisticamente significativas, respetivamente, ao nível de significância de 1% e de 5%. Nesse sentido, construímos o modelo L com a inserção dessas duas variáveis. A Tabela 34 permite verificar que o modelo L foi o que se apresentou com maior robustez, dado que é capaz de explicar 41,69% da variação na extensão da prática de divulgação da informação financeira efetuada através da Internet por parte dos governos locais do Brasil.

Tabela 34 - Resultados dos modelos auxiliares de regressão linear múltipla

Modelos		C	$AINT_i$	$COMPOL_i$	$ENDIV_i$	$HABLIT_i$	$RIQGOV_i$	TAM_i	$VISIB_i$	R^2 Ajustado
		Sinal esperado	+	+	+	+	+	+	+	
B	β (Estatística-t)	-0,513 (-0,220)	98,506 (7,782)***							0,3904
C	β (Estatística-t)	-7,871 (-0,867)	9,803 (2,359)**							0,0468
D	β (Estatística-t)	13,413 (6,614)***			-0,654 (-0,758)					-0,0046
E	β (Estatística-t)	3,658 (0,668)				2,041 (1,839)*				0,0250
F	β (Estatística-t)	5,045 (2,381)**					0,072 (6,138)***			0,2828
G	β (Estatística-t)	11,613 (6,086)***						-0,000 (3,472)**		0,1062
H	β (Estatística-t)	5,407 (2,563)**							6,601 (5,994)**	0,2730
I	β (Estatística-t)	-0,947 (-0,398)	68,102 (3,435)***				0,015 (0,804)	-0,000 (-0,482)	2,684 (2,027)**	0,4082
J	β (Estatística-t)	-8,103 (-1,116)	66,944 (3,373)***	3,541 (1,043)			0,013 (0,687)	-0,000 (-0,487)	2,684 (2,028)**	0,4087
K	β (Estatística-t)	-7,531 (-0,910)	67,300 (3,347)***	3,531 (1,034)		-0,137 (-0,147)	0,013 (0,670)	-0,000 (-0,484)	2,731 (1,996)**	0,4021
L	β (Estatística-t)	-0,782 (-0,344)	76,488 (4,868)***						2,849 (2,276)**	0,4169

Notas:

- A variável dependente é ID_i .
- As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- Os coeficientes estão baseados em 94 observações.
- *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

A análise dos resultados dos modelos auxiliares de regressão linear apresentados nesta secção (I, J, K e L) permite confirmar que as variáveis estatisticamente significativas são

AINT_i e VISIB_i, permitindo, com maior segurança e de uma forma mais robusta, aceitar os resultados obtidos do modelo A em que foram corroboradas as hipóteses **H₆** e **H₇**. Contudo, os resultados não permitiram corroborar as hipóteses **H₁**, **H₂**, **H₃**, **H₄** e **H₅**.

5.3.4.2 *Remoção dos outliers*

Segundo Maroco (2010, p.584), “*outliers* são observações extremas, não-características, que apresentam resíduos que são consideravelmente superiores, em valor absoluto, aos resíduos das outras observações”. Por outras palavras, *outliers* são valores atípicos que diferem substancialmente da maioria dos dados.

Field (2009) explica que os *outliers* podem introduzir tendenciosidade no modelo, pois eles irão afetar os valores dos coeficientes de regressão estimados. Dessa forma, há que se utilizar uma medida de diagnóstico que identifique os *outliers* que porventura existam no modelo. Uma medida de diagnóstico de *outliers* comumente utilizada nos estudos empíricos é o teste de distância de *Cook*, que considera o efeito de um único caso no modelo como um todo. O teste de distância de *Cook* é capaz de medir a influência global de um caso sobre o modelo. Cook e Weisberg (1982) *apud* Field (2009) sugerem que valores maiores do que 1 merecem atenção.

Assim, utilizamos o teste de distância de *Cook* para avaliar a influência de casos atípicos no modelo A de regressão linear, apresentado na Tabela 32 (baseado em 94 observações). Esse teste identificou dois casos que exercem influência desproporcional sobre os resíduos resultantes da estimação do modelo (governos locais a que atribuímos os números 1 e 87).

Verificámos o porquê desses casos afetarem em demasia os resíduos da regressão linear. Conforme já exposto, utilizámos a técnica de amostragem aleatória estratificada, que resultou numa amostra dividida em três estratos: governos locais grandes, médios e pequenos, tendo como base o número de habitantes do último censo populacional em cada governo local.

Como pode ser observado na Tabela 6, o Brasil possui 283 governos locais de tamanho grande, pelo que foram selecionados aleatoriamente 5 deles para compor a amostra. Entre esses, o primeiro caso de *outlier* (governo local nº 1) refere-se ao governo

local de maior tamanho, facto que ocasionou um valor maior de resíduo, quando comparado com os demais resíduos da regressão, caracterizando-o como um *outlier*⁴¹. O caso 2 refere-se ao governo local nº 87, que foi identificado como sendo um *outlier* por termos encontrado discrepância no seu nível de endividamento, que se encontra fora da média dos demais governos locais. Verificamos que não se trata de erro de digitação, sendo fidedigna tal informação. Esses casos foram removidos e o modelo A de regressão linear foi estimado novamente, com uma amostra de 92 observações (resultante da subtração de 94 por 2). Os resultados dessa nova estimação são apresentados na Tabela 35.

A Tabela 35 permite observar que, após a remoção dos dois casos considerados *outliers*, a variável TAM_{*i*} surgiu como sendo uma variável estatisticamente significativa, com sinal negativo (apesar de esperarmos sinal positivo). Tal constatação contraria o que assevera a teoria da legitimidade, que propõe uma relação positiva entre o tamanho e a extensão da prática de divulgação da informação financeira, tendo em vista que as pressões por mais transparência e *accountability* sofridas tendem a ser maiores nos governos locais de maior dimensão (Serrano-Cinca *et al.*, 2009).

Tabela 35 - Resultados da estimação do modelo A com remoção de *outliers*

Variáveis independentes	Sinal esperado	Coefficiente β	Erro padrão	Coefficiente padronizado β	Estatística- <i>t</i>	<i>P-value</i>
Constante		-7,938	8,204		-0,968	0,336
AINT _{<i>i</i>}	+	66,158	19,720	0,414	3,355	0,001 ***
COMPPOL _{<i>i</i>}	+	3,383	3,357	0,086	1,008	0,317
ENDIV _{<i>i</i>}	+	-3,729	3,738	-0,085	-0,998	0,321
HABLIT _{<i>i</i>}	+	0,186	0,930	0,018	0,199	0,842
RIQGOV _{<i>i</i>}	+	0,026	0,020	0,176	1,312	0,193
TAM _{<i>i</i>}	+	-0,000	0,000	-0,265	-2,403	0,018 **
VISIB _{<i>i</i>}	+	3,365	1,364	0,267	2,467	0,016 **
R² ajustado	0,3848					
Estatística F	9,1300***					

Notas:

- A variável dependente é ID_{*i*}.
- As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- Os coeficientes estão baseados em 92 observações.
- *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

⁴¹ Na amostra deste estudo, o governo local a que atribuímos o número 1 é mais que três vezes o tamanho do governo local a que atribuímos o número 2. Enquanto o governo local nº 2 possui 765.463 habitantes, o governo local nº 1 possui 2.375.151 habitantes, facto que ocasionou a discrepância de efeitos nos resíduos da regressão.

O modelo de regressão passou a ter três variáveis independentes estatisticamente significativas: $AINT_i$, com 1% de nível de significância; TAM_i e $VISIB_i$, com 5% de nível de significância. As demais variáveis independentes mantiveram-se estatisticamente não significativas.

A estatística F (9,1300) permite concluir que este modelo de regressão é estatisticamente significativo no conjunto dos seus parâmetros estimados, dado que o *p-value* (0,000) é menor que o α estabelecido (0,05). Dessa forma, a Tabela 35 permite identificar a equação do modelo ajustado de regressão linear (modelo A) baseado em 92 observações (após a remoção dos *outliers*), de acordo com a fórmula (4.6), página 133, conforme transcrito na fórmula (5.3), a seguir:

$$ID_i = -7,938 + 66,158AINT_i + 3,383COMPPOL_i - 3,729ENDIV_i + 0,186HABLIT_i + 0,026RIQMUN_i - 0,000TAM_i + 3,365VISIB_i \quad (5.3)$$

É possível inferir, a partir dos resultados do modelo A apresentados na Tabela 35, que o *outlier* relativo ao primeiro caso (governo local de maior tamanho) foi decisivo na omissão da variável TAM_i como sendo estatisticamente significativa. Contudo, a variável TAM_i apresentou sinal diverso do esperado (apresentou sinal negativo).

Assim, pode-se afirmar que a visibilidade do *website* governamental na Internet e a percentagem de domicílios com acesso à Internet são dois fatores que podem explicar a variação na extensão da prática de divulgação da informação financeira efetuada através da Internet por parte dos governos locais brasileiros. Dessa forma, tais resultados permitem corroborar as hipóteses H_6 e H_7 . Contudo, os resultados não permitiram corroborar as hipóteses H_1 , H_2 , H_3 , H_4 e H_5 .

Embora a remoção das duas observações consideradas *outliers* tenha ocasionado o aumento do número de variáveis independentes com significância estatística, o R^2 ajustado, do modelo A com a remoção dos *outliers* (0,3848), foi menor que o R^2 ajustado do modelo A com todas as 94 observações (0,3964). Isso quer dizer que a remoção dos *outliers* diminuiu o poder preditivo do modelo de regressão linear, possivelmente por conta da diminuição da quantidade de observações.

O tamanho tem sido encontrado em estudos anteriores como sendo um fator determinante da prática de IFR no setor público. Estudos realizados na Austrália (Ryan *et al.*, 2002), nos EUA (Styles e Tennyson, 2007) e na Nova Zelândia (Laswad *et al.*, 2005), por exemplo, identificaram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o tamanho do governo local e a prática de IFR no setor público.

No que se refere à variável independente TAM_{*i*}, os nossos resultados não condizem com os estudos anteriores, já que, de acordo com a revisão de literatura realizada, apenas Evans e Patton (1987) encontraram relação negativa entre o tamanho do governo local e a prática de divulgação da informação financeira. No entanto, tal estudo não foi realizado em ambiente digital proporcionado pela Internet, pelo que não é possível comparar integralmente tais resultados.

Também procurámos identificar as variáveis independentes que influenciam as variáveis DIM_{*Ci*}, DIM_{*Qi*} e DIM_{*Di*}, de forma a auxiliar na compreensão dos fatores determinantes da prática de IFR nos governos locais brasileiros, da mesma forma como apresentado na Tabela 33. Assim, testámos o modelo A de regressão linear considerando as três dimensões da variável ID_{*i*} como variáveis dependentes após a remoção dos dois casos considerados *outliers*, conforme apresentado na Tabela 36.

Após a remoção dos *outliers*, outras variáveis independentes surgiram como sendo estatisticamente significativas. Na regressão que teve DIM_{*Ci*} como variável dependente, além das variáveis AINT_{*i*} e VISIB_{*i*}, a variável TAM_{*i*} também surgiu como sendo uma variável estatisticamente significativa, todas ao nível de 5%.

Já a regressão que teve DIM_{*Qi*} como variável dependente apresentou duas variáveis estatisticamente significativas, a AINT_{*i*} (ao nível de 1%) e a VISIB_{*i*} (ao nível de 10%).

Por fim, a regressão que teve DIM_{*Di*} como variável dependente apresentou quatro variáveis independentes estatisticamente significativas: COMPPOL_{*i*}, ao nível de 5%, e AINT_{*i*}, TAM_{*i*} e VISIB_{*i*}, todas ao nível de 1%. Este último modelo foi o que apresentou o maior R² ajustado (0,4274).

Tabela 36 - Resultados do modelo A de regressão linear múltipla para as dimensões do ID_i

Variáveis independentes	Sinal esperado	DIM_{Ci}	DIM_{Qi}	DIM_{Di}
		Coefficiente β (Estatística-t)	Coefficiente β (Estatística-t)	Coefficiente β (Estatística-t)
Constante		-7,454 (-0,563)	-1,669 (-0,234)	-14,693 ** (-2,247)
$AINT_i$	+	78,348 ** (2,461)	63,950 *** (3,732)	56,177 *** (3,575)
$COMPPOL_i$	+	4,964 (0,916)	-0,627 (-0,215)	5,811 ** (2,172)
$ENDIV_i$	+	-6,103 (-1,012)	-4,324 (-1,331)	-0,759 (-0,255)
$HABLIT_i$	+	-0,106 (-0,071)	0,396 (0,489)	0,267 (0,360)
$RIQGOV_i$	+	0,039 (1,195)	0,017 (0,961)	0,023 (1,472)
TAM_i	+	-0,000 ** (-2,057)	-0,000 (-1,119)	-0,000 *** (-3,659)
$VISIB_i$	+	5,132 ** (2,331)	2,042 * (1,723)	2,920 *** (2,686)
R² ajustado		0,2854	0,3752	0,4274
Estatística F		6,1923 ***	8,8071 ***	10,7048 ***

Notas:

- As variáveis dependentes são DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di}
- As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- Os coeficientes estão baseados em 92 observações.
- *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

É possível notar, a partir da Tabela 36, que apenas as variáveis independentes $AINT_i$ e $VISIB_i$ se apresentaram estatisticamente significativas nos três modelos de regressão ($AINT_i$ é estatisticamente significativa ao nível de 5% quando DIM_{Ci} é a variável dependente e ao nível de 1% quando DIM_{Qi} e DIM_{Di} são as variáveis dependentes, enquanto $VISIB_i$ é estatisticamente significativa ao nível de 10% quando DIM_{Qi} é a variável dependente, ao nível de 5% quando DIM_{Ci} é a variável dependente e ao nível de 1% quando DIM_{Di} é a variável dependente). Já a variável TAM_i mostrou-se estatisticamente significativa ao nível de significância de 5% quando DIM_{Ci} é a variável dependente e ao nível de significância de 1% quando DIM_{Di} é a variável dependente, com sinal negativo (apesar de esperarmos sinal positivo), de forma a corroborar os resultados relativos ao modelo que teve o ID_i como variável dependente, já apresentados na Tabela 35.

A estatística F dos três modelos apresentados na Tabela 36 (6,1923 quando a variável dependente é DIM_{Ci} , 8,8071 quando a variável dependente é DIM_{Qi} e 10,7048 quando a variável dependente é DIM_{Di}) permite concluir que estes modelos de regressão são

estatisticamente significativos no conjunto dos seus parâmetros estimados, dado que o *p-value* (0,000) é menor que o α estabelecido (0,05).

Portanto, é possível afirmar que os resultados deste teste de robustez corroboram os resultados já apresentados na Tabela 32, no que se refere à ratificação da relação positiva e estatisticamente significativa entre as variáveis independentes $AINT_i$ e $VISIB_i$ e a prática de IFR nos governos locais do Brasil. Contudo, a variável independente TAM_i , apesar de se apresentar estatisticamente significativa, apresentou sinal divergente do esperado, não sendo possível considerá-la como um fator determinante da prática de IFR nesse ambiente.

Salientamos que a remoção dos *outliers* foi tratada neste estudo como um teste de robustez visto que, apesar de destoantes, entendemos que essas observações são necessárias para a análise e, como já explicado, decorrem da técnica escolhida para a seleção da amostra (amostragem aleatória estratificada).

5.3.4.3 *Amostra alternativa*

Outra forma escolhida para testar a robustez dos resultados da regressão linear apresentados na Tabela 32 é a análise de regressão linear (modelo A) através de uma amostra alternativa. Optamos por utilizar a análise de regressão linear com a amostra dos governos locais que divulgaram informação financeira através da Internet, excluindo da amostra aqueles governos locais que não divulgam informação financeira através da Internet, por não possuir um *website* ou por possuir mas optar por não divulgar através dele.

Assim, a amostra utilizada neste teste é composta pelos 32 governos locais que, na amostra inicial, apresentaram um ID_i maior que zero. A Tabela 37 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo.

A partir da análise da Tabela 37, observa-se que a percentagem média de domicílios com acesso à Internet é de 22,4%, amplamente superior à média dessa variável na amostra de 94 governos locais⁴², aproximando-se da média encontrada nos países em desenvolvimento (*International Telecommunication Union*, 2013). Isso pode ser

⁴² Conforme visto na Tabela 29, a média da variável $AINT$ para a amostra de 94 governos locais foi de 13,8%.

considerado um indício de que a percentagem de domicílios com acesso à Internet no governo local poderá ser um fator determinante da prática de IFR nos governos locais do Brasil.

Tabela 37 - Estatísticas descritivas das variáveis independentes do estudo

Variáveis independentes	Amostra dos 32 governos locais brasileiros com ID > 0			
	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
ID _i	22,222	66,667	38,368	9,582
AIN _{Ti}	0,005	0,552	0,224	0,143
COMPPOL _i	1,720	3,837	2,288	0,496
ENDIV _i	0,000	1,149	0,258	0,318
HABLIT _i	1,000	7,000	4,969	1,675
RIQGOV _i	19,444	863,785	191,987	210,526
TAM _i	2482,000	2375151,000	124812,030	434154,855
VISIB _i	0,000	6,000	2,094	1,692

Nota: As variáveis estão definidas na Tabela 9.

Outra variação interessante, demonstrada na Tabela 37, diz respeito ao nível de endividamento do governo local. Enquanto a média de endividamento na amostra de 94 governos locais foi de 0,537 (ver Tabela 29), essa média caiu para 0,258 quando considerados apenas os 32 governos locais que divulgaram informação financeira através da Internet. Esta situação pode indicar que os governos locais brasileiros que divulgam informação financeira através da Internet são menos endividados quando comparados com os governos locais que não divulgam informação financeira através da Internet.

A média da riqueza do governo local aumentou consideravelmente na amostra de 32 governos locais, passando de 112,055 (ver Tabela 29) para 191,987. Esta situação pode indicar que os governos locais brasileiros que divulgam informação financeira através da Internet são mais ricos quando comparados com os governos locais que não divulgam informação financeira através da Internet.

A média de tamanho dos governos locais também sofreu aumento expressivo, quando comparamos o grupo de 94 governos locais com o de 32 governos locais que divulgam informação financeira através da Internet, passando de cerca de 57 mil habitantes (ver Tabela 29) para quase 125 mil habitantes.

Pode-se afirmar, portanto, que os governos locais que divulgam informação financeira através da Internet são maiores, mais ricos, menos endividados e possuem maior nível de acesso à Internet nos domicílios que os governos locais que não divulgam informação financeira através da Internet.

Os pressupostos do modelo auxiliar de regressão linear M foram plenamente atendidos (teste de normalidade dos resíduos *Jarque-Bera* 0,83743, *p-value* 0,657892; teste de homocedasticidade de *Breusch-Pagan* 0,363614, *p-value* 0,9144; teste de linearidade dos coeficientes; teste de multicolinearidade entre as variáveis independentes FIV máximo 3,287 e tolerância mínima 0,304).

A Tabela 38 apresenta os resultados do modelo A de regressão linear múltipla (já apresentado na Tabela 32), apenas com alteração na amostra, que passou a ser de 32 governos locais.

Tabela 38 - Resultados da estimação do modelo A com amostra alternativa de 32 governos locais

Variáveis independentes	Sinal esperado	Coefficiente β	Erro padrão	Coefficiente padronizado β	Estatística-t	P-value
Constante		34,300	6,704		5,117	0,000***
AINT _i	+	39,159	15,213	0,584	2,574	0,017**
COMPPOL _i	+	- 2,848	2,623	-0,147	- 1,086	0,288
ENDIV _i	+	2,571	4,734	0,085	0,543	0,592
HABLIT _i	+	- 0,109	0,866	-0,019	- 0,125	0,901
RIQGOV _i	+	0,006	0,011	0,125	0,530	0,601
TAM _i	+	0,000	0,000	0,133	0,607	0,549
VISIB _i	+	0,109	1,213	0,019	0,090	0,929
R² ajustado		0,4740				
Estatística F		4,9909***				

Notas:

- A variável dependente é ID_i.
- As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- Os coeficientes estão baseados em 32 observações.
- *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

Observa-se que o coeficiente de determinação ajustado (R² ajustado) é de 0,4740. Isso significa que 47,4% da variabilidade na extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet pelos governos locais brasileiros é explicada pelas variações ocorridas nas variáveis independentes inseridas no modelo auxiliar ajustado. A estatística F (4,9909) permite concluir que este modelo de regressão é estatisticamente significativo no

conjunto dos seus parâmetros estimados, dado que o p-value (0,000) é menor que o α estabelecido (0,05).

Com base nos resultados apresentados na Tabela 38, a equação do modelo ajustado A, com a amostra alternativa de 32 governos locais, conforme fórmula (4.6), página 133, é apresentada na fórmula (5.4) a seguir:

$$ID_i = 34,300 + 39,159AINT_i - 2,848COMPPOL_i + 2,571ENDIV_i - 0,109HABLIT_i + 0,006RIQMUN_i + 0,000TAM_i + 0,109VISIB_i \quad (5.4)$$

Apenas a variável independente $AINT_i$ se mostrou estatisticamente significativa, ao nível de significância de 5%. Percebe-se que essa variável apresentou sinal positivo, como era esperado. As demais relações mostraram-se estatisticamente não significativas.

A Tabela 39 apresenta os resultados das regressões que tiveram como variáveis dependentes DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di} .

Tabela 39 - Resultados do modelo A de regressão linear múltipla para as dimensões do ID_i

Variáveis independentes	Sinal esperado	DIM_{Ci}	DIM_{Qi}	DIM_{Di}
		Coefficiente β (Estatística-t)	Coefficiente β (Estatística-t)	Coefficiente β (Estatística-t)
Constante		63,378 *** (4,264)	34,842 *** (2,836)	4,680 (0,494)
$AINT_i$	+	6,705 (0,199)	70,842 ** (0,018)	39,928 * (1,857)
$COMPPOL_i$	+	-3,678 (-0,632)	-9,932 ** (-2,066)	5,066 (1,367)
$ENDIV_i$	+	-3,306 (-0,315)	-5,532 (-0,638)	16,553 ** (2,474)
$HABLIT_i$	+	-0,918 (-0,478)	0,734 (0,463)	-0,142 (-0,116)
$RIQGOV_i$	+	0,012 (0,485)	0,002 (0,079)	0,004 (0,261)
TAM_i	+	0,000 (0,314)	0,000 (1,293)	-0,000 (-0,880)
$VISIB_i$	+	1,097 (0,408)	-1,326 (-0,596)	0,556 (0,324)
R² ajustado		-0,1221	0,3965	0,3448
Estatística F		0,5181	3,9093 ***	3,3307 **

Notas:

- c) As variáveis dependentes são DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di} .
- d) As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- e) Os coeficientes estão baseados em 32 observações.
- f) *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

É possível notar, a partir da Tabela 39, que a regressão que teve DIM_{Ci} como variável dependente não apresentou nenhuma variável independente com significância estatística, além de que a estatística F demonstra que este modelo é estatisticamente não significativo no conjunto dos seus parâmetros estimados.

O modelo de regressão cuja variável dependente foi DIM_{Qi} apresentou as variáveis independentes AIN_{Ti} e $COMPPOL_{i}$ estatisticamente significativas ao nível de 5%, sendo que apenas a variável AIN_{Ti} se apresentou com o sinal conforme esperado.

Já a regressão que teve DIM_{Di} como variável dependente apresentou as variáveis independentes AIN_{Ti} e $ENDIV_{i}$ com significância estatística, sendo a primeira ao nível de significância estatística de 10% e a segunda ao nível de significância de 5%. O sinal destas duas variáveis foi apresentado conforme era esperado.

É possível inferir, portanto, que, em termos gerais, os resultados da análise de regressão linear auxiliar (baseada na amostra dos 32 governos locais que divulgaram informação financeira através da Internet) conferem robustez ao modelo de regressão A, baseado em 94 observações, já que indiciam que o acesso à Internet nos domicílios dos governos locais do Brasil pode ser considerado um fator determinante da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

No entanto, diferentemente do modelo baseado em 94 observações, a variável $VISIB_{i}$ mostrou-se estatisticamente não significativa neste modelo auxiliar.

Assim, face aos resultados obtidos, corroboramos a hipótese **H₇** - *Há uma associação positiva entre o acesso à Internet nos domicílios do governo local e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet*, dado que os resultados da análise de regressão linear, no modelo auxiliar, indiciam que apenas o acesso à Internet nos domicílios parece estar positivamente associado com a extensão da prática de divulgação da informação financeira efetuada através da Internet, com nível de significância estatística.

5.3.4.4 *Análise alternativa de regressão logística*

Com o objetivo de testar a robustez dos resultados encontrados através dos modelos de regressão linear múltipla, recorreremos à análise de regressão logística para produzir um modelo que permita a predição da probabilidade de determinado governo local se envolver com a prática de IFR, a partir das variáveis independentes anteriormente utilizadas.

Para isso, a variável dependente ID_i as variáveis dependentes, são DIM_{Ci} , DIM_{Qi} e DIM_{Di} foi transformada numa variável dicotômica, assumindo o valor 1 se o governo local divulga informação financeira através da Internet (IFR) ($n = 32$) e o valor 0 se o governo local não divulga informação financeira através da Internet, seja porque não possui *website* ou porque mantém um *website* na Internet mas opta por não o utilizar para divulgar informação financeira (N-IFR) ($n = 62$).

A amostra utilizada inclui 94 governos locais brasileiros. A análise de regressão logística, (Modelo M), equação (5.5), permite a afirmação da probabilidade de um resultado discreto (IFR *versus* N-IFR, por exemplo), a partir de um conjunto de variáveis independentes, que podem ser quantitativas, qualitativas (ou binárias), ou uma combinação delas (Gujarati e Porter, 2011).

$$P(IFR_i) = \alpha + \beta_1 AINT_i + \beta_2 COMPPOL_i + \beta_3 ENDIV_i + \beta_4 HABLIT_i + \beta_5 RIQMUN_i + \beta_6 TAM_i + \beta_7 VISIB_i + \mu \quad (5.5)$$

Em que:

- $P(IFR_i)$ – práticas de IFR – 0 para N-IFR (não pratica IFR) e 1 para IFR (pratica IFR);
- α – constante;
- $AINT_i$ – acesso à Internet nos domicílios – percentual de domicílios no governo local com computador e acesso à Internet;
- $COMPPOL_i$ – competição política – calculada conforme fórmula (4.5);
- $ENDIV_i$ – endividamento – rácio entre as dívidas totais e o número de habitantes do governo local i ;
- $HABLIT_i$ – habilitações literárias do gestor do governo local – calculada conforme descrito na secção 4.4.6;
- $RIQGOV_i$ – riqueza do governo local – rácio entre as receitas próprias e o número de habitantes do governo local i ;
- TAM_i – tamanho – número de habitantes do governo local i ;
- $VISIB_i$ – visibilidade na Internet – calculada conforme estabelecido na secção 4.4.7;
- μ – erro aleatório (residual).

Optámos por efetuar a análise de regressão logística com recursos à aplicação *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21.0, dado que consideramos que o *output* dessa aplicação, para este tipo de análise, é mais rico em informação⁴³. A Tabela 40 contém os resultados da análise de regressão logística.

Tabela 40 - Resultados da análise de regressão logística (modelo M)

Variáveis independentes	Sinal esperado	Coefficiente β	Erro padrão	Teste de Wald	P-value	Exp(β)
Constante		-3,628	1,456	6,206	0,013 **	0,027
AINT _i	+	7,402	3,301	5,027	0,025 **	1639,199
COMPPOL _i	+	0,750	0,579	1,676	0,195	2,116
ENDIV _i	+	-0,863	0,945	0,835	0,361	0,422
HABLIT _i	+	-0,062	0,165	0,139	0,709	0,940
RIQGOV _i	+	0,003	0,004	0,704	0,402	1,003
TAM _i	+	-0,000	0,000	1,216	0,270	1,000
VISIB _i	+	0,462	0,232	3,979	0,046 **	1,587
Outras estatísticas						
Número de observações			94			
R ² de Nagelkerke			0,423			
Teste do rácio de verosimilhanças (-2LL)			86,295			
Qui-quadrado			34,272 (<i>p-value</i> = 0,000)			
Teste de Hosmer e Lemeshow			8,172 (<i>p-value</i> = 0,417)			
Percentagem de classificações corretamente previstas						
N-IFR			90,3%			
IFR			62,5%			
Global			80,9%			

Notas:

- A variável dependente é ID_i.
- As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

Através do teste do qui-quadrado apresentado na Tabela 40 ($X^2 = 34,272$, *p-value* = 0,000), conclui-se que existe pelo menos uma variável independente com poder preditivo sobre a variável dependente ID_i. É possível observar a existência de duas variáveis independentes com poder preditivo, as variáveis AINT_i e VISIB_i estatisticamente significativas ao nível de 5%. Dessa forma, é possível observar que os resultados da análise de regressão logística corroboram os resultados da análise de regressão linear múltipla.

De acordo com o teste de *Wald*, apenas as variáveis AINT_i (teste de *Wald* = 5,027, *p-value* = 0,025) e VISIB_i (teste de *Wald* = 3,979, *p-value* = 0,046) são estatisticamente significativas no modelo, ambas para o nível de significância de 5%. Para Field (2009), da

⁴³ O teste de *Wald*, por exemplo, é prontamente apresentado no *output* do SPSS, diferentemente do GRETL (que não oferece) e do *EViews* (que oferece para cada variável através de um comando específico).

mesma forma que o teste t na regressão linear, a estatística de *Wald* informa se o coeficiente β de cada previsor é diferente de zero. Quando isso ocorre, pode-se assumir que a variável independente está a contribuir de forma significativa para previsão da variável dependente.

O pseudo- R^2 de *Nagelkerke* foi de 0,423, o que revela um modelo com qualidade relativamente boa. Field (2009) explica que, em termos de interpretação do modelo, o pseudo- R^2 de *Nagelkerke* pode ser visto como similar ao R^2 da regressão linear no sentido de fornecer uma medida do grau de aderência do modelo. A estatística do teste de ajustamento de *Hosmer e Lemeshow* foi de 8,172, com p -value de 0,417, o que permite concluir que os valores estimados pelo modelo são próximos dos valores observados e que o modelo se ajusta bem aos dados em análise.

A sensibilidade do modelo é de 90,3% (ou seja, o modelo classifica corretamente 90,3% dos governos locais que divulgaram informação financeira na Internet - sucessos) e a especificidade é de 62,5% (ou seja, o modelo classifica corretamente 62,5% dos governos locais que não divulgaram informação na Internet - insucessos). A percentagem global de governos locais corretamente classificados é de 80,9%.

Os resultados da análise de regressão logística apresentados na Tabela 40 permitem construir o modelo ajustado de regressão logística, que pode ser assim escrito, de acordo com a fórmula (5.5), página 187:

$$P(IFR_i) = -3,628 + 7,402AINT_i + 0,750COMPPOL_i - 0,863ENDIV_i - 0,062HABLIT_i + 0,003RIQMUN_i - 0,000TAM_i + 0,462VISIB_i \quad (5.6)$$

A coluna $\text{Exp}(\beta)$ da Tabela 40, relativa ao exponencial dos coeficientes do modelo, indica o rácio estimado das chances da variável dependente por unidade da variável independente. Field (2009) esclarece que o $\text{Exp}(\beta)$ é um indicador da mudança nas probabilidades resultantes da mudança de uma unidade na variável independente, mantendo todas as outras variáveis constantes. Segundo este autor, quanto maior o valor de $\text{Exp}(\beta)$, mais sensível à probabilidade prevista é a mudança de uma unidade na variável.

Assim, é possível inferir que a probabilidade de determinado governo local divulgar informação financeira através da Internet aumenta exponencialmente com a percentagem de domicílios com acesso à Internet no governo local. Da mesma forma, o rácio das chances do governo local divulgar informação financeira na Internet aumenta exponencialmente com a visibilidade do *website* governamental na Internet. Os efeitos das demais variáveis independentes não são estatisticamente significativos.

A fim de avaliar a robustez dos resultados da regressão linear, analisamos também um modelo de regressão logística considerando a remoção dos dois casos que exercem influência desproporcional sobre os resíduos resultantes da estimação do modelo, através do teste de distância de *Cook* já apresentado na secção anterior. Estes casos foram removidos e o modelo de regressão logística foi estimado novamente, com uma amostra de 92 observações (resultante da subtração de 94 por 2). Os resultados dessa estimação são apresentados na Tabela 41.

Tabela 41 - Resultados da análise de regressão logística (modelo M com amostra de 92 observações)

Variáveis independentes	Sinal esperado	Coefficiente β	Erro padrão	Teste de Wald	P-value	Exp(β)
Constante		-4,011	1,513	7,030	0,008 ***	0,018
AINT _i	+	8,402	3,454	5,918	0,015 **	4457,922
COMPPOL _i	+	0,867	0,591	2,154	0,142	2,380
ENDIV _i	+	-0,850	0,944	0,811	0,368	0,427
HABLIT _i	+	-0,050	0,169	0,086	0,769	0,952
RIQGOV _i	+	0,003	0,003	0,822	0,365	1,003
TAM _i	+	-0,000	0,000	4,055	0,044 **	1,000
VISIB _i	+	0,560	0,247	5,162	0,023 **	1,751
Outras estatísticas						
Número de observações		92				
R ² de Nagelkerke		0,426				
Teste do rácio de verosimilhanças (-2LL)		83,815				
Qui-quadrado		33,760 (p-value = 0,000)				
Teste de Hosmer e Lemeshow		9,100 (p-value = 0,334)				
Percentagem de classificações corretamente preditas						
N-IFR		91,8%				
IFR		61,3%				
Global		81,5%				

Notas:

- A variável dependente é ID_i.
- As variáveis estão definidas na Tabela 9.
- *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

É possível notar a partir da Tabela 41 que a remoção dos *outliers* proporcionou um melhor ajustamento do modelo aos dados em análise, dado que o teste do rácio de verosimilhança diminuiu, quando comparado com o modelo de regressão logística apresentado na Tabela 40 (passou de 86,295 para 83,815). Esse teste é um indicador da mediocridade do ajustamento do modelo aos dados, sendo que quanto maior for o valor do teste, pior é o ajustamento (Maroco, 2010).

A Tabela 41 também permite verificar que, após a remoção dos dois casos considerados *outliers*, a variável TAM_i se revelou como sendo uma variável estatisticamente significativa, com sinal negativo (apesar de esperarmos sinal positivo), de forma semelhante ao modelo A de regressão linear baseado em 92 observações, apresentado na Tabela 35.

No entanto, é possível observar que a variável TAM_i não proporciona influência sobre a variável dependente ID_i , já que o $\text{Exp}(\beta)$ é igual a 1. De acordo com Field (2009), se o valor de $\text{Exp}(\beta)$ é maior do que 1, significa que quando a variável independente aumenta, as chances da variável dependente ocorrer (determinado governo local divulgar informação financeira através da Internet) também aumentam, enquanto um valor de $\text{Exp}(\beta)$ menor do que 1 revela que quando a variável independente aumenta, as chances da variável dependente ocorrer diminuem. Se $\text{Exp}(\beta)$ for igual a 1, como é o caso da variável TAM_i , a variável independente não exerce influência sobre as chances da variável dependente ocorrer (de determinado governo local divulgar informação financeira através da Internet).

O modelo de regressão logística passou a dispor, portanto, de três variáveis independentes ($AINT_i$, TAM_i e $VISIB_i$), estatisticamente significativas a um nível de significância de 5% (apesar de TAM_i ter apresentado, como já dito, sinal diverso do esperado). Estes resultados corroboram os resultados do modelo A, no sentido de identificar que a visibilidade do *website* governamental na Internet e a percentagem de domicílios com acesso à Internet são fatores estatisticamente significativos para prever a probabilidade de determinado governo local se envolver ou não com a prática de IFR. Tais resultados permitem corroborar as hipóteses H_6 e H_7 . Contudo, os resultados não permitiram corroborar as hipóteses H_1 , H_2 , H_3 , H_4 e H_5 .

De acordo com os resultados do modelo de regressão logística após a remoção dos *outliers*, apresentados na Tabela 41, é possível construir o modelo ajustado de regressão logística, que pode ser assim escrito, em conformidade com a fórmula (5.5), página 187:

$$P(IFR_i) = -4,011 + 8,402AINT_i + 0,867COMPPOL_i - 0,850ENDIV_i - 0,050HABLIT_i + 0,003RIQMUN_i - 0,000TAM_i + 0,560VISIB_i \quad (5.7)$$

Face aos resultados obtidos, é possível afirmar que os testes de robustez apresentados nesta secção corroboram os resultados do modelo A de regressão linear, no que se refere à relação positiva e estatisticamente significativa entre as variáveis independentes $AINT_i$ e $VISIB_i$ e a prática de IFR nos governos locais do Brasil. Além disso, tais testes suportaram a existência de mais uma variável independente com significância estatística, com sinal negativo (diferente do esperado), que foi a variável TAM_i , após a remoção dos casos influentes.

Assim, é possível, através das análises univariada e multivariada já apresentadas, responder apenas parcialmente à questão de investigação 6 – “havendo utilização dos *websites* dos governos locais dos países que integram o bloco económico MERCOSUL para a prática de IFR, quais os fatores que determinam o nível de divulgação?”, dado que, como já referido, devido à baixa taxa de adoção da prática de IFR na Argentina, no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela, restringimos a análise dos fatores determinantes da prática de IFR ao ambiente dos governos locais brasileiros. Dessa forma, face aos resultados obtidos e que acabámos de descrever, é possível identificar que o acesso à Internet nos domicílios e a visibilidade do *website* do governo local na Internet são fatores determinantes da prática de divulgação da informação financeira realizada através da Internet por parte dos governos locais brasileiros. Concluímos também que a competição política, o endividamento, as habilitações literárias dos gestores públicos e a riqueza do governo local não foram estatisticamente significativos para explicar o fenómeno IFR nos governos locais do Brasil, enquanto o tamanho do governo local, apesar de estatisticamente significativo, apresentou sinal divergente do esperado (apresentou sinal negativo).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Conclusões

Através do presente trabalho de investigação demos resposta ao problema identificado na secção 3.1, sendo possível contribuir para o conhecimento da prática de divulgação da informação financeira através da Internet no âmbito do setor público, designadamente no setor dos governos locais dos países membros do bloco económico MERCOSUL, dado que tal prática assume uma importância particular no aumento da transparência e da *accountability* na gestão pública.

Dividimos o presente trabalho de investigação em duas etapas: a primeira corresponde à análise comparativa transnacional da adoção da prática de divulgação da informação financeira através da Internet nos governos locais dos cinco países membros do MERCOSUL e ao estudo qualitativo relativo ao envolvimento dos gestores públicos locais com tal prática, enquanto a segunda etapa se refere à análise da extensão e dos fatores determinantes da referida prática de divulgação.

No que tange à primeira etapa, para avaliar a taxa de adoção da prática de IFR pelos governos locais dos países do MERCOSUL, verificámos, através de motores de busca da Internet, a existência de *websites* dos governos locais incluídos na amostra. Ao constatar a existência deles, verificámos, através da técnica de análise de conteúdo, se tais governos locais os utilizavam para a prática de IFR. Ainda na primeira etapa, realizámos um estudo qualitativo com recurso a um conjunto de entrevistas semiestruturadas com dirigentes de órgãos públicos responsáveis pela promoção da transparência dos governos locais destes

países, com o objetivo de explorar as razões relacionadas com o envolvimento dos gestores públicos com a prática de IFR para a promoção da transparência da gestão.

Na segunda etapa deste estudo, em decorrência da quase inexistência da prática de IFR nos governos locais da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela, realizámos um estudo quantitativo com o objetivo de analisar a extensão da prática de IFR nos governos locais do Brasil e, através das sete hipóteses descritas na secção 4.3, os seus fatores determinantes. Para a análise da extensão da prática de IFR nos governos locais do Brasil, criamos um ID composto por 30 itens relativos ao conteúdo e às características qualitativas da informação financeira, bem como ao *design*, à navegabilidade e à acessibilidade dos *websites*. O tratamento estatístico dos dados relativos à análise dos fatores determinantes da prática de IFR foi realizado através da utilização de técnicas de análise univariada (testes paramétricos de correlação de *Pearson*) e multivariada (regressão linear múltipla, acompanhada de alguns testes de robustez para avaliar a fiabilidade dos resultados, como amostras alternativas, remoção de *outliers* e análises de regressão logística).

O trabalho desenvolvido contou com uma amostra aleatória estratificada composta por 374 governos locais dos cinco países membros do bloco económico MERCOSUL (92 da Argentina, 94 do Brasil, 67 do Paraguai, 46 do Uruguai e 75 da Venezuela) e assentou nos pressupostos das teorias da agência, da legitimidade, da sinalização e da difusão da inovação.

Essas teorias, tomadas em conjunto, têm o potencial de contribuir para explicar os motivos pelos quais os gestores divulgam informação financeira por meio da Internet. Na presença de uma relação de agência, os governos locais tendem a envolverem-se mais com a prática de IFR com o objetivo de diminuir a assimetria de informação e sinalizar uma qualidade superior de gestão. Além disso, o escrutínio exercido pelos *stakeholders* parece fazer com que os gestores públicos se envolvam mais com a prática de IFR, para fins de legitimação perante os cidadãos.

Os resultados obtidos permitem obter evidência de que há pouca utilização das TIC na gestão dos governos locais dos países membros do MERCOSUL, já que a maioria desses governos locais não possui *website*. Esses resultados permitem dar resposta à

primeira questão de investigação, dado que apenas cerca de 37% dos governos locais estudados possuem *website*, o que revela a baixa taxa de adoção da Internet como uma ferramenta de gestão.

As razões relacionadas com a baixa taxa de adoção das TIC, nomeadamente da Internet através de um *website*, foram exploradas através do estudo qualitativo. Este estudo revela que a falta de vontade política e a carência de recursos humanos e financeiros são as principais razões para que os governos locais dos países do MERCOSUL não utilizem a plataforma da Internet como uma ferramenta de gestão, abrindo mão do potencial do *website* para aumentarem a transparência da gestão (através, inclusive, da prática de IFR), aproximarem-se mais dos cidadãos, praticarem o *e-government*, entre outras possibilidades. Dessa forma, é possível responder à segunda questão de investigação.

Os resultados obtidos também permitem identificar que, nos governos locais dos países do MERCOSUL, a adoção da prática de IFR ainda é incipiente e bastante discrepante. Estes resultados permitem dar resposta à terceira questão de investigação, dado que somente cerca de 11% dos governos locais incluídos na amostra utilizam a Internet para divulgar a informação financeira, sendo o Brasil o país com a maior taxa de governos locais a adotar a prática de IFR (cerca de 34%) e o Paraguai o país com a menor taxa de adoção dessa prática (aproximadamente 3%).

A teoria da difusão da inovação estabelece que a adoção de uma inovação atravessa um período de lentidão com a tendência de um crescimento gradual, antes de experimentar um período de crescimento relativamente rápido. A prática de IFR entre os governos locais dos países do MERCOSUL, considerada uma inovação tecnológica, parece estar atravessando essa fase de lentidão, até que essas organizações públicas percebam favoravelmente a sua vantagem relativa e passem a adotá-la com maior intensidade.

Também exploramos, através do estudo qualitativo e do enquadramento legal e normativo realizado, as razões relacionadas com o envolvimento dos gestores públicos locais com a prática de IFR, o que nos permitiu responder à quarta questão de investigação. Tais resultados revelam que diversos fatores concorrem para que esses gestores públicos não se envolvam com a prática de IFR, entre os quais se destacam a falta de vontade política, a carência de recursos humanos e a falta de exigência por parte dos cidadãos.

Além desses, a corrupção, a cultura organizacional e a falta de cumprimento legal (ou de exigência legal, no caso dos países que não dispõem de legislação sobre o tema) também contribuem para a reduzida taxa de adoção da prática de IFR nesses países.

A teoria da legitimidade institui que a organização tentará estabelecer, através da divulgação da informação financeira, uma congruência entre a sua atuação e o conjunto de crenças e valores que permeiam o sistema social de que faz parte. No entanto, esse processo de legitimação organizacional parece não ter efeito nos governos locais dos países do MERCOSUL, dado que, conforme expuseram os entrevistados, não há exigência por parte dos cidadãos para que os governos locais divulguem informação financeira. Entre os principais valores estabelecidos pelos cidadãos para uma boa gestão, parece não fazer parte a transparência.

Muitas vezes os cidadãos, por falta de entendimento, desprezam a necessidade de transparência na gestão pública, dando mais ênfase a satisfação das suas necessidades primárias, como por exemplo a saúde, a educação e a segurança. Em decorrência disso, os gestores políticos envolvem-se pouco com questões relacionadas com a transparência, deixando de dar a devida importância à prática de IFR, já que isso não contribui para a sua reeleição.

No que se refere à extensão da prática de IFR nos governos locais dos países do MERCOSUL, como já referido, também não foi possível realizar o estudo no âmbito dos cinco países que integram este bloco econômico, em decorrência da quase inexistência de divulgação da informação financeira através da Internet por parte dos governos locais da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela. Dessa forma, o ambiente de estudo da extensão da prática de IFR restringiu-se aos governos locais brasileiros.

Os resultados deste estudo evidenciam que esta extensão da prática de IFR nos governos locais brasileiros, além de bastante reduzida, é discrepante entre as três dimensões do ID_i . Estes resultados permitem responder apenas parcialmente à quinta questão de investigação, dado que tais resultados indicam uma média do ID_i de 13,06, numa escala que varia de 0 a 100. Além disso, os resultados revelam uma extensão divergente entre as dimensões do ID_i , sendo que a dimensão com maior pontuação média foi a dimensão DIM_{Ci} , que mensura o conteúdo da informação financeira divulgada através

da Internet (média de 19,06, numa escala que varia de 0 a 100) e a que obteve a menor pontuação média foi a dimensão DIM_{Q_i}, que identifica as características qualitativas da informação financeira divulgada através da Internet (média de 9,93, numa escala que varia de 0 a 100).

De acordo com os fundamentos da teoria da agência, as ações dos gestores são impulsionadas por interesses pessoais, muitas vezes agindo de forma oportunista para aumentar a sua riqueza. Dado que, assim como os demais países do MERCOSUL, o Brasil possui economia emergente, com regime democrático relativamente recente e com nível de corrupção em geral elevado, é possível que a reduzida extensão da prática de IFR neste país seja fruto do oportunismo característico das relações de agência.

Em relação à análise dos fatores determinantes da prática de IFR, como já referido, também não foi possível realizar o estudo no âmbito dos cinco países do MERCOSUL, em decorrência da quase inexistência de divulgação da informação financeira através da Internet por parte dos governos locais da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela. Dessa forma, o ambiente de estudo dos fatores determinantes da prática de IFR restringiu-se aos governos locais brasileiros.

Os resultados permitiram confirmar que há uma associação positiva entre a visibilidade do *website* governamental na Internet e a extensão da prática de divulgação eletrônica da informação financeira, de forma a corroborar a hipótese **H₆** - *Há uma associação positiva entre a visibilidade do governo local na Internet e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet*. Além disso, a hipótese **H₇** - *Há uma associação positiva entre o acesso à Internet nos domicílios do governo local e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet* também foi confirmada pelo estudo, tendo em vista que os resultados revelam que há uma associação positiva entre a percentagem de domicílios com acesso à Internet e a extensão da prática de divulgação da informação financeira através da Internet.

No que respeita aos fatores relacionados com o tamanho do governo local, com o nível de endividamento do governo local, com a riqueza do governo local, com a competição política e com o nível de habilitações literárias do gestor público, os resultados não permitiram corroborar as hipóteses **H₁**, **H₂**, **H₃**, **H₄** e **H₅**, relacionadas com tais fatores.

Face a estes resultados, podemos responder apenas parcialmente à sexta questão de investigação, dado que os fatores que determinam a prática de IFR nos governos locais do Brasil são a visibilidade do *website* do governo na Internet e o percentual de domicílios com acesso à Internet. Tais resultados foram corroborados pelos testes de robustez aplicados no estudo empírico, nomeadamente, pela inserção individualizada de cada variável independente nos modelos de regressão linear, pela remoção de *outliers*, pela análise de modelos auxiliares de regressão linear com amostra alternativa e pela análise de modelos de regressão logística.

As teorias da sinalização e da legitimidade estabelecem que o escrutínio exercido pelos *stakeholders* fazem com que os gestores públicos se envolvam mais com a prática de IFR, para sinalizar uma qualidade superior da gestão e para fins de legitimação perante os cidadãos. Como indiciado pelos resultados, parece haver mais incentivos para a prática de IFR nos governos locais brasileiros em que há maior nível de acesso à Internet, em decorrência do escrutínio exercido pelos cidadãos que possuem um computador com acesso à Internet, o que os permite navegar pelo *website* do governo local em busca de informação sobre a gestão.

Os resultados da presente tese evidenciam que os governos locais dos países integrantes do bloco económico MERCOSUL ainda não despertaram para as potencialidades oferecidas pela Internet para promover o aumento da transparência e da *accountability* no setor público. Deste modo, torna-se essencial que os organismos reguladores da contabilidade pública promovam, em consonância com os princípios norteadores do movimento NPM, a difusão da prática de IFR no setor público.

É nossa convicção de que códigos de boas práticas relacionados com a divulgação eletrónica devem ser criados e difundidos no setor público dos países do MERCOSUL, especialmente no âmbito dos governos locais, de forma a evidenciar as potencialidades dessa ferramenta de gestão e os benefícios oriundos da adoção dessa prática na gestão pública.

6.2 Limitações do estudo empírico

Uma vez que a presente investigação possui carácter essencialmente exploratório, é importante que os seus resultados sejam interpretados com precaução, em decorrência das limitações que lhe são inerentes.

Uma das limitações diz respeito aos itens que compuseram as dimensões do ID. Apesar de termos selecionado rigorosamente os itens na construção do ID, com base em estudos empíricos e na norma internacional de contabilidade IPSAS 1 da IFAC, de forma a torna-lo aplicável à realidade local, tal seleção pode não ter abordado todas as minúcias da divulgação da informação financeira através da Internet no governos locais brasileiros.

Ainda no que diz respeito à construção do ID, consideramos que uma outra limitação está relacionada com a utilização de itens dicotómicos para pontuar cada componente do ID. A utilização de um índice dicotómico pode ser considerada como uma simplificação, embora esse tipo de índice tenha sido amplamente utilizado em investigações desenvolvidas na linha de pesquisa sobre IFR. Decidimos utilizar essa métrica tendo em vista a subjetividade concernente a ID com itens ponderados. No entanto, itens dicotómicos podem não expressar corretamente determinados aspetos ligados à prática de divulgação eletrónica, como, por exemplo, as características qualitativas da informação financeira.

Também entendemos que a recolha dos dados na Venezuela pode ser considerada uma limitação da presente investigação, por ter sido realizada em período temporal distinto da recolha nos demais países do MERCOSUL. No entanto, tal limitação se deu em virtude da controversa entrada deste país no bloco económico MERCOSUL, após a suspensão do Paraguai em decorrência do processo repentino de *impeachment* sofrido pelo seu presidente. Realizámos a recolha dos dados na Venezuela somente após a ratificação do seu ingresso no MERCOSUL por parte do parlamento paraguaio, conforme referido na secção **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

Outra limitação está relacionada com a *proxy* utilizada para mensurar o nível de endividamento do governo local. Dado que há grande divergência na literatura no que diz respeito a esta *proxy*, decidimos adotar a rácio entre as dívidas totais e o número de

habitantes, já que consideramos ser esta a mais abrangente. No entanto, é possível que outras *proxies* possam expressar melhor o nível de endividamento dos governos locais, ao considerar somente a dívida de longo prazo ou a razão entre a dívida (total ou de longo prazo) e o ativo total.

A omissão de variáveis independentes poderá, igualmente, ser considerada uma limitação do presente estudo, no que se refere à identificação de outros fatores determinantes da prática de IFR nos governos locais do Brasil.

Tendo em vista que a adoção da prática de divulgação da informação financeira através da Internet por parte dos governos locais da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela foi quase inexistente, o estudo da extensão e dos fatores determinantes da prática de IFR restringiu-se, por questões estatísticas já referidas na secção 5.1.1, ao ambiente dos governos locais brasileiros. Tal facto pode constituir uma limitação do estudo, dado que não foi possível analisarmos, comparativamente, a extensão e os fatores determinantes da prática de IFR entre os países do MERCOSUL.

A seguir, apresentamos algumas propostas de trabalho futuro, que poderão, eventualmente, superar algumas das limitações da presente investigação.

6.3 Propostas de trabalho futuro

Oportunidades de investigações futuras incluem o refinamento do ID proposto neste estudo, através da inclusão de outros itens (dicotómicos ou ponderados) que não tenham sido utilizados no presente estudo.

Este estudo poderá ainda ter desenvolvimentos através da introdução, no modelo proposto, de outras variáveis independentes, que podem ser testadas para identificar outros fatores que porventura sejam determinantes da prática de IFR no MERCOSUL.

Também sugerimos que seja realizado um estudo com o objetivo de desenvolver um código de boas práticas de divulgação da informação financeira através da Internet que compreenda o uso de redes sociais e outras inovações tecnológicas, especificamente para as entidades do setor público.

Finalmente, estudos futuros poderão utilizar outras teorias para alargar o quadro teórico integrado, relacionado com a prática de IFR, e testá-lo empiricamente.

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AASB. (1990). *Qualitative Characteristics of Financial Information*. Acedido a 18 de agosto de 2012. Disponível em http://www.aasb.gov.au/admin/file/content102/c3/SAC3_890_2001V.pdf.
- Abdelsalam, O. H., Bryant, S. M. e Street, D. L. (2007). An Examination of the Comprehensiveness of Corporate Internet Reporting Provided by London-Listed Companies. *Journal of International Accounting Research*, 6(2), 1-33.
- Abdolmohammadi, M., Harris, J. e Smith, K. (2002). Government Financial Reporting on the Internet: The Potential Revolutionary Effects of XBRL. *Journal of Government Financial Management*, 51(2), 24-31.
- Abu Bakar, N. B. e Saleh, Z. (2011). Incentives for Disclosure of Accounting Information in Public Sector: A Literature Survey. *International Research Journal of Finance and Economics*, 75(1), 24-38.
- Al-Htaybat, K., Alberty-Alhtaybat, L. v. e Hutaibat, K. A. (2011). Users' Perceptions on Internet Financial Reporting Practices in Emerging Markets: Evidence from Jordan. *International Journal of Business & Management*, 6(9), 170-182.
- Alam, S., Yeow, P. e Loo, H. (2011). An Empirical Study on Online Social Networks Sites Usage: Online Dating Sites Perspective. *International Journal of Business and Management*, 6(10), 155-161.
- Ali Khan, M. N. A. e Ismail, N. A. (2011). The Use of Disclosure Indices in Internet Financial Reporting Research. *Journal of Global Business and Economics*, 3(1), 157-173.
- Ali Khan, M. N. A. e Ismail, N. A. (2012). Various Aspects of Internet Financial Reporting: Evidence from Malaysian Academician. *Journal of Global Business & Economics*, 4(1), 1-15.
- Allam, A. e Lymer, A. (2003). Developments in Internet Financial Reporting: Review and Analysis Across Five Developed Countries. *The International Journal of Digital Accounting Research*, 3(6), 165-199.
- Almilia, L. S. (2009). Determining Factors of Internet Financial Reporting in Indonesia. *Accounting & Taxation*, 1(1), 87-99.
- Aly, D. A. M. (2008). *Assessing the Development of Voluntary Internet Financial Reporting and Disclosure in Egypt*. Tese doutoral em contabilidade, Hull University Business School, Kingston upon Hull. Acedido a 25 de outubro de 2011. Disponível em <https://edocs.hull.ac.uk/muradora/objectView!getDataStreamContent.action?pid=hull:2690&dsid=document.pdf&mimeType=application/pdf>.
- Aly, D. A. M., Simon, J. e Hussainey, K. (2010). Determinants of Corporate Internet Reporting: Evidence from Egypt. *Managerial Auditing Journal*, 25(2), 182-202.
- An, Y., Davey, H. e Eggleton, I. R. C. (2011). Towards a Comprehensive Theoretical Framework for Voluntary IC Disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 12(4), 1-20.
- Andrea, M. (2007). El Estado municipal en Argentina. *Provincia*(7), 2-8.

- Andrews, C. W., Comini, G. e Vieira, E. H. (1999). Continuities and Change in Brazilian Administrative Reform: A Critical Review and Analysis. *The International Journal of Public Sector Management*, 12(6), 482-500.
- Apostolou, A. K. e Nanopoulos, K. A. (2009). Interactive Financial Reporting Using XBRL: An Overview of the Global Markets and Europe. *International Journal of Disclosure & Governance*, 6(3), 262-272.
- Armstrong, C. L. (2011). Providing a Clearer View: An Examination of Transparency on Local Government Websites. *Government Information Quarterly*, 28(1), 11-16.
- Ashbaugh, H., Johnstone, K. M. e Warfield, T. D. (1999). Corporate Reporting on the Internet. *Accounting Horizons*, 13(3), 241-257.
- Asselin, L. M. (2000). *De la política a la práctica: reformas a los sistemas de administración financiera del sector público*. Paper apresentado em XI Seminário Regional de Política Fiscal, Brasília-DF, Brasil. Acedido a 13 de janeiro de 2015. Disponível em <http://blog.pucp.edu.pe/media/3746/20110526Reforma%20de%20La%20Administracion%20Financiera.pdf>.
- Baber, W. R. (1983). Toward Understanding the Role of Auditing in the Public Sector. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 213-227.
- Baber, W. R. e Sen, P. K. (1984). The Role of Generally Accepted Reporting Methods in the Public Sector: An Empirical Test. *Journal of Accounting and Public Policy*, 3(2), 91-106.
- Banker, R. D. e Patton, J. M. (1987). Analytical Agency Theory and Municipal Accounting: An Introduction and an Application. *Research in Governmental and Non-profit Accounting*, 3(B), 29-50.
- Barber, B. R. (2001). Which Technology for Which Democracy? Which Democracy for Which Technology? *International Journal of Communications, Law, and Policy*, 6(Winter), 1-8.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Bartulović, M. e Pervan, I. (2014). Determinants of Voluntary Internet Financial Reporting: Analysis for Selected CEE Countries. *International Journal of Economics and Statistics*, 2(1), 32-39.
- Beattie, V. e Pratt, K. (2003). Issues Concerning Web-based Business Reporting: An Analysis of the Views of Interested Parties. *The British Accounting Review*, 35(2), 155-187.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. Glencoe: Free Press.
- Berle, A. e Means, G. (1932). *The Modern Corporate and Private Property*. New York: McMillan.
- Bertot, J. C., Jaeger, P. T. e Grimes, J. M. (2010). Using ICTs to Create a Culture of Transparency: E-government and Social Media as Openness and Anti-corruption Tools for Societies. *Government Information Quarterly*, 27(3), 264-271.
- Besley, T., Montalvo, J. G. e Reynal-Querol, M. (2011). Do Educated Leaders Matter? *The Economic Journal*, 121(554), 205-227.
- Besley, T., Pande, R. e Rao, V. (2005). Political Selection and the Quality of Government: Evidence from South India. *CEPR Discussion Paper n° 921*. Acedido a 18 de janeiro de 2015. Disponível em http://www.econ.yale.edu/growth_pdf/cdp921.pdf.
- Besley, T. e Reynal-Querol, M. (2011). Do Democracies Select More Educated Leaders? *The American Political Science Review*, 105(3), 552-566.
- Bhatnagar, S. e Deane, A. (2004). Building-blocks of E-government: Lessons from Developing Countries. *PREM Notes, Public Sector*, 91, 1-4.
- Bhuiyan, S. H. e Amagoh, F. (2011). Public Sector Reform in Kazakhstan: Issues and Perspectives. *International Journal of Public Sector Management*, 24(3), 227-249.
- Bland, J. M. e Altman, D. G. (1997). Statistics Notes: Cronbach's Alpha. *British Medical Journal*, 314(7080), 572.

- Bonsón, E., Cortijo, V. e Escobar, T. (2009). Towards the Global Adoption of XBRL Using International Financial Reporting Standards (IFRS). *International Journal of Accounting Information Systems*, 10(1), 46-60.
- Bonsón, E. e Escobar, T. (2002). A Survey on Voluntary Disclosure on the Internet. Empirical Evidence from 300 European Union Companies. *The International Journal of Digital Accounting Research*, 2(1), 27-51.
- Bonsón, E. e Escobar, T. (2006). Digital Reporting in Eastern Europe: An Empirical Study. *International Journal of Accounting Information Systems*, 7(4), 299-318.
- Bonsón, E. e Gandia, J. L. (2002). *Código de Buenas Prácticas para la Divulgación de Información Financiera por Internet*. Madrid: Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas.
- Bouwman, H. e Nouwens, J. (1999). Governments as Electronic Publishers? The Dutch Case. *Government Information Quarterly*, 16(1), 29-45.
- Bowrin, A. R. (2015). Comprehensiveness of Internet Reporting by Caribbean Companies. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 5(1).
- Boyd, D. e Ellison, N. (2008). Social Network Sites: Definition, History and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13, 210-230.
- Bozcuk, A., Arzova, B. S. e Aslan, S. (2009). *Internet Financial Reporting: The Case of Turkey*. Paper apresentado em 2nd EUROMED Conference of the EUROMED Academy of Business. Acedido a 19 de janeiro de 2015. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1490523>.
- Brecher, C., Richwenger, K. e Wagner, M. V. (2003). An Approach to Measuring the Affordability of State Debt. *Public Budgeting & Finance*, 23(4), 65-85.
- Brown, N. e Deegan, C. (1998). The Public Disclosure of Environmental Performance Information: A Dual Test of Media Agenda Setting Theory and Legitimacy Theory. *Accounting & Business Research*, 29(1), 21-41.
- Burnett, G., Jaeger, P. T. e Thompson, K. M. (2008). Normative Behavior and Information: The Social Aspects of Information Access. *Library & Information Science Research*, 30(1), 56-66.
- Caba Pérez, C. e López Hernández, A. M. (2003). La Difusión de Información Financiera Gubernamental en los Países del MERCOSUR: Su Armonización a través de la Aplicación de las IPSASs de la IFAC. *Revista Contabilidade & Finanzas - USP*, 33, 90-100.
- Caba Pérez, C. e López Hernández, A. M. (2009). Governmental Financial Transparency in MERCOSUR Member Countries. *International Review of Administrative Sciences*, 75(1), 169-181.
- Caba Pérez, C., Lopez Hernández, A. M. e Rodriguez Bolívar, M. P. (2005). Citizens' Access to On-line Governmental Financial Information: Practices in the European Union Countries. *Government Information Quarterly*, 22(2), 258-276.
- Caba Pérez, C., Rodríguez Bolívar, M. P. e López Hernández, A. M. (2008). e-Government Process and Incentives for Online Public Financial Information. *Online Information Review*, 32(3), 379-400.
- CAInfo. (2011). *Venciendo la Cultura del Secreto*. Montevideo: Centro de Archivos y Acceso a la Información Pública. Acedido a 13 de novembro de 2014. Disponível em http://www.consejotransparencia.cl/consejo/site/artic/20130820/asocfile/20130820152206/venciendo_1_a_cultura_del_secreto.pdf.
- Caldwell, B., Cooper, M., Reid, L. G. e Vanderheiden, G. (2008). Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0. Acedido a 18 de fevereiro de 2013. Disponível em <http://www.w3.org/TR/WCAG20/>.
- Calero, C., Ruiz, J. e Piattini, M. (2005). Classifying Web Metrics Using the Web Quality Model. *Online Information Review*, 29(3), 227-248.

- Calista, D. J. e Melitski, J. (2007). E-government and E-governance: Converging Constructs of Public Sector Information and Communications Technologies. *Public Administration Quarterly*, 31(1), 87-120.
- Callahan, K. (2002). The Utilization and Effectiveness of Citizen Advisory Committees in the Budget Process of Local Governments. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 14(2), 295-319.
- Cárcaba García, A. e García-García, J. (2010). Determinants of Online Reporting of Accounting Information by Spanish Local Government Authorities. *Local Government Studies*, 36(5), 679-695.
- Carrizales, T. (2008). Critical Factors in an Electronic Democracy: a Study of Municipal Managers. *The Electronic Journal of e-Government*, 6(1), 23-30.
- Carta Orgânica do Município de Santa Fé, Argentina, Província de Santa Fé, 18 de setembro de 1933. (1933). Acedido a 04 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.santafeciudad.gov.ar/media/files/Carta%20organica%201933.pdf>.
- Cerrillo-i-Martínez, A. (2011). The Regulation of Diffusion of Public Sector Information via Electronic Means: Lessons from the Spanish Regulation. *Government Information Quarterly*, 28(2), 188-199.
- Chatterjee, B. e Hawkes, L. (2008). Does Internet Reporting Improve the Accessibility of Financial Information in a Global World? A Comparative Study of New Zealand and Indian Companies. *The Australasian Accounting Business & Finance Journal*, 2(4), 33-56.
- Cheng, R. H. (1992). An Empirical Analysis of Theories on Factors Influencing State Government Accounting Disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 11(1), 1-42.
- Christiaens, J. (1999). Financial Accounting Reform in Flemish Municipalities: An Empirical Investigation. *Financial Accountability & Management*, 15(1), 21-40.
- Clarke, R. (1999). A Primer in Diffusion of Innovations Theory. Acedido a 25 de fevereiro de 2012. Disponível em <http://www.rogerclarke.com/SOS/InnDiff.html>.
- Coleman, S. (2004). Connecting Parliament to the Public via the Internet. *Information, Communication & Society*, 7(1), 1-22.
- Collis, J. e Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação* (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Constituição da República Bolivariana da Venezuela, Venezuela, *Gazeta Oficial Extraordinária* 5.908, 19 de fevereiro de 2009. (2009). Acedido a 08 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.ceedcds.org.ar/Srd-LibBL/VEN/Constitucion.pdf>.
- Constituição da República Federativa do Brasil, Brasil, *Diário Oficial da República*, 05 de outubro de 1988. (1988). Acedido a 12 de janeiro de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- Cooper, D. R. e Schindler, P. S. (2011). *Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman.
- Corte-Real, I. (2008). Public Management Reform in Portugal: Successes and Failures. *International Journal of Public Sector Management*, 21(2), 205-229.
- Costa, A. P., Linhares, R. e Neri de Souza, F. (2012). *Possibilidades de Análise Qualitativa no WebQDA e Colaboração entre Pesquisadores em Educação em Comunicação*. Paper apresentado em 3º Simpósio Educação e Comunicação - Edição Internacional, Aracaju-SE, Brasil. Acedido a 04 de janeiro de 2015. Disponível em https://www.webqda.com/wp_site/wp-content/uploads/2012/12/artigo3SimposioEducacaoComunicacao2012.pdf.
- Craven, B. M. e Marston, C. L. (1999). Financial Reporting on the Internet by Leading UK Companies *European Accounting Review*, 8(2), 321-333.
- Davey, H. e Homkajohn, K. (2004). Corporate Internet Reporting: an Asian Example. *Problems and Perspectives in Management*, 2, 211-228.

- Dean, A. G., Dean, J. A., Burton, A. H. e Dicker, R. C. (1991). Epi Info: a General-purpose Microcomputer Program for Public Health Information Systems. *American Journal of Preventive Medicine*, 7(3), 178-182.
- Debreceeny, R. e Gray, G. L. (1999). Financial Reporting on the Internet and the External Audit. *European Accounting Review*, 8(2), 335-350.
- Debreceeny, R., Gray, G. L. e Rahman, A. (2002). The Determinants of Internet Financial Reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 21(1), 371-394.
- Decarie, C. (2010). Facebook: Challenges and Opportunities for Business Communication Students. *Business Communication Quarterly*, 73(4), 449-452.
- Decreto 1.172, Estabelece Normas de Acesso à Informação Pública, *Argentina, Boletim Oficial da República 30291, 03 de dezembro de 2003*. (2003). Acedido a 12 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/90000-94999/90763/norma.htm>.
- Decreto 1.361, institui o Regulamento Parcial 3 da Administração Financeira e dos Sistemas de Controle do Setor Público Nacional, *Argentina, Boletim Oficial da República 27954, 16 de agosto de 1994*. (1994). Acedido a 03 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=12904>.
- Decreto 3.776, Institui o Regulamento 1 da Lei Orgânica de Administração Financeira do Setor Público, *Venezuela, Presidência da República, 18 de julho de 2005*. (2005). Acedido a 10 de novembro de 2014. Disponível em http://www.ciens.ucv.ve/coordad/document/Leyes/GO5781_12082005_Regla1_LeyOrg_AdmFinan.pdf.
- Decreto 7.185, Dispõe sobre o Padrão Mínimo de Qualidade do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle, *Brasil, Presidência da República, 27 de maio de 2010*. (2010). Acedido a 12 de novembro de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7185.htm.
- Decreto 8.127, Regulamenta a Lei 1.535/1999, *Paraguai, Ministério da Fazenda, Presidência da República, 30 de março de 2000*. (2000). Acedido a 05 de novembro de 2000. Disponível em <http://www.hacienda.gov.py/web-hacienda/index.php?c=421>.
- Decreto 104, Normas de Contabilidade e Administração Financeira, *Uruguai, Diário Oficial da República 06 de fevereiro de 1968*. (1968). Acedido a 13 de janeiro de 2015. Disponível em http://www.parlamento.gub.uy/OtrosDocumentos/TOCAF/tex_tocaf.htm.
- Decreto 150, substitui o Texto Ordenado de Contabilidade e Administração Financeira (TOCAF), *Uruguai, Presidência da República, 11 de maio de 2012*. (2012). Acedido a 07 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.presidencia.gub.uy/normativa/decretos/decretos-05-2012>.
- Decreto 232, Regulamenta a Lei 18.381 de Acesso à Informação Pública, *Uruguai, Presidência da República, 2 de agosto de 2010*. (2010). Acedido a 18 de novembro de 2014. Disponível em http://www.agesic.gub.uy/innovaportal/file/1121/1/Dec_%20232_010.pdf.
- Decreto 484, Regulamenta o artigo 5º da Lei 18.381/2008, *Uruguai, Presidência da República, 19 de outubro de 2009*. (2009). Acedido a 12 de novembro de 2014. Disponível em <https://www.ute.com.uy/pags/Provedores/documentos/Normativa%20para%20internet/Aceso%20a%20la%20informacion%20publica/Dto%20484-00%20Ley%2018381.pdf>.
- Deegan, C. (2000). *Financial Accounting Theory*. Sydney: McGraw Hill Book Company.
- Deegan, C. (2002). The Legitimising Effect of Social and Environmental Disclosures: A Theoretical Foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282-311.
- Deegan, C. e Rankin, M. (1996). Do Australian Companies Report Environmental News Objectively? An Analysis of Environmental Disclosures by Firms Prosecuted Successfully by the Environmental Protection Authority. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(2), 50-69.

- Deegan, C., Rankin, M. e Tobin, J. (2002). An Examination of the Corporate Social and Environmental Disclosures of BHP from 1983-1997: A Test of Legitimacy Theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 312-343.
- Deegan, C. e Samkin, G. (2010). *New Zealand Financial Accounting*. Sidney: McGraw-Hill.
- Disposição 20, Argentina, Contadoria Geral da Nação, 21 de janeiro de 1999. (1999). Acedido a 03 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.mecon.gov.ar/hacienda/cgn/normas/disposiciones/1999/disp20.htm>.
- Dowling, J. e Pfeffer, J. (1975). Organizational Legitimacy: Social Values and Organizational Behavior. *Pacific Sociological Review*, 18(1), 122-136.
- Dubnick, M. J. (2002). *Seeking Salvation for Accountability*. Paper apresentado em 2002 Annual Meeting of the American Political Science Association, Boston. Acedido a 18 de janeiro de 2015. Disponível em <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un-dpadm/unpan044721.pdf>.
- Dunleavy, P., Margetts, H., Bastow, S. e Tinkler, J. (2006). New Public Management is Dead-long Live Digital-era Governance. *Journal of Public Administration Research & Theory*, 16(3), 467-494.
- Enofe, A. e Amaria, P. (2011). Extensible Business Reporting Language XBRL: A New Dimension In Financial Reporting. *International Journal of Business, Accounting, & Finance*, 5(1), 78-90.
- Ettredge, M., Richardson, V. J. e Scholz, S. (2001). The Presentation of Financial Information at Corporate Web Sites. *International Journal of Accounting Information Systems*, 2(3), 149-168.
- Ettredge, M., Richardson, V. J. e Scholz, S. (2002). Dissemination of Information for Investors at Corporate Web Sites. *Journal of Accounting and Public Policy*, 21(4-5), 357-369.
- European Commission. (2007). *MERCOSUR Regional Strategy Paper, 2007-2013*. Acedido a 07 de novembro de 2013. Disponível em http://eeas.europa.eu/mercosur/rsp/07_13_en.pdf.
- Evans, J. H. e Patton, J. M. (1983). An Economic Analysis of Participation in the Municipal Finance Officers Association Certificate of Conformance Program. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 151-175.
- Evans, J. H. e Patton, J. M. (1987). Signaling and Monitoring in Public-Sector Accounting. *Journal of Accounting Research*, 25(3), 130-158.
- Fargan, J. C. e Fargan, B. (2004). An Accessibility Study of State Legislative Web Sites. *Government Information Quarterly*, 21(1), 65-85.
- FASB. (2000). *Electronic Distribution of Business Reporting Information*. Steering Committee Report Series. Acedido a 18 de agosto de 2012. Disponível em <http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobkey=id&blobwhere=1175819611154&blobheader=application%2Fpdf&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs>.
- FASB. (2010). *Statement of Financial Accounting Concepts No. 8: Conceptual Framework for Financial Reporting*. Acedido a 19 de agosto de 2012. Disponível em <http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobkey=id&blobwhere=1175822892635&blobheader=application%2Fpdf&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs>.
- Ferreira, A. C. S. (2011). *Motivações do Gestor e Instrumentos Contabilísticos Utilizados na Gestão dos Resultados: O Caso das Autarquias Locais*. Tese doutoral em Contabilidade, Universidade de Aveiro, Aveiro. Acedido a 12 de fevereiro de 2013. Disponível em <https://www.ua.pt/research/ReadObject.aspx?obj=21075>.
- Field, A. (2009). *Descobrendo a Estatística Usando o SPSS*. Porto Alegre: Bookman.
- Foley, J. (2008). Service Delivery Reform Within the Canadian Public Sector: 1990-2002. *Employee Relations*, 3(3), 283-303.
- Freitas, A. L. P. e Rodrigues, S. G. (2005). A Avaliação da Confiabilidade de Questionários: Uma Análise Utilizando o Coeficiente Alfa de Cronbach. *XII SIMPEP - Simpósio de*

- Engenharia de Produção*. Acedido a 27 de fevereiro de 2013. Disponível em http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_12/copiar.php?arquivo=Freitas_ALP_A%20avalia%E7%E3o%20da%20confiabilidade.pdf.
- Frissen, V., Millard, J., Huijboom, N., Iversen, J. S., Kool, L., Kotterink, B., . . . Duin, P. v. d. (2007). *The Future of eGovernment: An Exploration of ICT-driven Models of eGovernment for the EU in 2020*. Sevilla: European Commission, Institute for Prospective Technological Studies.
- Fudge, M. (2011a). *Enhancing Transparency in Government Through Online Performance Reporting*. Paper apresentado em 1st Global Conference on Transparency Research, Newark, USA. Acedido a 18 de janeiro de 2015. Disponível em http://www.globalresearch.com.my/journal/business_v03n01/0012_Article_462_Final_PG157_173.pdf.
- Fudge, M. (2011b). *An Examination of the Factors that Influence Municipalities to Report Performance Measures Online*. Tese doutoral em Administração Pública, University of New Jersey, New Jersey. Acedido a 18 de janeiro de 2015. Disponível em <https://rucore.libraries.rutgers.edu/rutgers-lib/33507/PDF/1/>.
- Gallego Álvarez, I., García Sánchez, I. M. e Rodríguez Domínguez, L. (2009). Universities' Websites: Disclosure Practices and the Revelation of Financial Information. *International Journal of Digital Accounting Research*, 9, 153-192.
- Gandía, J. L. (2011). Internet Disclosure by Nonprofit Organizations: Empirical Evidence of Nongovernmental Organizations for Development in Spain. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40(1), 57-78.
- Gandía, J. L. e Archidona, M. C. (2008). Determinants of Web Site Information by Spanish City Councils. *Online Information Review*, 32(1), 35-57.
- García Sánchez, I. M., Rodríguez Domínguez, L. e Gallego Álvarez, I. (2011). Corporate Governance and Strategic Information on the Internet: A Study of Spanish Listed Companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24(4), 471-501.
- Garg, M. C. e Verma, D. (2010). Web-Based Corporate Reporting Practices in India. *IUP Journal of Accounting Research & Audit Practices*, 9(3), 7-19.
- Gibson, R., Lusoli, W. e Ward, S. (2002). UK Political Participation Online - The Public Response: A Survey of Citizens' Political Activity via the Internet. *European Studies Research Institute*. Acedido a 26 de junho de 2012. Disponível em <http://www.alle.de/transfer/downloads/MD357.pdf>.
- Giroux, G. (1989). Political Interests and Governmental Accounting Disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 8(3), 199-217.
- Giroux, G. e McLelland, A. J. (2003). Governance Structures and Accounting at Large Municipalities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(3), 203-230.
- Gong, W., Li, Z. G. e Stump, R. L. (2007). Global Internet Use and Access: Cultural Considerations. *Asia Pacific Journal of Marketing and Logistics*, 19(1), 57-74.
- Gore, A. K. (2004). The Effects of GAAP Regulation and Bond Market Interaction on Local Government Disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 23(1), 23-52.
- Gowthorpe, C. (2004). Asymmetrical Dialogue? Corporate Financial Reporting via the Internet. *Corporate Communications: An International Journal*, 9(4), 283-293.
- Gowthorpe, C. e Amat, O. (1999). External Reporting of Accounting and Financial Information via the Internet in Spain. *European Accounting Review*, 8(2), 365-371.
- Groff, J. E. e Pitman, M. K. (2004). Municipal Financial Reporting on the World Wide Web: A Survey of Financial Data Displayed on the Official Websites of the 100 Largest U.S. Municipalities. *The Journal of Government Financial Management*, 53(2), 20-29.
- Gujarati, D. N. e Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. Porto Alegre: Bookman.
- Gupta, M. P. e Jana, D. (2003). E-government Evaluation: A Framework and Case Study. *Government Information Quarterly*, 20(4), 365-387.

- Guthrie, J., Petty, R. e Ricceri, F. (2006). The Voluntary Reporting of Intellectual Capital: Comparing Evidence from Hong Kong and Australia. *Journal of Intellectual Capital*, 7(2), 254-271.
- Hanifa, M. H. e Ab Rashid, H. (2005). The Determinants of Voluntary Disclosures in Malaysia: The Case of Internet Financial Reporting. *UNITAR E-Journal*, 2(1), 22-42.
- Heeks, R. (2005). E-Government as a Carrier of Context. *Journal of Public Policy*, 25(1), 51-74.
- Hill, C. J., Lynn Jr, L. E., Proeller, I. e Schedler, K. (2005). Introduction to a Symposium on Public Governance. *Policy Studies Journal*, 33(2), 203-211.
- Holzer, M. e Kim, S. T. (2003). *Digital Governance in Municipalities Worldwide: An Assessment of Municipal Web Sites Throughout the World*. Newark: Rutgers University, E-Governance Institute.
- Hood, C. (1991). A Public Management for All Seasons? *Public Administration*, 69(1), 3-19.
- Hood, C. (1995). The “New Public Management” in the 1980s: Variations on a Theme. *Accounting, Organizations and Society*, 20(2-3), 93-109.
- Hopwood, A. G. e Miller, P. (1994). *Accounting as Social and Institutional Practice*. New York: Cambridge University Press.
- IASB. (1989). *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*. Acedido a 19 de agosto de 2012. Disponível em http://www.tim.ethz.ch/education/courses/courses_fs_2009/course_copfi_fs_2009/IFRS_Framework.pdf.
- IBGE. (2009). *Perfil dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE. Acedido a 13 de maio de 2013. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>.
- IFAC. (2008). *Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities*. Acedido a 18 de agosto de 2012. Disponível em http://www.aasb.gov.au/admin/file/content102/c3/IPSASB_Consultation_Paper_Conceptual_Framework_Phase_1.pdf.
- Inchausti, B. G. (1997). The Influence of Company Characteristics and Accounting Regulation on Information Disclosed by Spanish Firms. *European Accounting Review*, 6(1), 45-68.
- INDEC. (2001). *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001*. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. Acedido a 17 de outubro de 2012. Disponível em <http://www.indec.mecon.ar>.
- Ingram, R. W. (1984). Economic Incentives and the Choice of State Government Accounting Practices. *Journal of Accounting Research*, 22(1), 126-144.
- Ingram, R. W. e DeJong, D. V. (1987). The Effect of Regulation on Local Government Disclosure Practices. *Journal of Accounting and Public Policy*, 6(4), 245-270.
- International Telecommunication Union. (2013). *ICT Facts and Figures*. Acedido a 25 de agosto de 2013. Disponível em <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2013.pdf>.
- Jaeger, P. T. e Bertot, J. C. (2010). Transparency and Technological Change: Ensuring Equal and Sustained Public Access to Government Information. *Government Information Quarterly*, 27(4), 371-376.
- Jaeger, P. T. e Thompson, K. M. (2003). E-government Around the World: Lessons, Challenges, and Future Directions. *Government Information Quarterly*, 20(1), 389-394.
- Jensen, M. C. e Meckling, W. H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- Jo, S. e Kim, Y. (2003). The Effect of Web Characteristics on Relationship Building. *Journal of Public Relations Research*, 15(3), 199-223.
- Joseph, C., Pilcher, R. e Taplin, R. (2014). Malaysian Local Government Internet Sustainability Reporting. *Pacific Accounting Review*, 26(1/2), 75-93.

- Kaisara, G. e Pather, S. (2011). The e-Government Evaluation Challenge: A South African Batho Pele-aligned Service Quality Approach. *Government Information Quarterly*, 28(2), 211-221.
- Kaltenthaler, K. e Mora, F. O. (2002). Explaining Latin American Economic Integration: The Case of Mercosur. *Review of International Political Economy*, 9(1), 72-97.
- Keen, P. e McDonald, M. (2000). *The Eprocess Edge: Creating Customer Value and Business Wealth in the Internet Era*. Hightstown: McGraw-Hill, Inc.
- Kelton, A. (2008). The Impact of Corporate Governance on Internet Financial Reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(1), 62-87.
- Khadaroo, M. I. (2005). Business Reporting on the Internet in Malaysia and Singapore: A Comparative Study. *Corporate Communications: An International Journal*, 10(1), 58-68.
- Kim, P. S., Halligan, J., Cho, N., Oh, C. H. e Eikenberry, A. M. (2005). Toward Participatory and Transparent Governance: Report on the Sixth Global Forum on Reinventing Government. *Public Administration Review*, 65(6), 646-654.
- Kirkham, L. e Chapman, G. (2010). Government Transparency: Trends in Texas. *Texas Business Review* 1, 1-6.
- Kloby, K. (2009). Less is More: Exploring Citizen-based Financial Reporting in Local Government. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 21(3), 367-391.
- Kravitz, R. H. (2009). Socially Responsible Accounting. *CPA Journal*, 79(11), 16-22.
- Kudo, H. (2008). Does E-government Guarantee Accountability in Public Sector? Experiences in Italy and Japan. *Public Administration Quarterly*, 32(1), 93-120.
- Kull, J. C. C. e Abraham, C. P. (2008). XBRL & Public Sector Financial Reporting. *The Journal of Government Financial Management*, 57(2), 28-32.
- Kuzma, J. M. (2010). Accessibility Design Issues with UK E-government Sites. *Government Information Quarterly*, 27(2), 141-146.
- La Ferle, C., Edwards, S. M. e Mizuno, Y. (2002). Internet Diffusion in Japan: Cultural Considerations. *Journal of Advertising Research*, 42(2), 65-79.
- Laakso, M. e Taagepera, R. (1979). 'Effective' Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, 23(1), 3-27.
- Lakatos, E. M. e Marconi, M. d. A. (1992). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lapsley, I. (1999). Accounting and the New Public Management: Instruments of Substantive Efficiency or a Rationalising Modernity? *Financial Accountability & Management*, 15(3-4), 201-207.
- Lapsley, I. (2009). New Public Management: The Cruellest Invention of the Human Spirit? *Abacus*, 45(1), 1-21.
- Laswad, F., Fisher, R. e Oyelere, P. B. (2001). Public Sector Financial Disclosure on the Internet : A Study of New Zealand Local Authorities. *Lincoln University. Commerce Division*. Acedido a 19 de janeiro de 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/10182/320>.
- Laswad, F., Fisher, R. e Oyelere, P. B. (2005). Determinants of Voluntary Internet Financial Reporting by Local Government Authorities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2), 101-121.
- Layne, K. e Lee, J. (2001). Developing Fully Functional E-government: A Four Stage Model. *Government Information Quarterly*, 18(2), 122-136.
- Lee, M. e Park, H. W. (2012). Exploring the Web Visibility of World-class Universities. *Scientometrics*, 90(1), 201-218.

- Lei 1.250, Normas de Contabilidade e Controlo Fiscal na Administração Central, *Paraguai, Gazeta Oficial da República, 17 de julho de 1967*. (1967). Acedido a 13 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.bacn.gov.py/MjQ0MA==&ley-nro-n-1250>.
- Lei 1.294, Lei Orgânica Municipal, *Paraguai, Gazeta Oficial da República, 09 de dezembro de 1987*. (1987). Acedido a 12 de janeiro de 2015. Disponível em <http://paraguay.justia.com/nacionales/leyes/ley-1294-dec-18-1987/gdoc/>.
- Lei 1.535, Lei de Administração Financeira do Estado, *Paraguai, Gazeta Oficial da República, 31 de dezembro de 1999*. (1999). Acedido a 05 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.hacienda.gov.py/web-hacienda/index.php?c=421>.
- Lei 3.966, Lei Orgânica Municipal, *Paraguai, Gazeta Oficial da República 28, 8 de fevereiro de 2010*. (2010). Acedido a 06 de novembro de 2014. Disponível em http://www.opaci.org.py/biblioteca/leyes/Ley_3966_2010.pdf.
- Lei 4.320, Lei Geral da Administração Financeira para a Elaboração e Controlo dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, *Brasil, Diário Oficial da União, 17 de março de 1964*. (1964). Acedido a 05 de novembro de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm.
- Lei 5.189 (2014), Lei de Informação Pública, *Paraguai, Gazeta Oficial da República nº 95, 21 de maio de 2014*. (2014). Acedido a 06 de novembro de 2014. Disponível em http://www.pj.gov.py/descargas/ID1-576_ley_5189_14.pdf.
- Lei 5.282, Lei de Acesso à Informação Pública e Transparência Governamental, *Paraguai, Gazeta Oficial da República nº 180, 18 de setembro de 2014*. (2014). Acedido a 06 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.mjt.gov.py/controlpw/admin/archivos/LEY%205282-14%20AIP.pdf>.
- Lei 9.755, Lei de Criação da Homepage "Contas Públicas" pelo Tribunal de Contas da União, *Brasil, Diário Oficial da União, 16 de dezembro de 1998*. (1998). Acedido a 05 de novembro de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/l_01/leis/19755.htm.
- Lei 12.527, Lei de Acesso à Informação Pública, *Brasil, Diário Oficial da União, 18 de novembro de 2011*. (2011). Acedido a 05 de novembro de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm.
- Lei 12.802, Normas de Ordenamento Financeiro, *Uruguai, Diário Oficial da República, 30 de novembro de 1960*. (1960). Acedido a 13 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=12802&Anchor=>.
- Lei 12.961, Lei de Contabilidade, *Argentina, Boletim Oficial da República 15.736, 02 de abril de 1947*. (1947). Acedido a 13 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/verNorma.do;jsessionid=D7E310DEBF0FEDD75C08BE22B8C541F6?id=45161>.
- Lei 16.736, Lei do Orçamento Nacional, *Uruguai, Diário Oficial da República, 12 de janeiro de 1996*. (1996). Acedido a 13 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.latu.org.uy/docs/29710.pdf>.
- Lei 18.381, Lei de Direito de Acesso à Informação Pública, *Uruguai, Diário Oficial da República 27.607, 17 de outubro de 2008*. (2008). Acedido a 12 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18381&Anchor=>.
- Lei 18.567, Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã, *Uruguai, Diário Oficial da República 27.838, 19 de outubro de 2009*. (2009). Acedido a 07 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18567&Anchor=>.
- Lei 18.653, Estabelece a Criação de 89 Municípios, *Uruguai, Diário Oficial da República 27.940, 19 de março de 2010*. (2010). Acedido a 07 de novembro de 2010. Disponível em <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18653&Anchor=>.

- Lei 18.834, Prestação de Contas e Balanço da Execução Orçamental do Exercício de 2010, *Uruguai, Diário Oficial da República* 28.351, 17 de novembro de 2011. (2011). Acedido a 07 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/TextoLey.asp?Ley=18834&Anchor=>.
- Lei 24.156, Administração Financeira e dos Sistemas de Controle do Setor Público Nacional, *Argentina, Boletim Oficial da República* 27.503, 29 de Outubro de 1992. (1992). Acedido a 03 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=554>.
- Lei 24.430, Constituição da Nação Argentina, *Argentina, Boletim Oficial da República* 28.057, 10 de janeiro de 1995. (1994). Acedido a 03 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>.
- Lei 25.917, Regime Federal de Responsabilidade Fiscal, *Argentina, Boletim Oficial da República* 30.470, 25 de agosto de 2004. (2004). Acedido a 04 de novembro de 2014. Disponível em <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/95000-99999/97698/norma.htm>.
- Lei Complementar 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, *Brasil, Diário Oficial da União, 4 de maio de 2000*. (2000). Acedido a 05 de novembro de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.
- Lei Complementar 131, Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, *Brasil, Diário Oficial da União, 27 de maio de 2009*. (2009). Acedido a 29 de dezembro de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm.
- Lei de Infogoverno, *Venezuela, Gazeta Oficial da República* 40.274, 17 de outubro de 2013. (2013). Acedido a 18 de novembro de 2014. Disponível em http://www.cnti.gob.ve/images/stories/documentos_pdf/leydeinfogob.pdf.
- Lei Orgânica da Administração Financeira do Setor Público, *Venezuela, Gazeta Oficial da República* 37.029, 05 de setembro de 2000. (2000). Acedido a 13 de janeiro de 2015. Disponível em http://www.oas.org/juridico/spanish/ven_res35.pdf.
- Lei Orgânica da Administração Financeira do Setor Público, *Venezuela, Gazeta Oficial da República* 40.311, 9 de dezembro de 2013. (2013). Acedido a 09 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.uideporte.edu.ve/WEB/pdf/leyes/LOAFSP.pdf>.
- Lei Orgânica da Fazenda Pública Nacional, *Venezuela, Gazeta Oficial da República* 1.660 21 de junho de 1974. (1974). Acedido a 13 de janeiro de 2015. Disponível em http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic4_ven_ley_org_hac_pub_may.pdf.
- Lei Orgânica do Poder Público Municipal, *Venezuela, Gazeta Oficial Extraordinária da República* 6.015, 28 de dezembro de 2010. (2010). Acedido a 09 de novembro de 2014. Disponível em http://www.cne.gob.ve/web/normativa_electoral/LEY_ORGANICA_DEL_PODER_PUBLICO_MUNICIPAL.pdf.
- Lei Orgânica do Regime Municipal, *Venezuela, Gazeta Oficial da República* 4.109, 15 de junho de 1989. (1989). Acedido a 09 de novembro de 2014. Disponível em http://www.oas.org/juridico/spanish/ven_res48.pdf.
- Lenk, K. (2002). Electronic Service Delivery: A Driver of Public Sector Modernization. *Information Policy*, 7, 87-96.
- Lester, W. F. (2007). XBRL: The New Language of Corporate Financial Reporting. *Business Communication Quarterly*, 70(2), 226-231.
- Lim, S. e McKinnon, J. (1993). Voluntary Disclosure by NSW Statutory Authorities: The Influence of Political Visibility. *Journal of Accounting and Public Policy*, 12(3), 189-216.
- Lindblom, C. (1994). *The Implications of Organizational Legitimacy for Corporate Social Performance and Disclosure*. Paper apresentado em Critical Perspectives on Accounting Conference, New York.
- Liou, K. (2007). Applying Good Governance Concept to Promote Local Economic Development: Contribution and Challenge. *International Journal of Economic Development*, 9(1/2), 1-31.

- Liu, X. e Anbumozhi, V. (2009). Determinant Factors of Corporate Environmental Information Disclosure: An Empirical Study of Chinese Listed Companies. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), 593-600.
- Llorca, A., Fernández-Durán, L. e Rech, G. C. S. (2009). ICT Introduction in the City Councils. A Regional Analysis. *Service Business*, 3(2), 131-147.
- Lobo, L. C. D. (2000). *Los Institutos y Centros Gubernamentales de Hacienda como Instrumentos para la Reforma del Estado*. Paper apresentado em V Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, República Dominicana. Acedido a 13 de janeiro de 2015. Disponível em <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0038405.pdf>.
- Lodhia, S. K., Allam, A. e Lymer, A. (2004). Corporate Reporting on the Internet in Australia: An Exploratory Study. *Australian Accounting Review*, 14(3), 64-71.
- Lööf, A. (2008). *Internet Usage in 2008 – Households and Individuals*. Eurostat ICT Statistics. Acedido a 19 de fevereiro de 2013. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-QA-08-046/EN/KS-QA-08-046-EN.PDF.
- Lourenço, R., Sá, P. M. e Jorge, S. (2012). Transparência nas Câmaras Municipais Portuguesas : Informação Divulgada nos Sítios da Região Centro. *Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas - Publicações em Revistas Nacionais*. Acedido a 19 de janeiro de 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/23347>.
- Luehlfing, M. S. (1996). Municipal Budgets: Governance, Surveillance, and Legitimation. *Public Budgeting and Financial Management*, 8(2), 188-204.
- Luke, B., Kearins, K. e Verreynne, M.-L. (2011). The Risks and Returns of New Public Management: Political Business. *International Journal of Public Sector Management* 24(4), 325-355.
- Lybaert, N. (2002). On-Line Financial Reporting: An Analysis of the Dutch Listed Firms. *The International Journal of Digital Accounting Research*, 2(4), 195-234.
- Lymer, A. (1999). Internet and the Future of Reporting in Europe. *European Accounting Review*, 8(2), 289-301.
- Lymer, A., Debreceny, R., Gray, G. e Rahman, A. (1999). *Business Reporting on the Internet: A Report Prepared for the International Accounting Standards Committee*. London, UK: International Accounting Standards Committee.
- Maesschalck, J. (2004). The Impact of New Public Management Reforms on Public Servants' Ethics: Towards a Theory. *Public Administration*, 82(2), 465-489.
- Magness, V. (2006). Strategic Posture, Financial Performance and Environmental Disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(4), 540-563.
- Mahajan, V. e Peterson, R. A. (1985). *Models for Innovation Diffusion*. California: Sage publication, Inc.
- Máiz, R. (2003). Jama, Caleta y Camello: Corruption as Self-reinforcing Mechanism of Political Clientelism. *Revista Mexicana de Sociología*, 65(1), 3-39.
- Maroco, J. (2010). *Análise Estatística com Utilização do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Maroco, J. e Garcia-Marques, T. (2006). Qual a Fiabilidade do Alfa de Cronbach? Questões Antigas e Soluções Modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- Marston, C. (1996). The Organization of the Investor Relations Function by Large UK Quoted Companies. *Omega*, 24(4), 477-488.
- Marston, C. (2003). Financial Reporting on the Internet by Leading Japanese Companies. *Corporate Communications: An International Journal*, 8(1), 23-34.
- Marston, C. e Polei, A. (2004). Corporate Reporting on the Internet by German Companies. *International Journal of Accounting Information Systems*, 5(3), 285-311.

- Martinez, L. F. e Ferreira, A. I. (2010). *Análise de Dados com SPSS: Primeiros Passos*. Lisboa: Escolar Editora.
- McIvor, R., McHugh, M. e Cadden, C. (2002). Internet Technologies: Supporting Transparency in the Public Sector. *The International Journal of Public Sector Management*, 15(3), 170-187.
- McNeal, R., Hale, K. e Dotterweich, L. (2008). Citizen-Government Interaction and the Internet: Expectations and Accomplishments in Contact, Quality, and Trust. *Journal of Information Technology & Politics*, 5(2), 213-229.
- Mendes, H. C. A. (2012). *Divulgação da Informação Financeira via Internet das Autarquias Locais*. Tese de mestrado em Contabilidade e Administração Pública, Universidade de Aveiro, Aveiro. Acedido a 20 de janeiro de 2014. Disponível em <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/10589/1/disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- Mergel, I. (2010). Gov 2.0 Revisited: Social Media Strategies in the Public Sector. *PA Times*, 33(3), 7-10.
- Mohamed, E. K. A. (2010). Internet Financial Reporting (IFR) in the GCC: Extent and Practices. *International Journal of Accounting and Finance*, 2(1), 113-129.
- Mohamed, E. K. A., Oyelere, P. e Al-Busaidi, M. (2009). A Survey of Internet Financial Reporting in Oman. *International Journal of Emerging Markets*, 4(1), 56-71.
- Momany, M. T., Al-Malkawi, H.-A. N. e Mahdy, E. A. (2014). Internet Financial Reporting in an Emerging Economy: Evidence from Jordan. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 4(2), 158-174.
- Monfardini, P. (2010). Accountability in the New Public Sector: A Comparative Case Study. *The International Journal of Public Sector Management*, 23(7), 632-646.
- Moon, M. J. (2002). The Evolution of E-government Among Municipalities: Rhetoric or Reality? *Public Administration Review*, 62(4), 424-433.
- Moradi, M., Salehi, M. e Arianpoor, A. (2011). A Study of the Reasons for Shortcomings in Establishment of Internet Financial Reporting in Iran. *Amity Global Business Review*, 6(1), 61-80.
- Morris, R. D. (1987). Signalling, Agency Theory and Accounting Policy Choice. *Accounting and Business Research*, 18(69), 47-56.
- Musso, J., Weare, C. e Hale, M. (2000). Designing Web Technologies for Local Governance Reform: Good Management or Good Democracy? *Political Communication*, 17(1), 1-19.
- Nugent, J. D. (2001). If E-Democracy Is the Answer, What's the Question? *National Civic Review*, 90(3), 221-234.
- OCDE. (2003). *The eGovernment Imperative: main findings*. Acedido a 11 de fevereiro de 2013. Disponível em <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/APCITY/UNPAN015120.pdf>.
- OCDE. (2011). *OECD Broadband Statistics: Households with Broadband Access, 2010*. Acedido a 16 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/59/39574039.xls>.
- OCDE/IDB. (2014). *Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2014: Towards Innovative Public Financial Management*. Paris: OECD Publishing.
- Ongaro, E. e Valotti, G. (2008). Public Management Reform in Italy: Explaining the Implementation Gap. *International Journal of Public Sector Management*, 21(2), 174-204.
- Open Government Data. (2007). *8 Principles of Open Government Data*. Acedido a 16 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.opengovdata.org/home/8principles>.
- Ordenança Municipal 10.610, Sistemas de Administração Financeira e Controle Interno do Setor Público Municipal, Argentina, Cidade de Santa Fé de la Vera Cruz, 31 de agosto de 2000. (2000). Acedido a 04 de novembro de 2014. Disponível em http://www.concejosantafe.gov.ar/Legislacion/ordenanzas/ORDE_10610.pdf.

- Ordenança Municipal sobre Transparência e Acesso à Informação, *Venezuela, Alcaldía do Município de Chacao, 11 de dezembro de 2009*. (2009). Acedido a 12 de novembro de 2014. Disponível em <http://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2012/10/Ordenanza-AIP-Chacao1.pdf>.
- Ortiz, E. e Clavel, J. G. (2006). Índices de Revelación de Información: Una Propuesta de Mejora de la Metodología. Aplicación a la Información Sobre Recursos Humanos Incluida en los Informes 20F. *Spanish Journal of Finance and Accounting*, 35(128), 87-113.
- Oyelere, P., Laswad, F. e Fisher, R. (2003). Determinants of Internet Financial Reporting by New Zealand Companies. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 14(1), 26-63.
- Oyelere, P. e Mohamed, E. K. A. (2007). Internet Financial Reporting in Oman. *Global Journal of Business Research*, 1(2), 45-54.
- Page, L., Brin, S., Motwani, R. e Winograd, T. (1999). The PageRank Citation Ranking: Bringing Order to the Web. *Stanford InfoLab*. Acedido a 06 de agosto de 2012. Disponível em <http://ilpubs.stanford.edu:8090/422/>.
- Pal, L. A. e Ireland, D. (2009). The Public Sector Reform Movement: Mapping the Global Policy Network. *International Journal of Public Administration*, 32(8), 621-657.
- Parker, L. e Gould, G. (1999). Changing Public Sector Accountability: Critiquing New Directions. *Accounting Forum*, 23(2), 109-135.
- Paskaleva-Shapira, K. (2006). *Transitioning from e-Government to e-Governance in the Knowledge Society: The Role of the Legal Framework for Enabling the Process in the European Union's Countries*. Paper apresentado em Proceedings of the 2006 international conference on Digital government research, San Diego, California.
- Pathak, R. D., Naz, R., Rahman, M. H., Smith, R. F. I. e Nayan Agarwal, K. (2009). E-Governance to Cut Corruption in Public Service Delivery: A Case Study of Fiji. *International Journal of Public Administration*, 32(5), 415-437.
- Patten, D. M. (1991). Exposure, Legitimacy, and Social Disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 10(4), 297-308.
- Pendley, J. A. e Rai, A. (2009). Internet Financial Reporting: An Examination of Current Practice. *International Journal of Disclosure and Governance*, 6(2), 89-105.
- Pestana, M. H. e Gageiro, J. N. (2005). *Descobrimos a Regressão: Com a Complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M. H. e Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS (5ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pina, V. e Torres, L. (2003). Reshaping Public Sector Accounting: An International Comparative View. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 20(4), 334-350.
- Pina, V., Torres, L. e Royo, S. (2009). E-government Evolution in EU Local Governments: A Comparative Perspective. *Online Information Review*, 33(6), 1137-1168.
- Pina, V., Torres, L. e Royo, S. (2010a). Is E-government Leading to More Accountable and Transparent Local Governments? An Overall View. *Financial Accountability & Management*, 26(1), 3-20.
- Pina, V., Torres, L. e Royo, S. (2010b). Is E-government Promoting Convergence Towards More Accountable Local Governments? *International Public Management Journal*, 13(4), 350-380.
- Pinsker, R. e Li, S. (2008). Costs and Benefits of XBRL Adoption: Early Evidence. *Communications of the ACM*, 51(3), 47-50.
- Pirchegger, B. e Wagenhofer, A. (1999). Financial Information on the Internet: A Survey of the Homepages of Austrian Companies. *European Accounting Review*, 8(2), 383-395.
- Plumlee, R. D. e Plumlee, M. A. (2008). Assurance on XBRL for Financial Reporting. *Accounting Horizons*, 22(3), 353-368.

- Poon, P. L., Li, D. e Yu, Y. T. (2003). Internet Financial Reporting. *Information Systems Control Journal*, 1, 42-46.
- Portaria 437, aprova as partes II, III, IV, V, VI e VII da 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, *Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, 12 de julho de 2012*. (2012). Acedido a 12 de novembro de 2014. Disponível em http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_STN_437_MCASP.pdf.
- Portaria 438, Aprova a Alteração dos Anexos 12, 13, 14, 15, 18 e 19 da Lei 4.320/1964, *Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, 12 de julho de 2012*. (2012). Acedido a 12 de novembro de 2014. Disponível em http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_STN_438_Atualizacao_Anexos_Lei_4320.pdf.
- Providência Administrativa 11-001, Institui a Norma Técnica de Contabilidade sobre a Apresentação das Demonstrações Financeiras dos Entes Públicos, *Venezuela, Gazeta Oficial da República 39.599, 21 de janeiro de 2011*. (2011). Acedido a 10 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.tsj.gov.ve/gaceta/Enero/2112011/2112011-3058.pdf>.
- Ramírez, Y. (2010). Intellectual Capital Models in Spanish Public Sector. *Journal of Intellectual Capital*, 11(2), 248-264.
- Relly, J. E. e Sabharwal, M. (2009). Perceptions of Transparency of Government Policymaking: A Cross-national Study. *Government Information Quarterly*, 26(1), 148-157.
- República do Paraguai. (2014). *Manual de Administração Financeira para Governos Municipais*. Subsecretaria de Estado de Administração Financeira, Unidade de Departamentos e Municípios. Acedido a 06 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.hacienda.gov.py/webudm/archivo.php?a=eaeaedf3fef7fdf8fcb8bbb9babdb8eafbecf1f2fff8b7f9edefea089&x=11110af&y=20200be>.
- Resolução 1.397, *Argentina, Ministério de Economia, Obras e Serviços Públicos, 22 de novembro de 1993*. (1993). Acedido a 08 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.mecon.gov.ar/digesto/resoluciones/meyosp/1993/resolmeyosp1397.htm>
- Resolução 3.490, *Argentina, Tribunal de Contas da Província de Jujuy, 1º de novembro de 2004*. (2004). Acedido a 04 de novembro de 2014. Disponível em [http://www.tribcuentasjujuy.gob.ar/publica/resoluciones/3490-tp-\(rg\)-2004.pdf](http://www.tribcuentasjujuy.gob.ar/publica/resoluciones/3490-tp-(rg)-2004.pdf).
- Resolução 473, *Argentina, Ministério de Economia e Finanças Públicas, Secretaria da Fazenda, 26 de julho de 1996*. (1996). Acedido a 08 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.mecon.gov.ar/digesto/resoluciones/sh/1996/resolsh473.htm>.
- Robinson, D. G., Yu, H., Zeller, W. P. e Felten, E. W. (2009). Government Data and the Invisible Hand. *Yale Journal of Law & Technology*, 11, 160-175.
- Robison, K. K. e Crenshaw, E. M. (2002). Post-industrial Transformations and Cyber-space: A Cross-national Analysis of Internet Development. *Social Science Research*, 31(3), 334-363.
- Rodrigues, L. L. e Menezes, C. (2001). Financial Reporting on the Internet: The Portuguese Case. *Management Research Unit - University of Minho*, 12, 1-25.
- Rodríguez Bolívar, M. P., Caba Pérez, C. e López Hernández, A. M. (2006). Cultural Contexts and Governmental Digital Reporting. *International Review of Administrative Sciences*, 72(2), 269-290.
- Rodríguez Bolívar, M. P., Caba Pérez, C. e López Hernández, A. M. (2007). E-Government and Public Financial Reporting : The Case of Spanish Regional Governments. *The American Review of Public Administration*, 37(2), 142-177.
- Rogers, E. M. (1995). *Diffusion of Innovations*. New York: The Free Press.
- Ross, S. A. (1973). The Economic Theory of Agency: The Principal's Problem. *Decision Making Under Uncertainty - American Economic Association*, 63(2), 134-139.

- Ryan, C., Stanley, T. e Nelson, M. (2002). Accountability Disclosures by Queensland Local Government Councils: 1997–1999. *Financial Accountability & Management*, 18(3), 261-289.
- Schwester, R. (2009). Examining the Barriers to E-government Adoption. *Electronic Journal of e-Government*, 7(1), 113-122.
- Serrano-Cinca, C., Rueda-Tomás, M. e Portillo-Tarragona, P. (2009). Factors Influencing E-disclosure in Local Public Administrations. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 27(2), 355-378.
- Seybert, H. e Lööf, A. (2010). *Internet Usage in 2010 – Households and Individuals*. Eurostat ICT Statistics. Acedido a 16 de dezembro de 2011. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-QA-10-050/EN/KS-QA-10-050-EN.PDF.
- Shim, D. C. e Eom, T. H. (2008). E-Government and Anti-Corruption: Empirical Analysis of International Data. *International Journal of Public Administration*, 31(3), 298-316.
- Shocker, A. D. e Sethi, S. P. (1973). An Approach to Incorporating Societal Preferences in Developing Corporate Action Strategies. *California Management Review*, 15(4), 97-105.
- Siddiquee, N. A. e Mohamed, M. Z. (2007). Paradox of Public Sector Reforms in Malaysia: A Good Governance Perspective. *Public Administration Quarterly*, 31, 284-313.
- Singh, A. K. e Sahu, R. (2008). Integrating Internet, Telephones, and Call Centers for Delivering Better Quality E-governance to All Citizens. *Government Information Quarterly*, 25(3), 477-490.
- Spanos, L. e Mylonakis, J. (2007). Internet Corporate Reporting in Greece. *European Journal of Economics, Finance and Administrative Sciences*(7), 131-144.
- Spence, M. (1973). Job Market Signaling *Quarterly Journal of Economics*, 87(3), 355-374.
- Storm, H. e Smihily, M. (2008). *ICT Usage by Enterprises 2008*. Eurostat ICT Statistics. Acedido a 29 de março de 2013. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-QA-08-048/EN/KS-QA-08-048-EN.PDF.
- Styles, A. K. e Koprowski, W. (2008). The Disclosure of Financial Information via the Internet by the 100 "Most Wired" Healthcare Systems. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 20(3), 387-404.
- Styles, A. K. e Tennyson, M. (2007). The Accessibility of Financial Reporting of U.S. Municipalities on the Internet. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 19(1), 56-92.
- Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571-610.
- Taagepera, R. (2002). *Limiting Frames of Political Games: Logical Quantitative Models of Size, Growth and Distribution*. University California: Center for the Study of Democracy.
- Tambulasi, R. I. C. (2009). All That Glisters Is Not Gold: New Public Management and Corruption in Malawi's Local Governance. *Development Southern Africa*, 26(2), 173-188.
- Tayib, M., Coombs, H. M. e Ameen, J. (1999). Financial Reporting by Malaysian Local Authorities: A Study of the Needs and Requirements of the Users of Local Authority Financial Accounts. *International Journal of Public Sector Management*, 12(2), 103-121.
- Taylor, E. Z. e Dzurainin, A. C. (2010). Interactive Financial Reporting: An Introduction to eXtensible Business Reporting Language (XBRL). *Issues in Accounting Education*, 25(1), 71-83.
- Toivonen, R., Kovanen, L., Kivelä, M., Onnela, J.-P., Saramäki, J. e Kaski, K. (2009). A Comparative Study of Social Network Models: Network Evolution Models and Nodal Attribute Models. *Social Networks*, 31(4), 240-254.
- Tolbert, C. J. e Mossberger, K. (2006). The Effects of E-Government on Trust and Confidence in Government. *Public Administration Review*, 66(3), 354-369.

- Torres, L., Pina, V. e Royo, S. (2005). E-government and the Transformation of Public Administrations in EU Countries. *Online Information Review*, 29(5), 531-553.
- van der Laan, S. (2009). The Role of Theory in Explaining Motivation for Corporate Social Disclosures: Voluntary Disclosures vs 'Solicited' Disclosures. *Australasian Accounting Business and Finance Journal*, 3(4), 15-29.
- Velasco, H. (1997). *La lógica de la investigación etnográfica*. Valladolid: Editorial Trotta. Acedido a 18 de novembro de 2014. Disponível em http://www.francisco.huertas.com.ar/wp-content/uploads/2011/04/IT_Velasco-Diaz.pdf.
- Victoria, B., Madalina, P. C., Nicoleta, P. D. e Carmen, S. (2009). Voluntary Internet Financial Reporting and Disclosure: A New Challenge for Romanian Companies. *Annals of the University of Oradea, Economic Science Series*, 18(3), 770-778.
- Wagenhofer, A. (2003). Economic Consequences of Internet Financial Reporting. *Schmalenbach Business Review (SBR)*, 55(4), 262-279.
- Waters, R. D., Burnett, E., Lamm, A. e Lucas, J. (2009). Engaging Stakeholders Through Social Networking: How Nonprofit Organizations are Using Facebook. *Public Relations Review*, 35(2), 102-106.
- Watson, A., Shrivs, P. e Marston, C. (2002). Voluntary Disclosure of Accounting Ratios in the UK. *British Accounting Review*, 34, 289-313.
- West, D. M. (2004). E-Government and the Transformation of Service Delivery and Citizen Attitudes. *Public Administration Review*, 64(1), 15-27.
- West, D. M. (2007). Global e-Government: Center for Public Policy. Acedido a 18 de outubro de 2011. Disponível em <http://www.insidepolitics.org/egovt07int.pdf>.
- Wong, W. e Welch, E. (2004). Does E-Government Promote Accountability? A Comparative Analysis of Website Openness and Government Accountability. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 17(2), 275-297.
- Woodward, D. G., Edwards, P. e Birkin, F. (1996). Organizational Legitimacy and Stakeholder Information Provision. *British Journal of Management*, 7(4), 329-347.
- Xiao, J. Z., Yang, H. e Chow, C. W. (2004). The Determinants and Characteristics of Voluntary Internet-based Disclosures by Listed Chinese Companies. *Journal of Accounting and Public Policy*, 23(3), 191-225.
- Yardin, A. e Demonte, N. (2005). Gestión de Entes Municipales. *Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal*, 91-110.
- Yeniyurt, S. e Townsend, J. D. (2003). Does Culture Explain Acceptance of New Products in a Country? An Empirical Investigation. *International Marketing Review*, 20(4), 377-396.
- Zimmerman, J. L. (1977). The Municipal Accounting Maze: An Analysis of Political Incentives. *Journal of Accounting Research*, 15, 107-144.
- Zittrain, J. e Palfrey, J. (2008). Internet Filtering: The Politics and Mechanisms of Control. *Access Denied: The Practice and Policy of Global Internet Filtering* (pp. 29-56). Cambridge: MIT Press.

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

ANEXO A – LISTA DE VARIÁVEIS UTILIZADAS

Foram identificados 25 estudos empíricos envolvendo incentivos para divulgação da informação financeira pelas entidades do setor público. A Tabela 42 apresenta um resumo desses estudos evidenciando as variáveis independentes utilizadas.

Tabela 42 - Divulgação da informação financeira no setor público: lista de variáveis e autores

Código nº		1	2	3	4	5	6
Autor		Fudge	Gallego- Álvarez <i>et al.</i>	Serrano- Cinca <i>et al.</i>	Perez <i>et al.</i>	Gandia e Archidona	Gordon e Fischer
Ano		2011	2009	2009	2008	2008	2008
Tema	Incentivo						
Incentivos Políticos	Competição política		X		X	X	
	Participação dos eleitores						
	Poder legislativo						
	Competição de grupos de interesse						
	Tamanho do governo	X	X				X
Incentivos Sociais	Poder da mídia pública		X			X	
	Competição interpartidária						
	Atividade						
	Riqueza dos eleitores		X	X			
	Cultura regional	X	X	X			
Incentivos Financeiros	Acesso à internet		X		X	X	
	Quantidade de eleitores			X			
	Confiança no devedor	X	X		X	X	X
Incentivos Institucionais	Riqueza do governo	X	X	X	X	X	
	Transferências intergovernamentais				X		X
	Profissionalismo			X	X		
	Tamanho da população				X	X	
	Quantidade de funcionários						
Incentivos de Governança	Tipo de governo	X					X
	Seleção dos funcionários						
	Sofisticação das Tecnologias de Informação						
	Poder da governança	X					
	Qualidade da contabilidade						X
Incentivos de Governança	Sistema de endosso						
	Qualidade da auditoria						
	Código de ética						
Incentivos de Governança	Regulação da divulgação financeira						
Total de variáveis independentes		5	6	8	7	6	5

Tabela 42 - Divulgação da informação financeira no setor público: lista de variáveis e autores (*continuação*)

Código nº		7	8	9	10	11	12
Autor		Styles e Tennyson	Bolivar <i>et al.</i>	Bolivar <i>et al.</i>	Laswad <i>et al.</i>	Gore	Groff e Pitman
Ano		2007	2007	2006	2005	2004	2004
Tema	Incentivo						
Incentivos Políticos	Competição política				X		
	Participação dos eleitores						
Incentivos Políticos	Poder legislativo						
	Competição de grupos de interesse						
	Tamanho do governo	X	X		X		X
Incentivos Sociais	Poder da media pública				X		
	Competição interpartidária						
	Atividade						
	Riqueza dos eleitores	X	X				
	Cultura regional			X			
	Acesso à internet						
	Quantidade de eleitores		X				
Incentivos Financeiros	Confiança no devedor	X			X	X	
	Riqueza do governo	X			X		
	Transferências intergovernamentais						
Incentivos Institucionais	Profissionalismo						
	Tamanho da população						
	Quantidade de funcionários						
	Tipo de governo				X		
	Seleção dos funcionários						
	Sofisticação das Tecnologias de Informação		X				
Incentivos de Governança	Poder da governança	X					
	Qualidade da contabilidade	X	X				
	Sistema de endosso		X				
	Qualidade da auditoria						
	Código de ética						
	Regulação da divulgação financeira					X	
Total de variáveis independentes		6	6	1	6	2	1

Tabela 42 - Divulgação da informação financeira no setor público: lista de variáveis e autores (*continuação*)

Código nº		13	14	15	16	17	18
Autor		Giroux e McLelland	Gordon <i>et al.</i>	Ryan <i>et al.</i>	Laswad <i>et al.</i>	Sanders <i>et al.</i>	Lim e Mckinn
Ano		2003	2002	2002	2001	1994	1993
Tema	Incentivo						
Incentivos Políticos	Competição política						
	Participação dos eleitores					X	
Incentivos Políticos	Poder legislativo						
	Competição de grupos de interesse						
Incentivos Políticos	Tamanho do governo	X	X	X	X	X	X
	Poder da media pública				X		X
Incentivos Sociais	Competição interpartidária						
	Atividade						
	Riqueza dos eleitores						
	Cultura regional						
	Acesso à internet						
Incentivos Financeiros	Quantidade de eleitores						
	Confiança no devedor	X	X		X	X	
Incentivos Financeiros	Riqueza do governo	X			X		
	Transferências intergovernamentais	X				X	
Incentivos Institucionais	Profissionalismo					X	
	Tamanho da população						
	Quantidade de funcionários	X					
	Tipo de governo		X		X	X	
	Seleção dos funcionários						
Incentivos de Governança	Sofisticação das Tecnologias de Informação						
	Poder da governança	X	X				
	Qualidade da contabilidade	X		X			
	Sistema de endosso						
	Qualidade da auditoria		X			X	
Incentivos de Governança	Código de ética					X	
	Regulação da divulgação financeira	X				X	
	Total de variáveis independentes	8	5	2	5	9	2

Tabela 42 - Divulgação da informação financeira no setor público: lista de variáveis e autores (*continuação*)

Código nº		19	20	21	22	23	24
Autor		Cheng	Copley	Giroux	Ingram e DeJong	Robbins e Austin	Ingram
Ano		1992	1991	1989	1987	1986	1984
Tema	Incentivo						
Incentivos Políticos	Competição política	X		X			
	Participação dos eleitores						
	Poder legislativo	X					
	Competição de grupos de interesse	X					
Incentivos Sociais	Tamanho do governo						
	Poder da media pública	X					X
	Competição interpartidária					X	X
	Atividade						X
	Riqueza dos eleitores	X					X
	Cultura regional						
Incentivos Financeiros	Acesso à internet						X
	Quantidade de eleitores						X
	Confiança no devedor	X			X	X	X
	Riqueza do governo					X	X
Incentivos Institucionais	Transferências intergovernamentais	X			X	X	X
	Profissionalismo					X	X
	Tamanho da população					X	X
	Quantidade de funcionários	X		X			
	Tipo de governo			X	X	X	
	Seleção dos funcionários						X
Incentivos de Governança	Sofisticação das Tecnologias de Informação						
	Poder da governança	X					
	Qualidade da contabilidade						
	Sistema de endosso		X	X			
	Qualidade da auditoria	X		X			
Incentivos de Governança	Código de ética						
	Regulação da divulgação financeira			X	X		
Total de variáveis independentes		10	1	5	4	7	11

Tabela 42 - Divulgação da informação financeira no setor público: lista de variáveis e autores (*continuação*)

Código n°		25	Total	Ranking
Autor		Baber e Sen		
Ano	Tema	1984		
Incentivos Políticos	Competição política	X	7	6°
	Participação dos eleitores		1	12°
	Poder legislativo		1	12°
	Competição de grupos de interesse		1	12°
	Tamanho do governo		13	2°
Incentivos Sociais	Poder da media pública		7	6°
	Competição interpartidária		2	11°
	Atividade		1	12°
	Riqueza dos eleitores		6	7°
	Cultura regional		4	9°
	Acesso à internet		3	10°
Incentivos Financeiros	Quantidade de eleitores		3	10°
	Confiança no devedor		16	1°
	Riqueza do governo		11	3°
	Transferências intergovernamentais		8	5°
Incentivos Institucionais	Profissionalismo		3	10°
	Tamanho da população		4	9°
	Quantidade de funcionários		5	8°
	Tipo de governo		9	4°
	Seleção dos funcionários		1	12°
	Sofisticação das Tecnologias de Informação		1	12°
Incentivos de Governança	Poder da governança		5	8°
	Qualidade da contabilidade		5	8°
	Sistema de endosso		1	12°
	Qualidade da auditoria		5	8°
	Código de ética		1	12°
	Regulação da divulgação financeira		5	8°
Total de variáveis independentes		1	129	

Fonte: adaptado de Abu Bakar e Saleh (2011)

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

ANEXO B – GOVERNOS LOCAIS INCLUÍDOS NO ESTUDO

A amostra é composta de 374 governos locais divididos, ver Tabela 43.

Tabela 43 - Relação dos governos locais incluídos no estudo

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Abdón Castro Tolay	Adelândia	Alberdi	Aiguá	Achaguas
Aldea Brasileira	Alagoa Nova	Altos	Atlántida	Alberto A. Torrealba
Aldea Eigenfeld	Américo Brasiliense	Areguá	Belén	Andrés Bello
Almirante Brown	Aparecida	Ayolas	Canelones	Andrés Eloy Blanco (Barinas)
Anisacate	Araguapaz	Caaguazú	Cardona	Andrés Eloy Blanco (Sucre)
Arminda	Barra do Ouro	Cambyretá	Carmelo	Antolín del campo
Arroyo Corralito	Barracão	Capitán Bado	Castillos	Antonio J. de Sucre
Ausonia	Belágua	Capitán Mauricio José Troche	Colonia Lavalleja	Araure
Bolívar	Belo Horizonte	Capitán Meza	Dr. Francisco Soca	Arismendi (Barinas)
Buena Vista	Boa Esperança	Carapeguá	Empalme Olmos	Arismendi (Nueva Esparta)
Bulnes	Brasil Novo	Carmen del Paraná	Fraile Muerto	Arismendi (Sucre)
Candelaria	Cabo Frio	Ciudad del Este	Garzón	Arzobispo Chacón
Capilla de Los Remedios	Cajuru	Concepción	La Paloma	Atabapo
Carlos Pellegrini	Caracol	Coronel Bogado	Las Piedras	Atures
Carlos Tejedor	Caraúbas	Curuguay	Lascano	Baralt
Chañar Viejo	Catolândia	Doctor Botrell	Libertad	Barinas
Cholila	Cipó	Doctor Juan León Mallorquín	Maldonado	Bermúdez
Choromoro	Coelho Neto	Doctor Juan Manuel Frutos	Mataojo	Bolívar
Christophersen	Coração de Maria	Eusebio Ayala	Montes	Bruzual
Colonia Italiana	Cristinápolis	Félix Pérez Cardozo	Municipio A	Camaguán
Colonia Merou	Dois Vizinhos	General Artigas	Municipio C	Candelaria
Colonia Viraró	Exu	General Eugenio A. Garay	Municipio CH	Carache
Constanza	Faro	Hernandarias	Municipio D	Cardenal Quintero
Córdoba	Galiléia	Isla Pucú	Municipio E	Cárdenas
Coronda	Goiás	Itacurubí de la Cordillera	Nueva Helvecia	El Socorro
Coronel Dorrego	Holambra	Itanárá	Nueva Palmira	Falcón

Tabela 43 - Relação dos governos locais incluídos no estudo (*continuação*)

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Coronel Suárez	Ibipeba	Itaiguá	Nuevo Berlín	García
Curtiembre	Imbé de Minas	José A. Fassardi	Pando	García de Hevia
El Cercado	Imperatriz	José Domingo Ocampos	Paso de los Toros	Guanare
El Sacrificio	Independência	José Leandro Oviedo	Piriápolis	Guásimos
Embalse	Inhuma	Juan Emilio O'Leary	Porvenir	Independencia
Embarcación	Ipameri	Katuete	Progreso	Jáuregui
Emilia	Itanhandu	La Paloma	Punta del Este	Jiménez
Estacas	Joca Marques	La Pastora	Rincón de Valentín	José Félix Ribas
Estancia de Guadalupe	Jordão	La Victoria	Rosario	José María Vargas
Fiambalá	Jupi	Loma Grande	Salinas	Juan Germán Roscio
Gastona y Belicha	Magalhães de Almeida	Luque	San Bautista	Juan Manuel Cajigal
General Campos	Malhada	Mariscal José Félix Estigarribia	San Jacinto	Lagunillas
General Lagos	Marcação	Mbaracayú	San Ramón	Leonardo Infante
Gobernador Gregores	Marechal Cândido Rondon	Mbocayaty del Guairá	Santa Rosa	Libertad
Hipólito Yrigoyen	Mário Campos	Mbuyapey	Sarandí Grande	Libertador
La Carlota	Martins Soares	Natalicio Talavera	Sauce	Maneiro
La Paz	Medina	Nueva Colombia	Tala	Manuel Ezequiel Bruzual
La Picada	Miranorte	Nueva Germania	Toledo	Manuel Monge
La Serranita	Mirante da Serra	Nueva Londres	Tomás Gomensoro	Maturín
Laguna Benítez	Moema	Ñumí	Young	Mejía
Las Caleras	Monte Alegre	Pilar		Miranda (Carabobo)
Las Ovejas	Morro do Pilar	Pirayú		Miranda (Zulia)
Las Rosas	Muliterno	Primero de Marzo		Monseñor Iturriza
Lavalle	Nova Brasilândia D'Oeste	Salto del Guairá		Motatán
Logroño	Novo Gama	San Bernardino		Ortiz
Los Cocos	Novo Oriente do Piauí	San Ignacio		Páez
Los Quirquinchos	Oeiras	San Juan del Paraná		Pedro María Ureña
Máximo Paz	Osório	San Pedro del Paraná		Piar (Bolívar)
Melincué	Pacatuba	Santa Elena		Piar (Monagas)
Melo	Palhano	Santa María		Rafael Rangel
Metileo	Paraú	Santa Rosa		Ricaurte
Misión Nueva Pompeya	Pequi	Santa Rosa del Mbutuy		Rivas Dávila
Molinos	Perdigão	Tacuatí		San Fernando
Monte Leña	Piçarra	Tobatí		San Francisco
Montecarlo	Pilões	Tomás Romero Pereira		San José de Guanipa
Noetinger	Pinheiral	Valenzuela		San Sebastián
Pampa del Infierno	Pompéu	Villa del Rosario		Seboruco

Tabela 43 - Relação dos governos locais incluídos no estudo (*continuação*)

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Paraná	Potengi	Villa Elisa		Sifontes
Patagones	Pradópolis	Villeta		Simón Bolívar
Perito Moreno	Queimada Nova	Yabebyry		Simón Planas
Piedra del Águila	Quixabeira	Ybycuí		Sir Arthur Mc Gregor
Puerto Eva Perón	Riachuelo			Sucre (Falcón)
Purmamarca	Rio Pardo			Sucre (Mérida)
Rauch	Roca Sales			Sucre (Trujillo)
Romang	Sagres			Sucre (Zulia)
San Andrés	Santa Maria do Oeste			Unión
San Carlos	Santana do Ipanema			Urdaneta (Aragua)
San Cipriano	São Bento Abade			Urdaneta (Trujillo)
San Justo	São Bernardo do Campo			Urumaco
Santa Elena	São João do Paraíso			
Santa Rosa de Calchines	São José de Mipibu			
Seclantás	São José do Jacuípe			
Silva	São Miguel das Missões			
Taco Pozo	São Pedro do Iguazu			
Tartagal	São Sebastião do Oeste			
Tellier	Sapucaia			
Trelew	Sertanópolis			
Unanué	Tangará			
Varvarco - Invernada Vieja	Taperoá			
Vera	Teixeirópolis			
Vera y Pintado	Toledo			
Victorica	Trizidela do Vale			
Villa Dos Trece	Turvânia			
Villa Elisa	Urupema			
Villa Eloísa	Várzea Alegre			
Villaguay	Virgínia			
	Vista Alegre do Alto			
	Vitória da Conquista			

[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

ANEXO C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Objetivo geral: Conhecer a perspectiva dos entrevistados a respeito das eventuais razões relacionadas com o envolvimento dos gestores públicos locais com a prática de IFR.

Entrevistados: Profissionais ligados a órgãos públicos responsáveis pela promoção da transparência nos governos locais dos países do MERCOSUL.

Formas das entrevistas: Presencial e eletrônica (através de contato via *Skype* ou telefone).

Tabela 44 - Guião da entrevista semiestruturada

Determinação dos blocos	Objetivos específicos	Formulação de questões	Duração estimada
Bloco A <i>Legitimação da entrevista</i>	<ul style="list-style-type: none">• Legitimar a entrevista;• Motivar os entrevistados.	<ul style="list-style-type: none">• Agradecer a disponibilidade do entrevistado em realizar a entrevista;• Informar ao entrevistado sobre o trabalho em desenvolvimento e seu objetivo;• Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato do entrevistado;• Solicitar autorização para gravação em áudio da entrevista;	10 minutos
Bloco B <i>Dados gerais sobre perfil do entrevistado</i>	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer a situação profissional do entrevistado;• Confirmar envolvimento do entrevistado com questões relacionadas com a transparência dos governos locais.	<ul style="list-style-type: none">• Solicitar que o entrevistado fale sobre a área de atuação do órgão público ao se encontra vinculado;• Solicitar que o entrevistado fale sobre a sua atuação profissional na promoção da transparência dos governos locais;	10 minutos
Bloco C <i>Percepção do entrevistado sobre a baixa taxa de adoção das práticas de divulgação da informação financeira através da Internet</i>	<ul style="list-style-type: none">• Avaliar a percepção do entrevistado quanto à baixa taxa de adoção das práticas de IFR nos governos locais do seu país.	<ul style="list-style-type: none">• Por que razão muitos governos locais não possuem <i>website</i>?• Considerando que a adoção das práticas de divulgação da informação financeira através da Internet tem potencial para aumentar a transparência e a <i>accountability</i> dos governos locais, por que razão muitos governos locais possuem um <i>website</i> mas optam por não divulgar informação financeira através dele?• Que medidas poderiam ser tomadas para aumentar a taxa de adoção de IFR entre os governos locais do seu país?	20 minutos

Tabela 44 - Guião da entrevista semiestruturada (*continuação*)

Determinação dos blocos	Objetivos específicos	Formulação de questões	Duração estimada
Bloco C (<i>continuação</i>)		<ul style="list-style-type: none"> • Qual a contribuição da entidade pública a qual o entrevistado está vinculado(a) para aumentar a taxa de adoção de divulgação financeira através da Internet entre os governos locais do seu país? • Uma legislação específica que determine, detalhadamente, como os governos locais devem divulgar informação financeira em seus <i>websites</i> oficiais poderia resolver o problema? • Será que os gestores públicos dos governos locais têm perceção do potencial da Internet para aumentar a transparência na gestão pública? • Será que os governos locais do seu país, especialmente os de pequena dimensão, possuem capacidade em termos de recursos (financeiros, tecnológicos e de pessoal) para adotar as práticas de divulgação da informação financeira através da Internet? 	